

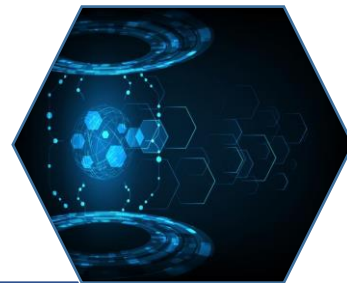


UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

***Universidade Católica de Moçambique,
Incentivando a Produção Científica para a
Promoção da Paz, Justiça Social e
Desenvolvimento Sustentável***

V Congresso Internacional

LIVRO DE ACTAS



Beira, 17 a 19 de Novembro de 2021

Ficha técnica

Coordenadores de Edição

Armindo Tambo

Nelson Amade

José Caetano

José Martins Mapera

Maria Albertina Barbito

Editora

UCM

Autores

Vários

Textos

Vários Autores

Edição

UCM

ISBN:

(On-line)

Paginação e arranjo gráfico

Data: Abril de 2024

Distribuição gratuita

Limitações de responsabilidade

O conteúdo e as opiniões expressas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Índice

Sessão de abertura	8
NOTAS DE BOAS-VINDAS	9
DISCURSO DE ABERTURA	13
NOTA DE AGRADECIMENTO.....	18
O Papel da Igreja Católica na Promoção da Paz, Justiça e Desenvolvimento Sustentável em Moçambique.....	38
Conferências Plenárias.....	45
TICs na Educação: Reflexão sobre os desafios da promoção de uma Educação Inclusiva em tempos de pandemia	46
Desafios da Medicina em Tempos da Crise Humanitária: Um Olhar sobre Inclusão Sanitária no Contexto Moçambicano.....	52
Integração socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre os projectos de geração de renda para auto-sustentabilidade das famílias deslocadas	58
A Ciência política como campo de estudo para promoção da paz e desenvolvimento: uma análise integrada da relação entre o saber, a ética, a educação e a inclusão	72
Análise dos impactos ambientais causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi – Cidade de Tete	80
Pobreza y desarrollo en Mozambique - Cabo Delgado	93
Processo de reassentamento da comunidade proveniente de chipanga: um estudo a partir das percepções e acções do povoado acolhedor em Cateme-Sede, 2010 a 2019.....	105
A Remuneração Estratégica Permanente e Sustentável, em Instituições Públicas e Privadas ...	113
A covid-19, a mineração e o apelo “fique em casa”:	126
A partir da ética da responsabilidade.....	126
Desafios do Ensino <i>Online</i> em Instituições de Ensino Superior em Tempos de Covid-19	137
Ensino híbrido no ensino superior em tempo da pandemia covid-19	146
Blended learning in higher education during the covid-19 pandemic	146
O papel do professor na garantia da qualidade na educação	165
The teacher’s role in assuring quality in education	165
A religião, as guerras e a fraternidade vistas através das lentes do Papa Francisco.....	173
A Universidade Católica de Moçambique na busca do cuidado da casa comum: Avaliação da sustentabilidade no currículo universitário	182
A implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária: um estudo a partir da percepção dos gestores do município X em Moçambique	195

Análise da política e estratégia de defesa e segurança face as ameaças e ataques cibernéticos em Moçambique	207
Estudo de Estratégias Competitivas de Marketing na satisfação de clientes em Agência Bancária Nacional	220
Media sociais e a construção de relacionamentos empresa-clientes	230
Resposta do algodão consociado com diferentes culturas da família Fabaceae	247
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	261
DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO V CONGRESSO INTERNACIONAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE	262

Comissão Científica Central

1. Prof. Doutor José Caetano;
2. Prof. Doutor Américo Domingos Matindingue;
3. Prof. Doutor Padre Adérito Barbosa;
4. Prof. Doutor Padre Arcanjo Sitimela;
5. Prof. Doutor Narane Talaquichande;
6. Prof^a Doutora Bianca Gerente;
7. Prof. Doutor Felipe André Angst;
8. Prof. Doutor Lino Samuel;
9. Prof. Doutor Zacarias Zinocacassa;
10. Prof^a Doutora Kajal Chhanganlal.

Comissão Organizadora Central

1. Prof. Doutor José Caetano;
2. Prof. Doutor Américo Domingos Matindingue;
3. Dr. José Bernardo Rafael;
4. Dra. Ângela Segundanhe;
5. Dr. Rozendo Macome;
6. Dr. Craft Chadambuka;
7. Dra. Paula Mugirima.

Comissão científica

1. Prof. Doutor Padre Filipe, Sungo (Universidade Católica de Moçambique);
2. Prof. Doutor Fernando Canastra (Universidade Católica de Moçambique);
3. Prof. Doutor Armindo Tambo (Universidade Católica de Moçambique);
4. Prof. Doutor João Mosca (Observatório do Mundo Rural – Moçambique);
5. Prof. Doutor Bonifácio da Piedade (Universidade Católica de Moçambique);
6. Prof. Doutor Bettencourt Preto Sebastião Capece (Universidade Zambeze - Moçambique);

- 7.** Prof^ª. Doutora Emília Zulmira de Fátima Afonso Nhalevilo, (Universidade Púngue - Moçambique);
- 8.** Prof. Doutor José Aleixo (Universidade Licungo - Moçambique);
- 9.** Prof^ª. Doutora Bianca Gerente (Universidade Católica de Moçambique);
- 10.** Prof. Doutor Pedro Henriques Damião (Universidade Évora - Portugal);
- 11.** Prof. Doutor Pedrito Cambrão (Universidade Zambeze - Moçambique);
- 12.** Prof. Doutor Felipe André Angst (Universidade Católica de Moçambique);
- 13.** Prof^ª. Doutora Isilda Teixeira Rodrigues (Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro - Portugal);
- 14.** Prof^ª. Doutora Maria Albertina da Silva Bárbito (Universidade Católica de Moçambique);
- 15.** Prof^ª. Doutora Kajal Chhaganlal (Universidade Católica de Moçambique);
- 16.** Prof. Doutor Padre Virgílio Arimateia Domingos, SJ (Universidade Católica de Moçambique);
- 17.** Prof^ª. Doutora Franziska Steinbruch (Administração Nacional de Áreas de Conservação - Moçambique);
- 18.** Prof^ª. Doutora Cristiana Madureira (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Portugal);
- 19.** Prof. Doutor Narane M. Talaquichande (Universidade Católica de Moçambique);
- 20.** Prof. Doutor José Reis Lagarto (Universidade Católica Portuguesa);
- 21.** Prof^ª. Doutora Judite Medina Nascimento (Universidade de Cabo Verde);
- 22.** Prof. Doutor Nelson Amade (Universidade Católica de Moçambique);
- 23.** Prof. Doutor Ibraimo Mussagy (Universidade Católica de Moçambique);
- 24.** Prof. Doutor Anastácio Ndapassoa (Universidade Católica de Moçambique);
- 25.** Prof. Doutor Francisco Garcia (Universidade Católica de Portugal);
- 26.** Prof. Doutor Zacarias Zinocacassa (Universidade Católica de Moçambique);
- 27.** Prof. Doutor Pe. Adérito Barbosa (Universidade Católica de Moçambique);
- 28.** Prof. Doutor Nobre dos Santos (Universidade Pedagógica - Moçambique);
- 29.** Prof. Doutor Alfiado Victorino (Universidade Licungo - Moçambique);
- 30.** Prof. Doutor Mahomed Nazir (Universidade Católica de Moçambique);
- 31.** Prof. Doutor Tiago Tendai Chingore (Universidade Licungo - Moçambique);
- 32.** Prof. Doutor Lino Marques (Universidade Católica de Moçambique);

- 33.** Prof. Doutor Camilo Cuna (Universidade Licungo - Moçambique);
- 34.** Prof. Doutor Mário Silva Uacane (Universidade Licungo - Moçambique);
- 35.** Prof. Doutor Rafael Chadreque (Universidade Católica de Moçambique);
- 36.** Prof. Doutor Rui Marcelino Matsimbe Cumbane (Universidade Jean Piaget - Moçambique);
- 37.** Prof. Doutor Lucas Lavo António Miguel (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique);
- 38.** Prof^a. Doutora Cristina Tembe (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique);
- 39.** Prof. Doutor Rufino Gujamo (Universidade Joaquim Chissano - Moçambique);
- 40.** Prof Doutor Eng. Magalhães Amade Miguel (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique);
- 41.** Prof. Doutor Victor Sitão (Universidade Católica de Moçambique);
- 42.** Prof. Doutor Padre Giuseppe Meloni (Instituto Superior Dom Bosco - Moçambique);
- 43.** Prof. Doutor Evaristo Domingos Uaila (Universidade Púngue - Moçambique);

Sessão de abertura

NOTAS DE BOAS-VINDAS

Pe. Filipe Sungo

- Sua Excelência Reverendíssima Arcebispo da Beira e Magno Chanceler da UCM, Dom Cláudio Dalla Zuanna;
- Sua Excelência Secretária do Estado na Província de Sofala;
- Sua Excelência Presidente do Conselho Municipal da Beira;
- Magníficos Reitores das Universidade Públicas e Privadas aqui presentes e que nos acompanham na modalidade virtual;
- Excelentíssimos Senhores Vice-Reitores da Universidade Católica de Moçambique;
- Excelentíssimos Senhores Vice-Reitores das Universidades Públicas e Privadas aqui presentes;
- Digníssimos Dirigentes do Estado e do Governo da Província de Sofala;
- Distintas Autoridades Militares Eclesiásticas e da Sociedade Civil;
- Excelentíssimos Senhores Membros dos Órgãos Colegiais e de Direcção da Universidade Católica de Moçambique;
- Excelentíssimos Senhores Professores, Funcionários e Estudantes da Universidade Católica de Moçambique;
- Caros Parceiros de cooperação nacionais e internacionais;
- Ilustres parceiros da comunicação social;
- Distintos Convidados;
- Minhas Senhoras e meus Senhores;
- Todo o protocolo observado.

Excelências:

Em nome da Universidade Católica de Moçambique dirijo-me aos presentes e aos que nos seguem via on-line, as nossas carinhosas saudações e votos de boas-vindas ao “V Congresso Internacional: Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável.” De uma forma especial, endereço as palavras de apreço aos oradores convidados das Conferências Planárias, nomeadamente:

- Sua Excelência Ministro da Saúde, Professor Doutor Armindo Tiago;
- Sua Excelência Presidente do Conselho Municipal de Quelimane, Professor Doutor Manuel de Araújo,
- Magnífico Reitor da Universidade Licungo, Professor Doutor Boaventura José Aleixo;

- Major-General Dr. Francisco Zacarias Mataruca, Comandante da Academia Militar “Marechal Samora Machel”;
- Sua Excelência Dr. Tomaz Salomão - Antigo Secretário Executivo da SADC;
- Excelentíssimo Professor Doutor Andrea Riccardi, o célebre fundador da Comunidade de Sant'Egídio, que nos acompanha de forma virtual;
- Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso - Professor Catedrático convidado da Universidade Autónoma de Lisboa;
- Excelentíssimo Senhor Prof. Doutor Francisco Garcia, Professor Associado com Agregação no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa;
- Professor Doutor João Mosca, Director Executivo e pesquisador do Observatório do Meio Rural, que nos acompanha de forma virtual.

Ainda, endereçar palavras de apreço aos oradores e moderadores das várias temáticas, pois têm a digna responsabilidade de partilhar connosco o objecto central deste evento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Preparámos este evento num momento crítico devido à situação pandémica que o país e o mundo ainda atravessam, por isso, este 5º Congresso está a decorrer em dois formatos, presencial e digital, observando o protocolo sanitário e as recomendações do nosso Governo sobre a prevenção da COVID-19.

Para nós, este é um momento único, um momento de esperança, um momento de crescimento. Pois, apesar do contexto da actual situação de Calamidade Pública, decorrente da pandemia do COVID-19 e atendendo às dificuldades acrescidas devido aos ataques terroristas no norte de Cabo Delgado. Hoje, evidenciamos uma das missões da nossa instituição, que consiste em produzir e divulgar conhecimento para a sociedade e académicos, que demonstra de forma inequívoca o interesse que a nossa Universidade dá à investigação, uma condição *sine qua non* da sua existência, e sublinhamos a importância em assumir este exercício como um real vector de desenvolvimento.

Hoje, damos início ao 5º Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique. Como já vem sendo tradição, no seguimento dos congressos anteriores, que se têm

realizado de dois em dois anos, com o presente, pretendemos promover uma profunda e profícua troca de experiências, momentos de debates reflexivos entre investigadores, representantes políticos, organizações não-governamentais e profissionais de diversas áreas, de modo a complementar a missão de:

- Proporcionar uma formação ao serviço do Bem Comum;
- Melhorar a intervenção em contexto de diversidade em Moçambique com a disseminação dos resultados; e,
- Fornecer pistas que auxiliem os políticos nacionais na tomada de decisões.

E por falar do Bem Comum, e de outras valências ao serviço da sociedade, é-nos exigida responsabilidade, isenção, labor e deveres reforçados nos três dias reservados para o 5º Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique.

Estamos aqui para reafirmar esse compromisso, com a consciência de que cada um de nós assume uma variedade de responsabilidades. Como Universidade Católica, assumimos, hoje, o compromisso de fazer tudo o que esteja ao nosso alcance, pelos meios que nos são próprios, para cultivar as melhores práticas. E, que a produção científica nos ajude a encontrar caminhos da paz para Moçambique e para o mundo!

Com a realização do 5º Congresso Internacional, comprometemo-nos, hoje, a transformar a nossa Universidade em centro de criatividade e irradiação do saber, que se coloca ao serviço do bem comum; (como ensina o Papa João Paulo II, na *Ex corde Ecclesiae*, nr. 1).

Caros Congressistas:

Como é evidente, apesar dos condicionalismos, a Universidade Católica de Moçambique não deixou de cumprir a sua missão institucional nem de perseguir os seus objectivos estratégicos. No entanto, para manter o percurso educativo que sempre nos caracterizou e que deve ser sempre o nosso traço distintivo, as acções previstas nos próximos anos, dirão respeito a uma Universidade que, pretende promover a melhoria contínua de modo que os nossos programas, consolidem o desenvolvimento e orientem os estudantes para um futuro de consciência e de ética, reconhecendo cada uma das suas particularidades e oferecendo igualmente a todos as mesmas oportunidades de crescimento e os mesmos serviços.

Resta-me, por fim, agradecer Congressistas Nacionais e Internacionais, aos Membros da Comissão Científica, aos Membros da Comissão Organizadora, aos Directores da Unidades Orgânicas, aos Membros dos Órgãos Académicos e Administrativos, ao Corpo Docente, ao Pessoal Técnico Administrativo, estudantes e a todos aqueles que trabalham connosco, obrigado pelo empenho, pelo profissionalismo e pela constante disponibilidade para assumir os desafios da nossa missão académica.

Ainda, exortar aos Congressistas para participarem activamente nos debates por forma que concretizemos os nossos objectivos traçados. Esperamos que desfrutem dos encontros, das palestras, dos debates e também da nossa linda e amada cidade da Beira.

Que Nossa Senhora, Sede da Sabedoria e Santo Agostinho, Padroeiro da UCM, nos guiem no caminho da busca do conhecimento e que este esteja ao serviço do bem comum e do progresso da nossa sociedade.

Pela atenção dispensada, o meu muito obrigado.

Beira, 17 de Novembro de 2021
O Reitor
Prof. Doutor Padre Filipe Sungo

DISCURSO DE ABERTURA

Dom Cláudi Dalla Zoanna

- Sua Excelência Secretária do Estado na Província de Sofala;
- Sua Excelência Presidente do Conselho Municipal da Beira;
- Magníficos Reitores das Universidade Públicas e Privadas aqui presentes e que nos acompanham na modalidade virtual;
- Excelentíssimos Senhores Vice-Reitores da Universidade Católica de Moçambique;
- Excelentíssimos Senhores Vice-Reitores das Universidades Públicas e Privadas aqui presentes;
- Digníssimos Dirigentes do Estado e do Governo da Província de Sofala;
- Distintas Autoridades Militares Eclesiásticas e da Sociedade Civil;
- Excelentíssimos Senhores Membros dos Órgãos Colegiais e de Direcção da Universidade Católica de Moçambique;
- Excelentíssimos Senhores Professores, Funcionários e Estudantes da Universidade Católica de Moçambique;
- Caros Parceiros de cooperação nacionais e internacionais;
- Ilustres parceiros da comunicação social;
- Distintos Convidados;
- Minhas Senhoras e meus Senhores;
- Todo o protocolo observado;

Excelências,

Permitam-me que, em nome da Universidade Católica de Moçambique e em meu nome, apresente as minhas saudações e votos de boas-vindas a todos ao 5º Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, subordinado ao lema: “Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”.

Acredito e sinto que é nosso dever agradecer àqueles que nos honram com sua presença e aproveitar este momento solene para agradecer a toda a comunidade académica pelo esforço colectivo.

Por isso agradeço penhoradamente a todos os que aceitaram o nosso convite para estarem aqui presentes.

Agradeço a todos os Senhores Directores das Unidades Orgânicas da Universidade Católica de Moçambique, aqui presentes pelo apoio e estímulo que a vossa presença significa; e,

gostaria ainda de deixar aqui expresso o meu reconhecimento pelo excelente ambiente de colaboração com que todos temos trabalhado.

Agradeço a todo o corpo docente e não docente da Universidade Católica de Moçambique, que se associou ao 5º Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique.

Propositadamente deixei para o fim os nossos agradecimentos aos oradores convidados nacionais e internacionais.

As Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa não podem ficar indiferentes ao mundo, ao que nele se passa, pois, como diz Hessel (2011), *a indiferença é a pior das atitudes*. Por sua vez, o Santo Padre, Papa Francisco (2017) fala da necessidade de se combater, com vigor, *a globalização da indiferença*. Hoje, como nunca, assiste-se a um ritmo frenético em crescente de mudança social, proporcionado por novos modos de vida, caracterizado pela *incerteza e risco global*, como afirma o sociólogo Ulrich Beck (2005) acrescido, de “novos” riscos provocados pela acção humana sobre a natureza, um fenómeno que desafia a nossa análise, reflexão e produção teórica. A economia global trouxe consigo a “decomposição do social”, o avanço de forças colocadas acima da sociedade (a guerra, os mercados, as pandemias, os terrorismos, etc.).

Por conseguinte, reconhecendo que, no Ensino Superior, a investigação científica constitui a base legitimadora do que se ensina e pilar estruturador, que sustenta as práticas pedagógicas e a qualidade dos serviços educativos prestados às pessoas e às comunidades, que a Universidade Católica de Moçambique, realiza entre os dias **17 a 19** de Novembro de 2021, o seu **V Congresso Internacional**, subordinado ao lema **“Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”**.

A problemática do desenvolvimento sustentável preocupa a todas as nações do mundo uma vez que, é a *casa comum* que está em causa, como refere tantas vezes o nosso querido Papa Francisco. É a sobrevivência da humanidade que está em jogo. Por isso, o 5º Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique dedica uma atenção particular ao debate de temáticas relacionadas com: as mudanças climáticas, exploração de recursos naturais, assentamentos humanos, produção industrial, turismo, poluição ambiental, ecologia nos mais diversificados focos, educação ambiental, a *casa comum* no contexto da Doutrina Social da Igreja, saúde, inclusão sanitária e ambiente.

Em observância ao Protocolo Sanitário aprovado pela Organização Mundial da Saúde, e adoptado pela República de Moçambique, no âmbito da prevenção e combate à COVID-19, o V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique decorre na modalidade híbrida: presencial e *online*.

A modalidade presencial consiste na reunião, em número permitido pelo Governo, no âmbito do Protocolo Sanitário, de docentes e investigadores que, publicamente, procedem à apresentação dos resultados das suas investigações científicas. Nesta modalidade, os apresentadores estão agrupados em três painéis, que abordam temáticas relacionadas com as áreas científicas das Faculdades e um painel transversal que se dedica à problemática do terrorismo internacional com foco virado para a província de Cabo Delgado, concretamente:

Cidade da Beira – acolhe as cerimónias centrais do evento e junta as Faculdades de Economia e Gestão, Ciências de Saúde, Instituto de Educação à Distância e Extensão de Maputo;

Cidade de Nampula – reúne as Faculdades de Educação e Comunicação, Direito, Gestão de Turismo e Informática, Ciências Sociais e Políticas e as Extensões de Nacala e Gurué;

Cidade de Chimoio - os docentes e investigadores das Faculdades de Engenharia, Gestão de Recursos Naturais e Mineralógicos, Ciências Agronómicas e a de Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos;

Painel transversal – dedica-se às questões ligadas à Ética, Humanidades, Teologia e Desenvolvimento Sustentável.

Caros Congressistas

Os tempos são difíceis, têm sido pedidos muitos sacrifícios, mas apraz-me registar que sempre temos sentido o empenho de toda a comunidade académica.

As transformações que temos vivenciado parecem estar a perder terreno e, felizmente, podemos agora aliviar algumas medidas de segurança que, num passado recente, se afiguravam indispensáveis. No entanto, deixo aqui o meu apelo a todas e a todos participantes, para que exista alguma contenção e cumprimento das medidas de prevenção. Institucionalmente cumprimos de forma rigorosa todas as recomendações emanadas pelas autoridades nacionais.

Ainda, parece adequado endereçar sinceras desculpas aos colegas que não podem participar presencialmente devido às limitações impostas pela pandemia da COVID-19.

Para nós, este é um momento único, um momento de esperança, um momento de crescimento. Pois, apesar do contexto da actual situação de Calamidade Pública, decorrente da pandemia do Covid-19, hoje evidenciamos uma das missões da nossa instituição, que consiste em produzir e divulgar conhecimento para a sociedade e académicos. Isto demonstra de forma inequívoca o interesse que a nossa Universidade dá à pesquisa e à

investigação, uma condição *sine qua non* da sua existência, e sublinhamos a importância em assumir este exercício como um real vector de desenvolvimento.

A pertinência desta convergência multidisciplinar é extremamente relevante. Pois, extravasa as fronteiras nacionais de qualquer país, considerando por um lado, a prevalência a nível internacional, de acções terroristas e de conflitos militares e sociais de natureza diversa. E, por outro, a urgente necessidade de se prestar maior atenção às populações mais necessitadas, empobrecidas quer pelos efeitos das mudanças climáticas, quer pelos conflitos sociais e acções militares violentas.

Por esta razão, **Reconhecemos** o nosso dever de fortalecer o Ensino, Investigação e Extensão para construção de uma sociedade digna. Daí que a realização do 5º Congresso Internacional, um evento de maior responsabilidade, que constitui uma oportunidade de construção de conhecimento, de esclarecimento de algumas incógnitas, que dificultam o nosso entendimento de fenómenos socioeconómicos e da natureza. Bem como, constitui uma oportunidade para apresentar a nossa função social e a comunidade, onde estamos inseridos.

Acreditamos que o papel da Universidade não é apenas o de formar pessoas para entrarem no mercado de trabalho, mas preparar pessoas e cidadãos para se tornarem pró-activas no processo de desenvolvimento das comunidades. Para que isso aconteça, a pesquisa deverá ser a principal estratégia do ensino, que praticamos na Universidade. Sendo este pilar o suporte do serviço, que prestamos às comunidades locais.

Com base nos argumentos expostos, diversos estudiosos de diferentes áreas de saber irão apresentar suas reflexões, resultados de investigações, partilha de conhecimento sobre aspectos relevantes que os actuais desafios colocam.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Com a realização do V Congresso Internacional, a Universidade Católica de Moçambique pretende proporcionar um ambiente propício para o debate científico/académico onde se privilegie a triangulação de vários olhares disciplinares em torno do lema e das temáticas envolventes. Neste contexto, os principais objectivos são:

- Aprofundar os quadros teóricos, conceptuais, disciplinares e interdisciplinares que sustentam a Doutrina da Paz, Justiça Social e o Desenvolvimento Sustentável;
- Partilhar estudos, experiências e projectos de investigação, tendo como objecto privilegiado, as diversas áreas definidas no âmbito dos painéis e temáticas deste Congresso.

O lema que escolhemos para o 5º Congresso Internacional assinala a consciência de um momento conturbado imposto pela COVID-19, e a prevalência de acções terroristas na

província de Cabo Delgado. Mas, também constitui uma enorme oportunidade, desde que, como referiu o Papa Francisco, na Basílica de São Pedro, antes da bênção “Urbi et Orbi” (4 de Abril de 2021), que se busque sempre soluções pacíficas para os conflitos (e passo a citar) “no respeito pelos direitos humanos e a sacralidade da vida, através do diálogo fraterno e construtivo em espírito de reconciliação e operosa solidariedade”. Por esta razão, creio que a combinação de objectivos que enumerei conduzem à necessidade de encontrar alternativas de modo a contribuir para a solução de problemas candentes da nossa sociedade, dentro desta estratégia “dialogante”.

Gostaria de apelar a todos os participantes para contribuírem com o seu saber, energia e produção científica de modo a emancipar o desenvolvimento do nosso país.

Termino agradecendo de forma sentida a todos os participantes, neste 5º Congresso Internacional: estudantes, corpo técnico, investigadores e docentes. Só com o vosso inestimável contributo conseguiremos levar mais longe e elevar mais alto o nosso contributo, enquanto Instituição de Ensino Superior. Assim, declaro aberto o 5º Congresso Internacional, subordinado ao lema “Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”.

Muito obrigado!

Beira, 17 de Novembro de 2021
Dom Cláudio Dalla Zuanna
Arcebispo da Beira

NOTA DE AGRADECIMENTO

Prof. Doutor Padre Filipe Sungo, Magnífico Reitor da Universidade Católica de Moçambique Reconhecendo que, no Ensino Superior, a investigação científica constitui a base legitimadora do que se ensina e pilar estruturador que sustenta as práticas pedagógicas e a qualidade dos serviços educativos prestados às pessoas e às comunidades, a Universidade Católica de Moçambique (UCM) realizou, nos dias 17, 18 e 19 de Novembro de 2021, na cidade da Beira, o seu **V Congresso Internacional**, subordinado ao lema **“Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”**.

O V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique teve lugar num momento crítico devido à situação pandémica que o país e o mundo atravessavam, desde a última quadra de 2019. Este mundo actual, quase estacionário, mobilizou-nos para a tomada de consciência na concepção do imaginário (trans) local e (trans) nacional, de indivíduos e sociedades, instituições públicas e privadas, em que a comunicação académica e tecnológica ganham terreno na interface das culturas. O Congresso reforçou a nossa capacidade de mobilização para a produção do conhecimento científico e promoção da paz, justiça social e desenvolvimento sustentável, como fundamentos essenciais da academia e da humanização da crítica.

Podemos afirmar, indistintamente, que o V Congresso Internacional da UCM alcançou os seus objectivos, na medida em que, os congressistas participaram de forma aberta e despreocupada nas conferências e nos debates de temas de interesse académico, olhando, particularmente, a investigação e produção científica como pressupostos de promoção da paz, justiça social e desenvolvimento sustentável. A entrega dos participantes neste evento esteve em consonância com a proposição do Congresso e com a “Exortação Apostólica Pós-Sinodal”, de Santo Papa Francisco, dirigindo-se aos jovens e a todos os povos de Deus: “Ele vive e quer-te vivo!”¹ Ou seja, o V Congresso pretendia que os participantes estivessem à eleição e se sentissem, cada vez mais, vivos e estimulados para que as/os reflexões/debates produzissem os resultados previstos, encarando o mundo como vontade e representação (Durant, 1958) Divina.

Por isso, em nome da Universidade Católica de Moçambique e em meu nome pessoal, agradeço a todos os participantes pela sua entrega abnegada durante os três dias de intenso trabalho.

A todos, muito obrigado.

Beira, 19 de Novembro de 2021
O Reitor
Prof. Doutor Padre Filipe Sungo

¹ Cf. Rodrigues, que escreve o editorial do Jornal electrónico *Mensageiro de Bragança*, analisando a publicação do Vaticano sobre a Exortação Apostólica pós-sinodal “Christus vivit”, do Papa Francisco.

NOTA DE APRESENTAÇÃO

“Em nome da Universidade Católica de Moçambique dirijo-me aos presentes e aos que nos seguem via on-line” – é esta a frase emblemática de abertura do V Congresso Internacional “Incentivando a produção científica para a promoção da paz, justiça social e desenvolvimento sustentável”, da Universidade Católica de Moçambique, proferida pelo Magnífico Reitor, Padre Filipe Sungo. Teólogo, fazendo parte do clero-diocesano da Beira e Doutor em Ciências da Educação, Filipe Sungo mostra, com esta frase, todo o seu *garbo* (do italiano que quer dizer elegância, boa aparência) e potencialidade humanística, assim como as linhas condutoras do congresso, apontando a complexidade do processo da organização do evento “num momento crítico devido à situação pandémica” (p. 6) que o país e o mundo atravessam, desde a última quadra de 2019. Este mundo actual e quase estacionário, mobilizou-nos para a tomada de consciência na concepção do imaginário (trans) local e (trans) nacional, de indivíduos e sociedades, instituições públicas e privadas, em que a comunicação académica e tecnológica ganha terreno na interface das culturas. Impressiona a todo o leitor, assim como impressionou aos participantes da sessão inicial do congresso, a construção da imagem e da personalidade das linhas de discussão, ao apontarem a promoção científica e a promoção da paz como fundamentos essenciais da academia e da crítica da humanização.

Por seu turno, Dom Cláudio Dalla Zuanna, Arcebispo da Beira e Magno Chanceler da Universidade Católica, em discurso de abertura do V Congresso Internacional, perante altas individualidades académicas e representantes do Estado Moçambicano em Sofala, fez referência à necessidade dos académicos superarem as tendências prevalecentes do comodismo e da falta de acção investigativa. Dessa forma, Dalla Zuanna retomou às considerações de Hessel (2011), segundo as quais “a indiferença é a pior das atitudes.” A temática do alheamento da crítica e questionamento é, segundo o Magno Chanceler da Universidade, igualmente retomada e desenvolvida pelo Papa Francisco (2017), apelando a todo o mundo e, particularmente, aos jovens que se trave um enérgico combate, contra a sua “globalização”. Ou seja, as palavras iniciais que constituíram o mote da convocação do congresso ensinam que perante a “incerteza e risco global” evocados por Ulrick Beck a academia toma uma atitude para evitar que fissuras provocadas pela acção humana sobre a natureza, infelizmente, continuem a alastrar-se de forma frenética e catastrófica.

Esta antologia de artigos, intitulada, *Actas do V Congresso Internacional da UCM: produção científica, paz, justiça social e desenvolvimento sustentável*, materializa, claramente, um dos principais projectos de investigação da Universidade Católica de Moçambique, no ensino, investigação, extensão e comunicação científica. A comunicação académico-científica é um mecanismo de diálogo arcadiano/académico do qual se debatem diferentes visões do mesmo fenómeno, um processo de julgamento sobre aqueles com quem se trocam ideias ou as fontes sobre determinadas realidades estudadas.

O V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, que teve lugar no Complexo Golden Peacock Resort Hotel, na Cidade da Beira, realizou-se num ano particularmente difícil: o segundo ano em que o mundo sofria os efeitos da Covid-19, que causou cerca de quinze milhões de mortes. Ao mesmo tempo, militarmente, Moçambique conhecia uma das situações dramáticas da guerra, movida, por um lado, pela junta militar da RENAMO, no centro do país e, por outro, pela força de desestabilização, em Cabo Delgado. Por isso, o foco do Congresso Internacional da UCM tinha como centralidade o debate sobre as questões da paz, saúde e bem-estar.

Para além dos textos que corporizam a “Sessão Inaugural”, este livro estrutura-se em “Secção das Conferências Plenárias”, secção das “Sessões Paralelas” e “Secção da Sessão de Encerramento”. A secção das “Conferências Plenárias” contém quatro textos. O primeiro, cujo autor é Boaventura José Aleixo, incide sobre duas realidades, as “tecnologias de informação e comunicação (TIC)” e a “educação inclusiva em tempo de pandemia”. Em seu entender, a pandemia da Covid-19 encontrou o país de “surpresa”; completamente despreparado, no que diz respeito à provisão de meios de prevenção e à definição de políticas de estruturação; institucionalização e utilização dos recursos electrónicos como pressupostos importantes de continuação da vida, no momento em que o mundo sofria os efeitos e consequências do corona vírus. Essa realidade, segundo o autor, pressupôs dois grandes desafios para o mundo. Por um lado, nenhuma invenção, onde nenhuma das tecnologias de informação e comunicação foi, inicialmente, concebida para a educação; e, por outro, cada vez que uma novidade tecnológica surge no mercado é imediatamente investida de uma missão educativa.

O segundo texto, de autoria de Armindo Daniel Tiago, tomando como ponto de partida o risco planetário provocado pela pandemia do corona vírus, descreve os desafios da medicina em Moçambique. Também destaca a “crise humanitária” como evento que ameaça a saúde, bem-estar e segurança, com consequências notáveis de segurança sanitária. E, ensina que a “inclusão sanitária” requiere um sistema de saúde acessível às pessoas vulneráveis, uma vez que a exclusão sanitária resulta da exclusão social, consequente das relações de desigualdade e do poder.

Por sua vez, José Caetano, Ali Atumane, Ruben Ulaia, Pe. Fernão Massena, Bianca Gerente, Domingos Rhongo e Dília Miguel, tendo como pretexto a instabilidade política em Moçambique, analisaram a situação das vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. E, especificamente, examinaram de que modo a assistência humanitária inclui a concessão de projectos de geração de renda para autossustentabilidade das famílias deslocadas. Segundo os autores, a maioria das organizações humanitárias preocupa-se com o provimento de apoio alimentar, sanitário e proporciona condições mínimas para o alojamento das pessoas. Entretanto, os aspectos relacionados com a sustentabilidade e continuidade da vida não são considerados pela maioria das organizações de apoio às vítimas. Essa situação agudiza a dependência ao apoio externo. Já o texto de Francisco Proença Garcia, ao debruçar-se sobre o campo de estudo da Ciência Política, aponta no sentido de se encontrarem, na ideia da

paz e desenvolvimento, os mecanismos integrados da relação entre o saber, a ética, a educação e a inclusão. O problema da inclusão social está muito relacionado com a noção das relações hegemónicas e do poder analisadas pelo autor, tendo em conta as ferramentas do conhecimento que o campo de estudo funde.

A secção das “Sessões Paralelas” integra quinze textos de diferentes autores. Com excepção de quatro, todos os textos foram produzidos por mais do que um autor. O primeiro, intitulado “Análise dos impactos ambientais causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi – Cidade de Tete”, de Noivado António Conde Coimbra e Dília Vaz Miguel. Destaca a preocupação acerca da forma desregrada com que se realiza a actividade extractiva de minérios, exercendo uma grande pressão ao ambiente.

Albino Jaime Macuácu, por sua vez, aborda preocupações de natureza social, económica e política de Moçambique. O seu interesse consiste na investigação da realidade socio-económico da província de Cabo Delgado, onde existe pobreza contínua e crescente, apesar dos investimentos que têm sido feitos no domínio da ajuda ao desenvolvimento, nos últimos 20 anos.

“Processo de reassentamento da comunidade proveniente de Chicanga: um estudo a partir das percepções e acções do povoado acolhedor em Cateme-Sede, 2010 a 2019” cujo autor foi Andissene Andissene. O seu principal objectivo residiu na necessidade de explorar as percepções da realidade vivida pelos nativos e/ou residentes de Cateme-sede sobre a presença das populações reassentadas naquela região, decorrentes da ocupação de terras em projectos de desenvolvimento, ou em factores de natureza humanitária.

Em seguida, Amália Merina Maua Dickie e Ana Júlia Guacha Saltiel apresentaram uma investigação que procura compreender as políticas de remuneração estratégica permanente e sustentável em instituições público-privadas, questionando a sua eficácia e o seu impacto na realidade salarial dos colaboradores. Reflectindo precisamente sobre os efeitos negativos decorrentes da não satisfação salarial dos trabalhadores. O estudo recomenda a programação da remuneração estratégica e a respectiva planificação orçamental para o pagamento efectivo das remunerações aos trabalhadores seja das instituições públicas, seja das privadas.

O texto seguinte é dedicado à pesquisa sobre a pandemia da Covid-19, que assola o mundo, desde 2019. Pesquisa feita por Elton João Caetano Laisone, que nos lembram das fragilidades da vida e da insignificância da existência humana no mundo. Esta realidade filosófica tem como fundamento a interrogação feita por Leibniz, nos seguintes termos: “por que existe o ser em vez do nada?” A questionação do poder de destruição do homem faz, na verdade, com que subsistam dúvidas e hesitações sobre o discurso apelativo “fique em casa”, procurando; entretanto, demonstrar que não se trata de um simples *slogan* publicitário, mas de uma construção ética que pode conduzir à preservação dos valores da vida e do ser. O texto de Raquel Filipa Conde Coimbra e Dília Vaz Miguel aborda os desafios que a Covid-19 trouxe ao campo da educação. O ensino com recurso às ferramentas virtuais

não é tarefa fácil. Os alunos passaram a ter mais autonomia, apresentando, por isso, maiores dificuldades, principalmente nas aulas práticas. O tema da Covid-19, que dominou as pesquisas académicas, constituiu, igualmente, preocupação de Simone Mura e Heitor Simão Mafanela Simão. Para escreverem o seu texto, os dois investigadores trabalharam em duas turmas do 3.º ano do curso de Licenciatura em Informática da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica de Moçambique, procurando diagnosticar as potencialidades e desafios emergentes do modelo híbrido de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. Com efeito, chegaram à conclusão de que a utilização combinada das diferentes plataformas virtuais eram relevantes para a aprendizagem. Este estudo articula-se com o que Palvina Manuel Nhambi e Sílvia do Nascimento que fizeram uma análise em termos temáticos. Os dois autores consideram que a qualidade da educação depende essencialmente da do professor, na medida em que é quem, na prática, desencadeia o processo de ensino-aprendizagem.

João Abílio Lázaro e Anna Fontana analisam a visão papal sobre a religião, as guerras e o discurso da fraternidade, partindo da situação sócio-política e militar, teimosamente prevalecente em Moçambique. Com efeito, o texto discute a relevância do pensamento de Sumo Pontífice atinente ao caminho da paz e da solidariedade, considerando que a religião desempenha um papel preeminente de pacificação dos povos de Deus. Por seu turno, Ali Atumane, Anna Fontana, Maria Albertina Barbito e Roberto Mendes exploram a temática de busca do cuidado da casa comum na avaliação da sustentabilidade do currículo da Universidade Católica de Moçambique. E, especificamente, examinam os conteúdos programáticos das disciplinas do curso de Licenciatura em Economia e Gestão, recorrendo aos Métodos STAUNCH como critério de avaliação do desenvolvimento sustentável, tendo em conta as categorias: economia, ambiente, sociedade e temas transversais, indo ao encontro das teorias sobre o cuidado da casa comum.

“A implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária: um estudo a partir da percepção dos gestores do município X em Moçambique” é título do texto de José Alfredo Pereira de Albuquerque e Mahomed Nazir Ibraimo. Trata-se de uma pesquisa realizada para colher as percepções dos directores e gestores municipais sobre as competências da gestão da educação primária. E, diagnostica as causas da não implementação da lei que regula esse projecto. Aboochama Oliveira Vontade aborda um fenómeno preocupante: as ameaças e ataques cibernéticos em Moçambique, e analisa as políticas e estratégias do seu combate. Segundo o autor, a utilização massiva das tecnologias de informação e comunicação e *internet*, tornou as pessoas, as organizações e o Estado-Nação altamente vulneráveis, configurando um perigo iminente à vida das pessoas e do mundo.

Nelson Ribeiro, Nuno Goulart Brandão e Vanusa Morais Freitas debruçam-se sobre como as estratégias competitivas de *marketing*, usadas por uma Agência Bancária Nacional conseguem satisfazer os seus clientes. O estudo indica que as estratégias de *marketing* se iniciam com acções objectivas para conquistar clientes no mercado. Por sua vez, António de

Abreu Pereira e Nelson Ribeiro analisam o papel da *média* social, nas actuais formas de construção de relacionamentos entre empresa e cliente, tendo como enfoque a comunidade do *Facebook* da “Tele A”. Este texto conclui que o *Facebook* tem um papel activo no desenvolvimento de relacionamentos entre a “Tele A” e os seus clientes, abrindo espaço para práticas de comunicação interactiva, criando possibilidades de engajamento para gerar valor e construir interacção saudável para as empresas.

A última parte de *Actas do V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique: Produção Científica, Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável* é dedicada à secção de encerramento e integra o discurso do Reitor. O texto destaca a importância do congresso e os resultados alcançados, e faz referência ao título escolhido para designar este evento académico: “Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”. Refira-se que o congresso se realizou num momento da crise global, mas também de enorme oportunidade para Moçambique e o Mundo.



V CONGRESSO INTERNACIONAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

“UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE, INCENTIVANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA PARA A PROMOÇÃO DA PAZ, JUSTIÇA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.

Beira, 17, 18 e 19 de Novembro de 2021

LOCAL: GOLDEN PEACOK RESORT HOTEL

PROGRAMA	
Dia 17 de Novembro de 2021 - Sala Conferência Internacional	
08:00 – 08:30	Acolhimento e Credenciação
SESSÃO DE ABERTURA	
08:30 – 09:30	Hino Nacional: Grupo Coral
	Oração de abertura: Prof. Doutor Pe. Arcanjo Sitimela – Capelão Mor (representado por Padre Coutinho).
	Intervenção do Excelentíssimo Senhor Prof. Doutor Padre Filipe Sungo, Magnífico Reitor da Universidade Católica de Moçambique.
	Discurso de Abertura: Sua Excelência Reverendíssima, Arcebispo da Beira e Magno Chanceler da Universidade Católica de Moçambique, Dom Cláudio Dalla Zuanna.
09:30 – 09:45	Momento Cultural: Leão e grupo Mandoa
09:45 – 10:45	Conferência inaugural: <i>O Papel da Igreja Católica na Promoção da Paz.</i>
	Orador: Prof. Doutor Andrea Riccardi, Representante da Comunidade Saint ‘Egídio – Itália
	Moderadora: Dra. Selma Martins – TVSucesso - Moçambique.
10:45 – 11:15	Coffee Break
11:15 – 12:15	Conferência Plenária: <i>SADC – Passado, presente e futuro: reflexão sobre os desafios da cooperação regional.</i>
	Orador: Doutor Tomaz Salomão, antigo Secretário Executivo da SADC - Moçambique
	Moderadora: Dra. Selma Martins – TVSucesso - Moçambique.
12:20 – 14:00	Intervalo para Almoço

14:00 – 15:00	Conferência Plenária: <i>Produção agrícola em Moçambique: visão, sonho e realidade.</i>
	Orador: Professor Catedrático João Mosca, Observatório do Mundo Rural, Moçambique.
	Moderador: Prof. Doutor Eng ^o . Magalhães Amade Miguel, Instituto de Investigação Agrária de Moçambique.
15:00 – 16:00	Conferência Plenária: <i>TICs na Educação: reflexão sobre os desafios da promoção de uma Educação Inclusiva em tempos de pandemia.</i>
	Orador: Prof. Doutor Boaventura José Aleixo, Universidade Licungo – Moçambique.
	Moderador: Prof. Doutor Narane Talaquichande, Universidade Católica de Moçambique.
16:00 - 16:30	Considerações do 1º dia e anúncio do programa do 2º dia – Prof. Doutor José Caetano

PROGRAMA	
Dia 18 de Novembro de 2021 Sala Conferência Internacional	
08:00 – 08:30	Acolhimento e Credenciação
8:35 – 8:40	Oração: Prof. Doutor Pe. Arcanjo Sitimela – Capelão Mor
08:45 – 09:00	Momento Cultural: Leão e grupo Mandoa
9:05 – 10:05	Conferência plenária: <i>Desafios da Medicina em Tempos de Crise Humanitária: um olhar sobre a inclusão sanitária, no contexto moçambicano.</i>
	Orador: Doutor Armindo Tiago, Sua Excelência Senhor Ministro da Saúde - Moçambique
	Moderadora: Prof ^a Doutora Kajal Chhaganlal, Universidade Católica de Moçambique.
10:10– 10:40	Coffee Break
10:40 – 11:40	Conferência plenária: <i>Integração socioeconómica dos deslocados vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre actividades geradoras de renda para autossuficiência das famílias deslocadas.</i>
	Oradores: Prof. Doutor José Caetano, MSc. Ali Ahamed Atumane e MSc. Ruben Ulaia, Universidade Católica de Moçambique.
	Moderadores: Dr. Jeremias Langa (Grupo SOICO)
11:40 – 12:40	Conferência plenária: <i>Guerra em Cabo Delgado: natureza e contextos regionais e globais.</i>
	Orador: Professor Catedrático Fernando Jorge Cardoso, Universidade Autónoma de Lisboa.
	Moderador: Prof. Doutor Pedrito Cambrão – Universidade Zambeze – Moçambique e Dr. Jeremias Langa (Grupo SOICO), Moçambique
12:45 – 14:00	Intervalo para Almoço
14:00 – 15:00	Conferência Plenária: <i>Terrorismo em Cabo Delgado</i>
	Orador: Prof. Doutor Francisco Zacarias Mataruca, Academia Militar – Moçambique.
	Moderadora: Dra. Ivone Soares, Assembleia da República - Moçambique.
15:00 – 16:00	Conferência Plenária: <i>A Ciência Política como campo de estudo da Paz e do Desenvolvimento.</i>

	Orador: Prof. Doutor Francisco Garcia, Universidade Católica de Portugal – Portugal.
	Moderador: Prof. Doutor Lino Marques Samuel, Universidade Católica de Moçambique.
16:00 – 17:00	Conferência Plenária: <i>O Processo de Paz em Moçambique: Progressos e desafios</i>
	Orador: Doutor Manuel de Araújo, Conselho Autárquico de Quelimane- Moçambique.
	Moderador: Prof. Doutor Américo Domingos Matindingue - Moçambique.
17:00 - 17:10	Considerações do 2º dia e anúncio do programa o 3º dia – Prof. Doutor José Caetano

PROGRAMA	
Dia 19 de Novembro de 2021 - Sala Conferência Internacional	
8:00 - 15:00	Apresentações livres – painéis (I, II e III) – Beira, Nampula e Chimoio
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	
15:00 – 15:30	Momento Cultural: Leão e grupo Mandoa
15:30 – 16:00	Entrega de prémios e de certificados de participação
16:00 – 16:30	Intervenção do Excelentíssimo Senhor Prof. Doutor Padre Filipe Sungo, Magnífico Reitor da Universidade Católica de Moçambique.
16:30 – 16:55	Discurso de encerramento: Sua Excelência Reverendíssima Dom Cláudio Dalla Zuanna, Arcebispo da Beira e Magno Chanceler da UCM.
16:55 – 17:00	Oração de encerramento: Prof. Doutor Pe. Arcanjo Sitimela – Capelão Mor
17:00	Hino Nacional: Grupo Coral – Fim da Cerimónia

segue os links

<https://ucm-ac-mz.zoom.us/j/92183172413?pwd=VFJuM0ZlYW1lZjJXOXdoY1VWZXlGdz09>

Webinar ID: 921 8317 2413

Passcode: UCM

<https://www.facebook.com/unicatolicamoz>

Nampula dia 19 segue o link:

<https://ucm-ac-mz.zoom.us/j/91321103757?pwd=WUNMMU1xQTc4a0IKdGVyUjN3MU0sOUT09>

Webinar ID: 913 2110 3757

Passcode: UCM

Chimoio

<https://ucm-ac-mz.zoom.us/j/93354931707?pwd=YTJPaE5CYs8zdG93cC9aMCtsbVlyQT09>

Webinar ID: 933 5493 1707

Passcode: UCM

Sessões Plenárias

Horas	<p style="text-align: center;">Sessão Plenária I - Beira</p> <p style="text-align: center;">Moderador: Prof Dr. Frei Manhiça</p>	
08.15-8.45	<p style="text-align: center;">Ideias Soltas</p> <p style="text-align: center;">Orador: Prof. Dr. Brazão Mazula</p> <p style="text-align: center;">Relator: Dr Horácio Camunga</p>	
08.45-8.55	<p style="text-align: center;">Discussão em plenária</p>	
	<p style="text-align: center;">Sala:</p> <p style="text-align: center;">ÁREA TEMÁTICA: Temáticas Transversais</p> <p style="text-align: center;">Moderador: Prof Dr. Frei Manhiça</p> <p>Relator: Dr. Horácio Camunga</p>	<p style="text-align: center;">Sala:</p> <p style="text-align: center;">ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE E AMBIENTE</p> <p style="text-align: center;">Moderador: Dra. Arlinda Zango</p> <p>Relator: Dr. Geraldo Vunguire</p>
09.00-9.10	<p>A Religião a guerra e fraternidade, vistas através das lentes do Papa Francisco</p> <p>Autores: Dr João Abílio Lázaro e Dra. Ir. Anna Fontana</p>	<p>Técnicas de Extração de Plantas Medicinais e a sua Relação com a Sustentabilidade Ambiental</p> <p>Autores: Dra. Sheila Zacarias Uaissone, Dr. Domingos Augusto João, Dr. Almeida Meque Gomundanhe</p>
09.10-9.20	<p>O Papel das Famílias Acolhedoras de Deslocados dos Ataques na Zona Norte de Cabo Delgado na Socialização do Espaço Urbano: Experiências dos Colaboradores da Universidade Católica de Moçambique em Pemba</p> <p>Autores: Prof Dra. Sofia Ahamad de Jany Vasco e Dra. Cleide Madeira</p>	<p>Processamento e biodisponibilidade de licopeno para prevenção do câncer de próstata</p> <p>Autores: Dr. Francisco Domingos Sacama, Dr. Alberto Nota Alfredo</p>
09.20-9.35	<p>Resiliência do Estado de Direito Democrático: Um olhar sobre as democracias emergentes em África</p> <p>Autores: Prof Dr. Anastásio Miguel Ndapasso</p>	<p>Avaliação da Eficiência do Destilador <i>Batch Simple</i> para a produção de Etanol hidratado</p> <p>Autores: Dr. Francisco D. Sacama e Dr. Alberto Nota</p>
09.30-09.40	<p>A UCM na busca do cuidado da casa comum avaliação da sustentabilidade no currículo universitário</p> <p>Autores: Prof. Ali Atumane, Dra Ir. Anna Fontana, Prof Dra. Maria Albertina Barbito e Dr. Roberto Mendes</p>	<p>A Experimentação em animal frente às possibilidades de utilização de métodos alternativos: uma questão ética e jurídica</p> <p>Autora: Cristiana Oliveira Batista de Andrade</p>

09.40-10.10	Discussão em plenária	
10.10-10.40	Coffee Break	
	<p>Sala: ÁREA TEMÁTICA: ECONOMIA E GESTAO Moderadores: Prof. Amina Tingane e Dr. Hélder Lourenço Relator: Dra. Felicidade Banze</p>	<p>Sala: ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE e AMBIENTAL Moderador: Dr. Josefo Ferro Relator: Dr. Geraldo Vunguire</p>
10.45-10.55	<p>Estratégias de Incentivo na Satisfação dos Colaboradores: Estudo de Caso Wise Up Autores: Dr. Inácio Augusto Belo e Prof Dra. Amália Dickie</p>	<p>Análise dos desafios enfrentados pelos enfermeiros da linha de frente no combate ao COVID-19 Autores: Dra. Amida Gulamo, Dra. Ana Paula José Miguel, Dra. Atija Pililão, Dra. Brígida Machava, Dr. Carlos Azevedo, Dra. Cristiane Muchanga, Dra. Emília Roda, Dra. Isabel Tole</p>
10.55-11.05	<p>A Pandemia do Coronavírus: um olhar dos impactos Sócio Económico aos vendedores informais no Distrito de Mocuba Autores: Dr. Adélio Gabriel Uacane</p>	<p>Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Paradóxo entre o Silêncio e o Sofrimento Psicológico no Contexto Moçambicano Autores: Dr. Rosário Martinho Sunde, Dr. Lucildina Muzuri Confero Sunde</p>
11.05-11.15	<p>Remuneração estratégica permanente e sustentável, o dilema das instituições Autores: Prof Dra. Fernanda José Caetano</p>	<p>Creating a platform to enable collaborative learning in One Health: The Joint Initiative for Teaching and Learning on Global Health Challenges and One Health experience. Autores: Prof Dra. Creuza Rachel Vicente, Dr. Fabian Jacobs, Prof Dra. Denise Sequeira de Carvalho, Prof Dra. Kajal Chhaganlal, Prof Dra. Raquel Baroni de Carvalho, Prof Dra. Sonia Mara Raboni, Prof Dra. Fatime Arenliu Qosaj, Prof Dra. Luana Fiengo Tanaka</p>
11.15-11.25	<p>Desafios e Oportunidades na Gestão Financeira no Contexto da COVID-19 Autores: Pedro António Mucaia</p>	<p>Discussão em plenária 11:25-11:45</p>
11.25-11.35	<p>Reciclagem como Estratégia de Negócio para as Micros e Pequenas Empresas na Cidade de Pemba Autores: Dra. Raquel Filipa Conde Coimbra e Dra. Domingas Narciso Alberto</p>	
11.35-12.05	Discussão em plenária	
	<p>ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO Moderadora: Dr. Nilton Nassiaca Relator: Vilma Francisco</p>	
12.05-12.15	<p>Diferenciação Pedagógica no Contexto de Educação Inclusiva do Ensino em Salas de Aulas na Cidade da Beira: Autora: Mariana Mucanda Figueira Fache</p>	

12.15-12.25		Motivação do Professor no Ensino Público em Relação ao Ensino Privado: Estudo de caso de duas Escolas Primárias na Cidade de Chimoio. Comunicadores: Autores: Patrícia Aunauyatile Cesário Akungondo; Liana Jonas Akungondo; Mariana Figuerira Fache e José Olímpio Dombe
12.25-12.35		Ensino Híbrido no Ensino Superior em Tempo da Pandemia Covid-19. Autores: Simone Mura e Heitor Simão Mafanela Simão
12.35-12.45		Modelo de Formação de Professores de Educação Física e Desporto na Modalidade à Distância: Reflexões a partir de uma experiência formativa. Autor: Alberto Francisco Malequeta
12.45-12.55		Formação de Professores de Ensino de Língua Portuguesa: um estudo de caso do Instituto de Educação à Distância. Autora: Prof. Dra. Ir. Luísa Santos
12.55-13.20	Discussão em plenária	
13:20-14:20	Almoço	
	Sessão de Poster	
14.20-14.45	<p>A perpetuação das barreiras no acesso à saúde às populações em moçambique pós-independência: uma reflexão bioética Autores: Dr. Alberto Paulo Neto, e Prof. Domingos Pedro Zina Faz-Ver.</p> <p>O Impacto da Reforma do Sector Público no Licenciamento de Actividades Económicas: O Caso dos Serviços Distritais de Actividades Económicas do Distrito de Gurué (2018-2020) Autores: Dra. Ivânia Lúcia Henriques Viola e Dra. Natália Muananoua</p> <p>O contrato psicológico e sua influência sobre o comprometimento dos docentes Autores: Dr. Mário Michon,</p> <p>Currículo local, como ferramenta de preservação do meio ambiente Autores: Prof Dra. Ana Júlia Saltiel e Prof Domingos Faz-Ver</p> <p>Caracterização de estado de saúde em Moçambique nas últimas duas décadas e os principais desafios Autores: Dr. Augusto Carlitos João Teixeira e Dra. Eunice Paulo Lourenço Correia Baptista</p> <p>Nutritional services for children in Beira, Mozambique: a study reporting on participatory use of data to generate quality improvement recommendations. Autores: Marzia Lazzerini, Kajal Chhaganlal, Augusto Cesar Macome e Giovanni Putoto</p>	

Horas	Sessões Plenárias – Painel II – Nampula	
	Painel IA Sala: Santa Terezinha de Àvila ÁREA TEMÁTICA: <u>Sociedade e Ciências jurídicas</u> Moderador: Olvanio Mutiniua, MA Relator: Viegas Nhenge, MBA	Painel IB Sala: Santa Madre Tereza de Calcutá ÁREA TEMÁTICA: <u>Sociedade e Ciências jurídicas</u> Moderador: Pe. Daniel Raúl, PhD Relator: Margarete Vida, MA
08h:30-08h:45	Análise da Política e Estratégia de Defesa e Segurança face aos Crimes Cibernéticos em Moçambique. Autor: Aboochama Oliveira Vontade	Os efeitos da violência doméstica na forma de privação dos direitos fundamentais no desenvolvimento da aprendizagem em crianças do sexo feminino. Autor: Chipo Panganayi
08h:45-09h:00	Internet e Redes sociais: Uma Análise Sobre Sua Influência na Promoção da Cidadania, Empoderamento e Participação Política dos Jovens em Moçambique. Autores: Agostinho Macane e Sofia Ahamad de Jany Vasco	Protecção Jurídica dos Deslocados Internos no Acesso aos Direitos Civis, caso de Estudo da Província de Cabo Delgado-Pemba 2019-2020. Autores: Fanito Salatiel Mafaniquisso Maheve e Irene Brígida Atanásio
09h:00-09h:15	Pobreza y desarrollo em Mozambique- Cabo Delgado. Autor: Albino Jaime Macuácu	Estabelecimentos Prisionais e Garantias de Ressocialização do Delinquente. Autor: Gil Xavier Júnior
09h:15-09h:30	Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise comparativa da legislação Brasileira e Moçambicana. Autores: Alessandra Gazzaneo e Bibiana Palatino Brum	Análise dos Mecanismos Jurídicos Individuais e Colectivos de Protecção do meio ambiente no Ordenamento Jurídico Moçambicano. Autor: Hélio José Victor Veda
09h:30-09h:45	Hibridismo civilizacional em tempos actuais: uma leitura da obra “choque de civilizações em huntington”. Autor: Belmiro Fernando	A responsabilidade civil do estado por danos decorrentes da bala perdida no ordenamento jurídico moçambicano. Autor: Inocêncio Lazaro Paissone
09h:45-10h:00	Regime Jurídico da Reforma dos Documentos de Identificação Civil dos Deslocados Internos, caso de Estudo da Província de Cabo Delgado -Pemba 2019-2020. Autores: Fanito Salatiel Mafaniquisso Maheve e Irene Brígida Atanásio.	A posição da Sociedade Civil face ao Conflito e aos deslocados de Cabo Delgado. Autor: Osvaldo David Julio Agostinho

10h:00-10h:15	Re) assentamento: formas de empoderamento e educação de raparigas e mulheres afectadas pelos conflitos terroristas de Cabo Delgado. Autor: Gaspar Tocoloa	A percepção da sociedade civil sobre o papel da Igreja Católica no processo de manutenção de paz e reconciliação nacional efectiva em Moçambique. Autores: Alberto Abdul Latifo Loiola e Sónia Basílio Pinto
10h:20-11h:55	Discussão plenária	Discussão plenária
	Acompanhe também pelo Link Zoom:	Acompanhe também pelo Link Zoom:
	Painel II Sala: São João Bosco ÁREA TEMÁTICA: <u>Comunicação; Mídia e Marketing</u> Moderador: Elizete D'alva, MA Relator: Grécia Eugénio, MBA	Painel III Sala: São Batista de la Salle ÁREA TEMÁTICA: <u>Ensino e aprendizagem</u> Moderador: Bianca Gerente, PhD Relator: Mauro Silva, MA
08h:30-08h:45	Contributo da Comunicação Interna Inclusiva para o surgimento de Liderança Autêntica nas Organizações. Autor: António Tuzine	Aprendizagem ao longo da vida como oportunidades de reconhecimento do saber adquirido na Zona Rural em Nampula. Autor: Alice Nhamposse
08h:45-09h:00	Comunicação como estratégia de marketing e sustentabilidade das organizações. Autores: Domingos Santana Coutinho e Luís Francisco Bofana	A influência da relação pedagógica na aprendizagem dos alunos em sala de aulas: uma reflexão sobre os resultados-chave e suas implicações. Autores: Eliseu Cosme Tito Njaico e Martins Vilanculos Laita
09h:00-09h:15	Autenticidade dos programas de infoentretenimento como factor de audiência. Autor: Emílio Nhamposse	O Papel do Professor do Ensino Primário na inclusão do aluno deslocado de guerra em cabo delgado: desafios e Perspetivas. Autores: Irene Celestino Mário Vahocha e Bonifácio Da Piedade
09h:15-09h:30	As Tecnologias da Informação e Comunicação como Principais Aliadas na Gestão Estratégica e Governança Corporativa no Contexto da COVID-19: Proposta de Desenvolvimento de um Sistema de Gestão e Venda de Produtos para Empresas que Actuam no Ramo da Restauração. Autores: Iyonissio Daniel Siteo e Nelson Júlio Chacha	Aprendizagem de química baseada no controle de presenças: uma proposta metodológica ao nível do ensino secundário para memorização significativa dos elementos químicos da tabela periódica. Autores: Jaime Ernesto Naene e Carlos José Domingos Alface
09h:30-09h:45	Comunicação e diversidade cultural. Autor: Sónia Arnaldo Cossa Matola	O Impacto da COVID 19, no processo de ensino e aprendizagem do SNE. Autor: Pe. Daniel Raul

09h:45-10h:00	Comunicação e cultura de paz nas ações socio-educativas como desafios para um país democrático como Moçambique. Autor: Sónia Arnaldo Cossa Matola	O Impacto da COVID 19, no Processo de Ensino e Aprendizagem do SNE, no Distrito do Guruè. Autores: Mário Domingos Jorge e Pe. Daniel Raul
10h:00-10h:15	Estudo de Estratégias Competitivas de Marketing na satisfação de clientes em Agência Bancária Nacional. Autores: Vanusa Morais Freitas; Nelson Ribeiro e Nuno Goulart Brandão	Covid 19, implicações no processo de aprendizagem e na qualidade de ensino superior. Autores: Rafael Chadreque e Luísa Natéssia Marufo
10h:15-10h:30	As Atitudes e Comportamentos Decorrentes da Acção das Campanhas de Desnutrição em Crianças Realizadas pela ONG SD Junto da População do Distrito de Monapo – Nampula. Autores: Neusa da Silva e Nuno Goulart Brandão	Gamificação na Educação: Um Estudo de Caso Comparativo. Autor: Mohammad Gulam Lorgat
10h:30-10h:45	_____	O papel da transmissão de valores éticos no processo de Ensino/Aprendizagem: estudo de caso Distrito de Murrupula. Autores: Martinho Francisco Cebola e Ângela Saina Camorai
	Discussão em plenária 10h:35-12h:05	Discussão em plenária: 10h:50-12h:20
	Acompanhe também pelo Link Zoom:	Acompanhe também pelo Link Zoom:
	Painel IV Sala: São Luís Gonzaga ÁREA TEMÁTICA: <u>gestão pedagógica; formação de professores</u> Moderador: Hermenegilda Correia, PhD Relator: Saiza Ussene, MA	Painel V Sala: São Gabriel Arcanjo ÁREA TEMÁTICA: <u>Ensino superior e inovação educativa</u> Moderador: Lino Samuel, PhD Relator: João Nasseco, Ma
08h:30-08h:45	Contributo da supervisão pedagógica no desenvolvimento profissional dos professores, um estudo de caso da Escola Secundária X. Autor: Dércio dos Santos Teresa Abreu	Desafios das Instituições do Ensino Superior: uma reflexão a volta do Perfil formativo do Docente universitário no PEA em Tempos de Covid-19. Um olhar sobre a Universidade Católica de Moçambique -Extensão de Gurué, (2019-2020). Autores: Natália Francisco Xavier Muananoua e Ivânia Lúcia Henriques Viola
08h:45-09h:00	Análise da Escrita dos Formandos: Caso do IFP de Quelimane 2019/2020. Autor: Genito Flávio Manecas Acácio Luís	A inovação no ensino superior. Autor: Adérito Barbosa

09h:00-09h:15	Formação baseada em competências, âmagô do fazer com qualidade docente face ao ensino híbrido em moçambique. Autores: Irene Celestino Mário Vahocha e Bonifácio Da Piedade	Desafios da Gestão Pedagógica no Ensino Superior à Distância em Moçambique no Contexto da Covid-19. Autores: Marcos Luís Rabo e Maura Rodrigues
09h:15-09h:30	As Percepções dos Membros Sobre Estrutura, atribuições e Actividades do Conselho de Escola – Caso de uma EPC da Cidade de Nampula. Autor: Saíde Augusto	A Universidade, as Instituições de Investigação e os desafios contemporâneos da produção científica. Autor: Alba Paulo Mate
09h:30-09h:45	O Contributo da ética no desenvolvimento profissional do educador: caso da escola secundaria centro cultural Abubacar Manjira Nampula. Autores: Zacarias Nuro e Ângela Saina Camorai.	inovação na educação em moçambique: análise de mudança de paradigma em tempos de covid 19. Autor: Aníbal João Mangue
09h:45-10h:00	Supervisão pedagógica dos gestores como contributo pessoal e profissional: Um estudo dos centros de recurso do Ensino á Distância de uma Universidade em Moçambique. Autores: Ana Sambo e Adérito Barbosa	Desafios do Ensino <i>Online</i> em Instituições de Ensino Superior em Tempos de Covid-19. Autores: Raquel Filipa Conde Coimbra e Dília Vaz Miguel
10h:00 – 10h:15	_____	prática de avaliação interna da qualidade nas instituições de ensino superior em moçambique: um estudo de caso. Autores: Miranda Amade Miguel e Albertina Celeste Inácio Ribáuè
	Discussão em plenária: 10h:05 – 11h:35	Discussão em plenária: 10h:20 – 11h:50
	Acompanhe também pelo Link Zoom:	Acompanhe também pelo Link Zoom:

Painel III - Chimoio: Engenharia e Ciências Sociais

Horas	Actividades	Responsável
Parte I: Sessão de Intervenções		
7:30 – 8:00	Chegada e registo dos participantes	Protocolo
8:00 - 8:05	Hino Nacional: Grupo Coral	
8:05 – 8:10	Oração de Abertura	Rev. Pe. Jorge Augusto
8:10 – 8:15	Apresentação do programa	Mestre de cerimónia
8:15 – 8:20	Notas de Boas Vindas	Eng.ª Cornélia da Natividade Alberto Gafah
8:20 – 8:25	Intervenção da Sua Exc. Reverendíssima Bispo da Diocese de Chimoio	Dom João Carlos Nunes
8:25 – 8:30	Intervenção da Excelentíssima Directora de Serviço Provincial de Assuntos Sociais de Manica.	Dra. Maria de Lurdes Brige
8:30 – 8:40	Intervenção da Sua Excelência Secretário de Estado da Província de Manica.	Dr. Edson da Graça Macuácuá
Parte II: Conferência Plenária		
8:40 – 9:10	Conferência Plenária: Engenharia para o desenvolvimento Sustentável	
	Orador: Eng. Albertino Raiva	
	Moderador: PhD, Narane M. Talaquichande	

9: 10 – 9:40	Intervalo: Visita a Exposição
--------------	-------------------------------

Parte III: Apresentação dos Artigos			
Área: Engenharia		Área: Ciências sociais	
Área: Engenharia		Área: Engenharia	
9:45 – 10:00	<p>Tema: Dimensionamento de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais do Bairro Soalpo, Chimoio</p> <p>Autor: Eng.º Gilberto Mucambe</p>	<p>Tema: Processo de Paz e os Desafios de uma Paz Positiva em Moçambique</p> <p>Autor: Dr. Abochama Oliveira Vontade</p>	<p>Tema: Aceitabilidade de tecnologia de sementeira manual de leguminosas em produtores de feijão nhemba no distrito Mogovolas</p> <p>Autor: Dr. Chariss Chaban Kambiri Kazuru</p>
10:05 – 10:20	<p>Tema: Risco de Salinização dos Solos das Áreas Irrigadas ao Longo do Rio Montepuez</p> <p>Autor: Dr. Walter Belmiro Augusto Saibo</p>	<p>Tema: A língua e o ambiente: as construções com chuva em anotações climáticas do escritor Eulálio Motta</p> <p>Autor: Dr. Iago Gusmão Santiago</p>	<p>Tema: A limitação do direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT) por emissão de fumo resultante de queimadas de produtos hospitalares no centro de saúde de Ingonane</p> <p>Autor: Dr. Cadmiel Armindo</p>
10:25– 10:40	<p>Tema: Estudo comparativo da Abundância e variação do comprimento total de <i>Thryssa vitirostris</i> capturados na Beira e Muanza de 2013 à 2017</p> <p>Autor: Dr. Daniel Cuinhane</p>	<p>Tema: O Contributo da CPLP na mitigação dos conflitos militares na região: Caso específico de Moçambique</p> <p>Autor: Dr. Guedes Banguero</p>	<p>Tema: A demarcação das terras indígenas brasileiras: a discussão do marco temporal e a importância dos povos para preservação dos biomas</p> <p>Autora: Dra. Alessandra Gazzaneo</p>
10:45 – 11:00	<p>Tema: Resposta do algodão consociado com diferentes culturas da família Fabaceae</p> <p>Autor: Eng.º Mussa Juma Joaquim</p>	<p>Tema: Processo de reassentamento da comunidade proveniente de Chipanga: um estudo a partir das percepções e acções do povoado acolhedor em Cateme-sede, 2010 à 2019</p> <p>Autor: Dr. Andissene Andissene</p>	<p>Tema: Avaliação da Composição Corporal do Conteúdo de Saponina em Músculos de <i>Oreochromis shiranus</i> Alimentados em Extrato de Vagens de <i>Acacia nilotica</i></p> <p>Autor: Eng. Paulo Tebulo</p>

11:05 – 11:20		Tema: A problemática dos Reassentamentos: uma revisão de literatura Autor: Dr. Hermenegildo Alberto Machoi	
11.25 – 11:40		Tema: Reassentamento: formas de empoderamento e educação de raparigas e mulheres afectadas pelos conflitos terroristas de Cabo Delgado Autor: Dr. Gaspar Tocoloa	
11:45 – 12:20	Debate em Plenária Moderador: Eng. Newton Ofício Relator: Dra. Julieta Martins	Debate em Plenária Moderador: Professor Doutor Felipe Angst Relator: Dr. Ferreira Juliasse Sine	Debate em Plenária Moderador: Eng.º. Marcos Ballat Relator: Dra. Ana Arone
12:20 – 14:50	Intervalo		
15:00 – 15:10	Considerações Finais	Eng.ª Cornélia da Natividade Alberto Gafah	

Conferência inaugural

O Papel da Igreja Católica na Promoção da Paz, Justiça e Desenvolvimento Sustentável em Moçambique

Andrea Riccardi

A Igreja Católica tem a paz no seu coração. É, pois, um ditado bíblico. Jesus é o príncipe da paz, aquele que vem, manso e humilde de coração conforme o Evangelho de Mateus, para salvar o mundo do mal e da violência. É aquele Jesus que diz ao Pedro, que tencionava defendê-lo: “Mete a espada na bainha.” É aquele Jesus que diz aos seus discípulos que lhe mostravam duas espadas para o defender: “Basta!” (Lucas 22,38). Esta mensagem continua a viver na história, tal como a Igreja vive na história do mundo e dos povos.

O catolicismo tem elaborado uma doutrina tradicional sobre a paz e a guerra, que desde os antigos Doutores da Igreja se desenvolveu até São Tomás de Aquino, no trigésimo século. A sua doutrina da “guerra justa” deve ser colocada no contexto histórico, como uma tentativa para limitar a possibilidade de se fazer a guerra, e assim negar a legitimidade de qualquer conflito. Naqueles tempos os conflitos eram considerados uma realidade normal da história. Todavia, segundo o pensamento do São Tomás de Aquino, uma guerra era lícita apenas sob certas condições: devia ter sido declarada por uma *autoridade legítima*; devia ter base numa *justa causa*, por exemplo quando se tratava de uma reação a uma injustiça recebida; devia conformar-se a uma *justa intenção* isto é a procura do bem comum e da paz.

Esta doutrina, com as sucessivas adaptações, recebeu plena aprovação do catolicismo ao longo dos séculos, até aos inícios do século XX. Mas era suficiente para travar a guerra? Os crentes eram reféns da guerra, de vontades arrogantes de poder que instrumentalizavam a violência com vista à afirmação de interesses políticos e económicos. Toda a história do colonialismo, que é bem conhecida em Moçambique pela sua cruzeza, foi a imposição de um poder económico e político, impulsionada pela força, pela violência e também pela guerra. A teoria da “guerra justa” não se revelou capaz de acabar com o alastramento da violência e da subjugação. Hoje Papa Francisco, na encíclica *Fratelli Tutti - Todos irmãos*, arquivou a ideia da guerra justa: “hoje é muito difícil sustentar os critérios racionais amadurecidos noutros séculos para falar duma possível «guerra justa». Nunca mais a guerra!”².

A Igreja vive na história, mas também apreende da história dos povos. Pouco antes de morrer, João XXIII disse: “Não é o Evangelho a mudar, mas sim nós, que começamos a o compreender melhor”. Com efeito, no século XX cresceu uma compreensão mais profunda do Evangelho da paz, por parte dos papas e das Igreja, frente ao horror de guerras levadas a cabo com massacres em massa das populações civis.

A Primeira Guerra mundial tem características inquietantes, nunca visto e experimentado antes. Morreram mais de 15 milhões de seres humanos; para além disso, a guerra foi a premissa da pandemia da gripe espanhola que causou mais 50 milhões de vítimas. Dois terços dos católicos encontraram-se distribuídos em duas frentes opostas: 124 milhões do lado da Entente, 64 milhões do lado dos Impérios centrais, matando-se ao longo de vários anos. Os católicos franceses rezavam pela vitória da França e os católicos alemães oravam pela vitória da Alemanha. Um escritor notou: a

² Papa Francisco, *Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social*, 258.

quem é que Deus devia prestar ouvidos? É um choque sem precedentes em termos do poder do armamento, do envolvimento das massas, da vontade de exterminar o adversário, do ódio generalizado entre os povos, da afirmação de ideologias nacionalistas.

Para além disso – o que não foi bastante sublinhado – no Império turco, durante a Primeira Guerra Mundial, houve o extermínio de pelo menos um milhão de cristãos, por parte dos turcos que queriam eliminar as minorias de religiões diferentes. A guerra – sobretudo a guerra mundial – favoreceu o suceder dos massacres. Como também se deu na Segunda guerra mundial com o massacre dos judeus, com o propósito da sua eliminação total por parte dos nazistas, isto é a Shoah (ou Holocausto). Começou-se a falar de genocídio, ou seja, operações de exterminação de um inteiro povo.

Bento XV, papa da Primeira guerra mundial, definiu-a um “inútil massacre”, expressão que provocará indignação em todos os governos europeus, empenhados em sacrificar a guerra pelo nacionalismo. Com efeito os governos beligerantes pedem apoio à Igreja no esforço de derrotar o inimigo. Mas o papa vai contra a corrente face a todas as nações europeias, e proclama que a guerra é uma “horrível carnificina”, um “flagelo assustador”, uma “tragédia da loucura humana”. Escreve Bento XV na primeira encíclica, *Ad beatissimi*, a primeira encíclica de um Papa vertente na paz:

“Todos os dias a terra transborda com mais sangue, e é coberta de mortos e feridos. E quem diria que estes povos, armados uns contra os outros, são descendentes do mesmo progenitor; que somos todos da mesma natureza, e que somos todos parte da mesma sociedade humana? Quem os reconheceria em tanto que irmãos, filhos de um só Pai que está nos céus?”³.

A guerra, que pela primeira vez se faz mundial, é um “terreno não habitável” para a Igreja de Roma que, sendo uma internacional, vacila consideravelmente num conflito onde os seus fiéis estão divididos nas duas frentes. Nesta situação a paz se apresenta como uma necessidade fisiológica para o Catolicismo, para a sua unidade, para a sua vida interna. Sobretudo, com uma consciência mais profunda, a Igreja compreende ter uma missão de paz no mundo e nos vários Países.

Na Segunda guerra mundial, o cenário se faz ainda mais trágico. Pio XII procura evitar a guerra. Lança um apelo dramático: “Tudo está perdido com a guerra, nada se perde com a paz”⁴. Há, todavia, desatendimento total por parte das potências que resolveram combater, como a Alemanha nazista de Hitler. Aos olhos das ditaduras nacionalísticas, a guerra é uma prova da sua força, à qual sacrificam milhões entre os seus cidadãos, assim como os dos outros Países. A Segunda guerra mundial acabou fazendo 50 milhões de mortos. A Igreja se tornou também refúgio para os sofredores: nasce a acção humanitária da Igreja em prol dos prisioneiros e dos perseguidos de todos os tipos. A acção humanitária da Igreja, durante os conflitos, é uma maneira para se criar espaços de paz e de ajuda, enquanto tudo está sendo ruído pela guerra.

Com efeito a guerra esmaga a vida humana, a partir do mais pequenos e fracos. Existe um respeito religioso do valor da vida, que não deriva apenas do ensinamento da Igreja, mas sim está na base de todas as religiões. A tradição hebraica ensina: “Quem salvar um homem, salva o mundo inteiro”. A vida de um homem tem o mesmo valor do mundo inteiro. É significativo que o Alcorão afirme:

³ Bento XV, *Ad beatissimi Apostolorum*. Carta Encíclica aos Veneráveis Irmãos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos, e outros Ordinários do Lugar em paz e comunhão com a Sé Apostólica, https://www.vatican.va/content/benedict-xv/it/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_01111914_ad-beatissimi-apostolorum.html.

⁴ Pio XII, *Mensagem via rádio aos governantes e povos em perigo iminente de guerra*, Quinta-feira, 24 de Agosto de 1939, https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390824_oragrave.html.

“quem tiver matado uma pessoa ... será considerado como se tivesse assassinado toda a humanidade. E quem tiver vivificado uma pessoa será como se tivesse dado vida a toda a humanidade.”. Quem tiver matado uma pessoa, terá a responsabilidade de ter assassinado toda a humanidade!

Mas não é apenas a guerra que mata o homem, a mulher, as crianças, os idosos, e sem consideração nenhuma pelo valor inestimável da vida. Quero abrir um parêntese para recordar que a guerra faz mal, matando os combatentes, não apenas durante o combates. Por exemplo, em Moçambique assistimos à vicissitude dos antigos combatentes, ou ao problema do reassentamento e inclusão das tropas da RENAMO. Mas há um caso impressionante, que muito me tocou: a guerra não apenas mata pelos combates, mas também mata aqueles que, após terem lutado, voltaram para a pátria. Um estudo da norte-americana Brown University estimou que os suicídios dos soldados americanos de 2001 até hoje ultrapassariam os 30.000 casos. Naquele mesmo período, os americanos mortos em combate foram pouco mais de 7.000. Muitas das vezes trata-se de militares que sofreram traumas psicológicos ou psiquiátricos.

No meio do sofrimento, houve um crescimento da consciência do valor da paz, que amadureceu também na autoconsciência da própria vida cristã. É a descoberta da função materna da Igreja, tão bem presente na visão dos Doutores da Igreja. Barbara Ehrenreich escreveu o seguinte: "a guerra é a actividade mais caracterizada pelo gênero que a humanidade conheça: é, pois, uma actividade “masculina”. Todavia, no século XX, desenhou-se o perfil maiormente materno, ou carismático – diria Hans Urs von Balthasar - da Igreja. Ao mesmo tempo amadureceu o repúdio daquela horrenda actividade masculina que é a guerra. João XXIII, na véspera do Concílio Vaticano II, tinha afirmado: "mães e pais de família detestam a guerra: a Igreja, mãe de todos sem distinção, voltará a levantar o clamor que sobe das profundezas dos séculos... para se derramar numa súplica orante de paz: a paz que prevê os conflitos das armas: a paz que deve ter as suas raízes e a sua garantia no coração de cada homem"⁵. Há uma ligação profunda entre a “maternidade” da Igreja e o compromisso pela paz.

A guerra é fonte de demasiada dor, e deixa um legado perverso. É suficiente pensar nas bombas não explodidas. A guerra continua a matar com o tempo, mesmo depois de ter terminado, devido à triste herança das minas antipessoais abandonadas, que estendem a sua capacidade de destruição por muitos anos: calcula-se que no mundo foram semeadas 100 milhões de minas antipessoais, que provocaram mais de 20.000 incidentes por ano, com mortos e mutilados. A guerra deixa também quase sempre uma herança de ódio e vingança.

A Igreja caminha rumo à condenação absoluta da guerra: nunca a guerra é o mal menor, mas sim sempre um mal absoluto. A Igreja do século XX não acredita que violência, guerra, revolução, possam ter efeitos positivos. O fim não justifica o meio. O ideal, para se sair de situações de opressão, é a transição pacífica. As guerras deverão são terminadas pelas negociações, porque as vitórias no terreno militar deixam uma herança de rancor e desejo de vingança.

É de salientar o apoio constante que a Santa Sé proporciona à Organização das Nações Unidas, acolhida com simpatia e esperança, conforme atesta também a encíclica de João XXIII *Pacem in terris*, que considera a ONU um sinal dos tempos, novos e melhores, e de uma humanidade que se concebe dentro de um futuro global. A *Pacem in terris*, publicada em 1963, é a encíclica do XX século

⁵ João XXIII, *Mensagem via rádio aos fiéis de todo o mundo, um mês antes do Concílio Ecuménico Vaticano II*, Terça-feira, 11 de Setembro de 1962, https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19620911_ecumenical-council.html.

que teve o maior sucesso no mundo inteiro, por responder a um anseio universal, isto é, o da paz⁶. Naquela altura o mundo vivia numa condição de guerra-fria, enquanto tinha iniciado o processo de descolonização que ainda não abrangia, como é sabido, as colónias portuguesas, que o regime de Salazar teria defendido ser territórios de além-mar, servindo-se às vezes de uma ideologia da “cristandade”, quase que Portugal tivesse uma missão “religiosa”. Em Moçambique aquela postura foi contestada por bispos tal como o primeiro bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, muito crítico para com a dominação colonial portuguesa, sobretudo em relação ao tratamento discriminador que vitimizava a maioria da população africana com o trabalho forçado. Mas foi contestada também pelo bispo de Nampula, D. Manuel Viera Pinto. Pelo contrário o cardeal Gouveia e o seu sucessor D. Custódio Alvim Pereira, eram adeptos do salazarismo e contrários à ideia da emancipação das populações africanas.

Uma vicissitude emblemática do clima da guerra-fria é a crise de Cuba em 1962. No momento dramático em que uma guerra nuclear ameaça deflagrar, a palavra de João XXIII permite flexibilidade a Khrushchev, líder da União Soviética que estava prestes a instalar mísseis atómicos em Cuba, permitindo aos soviéticos uma honrosa retirada estratégica face à reação ameaçadora do Presidente norte-americano Kennedy. Os navios que transportavam mísseis para Cuba inverteram a rota e o mundo foi salvo. Gostaria de sublinhar o facto de que, após os apelos pela paz de Bento XV e Pio XII, não atendidos durante as duas guerras mundiais, o de João XXIII está agora a ser ouvido. A antiga vocação da Igreja em prol da paz encontra-se rodeada de consenso. As palavras do Papa João, naqueles anos, representam a consciência comum da humanidade. Eu diria que a mensagem da paz representa sempre a consciência geral dos povos. Experimentei pessoalmente isso na própria guerra de Moçambique. O povo moçambicano não queria uma guerra que tantas destruições fez, causando mortos e refugiados. E provou isso depois da paz em 1992, quando não houve vinganças ou retaliações, mesmo depois de tão tantos crimes.

No coração do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, a Igreja consegue interpretar esta consciência de paz. De acordo com a *Pacem in Terris*, já não é possível aceitar a guerra, sobretudo devido à grande capacidade destrutiva das armas: “A persuasão de que as eventuais controvérsias entre os povos devem ser dirimidas com negociações e não com armas. ... é alimentada pelo temor das calamidades e das ruínas desastrosas que estas armas podem acarretar; por isso, não é mais possível pensar que nesta nossa era atômica a guerra seja um meio apto para ressarcir direitos violados.”⁷.

A paz já não é propriedade exclusiva dos cristãos. Diz respeito a todos os "homens de boa vontade", segundo o Papa João; ou aos crentes de todas as religiões, de acordo com João Paulo II (como vou dizer em seguida). Paulo VI, na Assembleia Geral da ONU, em 1965, escolheu palavras comoventes. Afirmou ele: “Nós temos consciência de fazer nossa quer a voz dos mortos quer a voz dos vivos: dos mortos caídos nas terríveis guerras do passado, sonhando com a concórdia e a paz do mundo — dos vivos que lhes sobreviveram, e que antecipadamente condenam nos seus corações os que tentassem renová-las — de outros vivos ainda: as jovens gerações de hoje... que esperam com razão

⁶ João XXIII, *Carta Encíclica Pacem in terris aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar em paz e comunhão com a sé apostólica ao clero e fiéis de todo o orbe, bem como a todas as pessoas de boa vontade a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade* https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html

⁷ João XXIII, *Carta Encíclica Pacem in terris*, cit.

uma humanidade melhor. Fazemos também nossa a voz dos pobres, dos deserdados, dos infelizes, dos que aspiram à justiça, à dignidade de viver, à liberdade, ao bem-estar e ao progresso.”⁸.

Daí, levantou-se um grito que é uma política e um compromisso inquestionável: "Nunca mais a guerra". Além disso, o Concílio Vaticano II, que terminou em 1965, nunca fala de guerra justa, e torna seu o grito do Papa em muitas situações de conflito, como a do Vietname. Paulo VI liga paz e justiça. Com a *Populorum Progressio*, coloca a questão social não dentro das sociedades industriais, mas sim nas relações entre o Norte e o Sul do mundo: “O desenvolvimento é o novo nome da paz”⁹.

A Igreja apoia a voz débil dos pobres. A guerra pode ser prevenida não apenas pela negociação, mas também pela luta contra a pobreza. A pobreza e a exploração perturbam a vida dos mais fracos levando-os para caminhos de desespero, utilizados por aqueles que alimentam a guerra e a violência. Após os terríveis ataques em Nova Iorque, João Paulo II aborda a questão do terrorismo, ao dizer: “A paz ... hoje, é atacada pelo terrorismo internacional ... o terrorismo transformou-se numa rede sofisticada de conluios políticos, técnicos e económicos, que ultrapassa as fronteiras nacionais e se estende até abranger o mundo inteiro. Trata-se de verdadeiras organizações, dotadas frequentemente de enormes recursos financeiros, que elaboram estratégias em vasta escala, atingindo pessoas inocentes, de forma alguma envolvidas nos objectivos que se propõem os terroristas ... O terrorismo nasce do ódio e gera isolamento, desconfiança e retraimento. A violência atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes. *O terrorismo baseia-se no desprezo da vida do homem...* enquanto recorre ao terror como estratégia política e económica, [é] um verdadeiro crime contra a humanidade¹⁰.

Wojtyla é o protagonista de uma série de transições pacíficas para a democracia nos países do bloco comunista, começando pela "sua" Polónia, e depois no Chile, nas Filipinas... "Diálogo" é o termo que expressa em profundidade a forma a maneira com que a Igreja pretende promover a paz. Esta palavra torna-se programa, encontro, iniciativa.

Exemplar é a Oração pela Paz em Assis a 27 de Outubro de 1986, quando João Paulo II convocou na cidade de São Francisco os representantes das grandes religiões mundiais. O diálogo ecuménico e inter-religioso sustenta e alimenta a paz no mundo. Com efeito, Wojtyla tinha percebido que as religiões podiam ser como “gasolina” no fogo da guerra, ou como “água” que extingue, pacificando, o instinto de guerra. O diálogo entre as religiões previne os conflitos, que procuram na religião uma justificação ideológica. “Talvez nunca, antes na história da humanidade, como agora – afirma Wojtyla - o laço intrínseco que existe entre uma atitude autenticamente religiosa e o grande bem da paz se tenha tornado evidente a todos... A paz é um estaleiro aberto a todos e não apenas aos profissionais, aos sábios, aos estrategas”¹¹.

⁸ Paulo VI, *Discurso às Nações Unidas*, Quinta-Feira, 4 de Outubro de 1965, https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html

⁹ Paulo VI, *Populorum Progressio*, https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html

¹⁰ João Paulo II, *Mensagem para a celebração do XXXV Dia Mundial da Paz*, 1 de Janeiro de 2002, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20011211_xxxv-world-day-for-peace.html

¹¹ João Paulo II, *Discurso ao Representantes das Igrejas Cristãs e Comunidades eclesiais e das Religiões mundiais reunidos em Assis*, Domingo 27 de Outubro de 1986, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1986/october/documents/hf_jp-ii_spe_19861027_prayer-peace-assisi-final.html.

Daquele momento para diante, falar-se-á no “espírito de Assis” - para se indicar o diálogo entre as religiões em prol da paz. Um movimento importante, não apenas no topo, mas sim na base. Por isso a Comunidade de Sant’Egidio tem continuado, ano após ano, tais encontros no “espírito de Assis”, e constata de como depois de 35 anos se tenha criado uma familiaridade e uma comunhão de linguagem entre mundos religiosos diferentes. Lembro-me de como no Outubro de 1986, enquanto se desenrolava a Oração pela Paz em Assis, na cidade de São Francisco, tive uma longa conversa com o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves - um homem em busca da paz para o seu País - sobre a destruição provocada pelo conflito entre Governo e RENAMO, e a necessidade de se buscar a paz pela negociação e o diálogo.

Antes de concluir, queria dizer algo sobre a paz em Moçambique, assinada em Roma após 27 meses de negociações, a 4 de Outubro de 1992 (e talvez não fosse um acaso ser o próprio dia de São Francisco). Sobre aquela paz existe uma literatura, destaco de modo especial o livro do Roberto Morozzo della Rocca, traduzido também em português, mas não só¹². Foi o anseio de paz - cultivado no sentimento religioso, no conhecimento do pensamento cristão, na piedade para com um povo que tinha sofrido um milhão de mortos e diversos milhões de deslocados e refugiados - a impulsionar e alimentar os protagonistas das negociações. Em primeiro lugar, o arcebispo da Beira, o saudoso dom Jaime Gonçalves, e os mediadores de Sant’Egidio, entre os quais eu próprio, e o actual arcebispo de Bolonha, o cardeal Matteo Maria Zuppi. Foi a fé a fazer-nos perseverar também quando os obstáculos pareciam insuperáveis. Animava-nos a confiança de que apenas o diálogo é que podia salvar o povo moçambicano de uma condição que o fazia sofrer de maneira incrível.

Tratava-se de achar uma linguagem comum entre o Governo da FRELIMO e a guerrilha da RENAMO. As duas partes tinham visões muito diferentes. Cada uma estava convencida de representar de forma exclusiva o povo moçambicano. A viragem nas negociações se deu quinze meses depois do início. Alcançou-se uma linguagem comum: os representantes da RENAMO já raciocinavam menos como soldados e mais como políticos; os representantes da FRELIMO já aceitavam reconhecer a existência política da RENAMO, condição para o regresso à paz. Por conseguinte, a RENAMO reconheceu a autoridade estatal do Governo de Maputo, enquanto esse último reconheceu que a RENAMO poderia fazer parte da vida do País como um partido político. Nos meses seguintes, as negociações marcaram progressos mais rapidamente porque cada uma das partes tinha adquirido legitimidade aos olhos da outra.

As negociações foram longas e difíceis, mas o diálogo deu os seus frutos, até porque ambas as partes compreenderam que os moçambicanos queriam a paz. Os mediadores davam confiança, criavam um ambiente confidencial, resolviam mal-entendidos e propunham soluções práticas. Não se envolveram numa mediação muscular, com promessas financeiras ou ameaças militares. Deve-se reconhecer que a mediação que decorria em paralelo em Angola por potências com meios de persuasão muito mais poderosos, incluindo os Estados Unidos, falhou gravemente. O processo de paz moçambicano foi bem-sucedido porque os mediadores eram considerados fiáveis e imparciais, não representavam interesses políticos ou económicos, apenas queriam o bem do povo moçambicano. A inspiração religiosa foi decisiva para isto.

Já escrevi várias vezes sobre estas negociações que desvendaram a “força débil”, mas sim invencível, da busca desinteressada da paz. Também, naqueles anos Noventa, muitas Igrejas se empenharam em transições para a democracia na África e no mundo. Penso em Desmond Tutu, arcebispo anglicano, que teve um papel chave no processo de saída da África do Sul do apartheid. Ou ao cardeal Monsengwo Pasinya, decisivo na transição do seu País da ditadura de Mobutu para o

¹² R. Morozzo della Rocca, *A Paz. Como Moçambique saiu da guerra*, Ciedima, Maputo 2012.

multipartidarismo. A Igreja Católica, tal como outras Igrejas históricas, tem uma sua força, autónoma e livre, ao serviço do povo, em lidar com as autoridades políticas, assim como em se deparar com quem ameaça a paz, não sendo condicionada por interesses, o que se pode dar noutras comunidades religiosas.

Aqueles anos Noventa passaram, mas ficou uma questão, que acho vai ser abordada neste encontro: o que se fez daquela paz assinada em Roma a 4 de Outubro de 1992? O que se fez com aquela paz que o povo moçambicano tem celebrado com uma alegria sem precedentes ao momento de ter sido anunciada?

Creio que foi muito importante preservar a memória da paz. A Comunidade de Sant'Egidio trabalhou na mediação, nos termos acima mencionados. Mas as Comunidades moçambicanas de Sant'Egidio, que fazem parte da história deste País desde os anos Noventa, têm estado resolutamente empenhadas em preservar essa memória, que é fundamental para a construção de uma cultura comum de paz em Moçambique. Em Dachau, o campo de extermínio nazi onde milhares e milhares de pessoas morreram, a seguinte frase do escritor espanhol George Santayana está escrita em trinta línguas: "Aqueles que não se lembram do passado estão condenados a repeti-lo".

Aqui vejo o papel da Universidade Católica como decisivo, na construção e preservação de uma cultura de paz e da memória do horror da guerra. Assim, ofereço o meu modesto apoio para que a Universidade Católica seja um lugar de memória do que foi a guerra, mas também um espaço para pensar sobre a paz e educar para a paz.

Gostaria de agradecer pelo convite a tomar parte nesta conferência, a qual infelizmente não me foi possível participar pessoalmente. Considero-a de grande importância. Lembra à Igreja e aos cristãos a responsabilidade imperativa pela paz em qualquer situação. Empenha a Universidade e todas as pessoas com cultura a recordar a guerra e a ser testemunhas dos seus horrores (que muitos experimentaram também pessoalmente). Compromete todos a trabalhar pela paz e a criar aquilo a que chamo de 'paz preventiva', ou seja, uma paz capaz de remover as condições que podem fomentar a eclosão de conflitos.

Concluo com as palavras do Papa Francisco na *Fratelli tutti*, que para mim representam verdadeiramente um ponto alto da nossa consciência de hoje: "Toda a guerra deixa o mundo pior do que o encontrou. A guerra é um fracasso da política e da humanidade, uma rendição vergonhosa, uma derrota perante as forças do mal. Não fiquemos em discussões teóricas, tomemos contacto com as feridas, toquemos a carne de quem paga os danos ... interroguemos as vítimas. Prestemos atenção aos prófugos, àqueles que sofreram as radiações atómicas ou os ataques químicos, às mulheres que perderam os filhos, às crianças mutiladas ou privadas da sua infância. Consideremos a verdade destas vítimas da violência, olhemos a realidade com os seus olhos e escutemos as suas histórias com o coração aberto. Assim poderemos reconhecer o abismo do mal no coração da guerra, e não nos turvará o facto de nos tratarem como ingénuos porque escolhemos a paz."¹³.

¹³ Papa Francisco, *Carta Encíclica Fratelli Tutti*, cit., 261.

Conferências Plenárias

TICs na Educação: Reflexão sobre os desafios da promoção de uma Educação Inclusiva em tempos de pandemia

Boaventura Aleixo

Reitor da Universidade Licungo, Moçambique

Quero antes de mais agradecer ao Magnífico Reitor da Universidade Católica de Moçambique, o Prof. Doutor Padre Filipe Sungo pelo amável convite que me formulou para participar neste V Congresso Internacional da UCM e partilhar algumas reflexões sobre os desafios da promoção de uma educação inclusiva em tempos de pandemia.

De facto, a pandemia da COVID-19 apanhou-nos a todos de surpresa e completamente desprevenidos e forçou-nos a considerar o uso das tecnologias para dar continuidade as actividades. Assim, os artistas, os comerciantes, os funcionários, os educadores e todos os outros segmentos sociais tiveram de inventar novas formas de continuar a trabalhar e a servir, observando o imperativo de limitar o contacto presencial entre as pessoas. A palavra de ordem era “FIQUE EM CASA”. No ramo da educação, as aulas na modalidade presencial foram interrompidas, todavia precisávamos continuar a fazer circular a informação e os conhecimentos sem movimentar as pessoas. Para tal as instituições tiveram que inovar e o recurso as TICs surgiu como uma solução altamente adequada. Assim, de alguma forma, a COVID-19 serviu de catalisador para o uso massificado e generalizado das TICs nas mais diversas áreas.

Porém, as tecnologias nas quais nos socorremos para continuar a trabalhar não são de todo novas. Elas já cá estavam bem antes da COVID e embora os discursos oficiais orientassem para o seu uso massivo na educação, no terreno elas permaneciam inexistentes ou até eram inibidas. É só nos lembrarmos de como, num passado recente, certas escolas não permitiam que os alunos levassem seus telefones celulares para a escola. Esses mesmos aparelhos que ontem eram banidos das escolas hoje são quase obrigatórios e até tornaram-se factor de exclusão para quem não tem como adquiri-los e usá-los.

A história das tecnologias ensina-nos duas coisas importantes: A primeira é que nenhuma invenção, nenhuma das tecnologias de informação e comunicação foi inicialmente concebida para a educação. Quando a rádio, a televisão, o computador, a Internet, o telemóvel e tantas outras tecnologias foram inventadas estas não tinham finalidade educativa, ou seja, o uso real destas máquinas praticamente não coincide com o previsto pelos seus inventores.

A segunda coisa é que cada vez que uma novidade tecnológica surge no mercado ela é imediatamente investida de uma missão educativa. A educação acapara-se da referida tecnologia e

ela torna-se poderosamente educativa e importante meio de formação. E assim será com todas as novas ferramentas que forem surgindo. A elas sempre será conferida uma função educativa.

Desde o surgimento do papel (utilizado para gravar informações) até ao desenvolvimento das auto-estradas da informação, a educação sempre procurou utilizar as diferentes ferramentas para ensinar. Quando a rádio foi inventada, educadores viram nesta «nova tecnologia de comunicação» uma utilidade para a educação e esta foi largamente utilizada em programas educativos. Com o surgimento da televisão a tendência prevaleceu. No século XX a informática atingiu níveis elevados de desenvolvimento e esta «nova tecnologia» também se tornou educativa. Na era da telefonia móvel, vemos desenvolver-se experiências de uso do telemóvel para a educação. Isto demonstra, claramente que o desenvolvimento das TICs interpela os sistemas educativos e mexe com seus paradigmas.

Hoje, as transformações e as inovações que se impõem ao mundo da educação não derivam apenas da situação da pandemia, mas resultam também, e sobretudo, das opções que o desenvolvimento tecnológico proporciona. O desenvolvimento tecnológico abre oportunidades para que o acto de aprender se torne cada vez mais uma actividade não restrita a um lugar ou a um momento como acontece no modelo tradicional que bem conhecemos, onde o processo de ensino aprendizagem ocorre quando os intervenientes se encontram em determinado lugar, numa certa hora, para uma actividade definida.

Um estudo feito pela Universidade Licungo em 2020 sobre a funcionalidade do uso das plataformas nas IES do centro do país, revelou existir alguma ineficiência no uso das plataformas virtuais durante o período de vigência do Estado de Emergência. Em volta disso, os estudantes destacaram os seguintes factores:

- Falta de condições para o acesso regular as plataformas (falta de tablets, computadores, Internet, fraco domínio da informática, entre outros)
- Incompatibilidade das plataformas para responder de forma eficaz as necessidades do processo de ensino-aprendizagem (principalmente para as disciplinas experimentais)
- Receio que o PEA não se realize de forma efectiva nas plataformas digitais como na modalidade presencial.

O estudo revelou que 71.1% dos estudantes participavam nas plataformas digitais. Isto significa que, de alguma forma, 28,9% de estudantes estavam excluídos do processo. Para os estudantes os factores que interferem no acesso as plataformas foram indicados da seguinte forma:

- 53% falta de Internet
- 38% falta de um dispositivo apropriado (computador, tablet)
- 5% falta de domínio de informática
- 4% outros factores

Apesar dessas dificuldades, questionados se foi oportuno as instituições adoptarem o ensino virtual, 72.2% dos estudantes considerou que o uso das plataformas digitais para a prossecução do PEA no período de vigência do Estado de Emergência foi a medida mais acertada para as IES.

Sobre a plataforma mais usada, WhatsApp foi a mais destacada, seguida de *google classroom*. No geral as plataformas internas das universidades apresentam níveis muito baixo de uso, o que se deve certamente ao facto de elas estarem mais orientadas para a gestão académica e não para o PEA.

Os dados acima apresentados, atestam que efectivamente, apesar de compreendermos que o uso das tecnologias é a estratégia mais ajustada para dar continuidade as actividades neste tempo de pandemia, devemos admitir que temos limitações preocupantes no acesso e uso de dispositivos digitais no processo educativo. Limitações que se situam essencialmente ao nível da infra-estrutura tecnológica, da capacidade de acesso e da preparação dos actores para o uso eficiente dos recursos disponíveis.

Para darmos um salto qualitativo e oferecer uma educação inclusiva é fundamental capitalizar todo o aprendizado e as experiências que acumulamos no contexto da pandemia e fazer bom uso das tecnologias de que a humanidade hoje dispõe. No meu ponto de vista os factores que devemos considerar para promover a inclusão através do uso das TICs são prioritariamente de ordem económico, infra-estrutural e pedagógico.

O primeiro factor determinante para reduzir a exclusão e promover uma educação inclusiva com recurso as TICs tem a ver com a capacidade dos actores (docentes e estudantes) terem acesso as ferramentas. O que inibe o acesso ao dispositivo é fundamentalmente a questão do seu preço.

Hoje em Moçambique o preço de um computador está acima de 25.000mt. Isto representa 5 vezes o salário mínimo. Vemos que logo a partida a exclusão começa na possibilidade de acesso a ferramenta de trabalho. Pode-se contornar a questão do preço do computador, recorrendo a outro tipo de dispositivo como o tablet ou o telemóvel, mas igualmente o seu custo de aquisição é relativamente elevado. Custaria cerca de 10.000mt (cerca de 2 vezes o salário mínimo) o que limitaria a sua posse para a maioria dos estudantes.

Há um fenómeno interessante que gostaria de salientar aqui, é que estatisticamente o acesso a telefonia móvel regista um aumento na ordem de 50% a 60% por ano em Africa. De acordo com o levantamento do Ministério de Transportes e Comunicações, em 2004 existiam em Moçambique 610.473 subscritores de telefonia móvel, número que em 2008 subiu para 4,4 milhões e em 2010 atingiu os 7.22 milhões de subscritores e em 2020 estamos acima de 18 milhões. Em 2011 a densidade é de 30.8 cel/100 habitantes contra 0.06 banda larga/100hab. Agora a densidade duplicou passando para 60 cel/100 habitantes. No entanto estes dados devem ser analisados com a devida cautela, pois devemos considerar que um mesmo indivíduo possui 2 ou 3 aparelhos e contractos, o que certamente tem uma influência na noção de distribuição destes equipamentos.

Insisto na questão do telemóvel porque constamos que o whatapp é a plataforma mais usada pelos docentes e pelos estudantes. E é mais usada certamente porque o dispositivo é mais acessível, é de fácil manuseamento e o custo da conectividade é mais abordável.

Penso que uma das explicações para esta visível preferência pelo telemóvel, prende-se com a facilidade com que se pode adquirir um telemóvel, a facilidade com que este aparelho se pode anexar ao corpo humano e a utilidade prática desta tecnologia. Para a sociedade, quanto mais a tecnologia contribuir para resolver directamente os problemas quotidianos da população, mais ela será rápida e facilmente assimilada. Assim, podemos concluir que para eliminar a exclusão e promover a inclusão dos estudantes, precisamos favorecer o acesso ao dispositivo mais ajustado ao propósito que perseguimos.

O segundo factor determinante tem a ver com a **qualidade da conexão**. Se eu tiver um dispositivo, e esse não estiver conectado a rede farei dele um uso muito limitado. Os problemas que temos a nível da conectividade é que ela é lenta e muito cara. Este é uma dificuldade estrutural que demanda uma abordagem global no sentido de melhorar a qualidade da infra-estrutura e reduzir o custo da Internet.

Os países que melhores respostas apresentaram ao desafio do ensino virtual são os que detêm uma infraestrutura digital de qualidade, isto é, geograficamente dispersa, rápida e a preço acessível. No nosso caso é desafiador termos 53% de estudantes com dificuldade de acesso a Internet.

O terceiro factor determinante é de ordem pedagógica e está relacionado com os **conteúdos disponibilizados**. De facto, o acesso ao dispositivo e a existência de uma boa conexão não são suficientes para garantir o sucesso da inclusão das TICs na educação. O processo de ensino aprendizagem não vai ocorrer se não houver conteúdos. As ferramentas só por si não ensinam, mas podem ser veículos de conteúdos educativos. Os conteúdos são preparados pelos professores. Se os professores não forem capazes de disponibilizar conteúdos nas diferentes plataformas os estudantes não terão como utilizar utilmente os seus dispositivos.

Aqui temos um verdadeiro desafio que nos impele a mudanças substanciais. É óbvio que ninguém quer mudar simplesmente por mudar. Mudar significa sair da sua zona de conforto e procurar novas respostas para novas perguntas. Procurar novas respostas significa uma nova educação, um novo preparo, logo é preciso adquirir novas competências e habilidades para entender as mudanças que ocorrem na educação.

Hoje o mundo caminha para a interactividade, para a aprendizagem colaborativa, para as redes sociais, para as trocas de informações. É indispensável que a escola e o professor estejam aptos a sair da sua zona de conforto para enfrentar esta nova realidade. Os professores mais antigos são na sua maioria emigrantes digitais, quando a maior parte dos alunos são nativos digitais.

O sistema educativo tal como o conhecemos foi pensado para a era industrial, cuja principal característica foi a mecanização da produção. Agora temos de nos adaptar para responder aos desafios da era digital caracterizada pela globalização e pela democratização do conhecimento. Esta situação faz com que o professor precise de se reinventar em permanência. O professor do futuro ou adapta a sua pedagogia ou desaparece. O tempo do Professor que fecha a porta da sala da aula está a terminar.

Actualmente, os equipamentos e dispositivos móveis já são amplamente utilizados pelos alunos que dominam naturalmente essas tecnologias. Não se trata, portanto, de trazer uma inovação tecnológica para dentro da sala de aula pois a tecnologia já lá está. Os alunos já usam tablets, telemóveis e outros artefactos. Trata-se de saber tirar partido das ferramentas disponíveis para potenciar a prática educativa. O que o professor precisa é de encontrar formas de incluí-la nos conteúdos e nos processos de aprendizagem.

A grande oportunidade que vejo neste desafio de mudanças permanentes é que os professores mais recentes já saem das universidades dominando essas tecnologias. Contudo o número de professores analógicos, isto é, que não integram as tecnologias digitais nas suas práticas ainda é significativo.

É preciso que a escola e os professores sejam capazes de se adequar às constantes mudanças induzidas pela revolução digital. Na verdade, importa aqui sublinhar que a pedagogia do amanhã não está na tecnologia em si, mas na forma como nos preparamos para incorporar a tecnologia no processo educativo.

Conclusões e Recomendações

Vivemos uma nova, complexa e desafiadora realidade que abre campo para novos estudos, novas pesquisas e novas propostas educativas. Sabemos que o conservadorismo faz parte da essência da actividade educacional, no entanto, enquanto professores e gestores da educação não podemos deixar de reflectir profundamente sobre a importância da inclusão digital e do uso das tecnologias, no acto educativo, de forma inovadora e escapando das abordagens pedagógicas convencionais.

A tecnologia e as suas possibilidades não devem apenas aparecer como recursos técnicos para favorecer a aprendizagem, mas devem também constituir conteúdos de estudo e tema de reflexão nos currícula, isto é, não se trata apenas de estimular o uso das tecnologias, mas trata-se também de reflectir sobre como elas são usadas e em que medida elas contribuem realmente para o propósito educativo.

Actualmente o mundo conhece novos e interessantes paradigmas educativos e sociais. Fala-se da aprendizagem como um processo colaborativo, da aprendizagem ao longo da vida, do professor como facilitador de uma aprendizagem que ocorre graças a interação do aluno com vários recursos. As tecnologias, se devidamente exploradas, poderão trazer uma resposta satisfatória a esses paradigmas.

A integração da tecnologia educativa é hoje um dos principais indicadores da qualidade de ensino embora muitas vezes a sua escolha e integração seja feita sem ter como referências o seu impacto pedagógico. Mas nada disso é necessariamente novo. O que é novo é que hoje todos somos literalmente “forçados” a considerar as TICs como uma verdadeira boia de salvação. É aqui onde vejo uma grande oportunidade para darmos o salto decisivo para uma ousada e estratégica acção, não no mero sentido de digitalizar a educação, mas com vista a incorporação da sociedade digital na educação, revolucionando não apenas as formas de fazer passar os conteúdos, mas também os próprios conteúdos.

Referências Bibliográficas

Aleixo, B. (2007). *Ensino superior em Moçambique: realidades e desafios. Aulas inaugurais na UP (2001-2006)*. Maputo, Moçambique: Direcção Científica da UP.

Aleixo, B. (2009). *Sobre as máquinas que ensinam: onde situar o professor? Formação de professores em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Educar-UP.

Aleixo, B. (2020). *Educação para o século XXI: A formação do professor, entre desafios e oportunidades*.

Buendia, M. (2000). *Educação em Moçambique: história de um processo*. Maputo, Moçambique: Livraria universitária.

Campenhoudt, L. (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Portugal : Gradiva.

Jacquinet, G. Les sciences de l'éducation et de la communication en dialogue: a propos des médias et des technologies éducatives. *L'année sociologique*, 51 n. 2.

Jacquinet, G. (2001). *Etre éducatif ou ne pas être: l'innovation technologique entre alibi et utopie*

Jacquinet, G. & Fichez, E. (2008). *L'université et les TIC, chronique d'une innovation annoncée*. De boeck, Bruxelles, Belgique.

Ministério do Ensino Superior Ciencia e tecnologia. (2001). *A educação à distância em Moçambique*. Maputo, Mocambique.

Paraskeva, J. & Oliveira, L. (2006). *Currículo e tecnologia educativa*. Portugal: Edições Pedago.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2000). *Educação e desenvolvimento humano: Percurso, lições e desafios para o século XXI*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. Maputo, Mocambique.

Renner, W. (1995). *Post-Fordist visions and technological solutions: education technology and the labour process, in distance education*. vol 16, n. 2.

Wagner, L. (1982). *The economics of educational media*. Mac-Millian. London, Inglaterra.

Desafios da Medicina em Tempos da Crise Humanitária: Um Olhar sobre Inclusão Sanitária no Contexto Moçambicano

Armindo Daniel Tiago

1. Introdução

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar o meu agradecimento à Universidade Católica de Moçambique (UCM) pelo convite formulado para participar no Quinto Congresso Internacional da UCM como orador desta conferência plenária, o qual é motivo de enorme honra para o Ministério da Saúde e para mim. A palestra que irei hoje proferir tem como objecto o tema proposto pela UCM “Desafios da Medicina em Tempos de Crise Humanitária: um Olhar sobre a Inclusão Sanitária no Contexto Moçambicano”, tema que penso ser importante e actual para o Ministério da Saúde e para toda a sociedade moçambicana.

Irei iniciar esta palestra com algumas definições relevantes para o nosso tema de hoje. De seguida, introduzirei dois conceitos importantes, os determinantes sociais da saúde e os cuidados de saúde primários. Farei posteriormente referência à recentemente aprovada Política Nacional de Saúde e às suas implicações para o tema em discussão. Seguidamente, farei o uso de exemplos recentes de intervenções de saúde para ilustrar as abordagens que o Ministério da Saúde tem utilizado em contextos de crises humanitárias em Moçambique. Terminarei a palestra perspectivando oportunidades e desafios na construção da prontidão para responder às crises humanitárias no nosso país.

2. Fundamentação Teórica

Definições

Para iniciar, irei abordar algumas definições, que irão se constituir como os marcos de referência para a nossa discussão. A **medicina** é a ciência e prática do diagnóstico, prognóstico, tratamento e prevenção da doença. A forma como a medicina é praticada é muito variável, dependendo de aspectos de organização política e da economia do país, da cultura, da sofisticação tecnológica, da força de trabalho disponível, do contexto ambiental, entre outros factores.

No contexto global, há um movimento cada vez mais forte para a adopção da medicina baseada em evidência. No entanto, a comunidade médica tem ainda um longo caminho a percorrer para a adopção universal da medicina baseada em evidência, persistindo ainda várias práticas não suportadas por resultados científicos convincentes. Por exemplo, durante a actual pandemia da COVID-19, assistimos à adopção em vários países do mundo de intervenções médicas e não-médicas sem o suporte da evidência científica que provasse os seus benefícios.

A medicina não deve ser confundida com Saúde. A **Saúde** é um conceito bem mais amplo. De acordo com a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1948, a Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. Ainda segundo a OMS, o gozo do mais alto padrão de saúde que pode ser atingido é um dos direitos

fundamentais de todos os seres humanos, sem distinção de raça, religião, crença política ou condição sócio-económica.

A Conferência de Alma Ata, na antiga União Soviética, em 1978 reafirmou estas convicções, e ainda proclamou que a Saúde é uma das mais importantes metas sociais globais, cuja realização necessita da acção multi-sectorial – portanto, que não é um desafio apenas para os Ministérios da Saúde dos países.

Nesta palestra irei principalmente me referir aos desafios da saúde, e não somente aos desafios da medicina, no contexto das crises humanitárias. A **crise humanitária** é um evento ou uma série de eventos que ameaçam a saúde, bem-estar e segurança de uma comunidade ou de um grande grupo de seres humanos, com consequências de curto-, médio- ou longo-prazo. As crises humanitárias podem ser causadas por calamidades naturais, desastres provocados pelo Homem, ou ainda por emergências complexas e multi-factoriais. Exemplos de crises humanitárias incluem as causadas por epidemias, ciclones, cheias, secas e conflitos armados. Algumas crises causam movimentos grandes de pessoas dando origem a populações deslocadas – situação que constitui uma crise humanitária complexa.

A **Inclusão Sanitária** implica um sistema de saúde que esteja adaptado para ser mais acessível às populações vulneráveis, como aquelas vítimas de uma crise humanitária. A exclusão sanitária é muitas vezes resultante da exclusão social, que é por sua vez determinada por relações de desigualdade de poder. A exclusão social leva à desigualdade no acesso aos recursos e direitos, incluindo ao sistema e aos serviços de saúde, o que conduz eventualmente a iniquidades de saúde e bem-estar. A partir destas definições, fica evidente que as crises humanitárias aumentam invariavelmente a vulnerabilidade das comunidades afectadas, e demandam ajustes nos sistemas de saúde para garantir a inclusão sanitária.

Determinantes Sociais da Saúde e Cuidados de Saúde Primários

Nesta secção da palestra, irei discutir as condições que influenciam a saúde e a forma como os sistemas de saúde se estruturam para melhor servir as comunidades. A saúde é influenciada por uma série de factores não médicos – os chamados determinantes sociais da saúde. Estes são as condições sob as quais as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem, assim como as forças e sistemas que moldam a sua vida diária. Os **determinantes de saúde** são factores sociais, económicos, culturais, psicológicos, ambientais, entre outros, que influenciam a ocorrência de factores de risco e os problemas de saúde associados.

Os determinantes sociais da saúde influenciam de forma importante as iniquidades de saúde. Deste modo, é fundamental que se actue sobre os determinantes para que se melhore a saúde de forma sustentável, sem deixar ninguém para trás. As sociedades podem agir sobre os determinantes sociais de saúde ao mesmo tempo que providenciam atenção sanitária através da provisão dos Cuidados de Saúde Primários.

Os **Cuidados de Saúde Primários** são cuidados essenciais baseados em métodos e tecnologias práticas e socialmente aceitáveis, que são tornados acessíveis ao cidadão e às comunidades através da sua participação total, e que têm um custo comportável para as comunidades e para o país. Os Cuidados de Saúde Primários são o primeiro nível de contacto com o sistema nacional de saúde, trazendo, por isso, a saúde e a medicina o mais próximo possível ao local onde as pessoas vivem e

trabalham – são o ponto de entrada para o processo contínuo de cuidados de saúde, incluindo para os níveis secundário, terciário e quaternário.

Os Cuidados de Saúde Primários são focados nos principais problemas de saúde da comunidade a que se referem, providenciando serviços de promoção, prevenção, cura e reabilitação. Estes cuidados incluem:

- A educação sobre os problemas de saúde mais importantes e sobre os seus métodos de prevenção e controlo;
- A promoção de boas práticas nutricionais;
- O suprimento de água e saneamento básico;
- Os cuidados de saúde materno-infantil e planeamento familiar;
- A imunização;
- A prevenção e controlo de doenças endémicas e epidémicas;
- O tratamento das doenças e enfermidades mais comuns; e
- A provisão de medicamentos e diagnósticos essenciais.

É importante sublinhar que a provisão dos Cuidados de Saúde Primários envolve, para além do sector da saúde, outros sectores tais como a educação, a agricultura e as obras públicas, só para citar alguns.

Quarenta anos após a realização da Conferência de Alma Ata, decorreu em Astana, no Cazaquistão, em 2018, a Conferência Global sobre Cuidados de Saúde Primários. Faço aqui referência a seis aspectos do comunicado final da Conferência de Astana, e que se revestem de importância especial para o tema que hoje debatemos:

- *Um*, a reafirmação do compromisso para com os valores e princípios de Alma Ata, em particular com a justiça e solidariedade, sublinhando a importância da saúde para a paz, segurança e desenvolvimento, e a interdependência destes factores;
- *Dois*, a necessidade do fortalecimento dos Cuidados de Saúde Primários como a abordagem mais inclusiva e eficiente para melhorar a saúde e bem-estar social dos povos;
- *Três*, a premência de os Cuidados de Saúde Primários se constituírem como a pedra basilar de um sistema de saúde sustentável para atingir a Cobertura Universal de Saúde e as metas do Desenvolvimento Sustentável;
- *Quatro*, o reconhecimento que pessoas, em todas as partes do mundo, ainda têm necessidades de saúde não satisfeitas, e que a saúde é um desafio sério para os mais pobres e para aqueles em situação de vulnerabilidade – por exemplo, os afectados pelas crises humanitárias;
- *Cinco*, a reiteração de que é inaceitável sob os pontos de vista ético, político, social e económico que persistam iniquidades em saúde.
- *Seis*, a necessidade de utilizar abordagens coerentes e inclusivas para expandir os Cuidados de Saúde Primários como um pilar da Cobertura Universal de Saúde em situações de emergência, assegurando a continuidade dos cuidados e da

provisão dos serviços essenciais de saúde em linha com os princípios humanitários.

Política Nacional de Saúde em Moçambique

Com o intuito de ajustar o quadro normativo do sector à actual realidade sócio-económica e à abordagem de determinantes sociais da saúde, em alinhamento particular com os propósitos do Desenvolvimento Sustentável, foi aprovada neste ano de 2021 a nova Política Nacional de Saúde, assim como a estratégia da sua implementação. A missão da Política é trabalhar para a melhoria das condições de saúde de todos moçambicanos, por meio de um sistema que reconhece, capacita e agrega de forma coordenada todas as partes interessadas.

A Política Nacional de Saúde tem oito princípios orientadores, nomeadamente:

- Multi-sectorialidade;
- Participação social;
- Parcerias;
- Governação descentralizada;
- Equidade;
- Integralidade;
- Responsabilização;
- Inclusão.

O objectivo geral da Política é promover a melhoria das condições e modos de vida das populações, reforçando a implementação de medidas que visam a melhoria da saúde individual e colectiva e reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes de saúde. A Política tem os seguintes seis objectivos específicos:

- Estimular a promoção da saúde como parte da integralidade dos cuidados no Sistema Nacional de Saúde;
- Contribuir para a adopção de práticas sociais e de saúde, centradas na equidade e na participação, respeitando as diferenças sociais;
- Oferecer mais e melhores serviços adequados a todos os níveis, assegurando a continuidade dos serviços;
- Promover a educação, formação e capacitação, específicas em promoção da saúde, de acordo com os princípios e valores desta política;
- Estimular a pesquisa, a produção e a difusão de conhecimentos e de estratégias inovadoras no âmbito das acções de promoção da saúde;
- Contribuir para a articulação de políticas públicas com as agendas de saúde nacionais e internacionais.

A estratégia de implementação da Política é baseada em três pilares, nomeadamente:

- Bem-estar e estilos de vida saudáveis;
- Acesso e utilização dos serviços de saúde;

- Saúde em todas as políticas.

O segundo pilar da Política contempla uma estratégia específica para melhorar o sistema de gestão de emergências médicas no país.

3. Análise e discussão dos Resultados

Respostas às Crises Humanitárias em Moçambique

As respostas de assistência médica às crises humanitárias são complexas e multi-facetadas. Cada tipo de crise está associado a desafios próprios. Em Moçambique, temos vivido, por exemplo, por um lado as crises derivadas de desastres naturais e epidemias, e por outro lado a crise associada à acção terrorista em Cabo Delgado.

As epidemias pós-desastres naturais têm muitas vezes um início rápido. Nestas circunstâncias, um dos maiores desafios é o estabelecimento rápido de um sistema de vigilância em saúde e a preparação das acções de resposta dentro de poucos dias. Estas acções podem incluir infra-estrutura, recursos financeiros, recursos humanos, medicamentos, vacinas, meios de transporte, só para citar algumas.

Na crise humanitária que se seguiu ao Ciclone Idai na região centro do nosso país em Março de 2019, sofremos os efeitos imediatos do ciclone e das cheias, assim como de uma epidemia de cólera de grande magnitude. A estes adicionaram-se os efeitos de médio-prazo causados pela deslocação das populações, pela malnutrição, e pela ocorrência de outros ciclones neste substrato vulnerável, entre outros.

Após o Ciclone IDAI, foi imediatamente prevista a possibilidade de ocorrência de uma epidemia de cólera nas regiões mais afectadas. Assim, logo que o acesso aéreo a Beira foi tornado possível, um sistema de vigilância de emergência para doenças diarreicas foi instalado nos distritos mais afectados. Em paralelo, foram prontamente activados os mecanismos de solicitação de vacina oral contra a cólera, através de um pedido ao Grupo Internacional de Coordenação baseado na Organização Mundial da Saúde em Genebra.

De facto, os primeiros casos de cólera em Sofala foram detectados aproximadamente uma semana após o ciclone. Devido à prontidão da resposta, as vacinas chegaram a Sofala pouco depois e uma campanha de vacinação massiva iniciou em quatro distritos da província, nomeadamente Beira, Dondo, Nhamatanda e Búzi, menos de três semanas após a ocorrência do Ciclone Idai. Foram vacinadas de forma rápida mais de 900,000 mil pessoas, com um impacto imediato no controlo da epidemia.

Esta resposta foi coordenada pelo Ministério da Saúde e teve a participação de dezenas de organizações nacionais e internacionais, tendo sido especialmente inclusiva das comunidades mais vulneráveis. Infelizmente, em Junho de 2019, enquanto ainda lidávamos com a resposta ao Ciclone Idai, o Norte de Moçambique foi atingido pelo Ciclone Kenneth. Seguindo os mesmos princípios que na resposta em Sofala, foram vacinados em Cabo Delgado cerca de 400 mil pessoas, outra vez tendo como foco as comunidades vulneráveis mais afectadas pelo ciclone.

A resposta às crises resultantes de conflito armado tem alguns desafios similares aos das epidemias pós-desastres naturais. No entanto, alguns dos maiores desafios neste tipo de resposta são sobretudo o acesso às comunidades afectadas, a segurança das equipas e a necessidade de atenção integral às populações deslocadas.

No ano de 2020, aquando do surgimento das populações deslocadas em vários distritos da província de Cabo Delgado, como resultado da acção terrorista, uma campanha de vacinação teve lugar para prevenir o surgimento de cólera naquelas populações. Apesar dos desafios de acesso e segurança, acrescidos pelas limitações decorrentes da pandemia de COVID-19, mais de 200 mil pessoas vulneráveis foram vacinadas com sucesso.

Um último exemplo que quero citar de inclusão nas respostas às crises humanitárias em Moçambique, diz respeito à vacinação contra a COVID-19. O Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19 lista os grupos prioritários para imunização no nosso país. Entre estes, estão incluídos os idosos, os portadores de doenças crónicas como a diabetes, as populações deslocadas e os prisioneiros. Nos primeiros meses da vacinação em Moçambique, estes grupos mais vulneráveis beneficiaram de prioridade na imunização contra a COVID-19.

Embora tenha citado principalmente exemplos de doenças infecciosas e do componente de vacinação para ilustrar a inclusão nas respostas a crises humanitárias em Moçambique, quero também ressaltar a importância da atenção à saúde mental nas comunidades afectadas e da necessidade de encontrar soluções sustentáveis para os problemas derivados das crises. Neste contexto, é fundamental que as respostas de saúde às crises humanitárias sejam articuladas a partir dos determinantes sociais da saúde, tendo como plataforma de suporte os cuidados de saúde primários. Fora destes preceitos, as soluções para as crises serão dificilmente sustentáveis.

Conclusões e Recomendações

Nos últimos anos, o nosso país tem sofrido os efeitos negativos de várias crises humanitárias, tanto as originadas por catástrofes naturais, como as que derivam de desastres causados pela acção do Homem. Mesmo com as limitações económicas próprias de países como Moçambique, as respostas de saúde têm sido rápidas e eficientes, sendo guiadas pelos princípios universais de multi-sectorialidade, integralidade, solidariedade e inclusão. As respostas têm também sido orientadas pela evidência científica e por informação em tempo real.

Nos próximos anos, tendo em conta o possível aumento da frequência e da intensidade das calamidades naturais em consequência das mudanças climáticas, o nosso país terá de intensificar a investigação científica transdisciplinar sobre as crises humanitárias. Neste contexto, a academia joga um papel fundamental, pois constitui a plataforma que melhor integra, de forma transdisciplinar, o ensino, a investigação e a extensão.

Um aspecto importante é a necessidade da condução de investigação científica antes, durante e depois da crise humanitária. Por exemplo, há questões científicas que só podem ser resolvidas por investigação científica que decorre durante as crises. O desenvolvimento e aprovação a título excepcional de vacinas contra a Ébola e contra a COVID-19 só foram possíveis devido a ensaios clínicos realizados durante as epidemias destas duas ameaças globais.

Adicionalmente, necessitamos de melhorar a nossa prontidão para prevenir, responder e recuperar das crises humanitárias. A forma mais eficiente e sustentável de atingirmos a prontidão necessária será através de uma abordagem mista, que combina o fortalecimento dos Cuidados de Saúde Primários e o reforço de instituições técnico-científicas especializadas no sector da saúde. A finalizar, quero mais uma vez agradecer à UCM pela oportunidade que me foi dada para partilhar estas reflexões.

Integração socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre os projectos de geração de renda para auto-sustentabilidade das famílias deslocadas

Socioeconomic integration of displaced victims of terrorism in Cabo Delgado: a look at income generation projects for self-sustainability of displaced families

José Caetano

UCM – Vice-Reitoria para Área Académica
caetanoj@ucm.ac.mz

Ali Atumane

UCM – Faculdade de Economia e Gestão
aatumane@ucm.ac.mz

Ruben Ulaia

UCM – Faculdade de Ciências Políticas e Sociais
rulaia@ucm.ac.mz

Pe. Fernão Massena

UCM – Faculdade de Direito
fmassena@ucm.ac.mz

Bianca Gerente

UCM – Faculdade de Gestão de Turismo e Informática
bgerente@ucm.ac.mz

Domingos Rhongo

UCM – Faculdade de Gestão de Turismo e Informática
drhongo@ucm.ac.mz

Dília Miguel

UCM – Faculdade de Gestão de Turismo e Informática
dmiguel@ucm.ac.mz

Resumo

O presente estudo sobre a “integração socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre os projectos de geração de renda para auto-sustentabilidade das famílias deslocadas”, do tipo misto (qualitativo e quantitativo), decorreu entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro de 2022, tendo envolvido 3.750 inquiridos que foram seleccionados com base no critério não probabilístico intencional. O estudo visa apurar até que ponto a assistência humanitária prestada aos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado inclui a implementação de projectos ou acções que possam, a médio e longo prazo, conduzir as famílias à auto-suficiência. Para o processamento de dados foram usadas as ferramentas *Kobotoolbox*, *SPSS* e *Excel*. Os resultados do estudo mostram que: (i) a maioria das organizações que prestam assistência humanitária aos deslocados focam a sua intervenção na assistência alimentar, sanitária, provimento de abrigo e saneamento do meio; (ii) poucas são as organizações que implementam projectos conducentes à auto-sustentabilidade das famílias afectadas pelo terrorismo; (iii) nas zonas de origem, a agricultura, o comércio e a pesca são as principais fontes de subsistência das famílias; (iv) nas regiões acolhedoras, mais de 80% dos deslocados não fazem nenhuma actividade de auto-suficiência, enquanto cerca de 20% se dedicam à agricultura, comércio e outras actividades. Por outro lado, o estudo conclui que a falta de terra e de apoio técnico e financeiro constituem alguns dos desafios enfrentados pelos deslocados para o exercício de actividades geradoras de renda para subsistência.

Palavras-chave: Terrorismo, deslocados, geração de renda, integração socioeconómica.

Abstract

The present study on the “Socio-economic Integration of displaced victims caused by terrorism attack in Cabo Delgado: a look at income generation projects for self-sustainability of displaced families”, that used mixed methods (qualitative and quantitative), took place between the second half of 2021 and the first half of 2022. In this study, were involved 3,750 inquired people selected basis on a non-probability intentional selection criterion. The study aims to determine to what extent the humanitarian assistance provided to displaced victims of terrorism attack in Cabo Delgado includes the implementation of projects or actions that at medium and long term, lead families to self-sufficiency. Kobo toolbox, SPSS and Excel tools were used for data processing. The results of the study show that: (i) most organizations providing humanitarian assistance to IDPs focus their intervention on food assistance, sanitation, shelter provision and environmental sanitation; (ii) few organizations implement projects leading to the self-sustainability of families affected by terrorism; (iii) in the areas of origin, agriculture, commerce, and fishing are the main sources of subsistence of these families; (iv) in the host regions, more than 80% of the displaced do not engage in any self-reliance activity, while about 20% engage in agriculture, commerce, and other activities. On the other hand, the study concludes that lack of land, lack of technical and financial support are some of the challenges faced by the displaced victims to engage in income-generating activities for their livelihoods.

Keywords: Terrorism, displaced victims, income generation, socioeconomic integration.

1. Introdução

Cabo Delgado é uma província situada no Norte de Moçambique. A Norte, faz fronteira com a República Unida da Tanzânia, a Sul com a província de Nampula, a Oeste com a província do Niassa e a Este é banhada pelo Oceano Índico.

Os primeiros relatos da ocorrência de acções violentas resultantes do terrorismo em Cabo Delgado foram registados, de acordo com fontes oficiais do governo, das organizações internacionais e dos

midia, a 05 de Outubro de 2017 (VOA, 2022). Na sequência do deslocamento forçado de pessoas vítimas de terrorismo em Cabo Delgado, o Governo de Moçambique, vários países do Mundo, Organizações não Governamentais, congregações religiosas, sociedade civil, associações empresariais e outras, mobilizaram-se para prestar assistência humanitária às famílias afectadas. Todas essas organizações focaram a sua intervenção na assistência alimentar, sanitária, provimento de abrigo e saneamento do meio e outras.

Entretanto, alguns estudos indicam que para além da intervenção humanitária, o Governo e as organizações intervenientes no apoio às populações deslocadas, também implementaram projectos conducentes à auto-sustento das famílias afectadas por este fenómeno.

O presente estudo visa apurar até que ponto a assistência humanitária prestada aos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado inclui a implementação de projectos ou acções que possam conduzir às famílias à auto-suficiência a médio e longo prazo.

Constituem objectivos específicos do estudo: (i) descrever o perfil socioeconómico dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado; (ii) identificar as actividades geradoras de renda para auto-suficiência das famílias; (iii) caracterizar as actividades geradoras de renda para auto-suficiência das famílias; e (iv) explicar os desafios enfrentados na implementação das actividades geradoras de renda para auto-suficiência das famílias (sustentabilidade).

2. Fundamentação teórica

2.1. O Terrorismo e suas formas de manifestação em Cabo Delgado

Desde o início do conflito em Cabo Delgado, estima-se que existam cerca de 850.000 deslocados (Cabo Ligado, 2021; ONUHABITAT, 2021), vítimas do terrorismo, o que corresponde a cerca de 32,57% da população absoluta da província, estimada em “2.320.261 habitantes” (INE, 2017).

O terrorismo é uma forma instrumental de impor o medo sobre um povo, um governo ou um Estado (Galito, 2013). É um fenómeno bastante antigo e consiste no uso ilegítimo da força (Laqueur, 1988 cit. em Brandão, 2020) envolvendo a violência física ou psicológica contra alvos simbólicos não combatentes prévia ou aleatoriamente seleccionados com o objectivo de provocar efeitos emocionais como a ansiedade, pavor, terror, medo, para fins de controlo social (Pinheiro, 1982; Reinales, 2006 cit. em Alcântara, 2015). O terrorismo nasce do ódio, baseia-se no desprezo da vida humana e gera isolamento, desconfiança e retraimento; os terroristas geram violência que atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes (Riccardi, 2021).

Em África, precisamente na região dos Grandes Lagos, o terrorismo remonta à época colonial, já que os países desta região foram alvos de uma colonização imposta pelos Estados europeus que se lançaram numa cruzada para conquista de novos territórios (Nkwi, 2015, cit. em Brinco, 2020).

Em Moçambique, desde 5 de Outubro de 2017, o fundamentalismo religioso passou a juntar-se aos conflitos políticos como mais uma das causas de incidentes terroristas. Actualmente, o País é o 15º entre os países mais afectados pelo terrorismo no mundo e é o segundo, na África Subsaariana, com o maior aumento do número de mortos entre 2018 (133 mortos) e 2019 (359 mortos) (IEP, 2020, cit. em Siúta, 2020).

À medida que os ataques se alastram pelo País e, particularmente, na província de Cabo Delgado, tornando-se cada vez mais mortíferos, a necessidade de proteger e assistir à população residente

nas zonas afectadas e prevenir a generalização de incidentes terroristas pelo País, torna-se cada vez mais prioritária e urgente. O Escritório da Organização das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA, 2021, cit. em Cacinda, 2021) revelou que cerca de 1,3 milhão de pessoas precisam urgentemente de assistência humanitária e protecção nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, devido aos ataques terroristas na província de Cabo Delgado.

Cabe ao Estado e Governo moçambicanos o dever e responsabilidade primários de criar condições, bem como fornecer os meios, que permitam o regresso ou a reinstalação dos deslocados em segurança e com dignidade, assim como desenvolver todos os esforços possíveis para facilitar a reintegração dos deslocados internos (OCHA, 1999), contando com o indispensável apoio de outros estados e governos, assim como das agências humanitárias e outras organizações (Nascimento, 2011).

2.2. Integração Socio Económica dos deslocados do Terrorismo em Cabo Delgado

A situação socioeconómica das famílias é uma medida total agregada, económica e sociológica duma família em relação às outras. Para explicar a socioeconómica das famílias, examina-se a renda familiar, através de atributos como a renda (para os assalariados), educação, ocupação, bem como a renda combinada de todas actividades. Com base nesses critérios, as famílias podem ser enquadradas em três níveis (alto, médio e baixo), em função dos níveis alcançados na renda familiar, educação, habitação e ocupação.

No estudo de Feijó, Maquenzi, Salite, e Kirshner (2022) referem que por causa de acções terroristas, os deslocados internos viram a sua actividade agrícola, pecuária, pesca, comércio, que lhes garantiam a sobrevivência reduzidas. Com efeito, muitos dos deslocados não praticam actividades agrícolas em Mapupulo (Montepuez, 60,6%), e na cidade de Pemba (97,1%), com maior incidência para os deslocados que estão reassentados no bairro de Paquitequete. A falta de espaço para cultivo é apontada como sendo o maior obstáculo à prática da agricultura.

3. Metodologia

Este é um estudo exploratório, porque pretende obter uma visão geral e aproximada da problemática da inserção socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. Misto, porque é marcado por duas vertentes: (i) qualitativa que tem como base de sustentação, a aplicação de um inquérito por entrevistas e (ii) quantitativa que é corporizada pela aplicação de um inquérito por questionário. O uso do método quantitativo, na perspectiva de Vaz Freixo (2012), empresta ao estudo, uma maior precisão e objectividade. A abordagem quantitativa permitiu fazer a comparação entre variáveis envolvidas no estudo, a generalização das informações obtidas a partir dos dados colhidos da amostra para a população estudada e inferência dos resultados obtidos. Por outro lado, o uso do método qualitativo ou interpretativo, de acordo com Frederick Erickson (1986) citado em Vaz Freixo (2012) permitiu, no contexto natural dos acontecimentos, observar, ouvir, descrever, interpretar e focar o interesse central no significado conferido pelos actores que foram entrevistados, às acções nas quais se empenham no processo de assistência humanitária aos

deslocados, como produto de um processo de interpretação que desempenha um papel-chave na vida social, como é o caso em estudo. A presente investigação, como escreve Gallego (2009), enquadra-se, igualmente, na categoria de pesquisa-acção pois, o caso em abordagem, visa melhorar os processos de integração socioeconómica dos deslocados.

A pesquisa bibliográfica foi, sem dúvida, o ponto de partida e uma importante fonte de sustentação teórica para a realização do presente trabalho. Consistiu na consulta de fontes bibliográficas nacionais e internacionais relevantes para o estudo.

Constituem população do presente estudo os deslocados que, à data da realização do inquérito, se encontravam nos centros de reassentamento de Metuge (144.840), Montepuez (56.000.), Mecúfi (4.934), Chiure (31.143) e Pemba (+40.000), em Cabo Delgado, totalizando 276.917 (32,57% do universo de mais de 850.000 deslocados). Esses deslocados são originários de 10 (dez) distritos da província de Cabo Delgado, nomeadamente: Quissanga (37,6%); Mocímboa da Praia (20,7%); Macomia (17,4%); Muidumbe (16,7%), perfazendo 92,4% da população estudada. Os restantes 7,6% são cobertos pelos distritos de Palma, Nangade, Meluco, Mueda, Ibo e Metuge.

A amostragem foi não probabilística intencional/casual. Para se encontrar a amostra do estudo, as equipas de inquiridores, depois de obter a devida autorização das autoridades governamentais competentes, dirigiram-se aos centros de deslocados e, com apoio dos líderes locais, foram identificados os chefes dos agregados familiares que, de forma voluntária e anónima, através da manifestação verbal do consentimento, participaram do inquérito. Tanto aos sujeitos, assim como aos participantes, foi garantida a confidencialidade dos dados por eles fornecidos.

Porque nos centros de deslocados as famílias vivem em espaços confinados, em três semanas de trabalho de campo, foi possível colher uma amostra de 3.748 chefes de agregados familiares deslocados de guerra, assim distribuídos: Metuge 1616 inquiridos (43,12%); Pemba 845 (22,55%); Chiure 522 (13,93%); Montepuez 474 (12,65%); Mecúfi 285 (7,6%). Dos 3.748 inquiridos, 46,71% são do género masculino e 53,29%, do género feminino.

A escolha dos participantes do estudo foi intencional, tendo em conta a disponibilidade dos entrevistados, a natureza do estudo, seus objectivos e variáveis envolvidas. Assim e de forma voluntária, neste estudo participaram representantes das instituições do Governo (Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres, Administradores/Secretários Permanentes Distritais, Directores dos Serviços Distritais das Actividades Económicas); representantes das agências humanitárias das Nações Unidas e de outras entidades/países; representantes das ONGs; representantes das congregações religiosas; representantes do Comité Internacional da Cruz Vermelha e da Cruz Vermelha de Moçambique; representantes das ONGs e da Confederação das Associações Económicas (CTA).

O inquérito por questionário, inquérito por entrevistas e 18 tablets constituíram os principais instrumentos de recolha de dados. O inquérito por questionário continha perguntas fechadas e abertas e estava dividido em quatro partes, nomeadamente: (i) identificação do inquiridor, (ii) perfil dos deslocados que procura saber sobre a proveniência dos deslocados (distrito, posto administrativo, aldeia), agregado familiar, línguas faladas, género, nível de escolaridade, habilidades de leitura e escrita, profissão, habilidades profissionais (o que sabe fazer), dificuldades enfrentadas pelos deslocados na altura da sua chegada ao centro de acomodação temporária ou reassentamento e apoio recebido; (iii) caracterização das actividades geradoras de renda, que inclui o levantamento

sobre as fontes de rendimento na zona de origem e actividades que os deslocados exerciam na região acolhedora até à data da realização do inquérito. O inquérito por entrevistas incidiu sobre cinco aspectos, nomeadamente: (i) identificação do entrevistador; (ii) identificação da instituição entrevistada (nome da instituição, tipo/natureza da instituição); (iii) tipo de apoio que presta aos deslocados (apoio directo e/ou apoio indirecto); áreas de intervenção e local onde presta o apoio; (iv) descrição do processo de apoio e desafios enfrentados na integração socioeconómica dos deslocados. As entrevistas decorreram nos locais de trabalho dos entrevistados.

O levantamento de dados foi feito por uma equipa composta por 18 estudantes da UCM que fizeram o inquérito nos distritos de Metuge e Mecúfi e 18 voluntários da Cruz Vermelha de Moçambique, que trabalharam nos distritos de Montepuez e Chiure, treinados e supervisionados por 04 docentes e investigadores da Universidade Católica de Moçambique.

A colecta e processamento primário de dados foram feitos usando a ferramenta *kobotoolbox*, a mais usada em estudos de emergências humanitárias. O processamento e análise de dados – *SPSS* e *Excel*. Para a validação dos dados fez-se a triangulação, visando conciliar as informações fornecidas pelas diferentes fontes.

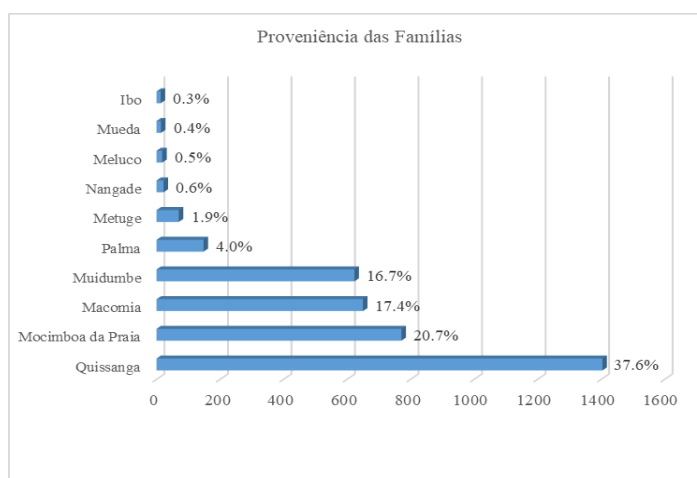
4. Apresentação e discussão dos Resultados

4.1. Perfil dos deslocados

4.1.1. Proveniência e línguas faladas

A maioria (92,4%) dos chefes de agregados familiares que responderam ao estudo provêm dos distritos de Quissanga (37,6%), Mocimboa da Praia (20,7%), Macomia (17,4%) e Muidumbe (16,7%), como o gráfico indica. Os restantes 7,6 % eram provenientes dos distritos de Palma, Metuge, Nangade, Meluco, Mueda e Ibo. O distrito de Metuge tem a particularidade de ser distrito acolhedor e, também, de proveniência pois, a população deste distrito, residente na região fronteiriça com Quissanga também se deslocou para a sede do distrito.

Gráfico 1: Proveniência das famílias



Os deslocados são maioritariamente falantes das línguas Emakua (36,9%), Kimwani (36,37%), Chimakonde (25,19%), representando uma frequência acumulada de 98,46%. Os falantes do Yao, Swahili e de outras línguas representam, no global e na mesma proporção (0,64% cada uma delas), e 1,92% da população estudada. O facto de haver uma proporção representativa do mosaico étnico e cultural da província de Cabo Delgado na população estudada, pode levar-nos a afastar a eventual hipótese da existência de conflito de natureza tribal em Cabo Delgado, pelo menos no que diz respeito ao terrorismo.

4.1.2. Distribuição etária dos inquiridos

As idades dos inquiridos variam entre 15 e mais de 60 anos. O estudo mostra que dos 3741 inquiridos que mencionaram as suas idades, 46,7% são homens e 53,3%, mulheres.

Tabela 1: Distribuição etária dos inquiridos

Faixa etária	Frequência			Percentagem		
	H	M	Total	H	M	Total
15-19 anos	79	121	200	2.1	3.2	5.3
20-24 anos	234	322	556	6.3	8.6	14.9
25-29 anos	253	265	518	6.8	7.1	13.8
30-34 anos	245	268	513	6.5	7.2	13.7
35-39 anos	223	223	446	6.0	6.0	11.9
40-44 anos	187	199	386	5.0	5.3	10.3
45-49 anos	174	143	317	4.7	3.8	8.5
50-54 anos	113	144	257	3.0	3.8	6.9
55-59 anos	71	88	159	1.9	2.4	4.3
+60 anos	169	220	389	4.5	5.9	10.4
Total	1748	1993	3741	46.7	53.3	100

Os resultados definitivos do censo populacional de 2017 indicavam que a província de Cabo Delgado tinha 2.320.261 habitantes. Destes, 48,45% eram do género masculino e 51,55% eram do género feminino. Uma análise comparativa da distribuição da amostra por género e da população absoluta de Cabo Delgado de acordo com o censo de 2017, indica que não há diferença significativa entre esses dados.

A tabela mostra que entre os deslocados chefes de agregados familiares existem menores com idades compreendidas entre 15 e 19 anos (5,3%). Por outro lado, parte significativa (10,4%) dos deslocados chefes de famílias é constituída por idosos (com de 60 ou mais anos de idade). Esta constatação estatística chama a atenção dos actores do processo de reintegração socioeconómica dos deslocados para um olhar mais atento a esses grupos vulneráveis. Outro pormenor importante que o estudo nos mostra, está relacionado com o relativo equilíbrio entre as faixas etárias que se situam entre os 20 e 44 anos de idade, que acumulam a frequência de 64,6% dos inquiridos. A faixa etária dos 20-24 constitui a moda da frequência estatística. A média das idades situa-se na faixa etária de 35-39 anos de idade. Os dados mostram que entre as faixas etárias existe uma grande variabilidade (53%).

4.1.3. Habilidades de leitura e escrita e níveis de escolaridade

O inquérito por questionário permitiu constatar que 39,4% dos inquiridos sabem ler e escrever e os restantes 60,4% não sabem ler nem escrever. Estes dados, foram comparados aos do censo populacional de 2017, referentes às faixas etárias que vão de 15 até 80 anos e mais. Da análise feita a esses dados resulta que, a nível nacional, as faixas etárias em referência cobriam um total de 13.513.134 habitantes. Destes, 8.643.517 (63,9%) sabiam ler e escrever, enquanto 4.869.617 (36,1%), não sabiam ler e escrever. Daí resulta que, quando comparadas às do nível nacional, as percentagens de cidadãos que sabem ler e escrever na província de Cabo Delgado são extremamente baixas (39,4%), contra 63,9% do nível nacional, o que é preocupante pois, estes dados indicam claramente que 60,6% da população estudada não sabe ler nem escrever.

A nível de Cabo Delgado e nas faixas cobertas pelo presente estudo, dos cidadãos que até 2017 sabiam ler e escrever, 4.407.842 (50,9%) eram homens e 4.235.675 (49,1%), eram mulheres e, dos que não sabiam ler e escrever, 1.813.690 (37,3 %) eram homens e 3.055.927 (62,7%) eram mulheres. Contrariamente ao que acontece a nível nacional, em Cabo Delgado o desnível entre a população masculina e feminina no que diz respeito às habilidades de leitura e escrita, é extremamente acentuado.

Quanto ao nível de escolaridade, dos 3748 inquiridos, apenas 2410 respondentes revelaram o seu grau de escolaridade. Destes, 44,9% disseram ter concluído o nível primário, 17,61%, o ensino secundário e apenas 1,09% referiram que possuíam formação do subsistema do ensino técnico profissional. Estes dados põem em evidência a fragilidade do sistema de educação em Moçambique pois, não se pode falar da promoção do auto-emprego sem que se dê a devida atenção à formação profissional.

4.1.4. Fontes de renda na zona de origem

A maioria dos inquiridos (67,72%) disse que nas zonas de origem tinha na prática da agricultura a sua principal fonte de subsistência. O comércio e a pesca ocupam o segundo e o terceiro lugares com cerca de 36,9% e 11,5% dos respondentes respectivamente a referirem estas actividades como sendo as principais fontes de subsistência, depois da agricultura. A prática de actividades relacionadas com a carpintaria, construção civil, serralharia, electricidade, canalização, corte e costura, mecânica, artesanato, culinária, condução de automóveis, restauração, prestação de serviços de transporte, serviços de higiene e limpeza, fabrico de pão e de outros derivados de farináceos, salão de beleza/barbearias, escultura, exploração de salineiras é bastante insipiente, com preferências por partes dos inquiridos, que variam entre 0,05 e 3,79%. Este espectro diz-nos de forma indirecta, que tais ofícios são preteridos como fonte de subsistência, por um lado, devido à fraca procura de profissionais formados/treinados nessas áreas e, por outro devido à falta de instituições ou unidades de ensino profissional/vocacional que pudessem preparar os jovens para a vida profissional, económica e social com foco no auto-emprego.

Do cruzamento dos dados referentes às principais fontes de rendimento dos deslocados percebe-se que: (i) 54% dos inquiridos que disseram que eram praticantes de agricultura, dependem exclusivamente da prática agrícola; 29% para além da agricultura, também praticam actividades comerciais e 9%, a pesca; (ii) dos que disseram que eram comerciantes, 30% dependem exclusivamente desta actividade, 53%, para além do comércio, também praticam a agricultura e 10%, a pesca; (iii) dos que declaram ser pescadores, apenas 10% vivem exclusivamente da pesca,

51% também praticam a agricultura e 32%, o comércio. Esses dados demonstram a complementaridade e subsidiariedade das diferentes fontes de subsistência das comunidades, aspectos que devem ser considerados quando se trata da promoção de actividades de reinserção socioeconómica dos deslocados.

Estes dados comprovam que a agricultura é a principal fonte de subsistência dos deslocados na sua zona de origem, para além de outras actividades subsidiárias.

A análise cruzada das variáveis zonas (distrito) de proveniência e fonte de renda mostrou que na distribuição percentual de cada fonte de rendimento ao nível de cada distrito, a agricultura continua sendo a predominante em todos os distritos, incluindo os distritos costeiros. Ibo, por ser um distrito insular, tem uma distribuição próxima entre as 3 principais fontes de rendimento. Assim, 27.8% dos respondentes disseram que tinham na agricultura a sua principal fonte de rendimento e igual percentagem para o comércio, enquanto 22.2% dos inquiridos se ocupam da pesca. Curiosamente, noutros distritos costeiros, a prática da pesca tem uma percentagem que varia de 10.3% a 12.3%, sendo Mocímboa da Praia 10.3%, Macomia 10.6% e Palma 12.3%.

Os habitantes dos distritos que se localizam no continente ocupam-se, principalmente, da agricultura pois, como afirmaram os chefes dos agregados familiares que foram inquiridos, 43,2% dos cidadãos residentes em Mocímboa da Praia ocupam-se da agricultura, em Macomia 49%, Nangade 50%, Mueda 57%, Muidumbe 58%, Meluco 58,3% e Metuge 69,8%.

No que diz respeito à percentagem da população que pratica actividades comerciais, o estudo indica que, em geral, não existem diferenças significativas entre os distritos. Assim, em Metuge, 19,8% dos agregados familiares praticam o comércio, 23,8% em Mueda, 25% em Meluco, 27% em Muidumbe, 28,1% em Macomia e 32,6% em Mocímboa da Praia.

4.2. Caracterização das actividades de auto-suficiência dos deslocados

4.2.1. Actividades exercidas pelos deslocados nas zonas de acolhimento

Relativamente à caracterização das actividades de auto-suficiência dos deslocados nas zonas acolhedoras, à data da realização do inquérito, 743 (19,9%) dos 3740 inquiridos, disseram que estavam a exercer alguma actividade de auto-suficiência ou de geração de renda enquanto 2997 (80,1%) inquiridos afirmaram que não estavam a realizar nenhuma actividade de auto-suficiência, dependendo, deste modo, totalmente da ajuda humanitária para a sua subsistência. Dos 743 inquiridos que faziam alguma actividade de subsistência, 281 famílias inquiridas que corresponde 36,2% dedicavam-se à prática de agricultura, (30,4%) ao comércio; 21,6%, dedicam-se a outras actividades, 4,4% à carpintaria, 3,6% à construção, 1,9% ao artesanato, 0,9% à pesca, 0,8% à serralharia e, por fim, 0,3% dedicavam-se à pecuária.

Dos 2997 chefes de agregados familiares que não exerciam nenhuma actividade, 58,9% disseram que gostariam de praticar o comércio como fonte de auto-suficiência, 30,1% a agricultura; 3,5% gostariam de exercer outras actividades; 1,2% construção, 1,0% corte e costura, 0,3% a pecuária, 0,3% a serralharia e 0,2% gostariam de dedicar-se ao artesanato.

4.2.2. Apoio prestado aos deslocados

Os resultados do presente estudo indicam que 89.51% dos agregados familiares receberam apoio alimentar. Para além de alimentos, 42.9% foram apoiados em abrigo, 17.69% receberam assistência médica e medicamentosa e 11.23% receberam apoio na aquisição de novos documentos.

Para o desenvolvimento de actividades de auto-suficiência e à data da realização do inquérito, 2.21% dos inquiridos referiram ter recebido algum apoio para a prática de agricultura, 2.21% para a prática de pequenos negócios, 1.6% meios de subsistência, 0.48% capacitação profissional, 0.21% para a prática de pesca, 0.08% construção, 0.05% tiveram apoio em ferramentas para a serralharia e 4.35% das famílias inquiridas disseram ter recebido outro de tipo de apoio. Estes dados apontam para a necessidade de se potenciar a capacidade das famílias deslocadas para a prática de actividades de geração de renda.

Tabela 2. Cruzamento do apoio recebido para actividades de subsistência e distrito onde foi concedido

Actividade	Distrito					Total
	Chiure	Mecúfi	Metuge	Montepuez	Pemba	
Agricultura	35	7	108	73	-----	223
Pequenos negócios	1	4	74	2	2	83
Capacitação profissional	-----	1	6	-----	11	18
Meios de subsistência	1	1	53	3	2	60
Carpintaria	3	-----	2	1	2	8
Pesca	-----	2	2	-----	2	6
Pecuária	-----	-----	2	1	-----	3
Construção civil	2	-----	-----	1	-----	3
Serralharia	-----	-----	-----	1	1	2
Total	42	15	247	82	20	406

No que diz respeito ao apoio dado às famílias deslocadas para a prática da agricultura, o estudo revela que 4.83% das famílias receberam instrumentos para o cultivo, 3.34% receberam sementes, 0.24% tiveram assistência de um profissional de extensão agrária, 0.11% tiveram apoio para a criação de uma associação e 0.05% foram apoiados na comercialização. Para a pecuária somente 0.03% dos inquiridos afirmaram ter recebido instrumentos para iniciar com a actividade pecuária. Para a actividade de pesca, 0.03% tiveram acompanhamento no exercício das suas actividades, 0.03% tiveram assistência na alocação de uma área para o exercício da actividade de pesca e 0.03% foram atribuídas artes de pesca. No concernente ao artesanato, carpintaria, construção e serralharia, 0.27% foram entregues equipamentos necessários para o início da sua actividade, 0.13% foram alocados espaços para o exercício dessa actividade, 0.8% tiveram assistência técnica, 0.8% tiveram acompanhamento na comercialização e 0.8% assistência na criação de uma associação. Relativamente ao apoio para o início de pequenos negócios, 1.44% dos inquiridos tiveram apoio, 0.48% tiveram orientação de como fazer o seu negócio, 0.27% foram atribuídos espaços para a realização da actividade, 0.11% tiveram acompanhamento de base e 0.08% tiveram apoio para a criação de uma associação.

Analogamente, 0.11% se beneficiaram de uma capacitação profissional na agricultura, 0.11% em electricidade, 0.08 em empreendedorismo, 0.05% na pesca, 0.05% construção civil, 0.05%

serralharia, 0.05% carpintaria e 0.08% em outras áreas. Estes dados, mostram que, apesar das áreas mencionadas possuírem um elevado potencial para a auto empregabilidade dos jovens, elas são relegadas para o plano secundário.

Quanto ao apoio financeiro, o estudo indica que 80.63% das famílias inquiridas não receberam nenhum apoio financeiro e 19.05% é que receberam algum apoio financeiro, dentre os quais, 33% das famílias inquiridas usaram o dinheiro para a compra de vestuário, 26% usou dinheiro para a compra de alimentos, 22% investiu-o em pequenos negócios, 6% para compra de utensílios domésticos, 3% para a construção de casas, 1% para agricultura e 9% usaram para outros fins não especificados.

4.3. Desafios na implementação das actividades

Dos 3706 chefes dos agregados familiares que responderam à pergunta “tem terra para fazer machamba”, 699 (18,8%) responderam positivamente, tendo referido que, no total, foram atribuídos 1000 hectares correspondendo a uma média de 2 hectares por família. 41.8 % dos 1000 hectares foram alocados aos deslocados inqueridos em Metuge, 32.8% em Chiure, 12.6% em Montepuez e apenas 6.2% em Pemba.

Por outro lado, das famílias que tiveram acesso à terra, 12.67% tiveram dificuldades em adquirir insumos agrícolas, 9.93% em adquirir instrumentos de trabalho, 4.78% na produção e 2.77%, na comercialização.

No que concerne ao artesanato, construção civil, serralharia e carpintaria, os desafios residem, de acordo com 2.53% dos respondentes, na fraca disponibilização de ferramentas, matéria-prima; (2.51%) disseram que enfrentavam desafios na disponibilização de espaço para a prática das actividades; 1.41% disseram ter experimentado alguma dificuldade na aquisição de instrumentos de produção; 0.43% referiram ter experimentado alguma dificuldade no próprio processo de produção, enquanto 0.43% tiveram dificuldade na venda de produtos.

Como em todos espaços geográficos que sofrem as acções terroristas, em Moçambique o terrorismo é uma forma instrumental de impor o medo sobre o povo, o governo e o Estado (Galito, 2013), nasce do ódio, baseia-se no desprezo da vida humana e gera isolamento, desconfiança e retraimento; os terroristas geram violência que atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes (Riccardi, 2021). Essas acções obrigam o Governo, instituições humanitárias, sociedade civil e outros intervenientes a fazer tremendos esforços para garantir segurança para os cidadãos e prestar assistência humanitária de emergência e de integração socioeconómica às famílias afectadas.

Esse processo traz consigo enormes desafios, nomeadamente, (i) necessidade de o Estado deter reservas de terra para reassentamento e integração socioeconómica de deslocados internos em caso de conflito ou calamidades; (ii) existência de aparente conflito de terras entre os deslocados e as comunidades acolhedoras; (iii) grande mobilidade dos deslocados de um centro para outro, aliada à falta de critérios credíveis para a triagem, identificação e registo fiável dos deslocados para garantir a determinação do grau de vulnerabilidade de cada família deslocada; (iv) evidente dificuldade de conciliar a assistência humanitária de emergência e o desencadeamento de actividades de desenvolvimento comunitário por causa da exiguidade de recursos; (v) necessidade de capacitar jovens e mulheres em ofícios relevantes e significativos, financiar pequenos projectos para geração do auto-emprego e garantir a efectivação da escolaridade obrigatória inclusiva e profissionalizante;

(vi) persistência da falta de coordenação eficiente e eficaz entre as organizações humanitárias na assistência humanitária de emergência e para integração socioeconómica tanto aos deslocados que chegam e permanecem nos centros de reassentamento, assim como os que regressam às zonas de origem ou se fixam em outros espaços geográficos; (vii) necessidade de não negligenciar o imperativo de se providenciar a indispensável assistência às populações acolhedoras e aquelas que sofreram os efeitos das calamidades naturais e (viii) necessidade de, criteriosamente, se continuar a prestar o apoio necessário aos deslocados na aquisição de documentos de identificação.

Perante todos esses desafios, surge a seguinte pergunta: como promover a participação das famílias deslocadas em actividades conducentes ao alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável?

5. Conclusões e recomendações

Face às acções terroristas que provocaram mais de 850.000 deslocados, o Governo, instituições humanitárias, sociedade civil e outros intervenientes uniram-se para garantir segurança para os cidadãos e prestar assistência humanitária de emergência e de integração socioeconómica às famílias afectadas.

Entretanto, a maioria das organizações que prestam assistência humanitária aos deslocados focam a sua intervenção na assistência alimentar, sanitária, provimento de abrigo e saneamento do meio e poucas são as organizações que implementam projectos conducentes à auto-sustentabilidade das famílias afectadas pelo terrorismo. Por isso, considera-se que as acções de integração socioeconómica dos deslocados, para além de providenciar a assistência alimentar e de abrigo temporário, deviam, também e em paralelo, apoiar às famílias deslocadas a desenvolver actividades que pudessem ajudá-las a gerar renda para a sua subsistência.

Nas zonas de origem, a agricultura, o comércio e a pesca são as principais fontes de subsistência das famílias e nas regiões acolhedoras, mais de 80% dos deslocados não fazem nenhuma actividade de auto-suficiência, enquanto cerca de 20% se dedicam à agricultura, comércio e outras actividades. A falta de terra e de apoio técnico e financeiro constituem alguns dos desafios enfrentados pelos deslocados para o exercício de actividades geradoras de renda para subsistência.

O espaço temporal entre a assistência humanitária básica e implementação de projectos de auto-suficiência e geração de renda pode ser reduzido, se algumas questões críticas tais como (i) o desenho e implementação de um formulário-padrão para o registo do perfil de deslocado, que responda às necessidades de todas áreas de intervenção, (ii) disponibilização de terra para implementação das actividades de geração de renda familiar, (iii) disponibilização de ferramentas de trabalho, insumos agrícolas e de recursos financeiros, acompanhados de acções de formação em áreas relevantes para o sucesso na implementação de programas de integração socioeconómica dos deslocados e (iv) disponibilização de assistência técnica às famílias, forem atendidas.

Referências Bibliográficas

Alcântara, P. D. (2015). *Terrorismo: Uma Abordagem Conceitual*. (DSPACE, Ed.). Recuperado em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1885/51357> em 7 de Julho de 2021.

Antunes de Souza, M. C. (2012). *A (in) aplicabilidade do Estatuto dos Refugiados para os Deslocados Ambientais*.

Azevedo, C. E. F. L. G. (2013). *A Estratégia de Triangulação: Objectivos, Possibilidades, Limitações e*

- Proximidades com o Pragmatismo. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e contabilidade. Brasília, Brasil: EnEPQ.
- Brandão, W. R. (2020). *O Terrorismo e a Multiplicidade de Interpretação: A Lógica Racional das Teorias Racionalistas, a Construção Discursiva das Teorias Reflexivistas e as Relações Internacionais*. Uberlândia, Mato Grosso, Brasil: Universidade Federal de Uberlândia.
- Brinco, R. N. (2020). *O Terrorismo Religioso na Região dos Grandes*. Portugal: Universidade Beira-Interior.
- Cacinda, J. (2021). *Deslocados de guerra em Cabo Delgado: Narração de Sofrimento*. Maputo, Moçambique: Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação – SEKELEKANI.
- Carta. (2020). *Cabo Delgado: Conselho Nacional de Defesa e Segurança Diz Que Estamos Perante Uma ‘Agressão Externa Perpetrada Por Terroristas.’* Marcelo Mose, April 24. Obtido a 16 de Outubro de 2022.
- Constantino, P. M. (2016). *União Europeia e Terrorismo: uma co construção do sector privado de segurança?* Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra.
- Feijo, J., Maquenzi, J., Salite, D. & Kirshner, J. (2022). Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021. *OMR* (127):4.
- Galito, M. S. (2013). *Terrorismo, Conceptualização do Fenómeno*. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento) (CESA).
- Grubba, L. S., & Monteiro, K. F. (2018). *Deslocamento interno e direitos humanos: o problema dos desastres ambientais*. Curitiba, Brasil: Rev. Direito Econ. Socio ambiental.
- Habibe, S., Forquilha, S., & Pereira, J. (2019). *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique*. Maputo, Moçambique: IESE.
- Leal, M. D., & Leite, A. C. (2012). A política Externa Brasileira e a Questão dos Deslocados Ambientais: Breves Reflexões Sobre a (Des) Protecção dos Haitianos no Brasil. Brasil: *Revista de Estudos Internacionais (REI)*.
- Ligado, Cabo. (2021). *Cobserorios de Conflitos. Cabo Ligado*. Mensal, Setembro de 2021
Recuperado em: <https://www.caboligado.com/portugues/cabo-ligado-mensal-setembro-2021>
- Luedy, T., Paz, R., Vitoriano, N., Bastos, B., Melo, F., & Ayres, A. B. (2017). *A Ameaça do Terrorismo Internacional sobre a Amazônia Setentrional Brasileira*. Brasil.
- Maciel de Sousa, S. V. (2019). *Conceito de Refugiado: Historicidade e Institucionalização*. Brasil: ANPUH.
- Martins, R. F. (2010). *Acerca e Terrorismo e de Terrorismo*. Lisboa, Portugal: Instituto de Defesa Nacional (IDN).
- Nascimento, A. (2011). Pessoas Deslocadas Internamente: da actuação do Estado soberano à intervenção da comunidade internacional. *Sociologia, Problemas e Praticas*, n.º 66, 2011, pp. 117-134.
- OCHA. (1999). *Manual de Aplicação dos Principios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*. OCHA - Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários.
- Oliveira, E. C. (2005). *A Protecção Jurídica Internacional dos Deslocados Internos*.

- ONUHABITAT. (2021). *A dimensão territorial dos deslocamentos no norte de Moçambique*. Maputo, Moçambique.
- Pinheiro, J. A. (26 de Fevereiro de 1982). *Terrorismo Internacional: Conferencia Proferida no Instituto da Defesa Nacional*. Curso de Defesa Nacional . Nação e Defesa. Lisboa, Portugal.
- Procópio, A. (2001). Terrorismo e Relações internacionais. Brasília, Brasil: *Rev. Bras. Polit. Int.*
- Riccardi, Andrea (2021). *O Papel da Igreja Católica na Promoção da Paz*. Comunicação apresentada no V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, em Novembro de 2021.
- Schmied, P. (2018). Guia Rápido para Recolha de Dados com Telemóveis. *People in Need*. Recuperado em: www.indikit.net.
- Siuta, M. (2020). *Protecção Social em Contexto de Terrorismo: que Implicações tem a Insurgência Islâmica nos Mecanismos Formais de Protecção Social em Moçambique?* Maputo, Mocambique: IESE
- VOA (2022). Cabo Delgado: Cinco anos depois dos primeiros ataques, conflito tem novas dimensões, *Jornal VOA*, edição outubro 07, 2022, por Ramos Miguel. Recuperado em: <https://shre.ink/m2wo>. em 15 de Outubro de 2022.

A Ciência política como campo de estudo para promoção da paz e desenvolvimento: uma análise integrada da relação entre o saber, a ética, a educação e a inclusão¹⁴

Francisco Proença Garcia

1. Introdução

O fenómeno do poder é essencialmente estudado pela ciência política, e esta possui diversas ciências que consigo se relacionam, como as relações internacionais e a estratégia, sendo a estratégia normalmente associada a um ambiente conflitual, de emprego da força. Neste ensaio a nossa abordagem vai noutra sentida e procuramos resposta para diversas questões: o que é a estratégia? Como e porque se relaciona com a Ciência Política? e, como se relaciona com a Paz?

Para responder a esta questão organizámos o nosso estudo em 3 partes distintas mas interrelacionadas e, através de uma abordagem conceptual ampla, começamos por analisar o que é o poder e como se quantifica, para numa segunda parte abordarmos o estudo das relações internacionais e a sua relação com os estudos de segurança; finalmente, numa terceira parte abordamos a estratégia e as ameaças em termos estratégicos e com esta base identificamos as estratégias gerais para que se consiga alcançar a paz possível.

2. Fundamentação Teórica

A Ciência Política e o Poder

A Ciência Política estuda de forma científica o fenómeno do Poder. O Poder segundo Max Weber (1972) é “a capacidade de uma ou mais pessoas realizarem a sua própria vontade num acto colectivo contra a vontade de outros que participam no mesmo acto”, ou para Raymond Aron (1983) é a “capacidade de um actor do sistema internacional **impor a sua vontade** a outro actor, mediante a suposição de sanções eficazes no caso de uma não-aceitação dessa vontade”, ou nas palavras de Adriano Moreira (1997) é a “capacidade de fazer cumprir.”

Para um conceito tão profusamente usado, o Poder continua a ser difícil de avaliar. Todos conhecemos e usamos as expressões grandes poderes, as superpotências, os poderes exíguos, o poder nacional. Mas como se mede? Como se quantifica?

Vamos primeiro às características do Poder. Podemos dizer que o Poder tem uma base objectiva, quantificável (Dinheiro, armas), uma base subjectiva, difícil de avaliar (forças morais). O Poder tem

¹⁴ Conferência Plenária no V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, “Incentivando a produção científica para a promoção da paz, justiça social e desenvolvimento sustentável”, Beira 18-19 Novembro 2021.

também uma base relativa, ou seja, só tem significado numa relação a outro actor; tem um carácter situacional, porque depende da situação concreta que se coloca; é dinâmico, pelo que, por estar em constante evolução, apenas tem significado em relação a um determinado momento e, é multidimensional, pelo que não faz sentido referências isoladas ao Poder de cada uma das dimensões (política, económica, militar, psicossocial), devendo ser analisado em todos os seus factores (Couto, 1998).

O poder é determinante também na política internacional, aqui lembramos Hans Morgenthau (1985) para quem “a política internacional, tal como toda a política, é uma luta pelo poder”. Mas se este é um conceito perfeitamente assumido e a sua medição um factor determinante nas Relações Internacionais, temos dificuldade em avaliar o poder, de criar uma escala de valores para o quantificar. Aqui seguimos Nye (2012), que exemplifica a quantificação do poder como semelhante à quantificação do amor; ou seja, é mais fácil sentir o amor, tal como o poder, do que o definir ou medir. Mas sendo o Poder uma relação, para Robert Dahl (2005) “o principal problema não é determinar a existência do Poder, mas sim comparar poder”.

Ao longo dos anos vários analistas tentaram encontrar fórmulas para que fosse possível quantificá-lo e assim nas Relações Internacionais poder efectuar a sua comparação. Uns autores mais matemáticos, como Nicholas Spykman (1944) e Wilhelm Fucks (1966), orientaram o seu esforço apenas no que consideravam perfeitamente quantificável, e outros como André Beaufre (1975), Hans Morgenthau (1985) e Ray Cline (1977) tentaram introduzir factores subjectivos e de difícil medição como a Vontade Nacional ou a qualidade das lideranças.

Talvez a fórmula mais evidente e fácil para a quantificação do Poder tenha sido introduzida por Ray Cline. A equação de Cline, com o Poder Percebido P_p , ainda hoje é muito usada em Geopolítica. Esta identificava factores quantificáveis como a massa crítica, ou seja o rácio população/território (C) a capacidade económica (E) a capacidade militar (M), e factores não quantificáveis como a capacidade estratégica e a vontade nacional.

Fig 1- Fórmula de Cline

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

Mas Cline esqueceu-se que o poder depende do contexto e das relações humanas, pelo que é difícil ter um “valor padrão que possa resumir todas as relações e contextos e apresentar um total global de Poder” (Nye, 2012).

Este século assistimos a duas grandes alterações de Poder e novos conceitos emergem. Hoje vivemos um período de transição de centros de poder entre estados/regiões, sobretudo do Atlântico para a região da Ásia-Pacífico, e ao mesmo tempo, graças ao ciberespaço que permite o chamado ciber-poder, a uma difusão do poder que se afasta de todos os estados. É uma forma de poder que coexiste com o espaço geográfico o que complica o significado do que é ser soberano (Nye, 2012). Esta difusão do poder está a fornecer novas ferramentas de poder aos intervenientes não estatais e provoca que haja cada vez mais coisas fora do controlo até dos países considerados mais poderosos (Nye, 2012).

Depois temos conceitos como os introduzidos por Nye, como *hard power*, baseado em estímulos ou ameaças, no uso da força. Mas existe também uma forma *soft*/suave ou indirecta de exercer o poder, assente na capacidade de atracção das nossas ideais, usando a persuasão como capacidade de determinar e moldar a agenda política e as preferências expressas por outros (Nye, 2012). Nye também nos identifica o *Smart Power*/Poder inteligente. Veremos adiante que as estratégias ligam os meios aos fins, e as que combinam as fontes do *hard power* e do *soft power* com êxito em diversos contextos são a chave do *smart power* (Nye, 2012).

Temos o Poder integrador de Kenneth Boulding (1989), expresso como a capacidade de criar redes de confiança que permitem que os grupos trabalhem juntos em direcção a objectivos comuns. Em 2017 o *National Endowment for Democracy* surge com o *Sharp Power*, poder insidioso baseado na subversão, na manipulação, hoje muito usado para caracterizar a forma de actuação da China na cena internacional.

Finalmente não podemos deixar de referir uma outra nova forma de poder dos Estados, o conhecimento em rede e as redes de conhecimento (Bernardino, 2021). No contexto estratégico contemporâneo, com elevado grau de incerteza e volatilidade, não é claro como avaliar a hierarquia de Poder e os equilíbrios de Poder e, muito menos como desenvolver estratégias bem-sucedidas para sobrevivermos neste mundo. As fontes do Poder e a sua posse não nos garantem a obtenção de resultados desejados. A conversão do poder é uma variável essencial. A capacidade de converter recursos em resultados desejados depende das competências e dos contextos do país para converter recursos em estratégias que produzam resultados desejados (Nye, 2012). Converter recursos em Poder exige estratégias bem concebidas e uma boa liderança. Não basta pensar em poder sobre os outros, mas sim que temos de atingir objectivos o que implica também poder com os outros (Nye, 2012).

As Relações Internacionais e os estudos de Segurança

Dentro da Ciência Política temos um ramo hoje já completamente autónomo, o vasto campo do estudo das Relações Internacionais, que transcendendo um espaço político formal, ele compreende relações entre forças políticas, agindo aos níveis interno/externo e entidades de que as mesmas estão, ou não, formalmente dependentes no exterior do território, bem como relações entre forças sócio religiosas distribuídas por soberanias diferentes, sobre o conjunto se exercendo pressões ideológicas concorrentes ou antagónicas no panorama internacional (Garcia, 2000).

As Universidades dedicam-se muito ao estudo das diversas escolas de pensamento das Relações Internacionais, como a Realista, a Liberalista, a Construtivista, a Feminista, etc. Mas aqui recordo Condoleezza Rice (2005), que foi Conselheira de Segurança do Presidente George W. Bush, mas que é acima de tudo uma brilhante académica, e que nos lembra que uma coisa é a análise académica, a outra é a prática política e que, na vida real nas Relações Internacionais, o Poder é que conta.

Mais uma vez, o Poder como fenómeno central da Ciência Política. Quando estudamos este vasto campo das Relações Internacionais, além das Escolas e das Teorias, estudamos também Diplomacia, Economia Internacional, Política Internacional, Geopolítica, Resolução de Conflitos, a Guerra e a Paz. O estudo científico da Guerra é apelidado por Polemologia, e centra-se assim na Guerra, que segundo Clausewitz (1976) é a continuação da política por outros meios e que para nós é um fenómeno entendido como a violência armada e sangrenta, entre grupos organizados, que cria e se

desenvolve num ambiente hostil, inerentemente incerto, evolutivo, tendo como finalidade mais evidente o acesso ao, ou a manutenção do Poder (Garcia, 2010).

Mais uma vez surge a palavra Poder. Também estão muito em voga os estudos de Segurança, e que dentro desta perspectiva apresentada, se inserem e integram a Polemologia, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Porém, para Horta Fernandes (2011) há um certo desnorreamento que perpassa pelos estudos de segurança, o que não é obviamente imputável “à menor qualidade dos autores, mas sim à falta de um referencial substantivo por parte dos próprios estudos de segurança” (Fernandes, 2011).

A Segurança é outro conceito muito lato e hoje profusamente utilizado. Para muitos autores desta área de estudos, tudo tem a ver com segurança. Este conceito, ambíguo, complexo e com fortes implicações políticas e ideológicas, também sofreu alterações. Actualmente tem vindo a afirmar-se a tendência para o alargamento do conceito e para nele incluir outras dimensões, tais como a segurança económica, a segurança do ecossistema e outros conceitos alternativos de segurança, que incluam o crime internacional organizado, a propagação transnacional de doenças, os movimentos migratórios internacionais em grande escala, a segurança societal e a segurança humana.

Parece-nos ainda importante lembrar que hoje a relação entre segurança e desenvolvimento é incontestável, lembramos o Papa Paulo VI (1967), para quem o desenvolvimento era o novo nome da Paz, não podendo haver desenvolvimento sem paz nem segurança, da mesma forma que sem desenvolvimento e prosperidade, não haverá condições para a manutenção de uma paz duradoura. Neste contexto, a abordagem à dimensão segurança, não deve ser vista como um objectivo em si mesmo mas enquanto preocupação fundamental, designadamente para a actuação preemptiva ou preventiva sobre as causas da fragilidade e da instabilidade.

Há assim uma grande dificuldade de definir e enquadrar este conceito tão alargado segurança. Mas quais as dimensões da análise? e qual o valor da segurança? Convém assim operacionalizar este conceito pois apesar de multidimensional, pode ser observado, mensurado e aplicado. Depois podemos ligar com outros conceitos: vários valores podem ser protegidos com vários meios (adjectivar a segurança). Pode ainda ser aplicada à realidade: prioridades aos valores a proteger; variedade de ameaças; vários meios; custo; período de tempo; diferentes perspectivas de acordo com quem aplica (Estados; partidos políticos). Também devemos efectuar Investigação científica sobre o assunto dado que é conceito aberto que permite utilização nas mais variadas situações, como objectivo e como actividade.

Sabendo que há diferentes leituras deste conceito, neste nosso ensaio optamos por nos centrar apenas nos que cruzam o universo da Estratégia. Arnold Wolfers (1962), por exemplo, afirma que segurança é “ausência de ameaças aos valores adquiridos”. Em termos amplos, podemos considerar assim a segurança como a busca da libertação relativamente à ameaça, sendo a resultante da interacção entre as vulnerabilidades de uma unidade política e as ameaças que a mesma enfrenta.

A Estratégia e a Paz

Ameaças, vulnerabilidades, escolha de caminhos, objectivos, etc., estamos a chegar finalmente à Estratégia, e esta exige hoje uma nova abordagem na sua compreensão e o seu estudo integra os estudos de segurança, que como vimos integram as Relações Internacionais, que integram a Ciência Política. Se o papel da Política reside sobretudo, na escolha dos fins e na definição do quadro de

acção, e releva em grande parte de elementos subjectivos, o papel da estratégia consiste em definir meios e caminhos para se atingirem alguns desses fins, e releva de elementos e raciocínios que devem ser objectivos.

A Estratégia, que é antecipatória e pró-activa, na sua essência e em sentido lato, consiste na escolha do melhor caminho para se atingir um determinado objectivo com os meios (de *hard* e *soft power*) disponíveis, procurando no jogo dialéctico minimizar sempre as vulnerabilidades, maximizar as potencialidades e neutralizar as ameaças, tendo a sua aplicação num ambiente hostil ou competitivo, ou seja, em ambiente agónico (Garcia, 2010).

Nesta minha abordagem emergem inúmeros outros conceitos que eu tentarei abordar de uma forma espectral. Começemos pelo de Ameaça. O que é uma ameaça em termos estratégicos? Tradicionalmente ameaça é definida como sendo qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível), de variada natureza e proveniente de uma vontade consciente que contraria a consecução de um objectivo que, por norma, é causador de danos, materiais ou morais; no fundo, o produto de uma possibilidade por uma intenção (Couto, 1998). Porém, este conceito, por não ser suficientemente abrangente, apresenta hoje difíceis problemas quando procuramos precisar o que compreende; além do mais não permite a inclusão de algumas manifestações com implicações tão sérias que podem ser classificadas como ameaças não tradicionais à segurança, como é o caso das alterações climáticas ou das pandemias como o COVID 19.

Face à multiplicidade de conceitos sobre o assunto, optámos por adoptar a definição de ameaça transnacional do relatório das Nações Unidas, *A More Secure World: Our Shared Responsibility* de 2004, que admite uma concepção bastante ampla de ameaça, encarada como: “(...) Any event or process that leads to large-scale death or lessening of life chances and undermines States as the basic unit of the international system is a threat to international security (...)”. E quais as ameaças que hoje enfrentamos? Para nós a maior ameaça é a pobreza, a miséria humana; depois vem o fracasso do Estado (nos seus diversos estágios), que quando falha se torna mais permissivo a que todas as outras ameaças se instalem e desenvolvam, como é o caso do Crime Organizado Transnacional, do Terrorismo e de outras diversas formas de violência que acabam por provocar um mar de refugiados que habitam em campos onde, normalmente, a miséria é grande e os cuidados profilácticos decrescem. A tudo isto, em África, por exemplo, crescem as disparidades económicas, a mudança climática e o exponencial crescimento demográfico. Este caldo de cultura desperta factores que acabam por fomentar a migração irregular, forçando as populações a movimentarem-se para outros espaços na procura de recursos, segurança e bem-estar, fragilizando territórios e o sentido de espaço, desvalorizando Estados na lógica dos seus elementos constitutivos e quiçá, valorizando outros.

Apesar do Estado falhar, as populações continuam a viver nesses espaços, possuindo diversas formas de organização social, que subsistem e que competem com as restantes estruturas do Estado, na cobrança de impostos, no uso da força e na responsabilidade social sobre as populações que controlam.

No caso de Moçambique, hoje temos as ameaças, sobretudo em Cabo Delgado, como a guerra e o Crime Organizado, ou na Beira, cidade onde se sentem as alterações climáticas, e em todo o território, a Pandemia Covid.

A estratégia é a ciência e a arte de “ponderar e de agir prudentemente sobre e na conflitualidade hostil” (Fernandes, 2011) mas também é uma disciplina de meios, face à guerra e à política (Couto, 1998). A ela compete lidar com todas as formas que imediata ou mediamente tenham a ver com a hostilidade, ou seja, “todas as potenciais razões de hostilização de outra vontade política quando confrontada com objectivos políticos que colidam ou possam vir a colidir com os seus” (Fernandes, 2011).

Se é verdade que a estratégia visa gerir os conflitos políticos violentos, em particular a guerra, de modo a obter a vitória desejada, alcançando os objectivos definidos pela política, ela deve sobretudo assumir-se, como uma ética do conflito, destinada a combater a violência no seu próprio campo para chegar à paz definitiva. “No fundo, a finalidade última da estratégia, é, afinal, acabar por desaparecer, por se auto anular num universo pacífico” (Fernandes, 2011). Com base nos estudos da Estratégia é possível encontrar formas de se estudar e trabalhar para alcançar a Paz. A Paz é assim o verdadeiro valor da utilidade marginal da estratégia (Fernandes, 2011).

Numa abordagem holística identificámos 4 Estratégias gerais (militar, político-diplomática, socioeconómica e gestão das percepções) que dão corpo à estratégia total. Todas elas são concorrentes para que se consiga encontrar a paz possível, positiva ou negativa, na expressão de Galtung (2013), e com ela se obtenha a segurança necessária ao desenvolvimento das sociedades.

Começamos pela estratégia militar. A Força não está obsoleta e os actores não estatais como os de Cabo Delgado, sentem-se menos constrangidos por questões morais do que os estados, com a sua ética e Valores. Mas juridicamente o uso legal e legítimo da força ainda reside apenas nas entidades políticas reconhecidas pelo Direito. Porém, a Força é hoje cada vez mais dispendiosa e difícil de usar pela maior parte dos estados do que acontecia no passado (Nye, 2012).

A estratégia militar orienta o emprego, de forma útil, do instrumento militar (Smith, 2006), que faz sempre parte da solução. As guerras como as que hoje Moçambique enfrenta em Cabo Delgado não se ganham pela acção militar, mas perdem-se pela inacção militar. Ademais, em zonas de ambiente não permissivo, de alta violência só os militares actuam na procura de garantir a segurança e posterior desenvolvimento das populações.

Com o incremento da segurança devido à acção militar, começa a ser permitido o desenrolar da vida normal, as pessoas vão ao mercado, à escola, etc. Ou seja, a actuação militar garante a estrutura que ajuda a providenciar um nível mínimo de ordem. Como refere Nye (2012), o poder militar está para a Ordem “como o Oxigénio está para a respiração: mal se nota até começar a rarear”.

Com a estratégia político-diplomática equacionamos sempre uma actuação externa e outra interna. A nível interno, a acção política está estreitamente relacionada com as reformulações de carácter dinâmico realizadas pelo poder, com a tomada de decisões a nível administrativo, e com a adopção de medidas de âmbito legislativo, regulamentar, organizativo e de reforço da autoridade do Estado.

A nível externo há diversas formas de actuação. Através da acção diplomática sobre Estados, Organizações Internacionais ou outras entidades identificadas com relevância estratégica, procura angariar apoios e reduzir os dos adversários, promovendo o seu descrédito, recorrendo, se necessário, a uma diplomacia coerciva. Ao nível externo, propomos ainda a vertente de actuação cooperativa da comunidade internacional. Veja-se hoje em Cabo Delgado a intervenção da *Southern African Development Community* e da União Europeia, por exemplo.

Esta estratégia é fundamental, uma vez que é com e através dela que se garante a liberdade de acção – a essência da Estratégia – para se poder conceber a estratégia ao nível interno onde jogam três variáveis fundamentais: as forças materiais, as morais e o tempo que essa manobra leva.

A estratégia socioeconómica sobre as populações, visando a melhoria das suas condições de vida e a manutenção ou conquista/reconquista da fidelidade às Autoridades formais, passa pela síntese de duas acções que devem ser desenvolvidas em permanência, inscrevendo-se desde o período preventivo ao de intervenção: o controlo da população e dos recursos e a melhoria das estruturas e infra-estruturas.

A promoção socioeconómica das populações faz-se pela elevação do nível de vida das mesmas, satisfazendo as suas necessidades mais urgentes e destina-se a sustentar a fidelidade das populações ao poder constituído. Deve ser criado emprego, justiça social, levar a justiça e o Estado às populações, garantir cuidados básicos de saúde, de ensino/educação, etc. Esta estratégia visa conseguir a adesão das populações e impedir aos adversários a realização dos seus objectivos psicológicos, tendo a estratégia militar que garantir o espaço e o tempo necessários para a consecução desse objectivo.

Finalmente devem ser geridas as percepções que as populações e a comunidade internacional têm da situação. Há uma realidade percebida/ construída, diferente da realidade efetiva. Esta gestão é feita através dos mais diversos meios tradicionais ou com recursos mais tecnológicos como as redes sociais. Deve ser efectuada uma intensa acção de combate à desinformação, com campanhas de verdade e de informação pública.

Hoje os êxitos são sobretudo psicológicos, as palavras, as ideias e as percepções desempenham um papel importante, sendo a melhor propaganda uma operação militar vitoriosa. Não podem existir vocábulos apolíticos ou neutrais. As próprias palavras são armas empregues para isolar e confundir o adversário, motivar amigos e atrair indecisos. Ideias combatem-se com ideias, mas também valorizando as acções socioeconómicas em desenvolvimento.

3. Conclusões e Recomendações

Após esta abordagem holística da Estratégia como ciência auxiliar da Ciência Política, cremos que cumprir a estratégia, e seguindo Horta Fernandes (2011) é pois, “pôr-lhe cobro, não só porque instaurada a paz definitiva já não haveria lugar para racionais estratégicos, mas e sobretudo porque, à estratégia não cabe ultimamente resgatar a hostilidade por completo, tarefa apenas alcançável pela paz” positiva ou Pura de Galtung (2013).

No fundo a guerra é mais do que a célebre máxima Clausewitz já referida por nós, ela é antes, segundo o Papa Francisco na sua Encíclica Fratelli Tutti (2020), o fracasso da Política e, “Infelizmente não basta que a Estratégia se assuma como uma ética do conflito para que consigamos erradicar as guerras. Estas estão de tal maneira enraizadas na vida dos povos que só um projecto inovador de Paz pura, e que também alimenta a estratégia, lhes poderá pôr cobro” (Fernandes, 2011).

Gostaríamos de findar este ensaio com uma palavra de esperança do Santo Padre João Paulo II na oração pela paz convocada em Assis em 27 de Outubro de 1986: “a Paz é um estaleiro aberto a todos e não apenas aos especialistas, aos sábios e aos estrategas”.

Referências bibliográficas

- Aron, R. (1983). *Paz e Guerra entre as Nações*. (2ª ed.). Brasília, Brasil: Editora Universidade de Brasília.
- Beaufre, A. (1985). *Introduction à la Stratégie*. Paris, France: Económica
- Bernardino, L. (2021). O Conhecimento em rede e as redes de conhecimento. A nova forma de Poder dos Estados; in *IUM Atualidade*, Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar, nº 29, outubro.
- Boulding, K. (1989). *Three Faces of Power*. Newbury Park, California, EUA: Sage Publications.
- Clausewitz, C. V. (1976). Da Guerra. Lisboa, Portugal: *Perspectivas e Realidades*.
- Cline, R. (1977). *World Power assessment 1977: A calculus of strategic drift*. Boulder, USA: Westview Press Inc.
- Couto, C. (1988). *Elementos de estratégia – apontamentos para um curso*. Pedrouços, Lisboa, Portugal: Instituto de Alto Estudos Militares. Vol. I.
- Dahl, R. (2005). Who Governs?: Democracy and Power in the American City. *Yale Studies in Political Science*. Yale University Press.
- Fernandes, H. (2011). *Acolher ou vencer? A Guerra e a Estratégia na actualidade*. Lisboa, Portugal: Esfera do Caos Editora.
- Fucks, W. (1966). *Formeln zur Macht: Prognosen über Völker*. Wirtschaft, Potentiale, Stuttgart.
- Galtung, J. (2013). Positive and Negative Peace. In, *Springer Briefs on Pioneers in Science and Practice*, vol 5. Berlin, Heidelberg, Alemanha: Springer,
- Garcia, P. (2010). *Da Guerra e da Estratégia. A nova polemologia*. Lisboa, Portugal: Prefácio.
- Garcia, P. (2000). *Guiné 1963-1974: os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*. Lisboa e Porto, Portugal: Comissão Portuguesa de História Militar e Universidade Portucalense.
- Morgenthau, H. (1985). *Politics among nations; the struggle for power and peace*. (6 Edi.). New York, EUA: MacGraw-Hill.
- Nações Unidas (2004). *A more secure world: our shared responsibility – Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change*. Recuperado em: <http://www.un.org/Pubs/chronicle/2004/issue4/0404p77.html>
- National Endowment for Democracy's / International Forum for Democratic Studies (NED) (2017) - *Soft Power'to 'Sharp Power': Rising Authoritarian Influence in the Democratic World*. Washington, DC.
- NYE, J. (2012). *O futuro do Poder*. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores.
- Papa Francisco (2020). *Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social*. Recuperado em: [Fratelli tutti \(3 de Outubro de 2020\) | Francisco \(vatican.va\)](#).
- Paulo II (1986). *Alocação no encontro inter-religioso em Assis*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Paulo VI (1967). *Carta Encíclica Populorum Progressio de sua Santidade Papa Paulo VI; aos Bispos, Sacerdotes, religiosos, fiéis e a todos os homens de boa vontade sobre o desenvolvimento dos povos*. Recuperado em: [Populorum Progressio \(26 de março 1967\) | Paulo VI \(vatican.va\)](#)
- Rice, C. (2005). The president National security strategy. In, *Neoconservatism*. London, Inglaterra: Atlantic Books, pp. 81-87.
- Smith, R. (2006). *The Utility of Force. The art of War in a modern world*. London, Inglaterra: Penguin.
- Spykman, N., Brace, D. & Harcourt, A. (1944). *The Geography of Peace*. New York, USA.
- Weber, M. (1972). *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva de Max Weber*. Brasília, Brasil: Editora Universidade de Brasília. Volume 1.
- Wolfers, A. (1962). National Security as an Ambiguous Symbol; In: *Discord and Collaboration. Essays on International Politics*. Baltimore, USA: John Hopkins University Press, pp. 147-165.

Análise dos impactos ambientais causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi – Cidade de Tete

Analysis of the environmental impacts caused by the extraction of sand in the Chimadzi River – Cidade de Tete

Noivado António Beula

Universidade Católica de Moçambique, FAGRENM - Tete.

nbeula@ucm.ac.mz

Eude António Noé Nhalungo

eudeantonioenhalungo20@gmail.com

Universidade Católica de Moçambique, FAGRENM - Tete.

Anussa Benjamim Ali Mirasse

Universidade Católica de Moçambique, FAGRENM - Tete.

amirasse@ucm.ac.mz

Resumo

O artigo tem como objectivo geral analisar os impactos ambientais causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi. O estudo é de natureza qualitativo, sustentada com aplicação de duas entrevistas semiestruturadas, sendo, uma dirigida aos moradores circunvizinhos do Rio Chimadzi, e outra aos exploradores de areia no mesmo local, complementado pela recolha de dados nos Serviços Provinciais do Ambiente. Os resultados obtidos pelas entrevistas foram analisados e agrupados de acordo com as semelhanças existentes. Entretanto constatou-se que a actividade de extracção da areia é feita de forma desregrada, o que exerce uma grande pressão para o ambiente. Esta actividade, gera impactos como: poluição da água causando a turbidez e perda da qualidade; poluição do solo provocando erosão e assoreamento e poluição do ar pela combustão exercida pelos motores das máquinas. Existe uma superficial consciência sobre os impactos ambientais por parte dos moradores e dos exploradores de areia no rio Chimadzi, mas parece haver ineficácia na fiscalização e tomada de medidas de mitigação dos danos gerados pela actividade.

Palavras-chave: Extracção, Areia, Impacto, Ambiental, Poluição.

Abstract

The article therefore, its main objective is to analyze the environmental impacts caused by the extraction of sand in the Chimadzi River. The methodology applied to this study was based on a qualitative study, supported by the application of two semi-structured interviews, one addressed to the residents surrounding the Chimadzi River, and the other addressed to sand explorers in the same location, complemented by data collection in the Services Environment Provincials. The results obtained from the interviews were analyzed and grouped according to existing similarities. Finally, it was found that the sand extraction activity is carried out in an unruly manner, which exerts great pressure on the environment. This activity generates impacts such as: water pollution causing turbidity and loss of quality; soil pollution causing erosion and silting and air pollution by the combustion exerted by machinery engines. There is a superficial awareness of the environmental impacts on the part of residents and sand explorers on the Chimadzi River, but there is an ineffective State intervention in inspection and mitigation measures for the damage already generated by the activity.

Keywords: Extraction, Sand, Impact, Environmental, Pollution.

1. Introdução

A mineração é uma actividade que gera postos de emprego e rendimento para sustentar as famílias em particular e criando desenvolvimento económico e social de uma região ou país. No entanto, apesar destes aspectos positivos, a sua exploração se não for feita de maneira sustentável, pode criar danos ambientais para natureza e colocando em risco o ecossistema e a vida das gerações futuras. A mineração é uma das actividades humanas que mais contribui para a alteração dos componentes ambientais, causando impactos negativos ou positivos, que podem ser reversíveis ou irreversíveis.

Noutra vertente, tem grande alcance social, na medida em que, é uma actividade de grande importância e contributo para o desenvolvimento local. Nesse contexto, e reconhecendo que esse tipo de empreendimento, denominado extracção de areia em cursos de água, apresenta forte perfil impactante, faz-se necessária a realização de estudos de controlo ambiental, com vista a identificação de áreas de preservação necessárias e a definição e implantação de medidas mitigadoras capazes de reduzir ao mínimo os impactos ambientais ao ambiente e potenciar os impactos positivos, necessitando no futuro a realização de um plano de recuperação e reabilitação da área afectada, o que nem sempre é alcançado.

A cidade de Tete, lida cada vez mais com construções de variadas dimensões e fins. Com o crescimento populacional e económico, cada dia surgem novas infra-estruturas, estas quais, precisam de matérias em que uma das principais é a areia que é extraída no rio Chimadzi. Com o aumento das construções, surge também o aumento da procura da areia e levando assim também o aumento da degradação ambiental da região de extracção.

De acordo com Vieira (2005) “é incontestável que a actividade de extracção de areia é essencial ao desenvolvimento económico da sociedade”. Muitos também consideram a actividade essencial no desassoreamento de rios já degradados, porém, infelizmente essa actividade além desses benefícios acarreta uma série de prejuízos ao ambiente. Esta actividade, torna-se problemática pelo facto da areia apresenta-se com baixo valor económico e alto volume de transporte, sendo factor limitante a distância do local da extracção ao mercado consumidor. Levando as entidades extractivas a identificarem locais mais próximos possível dos centros de consumo, maioritariamente os centros urbanos, gerando conflitos entre a actividade e o uso do solo urbano, pela estrutura urbana implementada.

Face aos argumentos acima, surgiu a necessidade de responder a seguinte pergunta: Quais são os impactos causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi? Para responder esta questão, traçou-se o seguinte objectivo geral: Analisar os impactos ambientais gerados pela extracção de areia no Rio Chimadzi, sendo subcategorizado nos seguintes objectivos específicos do estudo: Descrever a actividade de extracção de areia no Rio Chimadzi, Identificar os impactos ambientais causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi; Detalhar os impactos ambientais causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi; Sugerir as medidas de mitigação dos impactos ambientais causados pela extracção de areia no Rio Chimadzi.

Para além desta breve introdução, o presente artigo encontra-se organizado em cinco secções. A 2ª secção apresenta a revisão da literatura, incluindo estudos empíricos. A terceira descreve as considerações metodológicas. A quarta evidencia os resultados e faz a discussão do estudo e, por fim, na quinta secção, são apresentadas as considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

Segundo Tanno e Sintoni (2003), a dinâmica do meio ambiente é expressa pelos processos ou factores que causam mudanças ambientais, como vulcanismos terremotos, inundações, secas, avalanches, entre outros. Entretanto, com a intervenção antrópica, esses processos ou factores podem ser acelerados, lentos ou eliminados.

Segundo Lelles (2004), extracção de areia é uma das actividades humanas que mais contribui para a alteração da superfície terrestre, afectando a área lavrada e os seus arredores, causando impactos negativos sobre a água, o ar, o solo, o subsolo, a flora, a fauna, e a paisagem como um todo. Para Magalhães (2015), poluição é a introdução de substâncias ou energia de forma acidental ou intencional no meio ambiente, com consequências negativas para os seres vivos e, conseqüentemente surgem os impactos ambientais, como é o caso de danos no ecossistema, extinção de algumas espécies que não resistem a estes fenómenos.

Para Silva (2015), **impactos ambientais** são alterações no ambiente causadas pelo desenvolvimento das actividades humanas no espaço geográfico, sendo positivos, quando resultam em melhorias para o ambiente e o ser humano, ou negativos, quando essas alterações causam algum risco para os mesmos.

Descrição da actividade de Extracção de Areia

Segundo Ferreira (2011), a busca pelo desenvolvimento urbano por meio de construções de casas, estradas e pontes, tem como base fundamental a exploração mineral. A exploração mineral por si mesma é uma actividade não sustentável, ou seja, o que foi extraído nunca mais será reposto (Santos, 2015).

A areia extraída não retorna ao local onde foi extraído, mas serve ao homem para as suas necessidades. A exploração mineral por si mesma é uma actividade não sustentável, ou seja, o que foi extraído nunca mais será reposto, e existem procedimentos que têm que ser utilizados para minimizar o impacto ambiental da actividade, como a preservação de cursos de água, controle sobre poluição sonora e atmosférica (Filho, 2011).

Segundo Santos (2015), esta actividade é causadora de impactos ambientais. Geralmente, esses impactos são originários da exploração desordenada, causando graves problemas ambientais, principalmente na extracção de areia de rios, com aumento da vazão e aceleração do processo de erosão, perigando as infra-estruturas, erguidas próximo das zonas que se extrai a areia e do meio ambiente.

Para o processo extractivo, a restauração entendida como retorno ao estado original do local antes da degradação, torna-se impossível, com isto, a reabilitação parece ser a resposta mais adequada, porque consiste no uso da área de acordo com um plano estabelecido para um outro fim, podendo ser local de lazer, residencial, entre outros, que podem se adequar ao local (Tanno e Sintoni, 2003).

Impactos ambientais originados pela extracção de areia

Ferreira (2011) considera que, a intervenção antrópica no meio ambiente causa sua degradação, por esse motivo, o espaço natural e a problemática social devem ser analisados em conjunto para um melhor entendimento, pois eles são resultantes de mudanças sociais e ecológicas, estimuladas pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial, ecológica, histórica ou socialmente determinada.

Segundo Melo (2010), qualquer umas das formas de ocorrência e de extracção de areia pode acarretar em impactos ambientais. Estes podem ser positivos, proporcionando benefícios sociais, ou negativos, proporcionando diferentes prejuízos. Segundo Ferreira (2011), os impactos ambientais decorrentes da extracção de areia podem ser identificados principalmente com relação ao solo, como por exemplo: perda de cobertura vegetal, o que intensifica os processos erosivos e de lixiviação, compactação dos solos devido à presença de maquinário pesado para o transporte do material, entre outros.

Os impactos ambientais são alterações que podem ser de ordem positiva ou negativa em um ambiente. Estes causam modificações, embora, com a utilização dos recursos naturais associados ao lucro económico, a relevância que é dada às precauções para a conservação do meio ambiente é ínfima diante dos impactos ambientais de ordem negativa (Melo, 2010). As acções que levam à degradação dos solos estão directamente relacionadas com o modelo de uso e a responsabilidade que se tem de fazer a utilização dos recursos naturais.

Impactos positivos são os resultados encontrados após o desenvolvimento de alguma actividade, cuja esta, origina melhoria ou contributo favorável. Geração de empregos directos, bem como de empregos indirectos decorrentes daqueles postos de trabalho que dependem da areia, como: motoristas que transportam a areia, empregados da construção civil como um todo, pessoas ligadas ao comércio de materiais de construção em geral (Ferreira, 2011).

A extracção de areia gera emprego decorrente dos postos de trabalhos como operadores das máquinas de escavação, motoristas que transportam a areia, as pessoas encarregues de comercializar, visto que há em diferentes pontos da cidade viaturas dispostas com os devidos comercializadores da areia. Aumento da oferta de areia, com repercções positivas para a sociedade em geral, mediante o seu uso para diversos fins, com a consequente melhoria da qualidade de vida (Quaresma, 2009).

3. Metodologia

Para Freitas e Prodanov (2013), “a pesquisa aplicada, objectiva gera conhecimento para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa. A pesquisa é descritiva. As pesquisas descritivas são vistas como “aquelas que visam encontrar a existência de relações entre variáveis (Gil, 1994).

A população em estudo foi concretamente a população residente no Bairro Mateus Sansão Muthemba, nas áreas circunvizinhas do rio Chimadzi. O processo de amostragem foi intencional. Segundo Marconi e Lakatos, (2001), a amostragem intencional é aquela que selecciona um subgrupo da população, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população e que acredita que se pode chegar a um resultado favorável.

Para o nosso estudo contamos como participantes 6 (seis) membros da comunidade do bairro Mateus Sansão Muthemba e circunvizinhos do Rio Chimadzi, 4 (quatro) exploradores de areia do rio Chimadzi.

A pesquisa recolheu os dados a partir do local da actividade extractiva, através de uma entrevista semiestruturada direccionada aos 4 (quatro) exploradores de areia e aos 6 (seis) moradores circunvizinhos do rio Chimadzi.

Para análise dos dados, a pesquisa recorreu a análise de conteúdos. E, a partir desta técnica que analisamos as informações que foram colectadas aos entrevistados. Para Minayo (1992) em pesquisas qualitativas na organização e análise de dados, devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados, por exemplo, as análises de conteúdos, de discursos ou análise dialéctica são procedimentos possíveis para a análise e interpretação dos dados e de cada uma destas modalidades e tem um tratamento diferenciado para a organização e sistematização dos dados.

4. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Apresentação, análise e interpretação de dados da entrevista dirigida aos moradores circunvizinhos do rio Chimadzi.

A entrevista feita aos moradores do Bairro Mateus Sansão Muthemba, unidade Chimadzi, buscou adquirir informações reais sobre a situação deparada no local, sendo estes, ocupantes da área de influência directa, isto é, aqueles localizados na área geograficamente afectada pelos impactos ambientais decorrentes da extracção de areia.

Questão 1: tem noção dos problemas causados pela remoção da areia?

A esta questão, os entrevistados responderam positivamente e apontaram como principais problemas, a poluição atmosférica, ou seja, levantamento de grandes nuvens de poeira sobre o povoado, a poluição hídrica tornando a água do rio, bastante turva e erosão, que se caracteriza pelo desvio do leito do rio.

Fotografia 1: Turbidez da água causada pela extracção da areia



Durante a entrevista, verificou-se “*in-loco*” quanto ao aspecto do desvio do rio pela erosão, estando algumas residências e o pequeno cemitério comunitário ameaçados, caminhos interrompidos. De facto, há uma grande ameaça quanto aquele cemitério, pois, o curso de água está quase que engolindo a área do cemitério; pior ainda porque não está vedado, e que as árvores nativas, conservadas como protectoras do cemitério, também estão sendo arrancadas pelas correntes das águas do rio.

Fotografia 2: Processo erosivo causado pela extracção de areia



Questão 2: O que tem feito para mitigar os aspectos negativos?

Sobre esta pergunta, os entrevistados, afirmaram que a única medida de correcção que estava sendo tomada era instruir os exploradores de areia a abandonar aquelas zonas que até então sofrem estas pressões, prosseguindo o curso do rio em direcção à foz do mesmo.

Na verdade, cada dia que passa os camiões seguem em direcção à foz do rio extraíndo a areia. A exploração mineral por si mesma é uma actividade não sustentável, ou seja, o que foi extraído nunca mais será repostado, e existem procedimentos que têm que ser utilizados para minimizar o impacto ambiental da actividade, como cobertura vegetal, preservação de cursos de água, manutenção da flora e da fauna da região, controle sobre poluição sonora e atmosférica.

Questão 3: já comunicaram a cerca disso aos órgãos de gestão local?

Os entrevistados pertencentes a comunidade, responderam que não tinham conhecimento a quem deviam apresentar os problemas, por um lado e, por outro, explicaram que, os gestores locais, que, quanto a eles, é a Estrutura do Bairro, também está a acompanhar os problemas, pois residem no mesmo Bairro. Para além disso, tem visto algumas personalidades do governo a visitarem aqueles locais; dando a entender que eles conhecem os problemas.

Questão 4: que os órgãos de gestão local dizem a esse respeito?

Respondendo a esta pergunta, afirmaram que estes problemas algumas vezes têm sido falados nas reuniões do Bairro e que os seus líderes (Secretário do Bairro e da Unidade) levam os problemas ao Município de Tete; sendo por isso que algumas vezes as individualidades do Governo e do Município têm aparecido lá. É a razão destas medidas como as de abandonar o local prosseguindo o rio, conforme a resposta constante do número 4.

Questão 5: Quais são os impactos positivos desta extracção?

Prosseguindo, os entrevistados apontaram como impactos positivos, a criação de postos de trabalho e construção de casas. Detalhando sobre a criação de postos de trabalho, os entrevistados afirmaram que no momento da extracção, alguns jovens participam com a sua força de trabalho e em contrapartida, são pagos algum valor monetário; e, quanto a construção de casas, para além dos grandes investimentos do sector público e empresarial privado, os residentes do Bairro ou da Unidade Chimadzi, também extraem areia para edificação das suas casas, utilizando carros à tracção-animal ou manual.

Encher areia numa viatura com a capacidade de quatro toneladas, por exemplo, são compensados, pelos motoristas dos carros, com valores que variam de entre 100 e 200 meticais. E, diariamente, consegue arrecadar entre 300 e 500 meticais, pois, o valor é dividido com os outros elementos do grupo.

Questão 6: em caso de algum impacto negativo o que farão?

Relativamente a esta pergunta, os entrevistados explicaram que os impactos negativos já foram e estão sendo identificados durante a extracção de areia; é por isso que, como ficou referido nas anteriores, nomeadamente desvio do curso natural do rio, ameaça às casas e o cemitério local devido a erosão, assim como a poluição hídrica e atmosférica, o Governo e o Município tomaram a medida de recomendar o afastamento dos exploradores da areia das áreas já em risco.

Para todos os efeitos, os riscos são eminentes e efectivos, sobretudo contra o cemitério e contra a parte residencial; pois, a extracção de areia naquele rio data desde os tempos lá idos, e que as medidas de mitigação que no caso em concreto está a afastar-se dos exploradores do local de risco, não foram suficientes para evitar a iminência da destruição deste cemitério e da parte das residências, caso ocorram grandes chuvas que provoquem maiores escoamentos naquele de água naquele rio. O mais grave é que, o cemitério ainda não foi encerado, o que significa por outras palavras continuar a alastrar-se e pressiona as terras do leito do rio.

Fotografia 3: Solo degradado pela extracção de areia nas margens do rio Chimadzi.



Apresentação, análise e interpretação de dados de entrevista dirigida aos exploradores de areia no rio Chimadzi.

Para efeitos deste trabalho, deve ser entendido o termo exploradores de areia, como sendo os que carregam areia neste povoado para fins que a seguir se descrevem; usando os meios de transporte como camiões de grande tonelagem, média e também carroças ou carros de tracção-animal e manual. A entrevista, baseada numa entrevista anteriormente estruturada, visando saber o motivo que leva a que estes exploradores extraem areia naquele povoado; o fim a que se destina incluindo a noção por parte destes, dos danos ambientais que provocam nesta actividade, pois, é feita ao longo do Rio Chimadzi. Assim, a entrevista contemplou 4 operadores, todos usando camiões.

Em seguida, passa-se a descrever o decurso da entrevista nos seguintes moldes:

Questão 7: para que fins é utilizada a areia extraída?

A resposta para esta pergunta, é idêntica à que foi dada na questão 1 que é para construção de infra-estruturas públicas e privadas.

Segundo os entrevistados, eles transportam a areia e descarregam em locais onde decorrem obras de construção de casas, edifícios públicos ou de particulares, incluindo estradas. Normalmente, a indicação sobre o destino a descarregar, é por telefone que os patrões fornecem, sendo este o meio suficiente que serve de contracto entre o destinatário e o proprietário, cabendo ao motorista (contratado), a execução do contracto.

A extracção de areia para construção de edifícios, estradas e pontes e habitações de particulares, é objectivamente o fim essencial para os proprietários ou investidores nestes programas. A intensidade com que se constroem casas, edifícios públicos e privados na cidade de Tete, revela quão grande é a pressão que se faz neste recurso. Enquanto não se descobrir outro local alternativo ao Rio Chimadzi, a sustentabilidade que é característica da gestão de recursos está de longe possível de se assegurar; ou seja, enquanto teoricamente se defende em a gestão de recursos naturais de forma sustentável, enquanto se discute em seminários e colóquios o mesmo principio de sustentabilidade e não há acções concretas que assegurem a efectivação destes princípios, a extracção de areia naqueles sítios, nos moldes em que se faz, não garante o desejo segundo o qual, a gestão de recursos naturais deve ser sustentável para não comprometer a existência destes a futuras gerações.

Questão 8: tem noção dos impactos causados pela remoção da areia?

A resposta foi afirmativa. Sendo eles os operadores, disseram que vêem a realidade no terreno, nomeadamente a erosão, o desvio do curso normal do rio, assim como as poeiras que afectam o estado ambiental da comunidade. Acrescentaram ainda que, devido a esses problemas o Governo, orientou para que a exploração da areia prosseguisse o rio, como forma de reduzir a pressão das terras que até certo ponto ameaçam as encostas onde se situam o cemitério e algumas habitações.

A questão da poluição das águas, se verifica a olho nu pelo derrame de óleos e combustíveis que ocorre durante a actividade de extracção pela escavadeira e pelos camiões, o que pode afectar o estado natural da água daquele rio, tornando-a imprópria para a utilidade humana e sobrevivência das espécies. Dito isto, parece ínfimo e o impacto irrelevante, contudo, as tantas vezes quanto os camiões se deslocam para aquele sítio e o período em que a escavadeira realiza as obras de

extracção, e as quantidades acumuláveis de derramamento de óleos, podem a médio e longo prazo afectar a qualidade da água do rio.

As poeiras que lá se levantam e que se depositam próximas das residências das famílias no processo de extracção, podem sim impactar na qualidade de vida das pessoas que aí vivem. O desvio do curso normal do rio como resultado da extracção desregada das areias, contribui também para ameaças às edificações, alguma das quais já construídas anteriormente à actividade de extracção. Isto representa perigo, e conflito às populações que já tinham as suas casas construídas, mas que se vêem na iminência de abandoná-las por receio de desabarem no rio adentro, ou abandonarem as suas áreas de cultivo, também porque, as suas machambas são transformadas em passagem de água do rio, tudo isso provocado pela acção devastadora da extracção de areia no leito do rio.

Questão 9: Quais são os materiais e tipos de camiões que transportam areia?

A resposta foi dada e o entrevistador viu no terreno. Os materiais usados e tipos de camiões, segundo os entrevistados são: pás-escavadeiras, camiões basculantes e carrinhas simples. Contudo, para fins de construção de casas de pequenas famílias, também se extraem por meio de carochas e carros a tracção-manual.

A extracção de areias e o seu transporte, sobretudo por meio de carochas de tracção-animal ou manual, também tem a sua cota-parte, tal e qual como os camiões. O povoado de Chimadzi, possui vários traçados (caminhos ou estradas) que desaguam no rio. Estes caminhos, nascem da pressão destes meios de transportes quando transportam consigo a areia que tiram do rio para os diversos fins. O aparecimento dos diversos caminhos ou estradas, é motivado pela impraticabilidade dos veículos consoante detém ou não a tracção às 4 rodas e o nascimento de diversos meios de escoamento (estradas ou ruas), provocam igualmente erosão para o rio, visto que, se transporta as areias da parte continental para o leito do rio, provocando o inverso, ou seja, tendem a assorear o rio a jusante, mas que em contrapartida, à montante, provocam erosão.

Fotografia 4: Extracção de areia por pá-escavadeira e camião basculante



Questão 10: quais são os impactos positivos desta extracção?

Segundo os entrevistados, o primeiro impacto positivo para eles é o facto de estarem a trabalhar e ganhar dinheiro para o sustento das suas famílias. Outrossim, consideram também impacto positivo a construção de casas melhoradas mesmo no povoado (Chimadzi) para além do desenvolvimento da

própria cidade de Tete, onde se nota grandes empreendimentos em infra-estruturas, habitacionais, sociais e económicos.

Está se dizendo que, deve se desenvolver a cidade de Tete de forma sustentável, isto é, os danos que a extracção da areia representa em Chimadzi, deviam ter em vista a possibilidade de equilibrar a existência destes recursos na actualidade, sem ameaçar a sua escassez para o futuro, pois, o que é dado a saber mesmo de conhecimento comum (sem ciência), a estatísticas indicam que o crescimento demográfico é incontrolável nesta cidade de Tete, a medir pelo alastramento das ocupações e construções de habitações que se vivem na actualidade.

Na verdade, é visível a grande concorrência de construção de casas melhoradas, o que a primeira pressupõe melhoramento das condições de vida e de habitação das pessoas, tendência esta que vai continuar com as próximas gerações, e o alvo principal a ser atacado é o rio Chimadzi como fornecedor de matéria-prima para construção. É essencial que, qualquer adopção de medidas ou acções do impacto positivo para o homem, devia ser equacionada sempre uma intervenção de sacrifício mínimo nos efeitos nefastos da natureza, ou assegurar-se a sua reposição para que no futuro as outras necessidades não sejam hipotecadas a escassez ou definitivamente falta desses recursos.

Questão 11: O que é feito para a mitigação desse problema?

Os entrevistados, responderam que as únicas medidas para mitigação dos danos provocados pela exploração são: não extrair areia de forma recorrente no mesmo espaço, isto é, mudando de local conforme se verifique maior pressão e escavar sobre as pequenas dunas de areia que se verificam ao longo do rio.

O Decreto nº 54/2015 de 31 de Dezembro, Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental, recomenda na alínea b), do número 1, do anexo II (Actividades de categoria A), a categorização das actividades que exigem Estudos de Pré-viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito e a actividade que é praticada no Rio Chimadzi, incide sobre uma área de protecção especial a que se refere o ponto 2, isto é “Áreas ao longo de cursos de água ou áreas usadas como fonte de abastecimento de água para o consumo das comunidades.

Atento a esta norma legal, o Estado devia ter já implementado este princípio obrigatório, ou se assim o entender conforme o que se constata no local já é tempo de o fazer.

Reflexão sobre as entidades ligadas ao Ambiente

Neste ponto faz-se uma reflexão sobre o papel das entidades ligadas a protecção do Ambiente na gestão da actividade de extracção da areia no rio Chimadzi. De acordo com o Decreto nº 54/2015 de 31 de Dezembro, Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental que define as disposições aplicáveis a todas as actividades públicas ou privadas que directas ou indirectamente possam influir nas componentes ambientais.

A actividade que é praticada no Rio Chimadzi, incide sobre uma área de protecção especial a que se refere o ponto 2, isto é, “Áreas ao longo de cursos de água ou áreas usadas como fonte de abastecimento de água para o consumo das comunidades” segundo a alínea b), do número 1, do anexo II (Actividades de categoria A), do decreto no. 54/2015 de 31 de Dezembro, que prevê o seguinte:

Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito e Termos de Referência, é obrigatório para todas as actividades de categoria A+ e A, constituindo uma obrigação de inteira responsabilidade do proponente da actividade e tem como objectivo: Determinar a possível existência de questões fatais relativas à implantação da actividade; Determinar o âmbito do Estudo do Impacto Ambiental e, conseqüentemente, o desenho dos Termos de Referência, nos casos em que não haja questões fatais que tornem inviável a actividade.

Contudo, as informações obtidas nas entidades reguladoras do Ambiente são de que ainda decorrem estudos para o efeito, enquanto isso, estão sendo tomadas medidas consideradas de mitigação, nomeadamente: orientar que a exploração da areia prosseguisse o rio, como forma de reduzir a pressão das terras que até certo ponto ameaçam as encostas onde se situam o cemitério e algumas habitações. A morosidade do devia para a protecção ambiental em Chimadzi, no âmbito da extracção de areia para construções, parece dever-se à não priorização desta actividade comparativamente aos megaprojectos da exploração de carvão nesta província. Esta afirmação, busca a base de fundamentação pelo facto de que, os Serviços Provinciais do Ambiente e dos Recursos Minerais, têm se feito presente com muita regularidade nos processos de fiscalização nas empresas mineiras na cidade de Moatize e no distrito de Cahora Bassa. Verificou-se que há uma ineficiência da fiscalização, os pontos de extracção crescem e com eles os impactos se estendem podendo influenciar na vida da população que reside próximo aos locais da actividade.

5. Conclusões e Recomendações

De um modo geral, o presente artigo permite concluir o seguinte:

Nos moldes em que a extracção de areia é feita no rio Chimadzi, constitui negócio que periga o meio ambiente. Apesar de ser uma actividade que gera lucro para muitos e contribui também para o crescimento urbano, a mesma é exercida sem a observância das regras que protegem a natureza. Com isto, há necessidade de se respeitarem os procedimentos devidos para que o uso do referido recurso seja sustentável. A extracção de areia desenvolvida no Rio Chimadzi, tem contribuído muito para a cidade de Tete, por ser este local, um dos potenciais fornecedores do recurso, embora, acarreta inúmeros impactos ambientais ao longo do rio. Sendo de conhecimento da população circunvizinha e dos exploradores da areia, esta é destinada a construção de infra-estruturas públicas e privadas.

Esta actividade, é desenvolvida por escavação no leito do rio, pela utilização de máquinas escavadeiras e pás carregadeiras que removem o material directamente para dentro dos camiões basculantes e carrinhas. Os camiões envolvidos, à excepção de carroças de tracção-animal ou manual, a sua capacidade de carga varia entre 3 a 10 toneladas, a quantidade que extraem num cálculo semanal, situa-se entre 63 -350 toneladas, respectivamente. Desta actividade, resultam impactos positivos tanto que negativos. Os impactos positivos desta actividade são: a construção pelo Estado, de dois furos de água, que serve como fonte alternativa para a busca do líquido precioso; criação de postos de trabalho, em que, alguns jovens participam com a sua força de trabalho utilizando carros à tracção-animal ou manual e em contrapartida, são pagos algum valor monetário. Para os exploradores, o impacto positivo para eles é o facto de estarem a trabalhar e ganhar dinheiro para o sustento das suas famílias.

Os impactos ambientais negativos da extracção de areia são: Desvio do curso normal das águas do rio, e que, em períodos chuvosos, um dos furos de água que está mais próximo do rio tem ficado submerso; Lançamento de gases provenientes dos motores da escavadeira e dos camiões utilizados no transporte, e de partículas sólidas (poeiras) transportadas no movimento das viaturas que operam no local; Derrame de óleos e combustíveis que ocorre durante a actividade de extracção pela escavadeira e pelos camiões, e pela turbidez causada pela movimentação das partículas do solo; Degradação do solo partindo da perda das propriedades originais do mesmo, causando a sua fragilidade e vulnerabilidade a erosão pela remoção desordenada da areia; Compactação dos solos devido à presença de máquinas pesadas para o transporte do material e; Assoreamento do rio devido as terras transportadas da parte continental.

Existe uma superficial consciência dos decorrentes impactos ambientais por parte dos moradores do Bairro Mateus Sansão Muthemba e dos exploradores de areia no rio Chimadzi, além da fraca e ineficaz intervenção por parte dos Serviços Provinciais do Ambiente e dos Recursos Minerais na gestão problemas ambientais derivados da extracção da areia.

A implantação de medidas de mitigação é importante para minimizar os impactos ambientais decorrentes da extracção da areia, o que propiciará aspectos positivos na actividade actual bem como maximizará os benefícios relacionados aos impactos que não podem ser mitigados.

Sugere-se a aplicação de educação ambiental de forma periódica, por parte do Governo, direccionada aos moradores do Bairro, e também aos exploradores de areia no Rio Chimadzi, de modo a consciencializá-los sobre a realidade enfrentada pela degradação ambiental, dar uma visão dos riscos e as susceptibilidades que caem sobre eles por um lado e, por outro, fazer perceber a necessidade de preservação dos recursos (areia e água) para gerações vindouras.

Referências Bibliográficas

- Decreto nº 54/2015 de 31 de Dezembro. *Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental*. Maputo, Moçambique: Conselho de Ministros.
- Farias, T. (2012). *Extracção de areia e recuperação de área degradada*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Filho, P, A, N. (2011). Impactos ambientais da extracção de areia no canal activo do rio Canindé, Paramoti, Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Ferreira, P. F. M. (2011). *Diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré (BA)*. São Paulo, Brasil: Campinas.
- Freitas, E. C. & Prodanov, C. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico (2ª ed.)*. Rio Grande do Sul, Brasil: FEEVALE, Ed;
- Gil, A. C. (1994). *Como elaborar projectos de pesquisa (3ª. ed.)* São Paulo, Brasil: Atlas.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2001). *Ciência e conhecimento científico*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Lelles, L. C. (2004). *Avaliação qualitativa de impactos ambientais oriundos da extracção de areia em cursos d'água*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, Brasil.
- Loureiro, C. F. B. (2004). *Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Louzada, P. (2019). *O que é análise de impacto? Por que é importante?* Recuperado em: <https://www.fm2s.com.br/o-que-e-analise-de-impacto-por-que-e-importante/>
Acedido a 29 de Abril de 2021.

- Magalhães, L. (2015). *Poluição*. Recuperado em:
<https://www.todamateria.com.br/poluicao/>.
Acedido a 29 de Abril de 2021.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1996) *Técnicas de pesquisa: planeamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados* (3.ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Melo, T. F. S. (2010). *Diagnóstico Ambiental em Área de Exploração Mineral: O Porto de Areia Estrela, em Ponta Grossa*. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, Brasil.
- Minayo, M. C. S. (1992). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. (18ª ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Santos, A. (2015). *Extracção mineral de areias e seus impactos na territorialidade Socioambiental: O Caso de feira de Santana –Ba*. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, Brasil.
- Santos, W. (2012). *Erosão*. Brasília, Brasil.
- Silva, T. O. (2015). *O que é impacto ambiental?* Recuperado em:
<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-impacto-ambiental.htm>.
Acedida a 29 de Abril de 2021.
- Tanno, L. C. & Sintoni, A. (2003). *Mineração & município: bases para planeamento e gestão dos recursos minerais*. São Paulo, Brasil: IPT.
- Vieira, E. H. A. (2005). *O licenciamento ambiental de portos de areia da bacia do rio corumbataí como instrumento para a recuperação de áreas de preservação permanente*. Dissertação de Mestrado -Universidade de São Paulo, Piracicaba, Brasil.

Pobreza y desarrollo en Mozambique - Cabo Delgado

Albino Jaime Macuácuá

albinomacuacua@gmail.com

Resumen

El objetivo de este trabajo, es exponer las diferentes acepciones del concepto de la pobreza. El interés sobre este concepto, está relacionado con la investigación que se pretende realizar sobre el desarrollo socioeconómico de la provincia de Cabo Delgado en Mozambique, donde se verifica una continua y creciente pobreza a pesar de las inversiones que se han hecho en el ámbito de la ayuda al desarrollo a lo largo de los últimos 20 años. El trabajo está estructurado de la siguiente forma: Una primera parte, donde se reflexiona al respecto de las principales preguntas que surgen en el momento de indagar sobre el tema de la pobreza y el desarrollo y la segunda donde se hace referencia a la dimensión material y a la dimensión moral de la pobreza, analizando aspectos éticos del desarrollo con base en aportaciones de expertos reconocidos como Amartya Sen, Denis Goulet y Adela Cortina.

Palabras claves: Cabo Delgado; Pobreza; Desarrollo; y Libertades.

Abstract

The objective of this work, is to expose the different meanings of the concept of poverty. The interest in this concept is related to the research that is intended to be carried out on the socioeconomic development of the province of Cabo Delgado in Mozambique, where there is a continuous and growing poverty despite the investments that have been made in the field of development aid over the past 20 years. The work is structured as follows: A first part, where we reflect on the main questions that arise when inquiring about the issue of poverty and development and the second where reference is made to the material dimension and the moral dimension of poverty, analysing ethical aspects of development based on contributions from recognized experts such as Amartya Sen, Denis Goulet and Adela Cortina.

Keywords: Cabo Delgado; Poverty; Development; and Freedoms.,

1. Introducción

El informe del grupo del Banco Mundial de 2017, reportaba que la pobreza en Mozambique estaba concentrada en las zonas rurales y en las regiones centro y norte del país y que la mitad de los jóvenes de la provincia de Cabo Delgado, aún seguían sin saber leer y escribir. Desafortunadamente, tras varios años y múltiples inversiones en programas, proyectos, planes, iniciativas nacionales e internacionales, la situación de pobreza no ha mejorado y la necesidad de cambiar persiste. La investigación que se pretende hacer, es relevante porque trata de encontrar posibles alternativas para frenar el continuo incremento de la pobreza de y promover el giro hacia al desarrollo humano sostenible.

Desde 2020, el mundo vive una realidad distinta con la pandemia del Covid-19, donde todos los países tanto los desarrollados, en desarrollo como los no desarrollados, están viéndose afectados, con graves repercusiones a nivel sanitario, social y de la economía. Este hecho plantea una nueva incógnita sobre el futuro, y el estudio de las alternativas a los modelos y abordajes actuales puede pasar por una propuesta de la introducción de la ética cívica a la hora de planificar, diseñar estrategias e implementarlas en todos los dominios públicos y privados, y a todos los niveles en el ámbito de la cooperación internacional. En este contexto de las éticas, la propuesta es trabajar con

tres autores reconocidos internacionalmente que profundizaron en temas sobre la pobreza y desarrollo desde una perspectiva ética. Por considerar que brindan una gran aportación a los desafíos modernos de las sociedades actuales y, naturalmente a la de Mozambique.

En un primer momento analizaremos la obra de Amartya Sen, el segundo autor Denis Goulet, y en el tercer momento la autora Adela Cortina.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Marco Conceptual sobre la Pobreza

Antes de entrar en el tema, me gustaría citar una frase de Paul Spicker que dice: "las palabras adquieren significado a partir de su uso, y las usadas de manera corriente, son propensas de adquirir no solo uno, sino una variedad de significados" (Paul Spicker, 2009, p. 291). Esta frase de Paul Spicker, me parece muy acertada a la hora de describir o definir la pobreza, por poner un ejemplo concreto al tema que se propone analizar en este trabajo, porque es una palabra que constantemente fue y, continúa siendo usada en la actualidad y ciertamente continuará siendo usada en el futuro, porque existen varios autores, diferentes horizontes temporales y espaciales de análisis de la misma palabra, ella va ganando diferentes significados lo que confiere cierta complejidad a la hora de abórdala. Además, existen varias dimensiones y teorías, algunas a las que se hará mención a lo largo de este trabajo.

Durante largos años, las Naciones Unidas (ONU) han considerado que la pobreza era sinónimo de carencia de ingresos y recursos para garantizar una vida digna, una vida sostenible o buena vida. "La pobreza no implica únicamente una carencia de ingresos y de consumo: también se manifiesta en forma de niveles educativos bajos, resultados insatisfactorios en salud y nutrición, falta de acceso a servicios básicos y un entorno peligroso" (Mundial, 2018).

La pobreza no es nueva en el mundo, no afecta del mismo modo a las personas en una determinada sociedad en el mundo, no tiene los mismos orígenes y tampoco la evaluación de la pobreza se basa en criterios aprobados por todos los actores involucrados y afectados de manera consensuada. Desde la perspectiva del Trabajo Social, Aguilar, (1991) citado por el Instituto Español de Trabajo Social (Clinico, 2020), dice que las necesidades humanas se han definido con base a los marcos conceptuales propuestos por Maslow (1954) o Towle (1945) basadas en tres premisas fundamentales: (i) Que las necesidades son infinitas y están en cambio creciente; (ii) que están jerarquizadas; (iii) que son distintas en diferentes culturas.

Según Aguilar (1991) es erróneo jerarquizar las necesidades porque todas son igual de importantes y todas deben ser satisfechas. El conjunto de necesidades humanas conforma un sistema interrelacionado y en constante interacción. Considera aún, que no es cierto que las necesidades sean infinitas y diferentes en cada cultura y momento histórico.

Intentar entender la pobreza nos lleva a plantearnos numerosas preguntas, como, por ejemplo:

¿Cuáles son las causas de la pobreza, los comportamientos del pobre, los efectos de la pobreza?
¿Qué es el pobre? ¿Cuál es su sustancia última? ¿Es el ser humano agente de su propia historia?
¿Puede el pobre influir sobre los procesos sociales e históricos que le afectan? ¿El pobre es un agente o víctima? ¿Tiene poder el pobre para cambiar su situación? ¿Tienen los recursos necesarios?
¿Cuáles son los males de la pobreza? ¿Por qué es pobre? (Miralles, 1999, p. 15).

¿Qué determina que un país sea rico o pobre? ¿Cómo se explica que, en condiciones similares, en algunos países haya hambrunas y en otros no? ¿Qué papel juega la política en estas cuestiones? ¿La pobreza está relacionada con factores culturales, efectos climatológicos, su ubicación geográfica o las políticas públicas que dictaminan sus dirigentes? (Acemoglu y Robinson, 2012).

¿por qué el pobre molesta? ¿Es justo que unas personas sean pobres y otras ricas? Las preguntas son interminables cuando se aborda este tema, De hecho, los tres autores mencionados (Amartya Sen, Denis Goulet y Adela Cortina) en sus trabajos tienen algunas respuestas a las preguntas que fueron planteadas por Millares, Daron Acemoglu y James A. Robison.

2.1.1. Pobreza y sus dimensiones

2.1.1.1. Dimensión material de la pobreza

La pobreza tiene un carácter multidimensional por lo que hay que examinar cada una de sus dimensiones para tener un concepto amplio y global del término.

A lo largo del tiempo se han presentado algunas propuestas consideradas cruciales para la eliminación del fenómeno de la pobreza, gran parte de las cuales fueron hechas por políticos y economistas desde un análisis de la pobreza en su dimensión material, donde se prioriza el crecimiento o desarrollo económico, donde solo se piensa en el incremento de la producción, del bienestar material, del producto interior bruto y donde los números tienen un gran significado. Todavía hoy, no se ha logrado consenso en las diferentes propuestas y estas no han alcanzado los efectos deseados en gran parte de los países.

Colin Clark en la década 30 del siglo XIX escribió que el desarrollo es un proceso sucesivo de los sectores de producción: primaria, secundaria y terciaria.

William Wilber Rostow lanza una propuesta publicada en 1960, en su libro “The Stages of Economic Growth” donde describe las diferentes etapas o fases del desarrollo económico que permite situar a cada sociedad en una fase concreta de desarrollo desde un análisis no solo con una mirada numérica del PIB, más también añadiendo otros indicadores que puedan facilitar el entendimiento sobre el desarrollo por parte de otros extractos de la sociedad y no solo de los economistas. La propuesta de las reformas económicas formuladas a varios países por las instituciones de Bretton Woods (Fondo Monetario Internacional – FMI y el Banco Mundial) está propuesta es, a mi juicio, una gran evidencia del pensamiento neoliberal, donde lo que adquiere valor es aquello que favorezca el incremento económico, la famosa mano mágica, invisible de Adam Smith.

Casi todos los expertos en economía tienen claro, que los tres principales factores del crecimiento económico son el capital financiero, el capital humano y la tecnología. Como el capital financiero no es el único factor responsable del desarrollo, sino que también hay que tener en cuenta en su análisis el capital humano, propongo que se analice dicho componente humano desde la dimensión moral de la pobreza.

2.2. Dimensión moral de la pobreza

El recorrido sobre la pobreza desde la dimensión moral, es una aproximación a uno de los objetivos específicos de la investigación que se pretende realizar, una propuesta que consiste en la

introducción de prácticas de la ética cívica en los programas y modelos de desarrollo de los países receptores de las ayudas y de los donantes en el ámbito de la cooperación internacional.

Como se ha visto desde la dimensión material, el factor humano también es importante porque como dice y muy bien Cristhian Felber, el dinero no es capaz de medir a nadie, no es capaz de decir si las sociedades están en guerra o en paz, si vivimos en una democracia o en una dictadura, si respetamos el medio ambiente o lo destruimos, si la distribución de la riqueza es justa o no lo es, si existe hambre o no, si la sociedad vive en un clima de miedo o no. El dinero, el beneficio financiero, tampoco nos dice si la empresa crea empleo o lo destruye, si la calidad del empleo aumenta o disminuye, si los hombres tienen tratamiento igual a las mujeres, etc...

2.2.1. Dimensión moral de la pobreza en la perspectiva de Denis Goulet

Empezaremos por analizar las contribuciones de (Goulet, 1999, p. 36), que considera importantes todas las aportaciones hechas sobre el fenómeno pobreza de que se está abordando desde el inicio defendiendo que el análisis sobre los diagnósticos y de las políticas son insuficientes y propone añadir la ética, una nueva disciplina como prefiere llamar.

Goulet (1999, p.29) habla de un “triángulo pedagógico” donde en un vértice se tiene el diagnóstico donde se desarrolla la racionalidad técnica, el segundo vértice la política y en último vértice los valores donde se desarrolla la racionalidad ética, donde estos tres interactúan proporcionalmente sin que haya primacía para uno, o sea, que el peso y medidas a la hora de valorar sean equilibrados.

La racionalidad es entendida como el modo de pensar, basado en supuestos cognitivos y de procedimientos metodológicos dentro de criterios establecidos para conseguir la verdad y la validez (Goulet, 1999, p.34) Es decir, no puede existir desproporcionalidad entre las racionalidades técnicas, racionalidad política y racionalidad ética, todas deben caminar de la mano. Para Goulet (1999), el desarrollo pretende lograr la vida digna, mejorar los años de vida de las personas, controlar las enfermedades, la pobreza generalizada y las oportunidades limitadas sin embargo para Goulet (1999, p.67), la vida digna no consiste en la abundancia de bienes. El desarrollo no es el fin absoluto que se justifique a sí mismo, sino un bien relativo, solamente deseable con relación a una visión particular de sentido de la vida (Goulet, 1999, p.53).

Razón por la cual Goulet (1999, p.45) propone una ética de desarrollo que tiene la tarea principal de humanizar las acciones del desarrollo para asegurar que los cambios que el desarrollo pueda originar, no produzcan algo diferente que no sea el desarrollo, “que no destruya culturas y exija sacrificios excesivos y sufrimiento de las personas y dañe el bien estar de las sociedades en nombre del beneficio de una ideología absolutista. La ética del desarrollo debe ayudar a mantener viva la esperanza de las personas”.

El proceso no es sencillo, porque no se trata solo de hábitos y costumbres de forma aislada, estos van acompañados de ciertos poderes y ventajas, que los detentores de los mismos poderes no aceptarán cambiar drásticamente. Es importante igualmente, no solo focalizar en el ámbito negativo de las culturas, más también, potenciar las fortalezas de las culturas que puedan acelerar el desarrollo.

En relación con los sacrificios excesivos y sufrimiento de las personas, es otro punto en la cual me gustaría añadir lo siguiente: No solo daña la estima de las personas y de las sociedades como referenció Goulet, a mi juicio también hace que disminuya el interés de participación en la esfera

pública, cuando existe apertura para tal, porque se rompe la confianza con las instituciones, sean ellas tradicionales o convencionales y se pierde la esperanza, este último aspecto crucial para una ética de desarrollo como dice Goulet.

Además, los sacrificios que las personas hacen, no los hacen gratis, esperan algo en cambio, razón por la cual como dice Adela Cortina (1986, p.108) citando a Rousseau en las teorías de contrato social, lo dice que cada persona renuncia a parte de sus voluntades individuales para ingresar en la general. El ideal de una sociedad de intereses, necesidades, deseos y fines armonizados.

Goulet (1999, p.56), dice que las personas buscan tres valores como fines, en su grado más alto: el sustento de la vida, la estima y la libertad.

A estos valores, añadidos a lo mejor de la economía y aspectos sociales, Goulet (1999) llama la “quinta esencia de la madurez cultural, espiritual y estética” (p.67) ingredientes que permiten un ascenso integral de cualquier persona o sociedad al desarrollo.

Toda la contribución de Goulet (1999) de que se ha hablado, es un intento de conseguir que las sociedades sean más humanas porque para él, ninguna sociedad puede progresar o desarrollar si las personas no son capaces de ser más. Goulet hace la distinción entre ser más que significa incremento cualitativo humano y tener más significa incremento de la producción del bienestar material. Como se puede ver las propuestas están centradas en el ser humano cargado de sentimientos y no como un simple objeto como factor de crecimiento económico.

2.3. Dimensión moral de la pobreza en la perspectiva de Amartya Sen

Zamora, (2003), cita Amartya Sen en su libro “desarrollo como Libertad” del año 2000, donde dice que “la riqueza económica no es un fin en sí mismo, si no un medio y que su utilidad residirá en las libertades fundamentales que ayuda a conseguir.” Sen (2000, pp. 99-100) habla del desarrollo del agente y defiende que la pobreza no significa exclusivamente la falta de renta, sino que abarca las privaciones de capacidades básicas. Está teoría o sea propuesta de Sen, creo ser la respuesta perfecta a la pregunta inicial de Millares ¿Si el ser humano es agente de su propia historia, se puede influir sobre procesos sociales históricos que le afectan? Sen (2000), considera “el desarrollo como proceso de expansión de las libertades reales de que disfrutaban los individuos. Estas libertades reales eliminarían la pobreza, la tiranía, oportunidades económicas escasas y privaciones sociales sistemáticas, falta de servicios públicos, intolerancia y sobreactuación de Estados represivos” (Sen, 2000). Sen, en su obra “Desarrollo como libertad”, también refuta la idea de que los países con un crecimiento económico considerablemente aceptable tienen mejor expectativas de vida con relación a los que tienen un PIB- Producto Interior Bruto más bajo.

Por ejemplo, los ciudadanos de Gabón, Sudáfrica, Namibia o Brasil pueden ser mucho más ricos en términos de PNB per cápita que los ciudadanos de Sri Lanka, China o el estado de Kerala en la India, pero los últimos tienen expectativas de vida sustancialmente más altas que los anteriores (Sen, 2000, p.16).

La libertad de que habla Sen, tiene varios significados como decía Paul Spicker (2009), de este modo no se puede entender la libertad de forma aislada, porque ella puede muy bien ser usada para varios cuadrantes, Sen (2000, p.19) llama de libertad, vista desde una perspectiva instrumental compuesta por Libertad política, facilidades económicas, oportunidades sociales, garantías de transparencia y redes de seguridad.

Estas libertades son indicadores de acercamiento a las sociedades pluralistas, sociedades donde la democracia tiene bases para desarrollarse, diferentes de las extractivas que hacían referencia Acemoglu y Robinson (2012).

Amartya Sen, habla de las cuestiones culturales, y da ejemplos claros, evidentes de que la democracia no es cultura occidental, tiene raíces históricas en China, Japón, Corea, Irán, Turquía, en el mundo árabe y en muchas regiones de África. Y añade que no es algo nuevo y cita Tocqueville en sus textos, en 1835 ya se observaba una grande revolución democrática (Sen, 2006, p.15). Sen (2009), añade que en siglo VII en Japón fue publicada la constitución de los diecisiete artículos que sirvió de inspiración para la elaboración de la Carta Magna en 1215 donde se dice lo siguiente:

Las decisiones sobre los asuntos importantes, no deben ser tomadas por una única persona, no alberguemos resentimiento cuando otros difieren de nosotros pues todas las personas tienen corazón y cada corazón tiene sus propias inclinaciones. Lo que es justo para ellos es injusto para nosotros y lo que es justo para nosotros es injusto para ellos. (Extractos de la Carta Magna recogidos por Amartya Sen en la obra "idea de justicia" publicado en 2009, p. 361).

Otra evidencia, que Sen (2006, p.16) alude para contra-argumentar las falacias de la democracia es de Nelson Mandela, para dar ejemplo de África. Dice que, en la autobiografía de Nelson Mandela, con el título El largo camino hacia la libertad, Mandela describe cuán impresionado quedo, siendo muy joven, por la naturaleza democrática en los procedimientos de las (reuniones locales en la casa del regente Mqhekezweni).

Otro valor universal, que acompaña a un sistema democrático efectivo, que permite el ejercicio de la razón publica en las palabras de John Rawls es la justicia. La justicia guarda relación, en última instancia con la forma en que las personas viven sus vidas y no simplemente con la naturaleza de las instituciones que las rodean (Sen, 2009, p. 15).

Esta afirmación de Sen es una crítica directa a muchas teorías de justicia incluso la de John Rawls-teoría de justicia como equidad, que centra sus esfuerzos en establecer instituciones justas y considera como algo transversal las cuestiones relacionadas con el comportamiento de las personas. La teoría de Rawls de implantar instituciones justas, también conocido por institucionalismo transcendental, espera que las personas se ajusten por completo a la forma en que fueron creadas las instituciones. Y este pensamiento es contradictorio con lo de Sen (2009, p. 15) un apologista de que las instituciones deben ser creadas al revés en función de la vida que las personas son capaces de vivir.

Aclaremos, es importante que se diga que Sen (2009) con esta última intervención, no se posiciona en contra de las instituciones justas, las considera importantes porque según él, pueden participar las personas de forma directa en el transcurso de la vida y facilita la capacidad de examinar valores de las personas basada en discusiones públicas (Sen, 2009, p.16).

John Kenneth Galbraith citado por (Sen, 2009, p.111) dice que las instituciones tienen como principal objetivo regular, frenar y controlar la fuerza y la eventual dominación que pueda ejercer una única institución y el poder debe estar distribuido en diversas instituciones. Y Sen añade que deben ser instituciones que promuevan justicia y no instituciones como manifestaciones directas de justicia. Es decir, la exigencia de justicia tiene que dar prioridad a la eliminación de la injusticia en lugar de concentrar esfuerzos en la búsqueda de sociedades perfectamente justas.

Sobre las instituciones de que habla John Kenneth Galbraith, Daron Acemoglu y James A. Robinson (2012, p.116) consideran que éstas solo podrán tener fuerza o no de regular, frenar y controlar una eventual dominación dependiendo de los sistemas políticos vigentes, defienden que las diferencias entre los pobres y los ricos en diferentes partes del mundo, son originadas por los sistemas políticos y económicos existentes en esos mismos países. La mayor parte de los países son pobres por sus sistemas políticos y económicos extractivos mientras los ricos son por sus sistemas políticos y económicos inclusivos.

En definitiva, si los sistemas políticos fueren inclusivos existen más posibilidades de que las instituciones promuevan justicia y si los sistemas políticos fueren extractivos o sea excluyentes la mayor probabilidad es que las instituciones no consigan eliminar las injusticias.

Entiendo que hasta el día de hoy no hubo sociedades perfectamente justas a 100% y no creo que existirán en el futuro porque las necesidades de las personas o de las sociedades van continuamente cambiando debido a su naturaleza dinámica y ellas se van enfrentando nuevos desafíos de los cuales parte eran imprevisibles, siendo inesperadas algunas situaciones contemporáneas, se puede abrir un espacio para hacer reformas cuando una situación que era justa en su momento se torna injusta.

Sen (2009, p.159) considera que la evaluación de la justicia exige un compromiso para poderse identificar con los otros y no solo con nuestra comunidad local, porque nuestras opciones y acciones pueden afectar la vida de otros. Esta aportación de Sen, considero muy vinculada al Immanuel Kant (imperativo categórico) "Actúa de tal manera que la máxima de tu voluntad pueda ser en todo momento principio de una ley universal" o sea no hagas a los demás lo que no te gustaría que te hiciesen a ti.

Para terminar esta ilustración de la importancia de la justicia se puede analizar la cuestión de las capacidades de las personas. Aquí continuaremos con Amartya Sen (2009), que propone un cambio de énfasis a la hora elegir los principales criterios de éxito humano, pasando de la concentración en los medios de vida a la concentración de oportunidades reales de vivir (p.263).

El ejemplo que Sen (2009, p.264) usa es elucidario, si una persona tiene altos ingresos, pero es también proclive a la enfermedad crónica, o también está afectado por una discapacidad física, entonces no tiene que ser considerada como muy aventajada, por el hecho de su elevada renta porque, aunque tenga elevada renta o ingreso, tiene dificultades para convertir eso en una buena vida y razones para celebrarlo. Es decir, no tiene libertad para elegir como vivir.

Para Sen (2009, p.283), la capacidad está ligada a libertad sustantiva, asigna un papel central a la habilidad real para hacer diferentes cosas que valora y la privación de capacidades de las personas puede traducirse en pobreza.

La idea de desarrollo- riqueza, que fue vendida a lo largo de los años es que las naciones se desarrollan a medida que van incrementándose sus ingresos y muchos países pobres pretenden lograr esa riqueza. Esta idea está siendo desmentida hoy por la propia experiencia de vida que se está desarrollando en algunos países de Occidente.

Sen (2009) advierte que en la medida que las sociedades occidentales se hacen más ricas, las personas de dichos países no son más felices. Es decir, solo la riqueza no es condición primordial o mejor no es sinónimo de felicidad.

Lo que Sen (2009), advierte encuentra respaldo en (Infobae, 2018) que hace mención a un estudio hecho por la Universidad de Purdue de los EE. UU, realizado en 2018 en 164 países donde participaron 1.7 millones de personas y que pretendía saber ¿Cuál era el precio de la felicidad y cuánto dinero necesita una persona para ser feliz? Se ha llegado a conclusión de que las personas con ingresos desde cero hasta 75 mil dólares americanos al año son felices y que arriba de los 95 mil dólares americanos se convierte en algo negativo.

Otro factor de la injusticia es la desigualdad y para hablar de este tema mejor recurrir a Stiglitz (2012, p.139) que argumenta que la desigualdad genera discriminación y da ejemplos de las diferencias de ingresos y riqueza para determinados grupos de interés como las mujeres, los negros, los gitanos en determinadas sociedades, a grupos étnicos diversificados y añade que la misma desigualdad puede ser la causa y consecuencia de la quiebra de la cohesión social.

Stiglitz (2012, p.80) hace una propuesta de cambios de criterios de evaluación de la pobreza o desarrollo basada en las desigualdades usando el (coeficiente de Gini) y no solo del éxito económico. Este indicador de desigualdad varía de cero a uno, donde cero significaría ausencia de desigualdad y uno desigualdad perfecta al más alto nivel.

De los estudios hechos se demostró que los países como Noruega, Suecia y Alemania el coeficiente de Gin se sitúa entre 0 hasta 0,3 lo que significa que son las sociedades con mayor igualdad y en las sociedades con mayor desigualdad el coeficiente está entre 0,5 y el 1. En este último grupo es donde están algunos países de África. (Stiglitz, 2012, p. 80).

Uno ejemplo claro que comenta Stiglitz es el del EE. UU (Estados Unidos de América), en 2011 el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) ha desarrollado un programa estándar de evaluación de desarrollo con base a varios indicadores, no solo económicos, más también sociales como sanidad, educación, donde EE, UU figuraba en la cuarta posición por detrás de Noruega, Australia y Países Bajos, sin embargo, cuando el PNUD introduce el criterio de evaluación con base a desigualdad, EE. UU, pasó del cuarto a la vigesimotercera posición.

2.4. Dimensión moral de la pobreza en la perspectiva de Adela Cortina

Adela Cortina dice que la Humanidad está más protegida cuando está desarrollada. Para Cortina (2006, p.2), una sociedad solo puede ser pacífica cuando se tiene en cuenta la sociedad civil, las organizaciones cívicas, comunitarias y empresas respetando igualmente las culturas y no solo priorizando vínculos jurídicos y políticos.

La seguridad de las personas y de los pueblos no se logra solo a través del control de las armas, ni tampoco solo a través del vínculo jurídico entre las naciones, sino protegiéndoles de todo aquello que amenaza su integridad: las armas, pero también el hambre, la enfermedad, las doctrinas excluyentes, la desigualdad injusta, la agresión de los mercados financieros especulativos, el saqueo del medio ambiente (Cortina, 2006, p. 2).

Cortina (2017, p.53) subraya que no se puede solo priorizar vínculos jurídicos, porque según ella el derecho no basta, la ética cívica es necesaria, la responsabilidad es de todos como sociedad en su conjunto y no solo de determinadas instituciones políticas o jurídicas.

Cortina (2017), advierte que, en caso contrario sin inclusión de todas las esferas de la sociedad, priorizando solo los vínculos jurídicos las leyes funcionarían exclusivamente sobre la base de

coacción legal y de coacción social. Una vez asegurada la participación responsable de todos los estratos de la sociedad según Cortina se estaría cultivando la ética democrática.

Una ética democrática exige considerar sagrada la libertad, que se conquista desde el diálogo y desde el reconocimiento mutuo de la dignidad. No desde individuos atomizados que se agregan en ocasiones para tomar decisiones comunes, sino desde la consciencia de ser personas en relación (Cortina, 2017, p.54).

La aportación de Adela Cortina (2006) sobre la paz se puede verificar analizando países como Australia, Suecia, Noruega como decía Joseph Stiglitz (2012) que tienen un nivel de igualdad muy elevado donde difícilmente se habla de manifestaciones de violencia, crimen y conflictos armados como ocurre con muchos países en que el coeficiente de Gin es de 0,5 o más.

Es igualmente importante aclarar que los autores como Amartya Sen, Denis Goulet y Adela Cortina que destacamos en este enfoque de la dimensión moral no rechazan la dimensión material, el capital financiero- dinero y la evaluación en términos del ingreso, en lo que no están de acuerdo es en que se le dé gran importancia a costa de minimizar los demás factores principalmente el humano.

El Papa Francisco también comparte el mismo pensamiento de que no hay que dar tanta importancia al capital financiero – dinero. En 21 de octubre de 2013, en su homilía se pronunció en los siguientes términos:

“El dinero sirve, la codicia mata” explicando que “El dinero sirve para realizar muchas obras buenas, para hacer progresar la humanidad, pero cuando se transforma en la única razón de la vida destruye al hombre y sus vínculos con el mundo exterior” (Frechina, 2015, p. 24)

Teorías de la Pobreza (Pobreza y localización geográfica; Pobreza y cultura, Pobreza e ignorancia; Pobreza y corrupción; Pobreza y colonización; Pobreza y crecimiento demográfico elevado)

Algunos autores como Jeffrey Sachs el filósofo político francés Montesquieu en su tiempo defendieron que la localización geográfica influye bastante para que unos sean pobres y otros ricos. Los pobres generalmente están en zonas tropicales y semitropicales debido a las enfermedades que caracterizan estas zonas, que reducen significativamente la productividad en el trabajo y que los individuos que viven en regiones con clima tropical tienden a ser holgazanes y con poca curiosidad.

Harrisón (2001) defiende que en los países africanos la pobreza existe y persiste porque carecen de una buena ética de trabajo, creen en la brujería y la magia y se resisten a la tecnología occidental. Los organismos internacionales como FMI, el Banco Mundial defienden la ignorancia como la principal razón de la pobreza porque existen muchos fallos en los mercados, políticas públicas equivocadas y mala gestión. La corrupción, colonización y crecimiento demográfico son otros factores que a lo largo de los tiempos se justifican como las causas de la pobreza de algunas sociedades.

A mi juicio a que tener atención con las formas a que se llegan a estas conclusiones, existen ejemplos suficientes para desmentir estos argumentos.

Botsuana desmiente la teoría de la pobreza con relación a localización geográfica porque este país está localizado en una zona con clima semitropical y es muy productivo, uno de los países de África con menos desigualdades y una economía estable.

A mi juicio las culturas también tienen aspectos positivos que pueden favorecer el desarrollo, el problema es si se focaliza solo en los aspectos negativos de la cultura.

El abordaje con relación a ignorancia, no creo que sea la más acertada de todas, puede que en algunos casos se hayan cometido errores, es normal en cualquier proceso, las élites del poder político y económico que lideraron los Países tras las liberaciones del colonialismo hasta hoy, son personas con un nivel de estudios similares a los ciudadanos y líderes de Occidente, estudiaron en grandes universidades europeas y americanas, son ingenieros, economistas, médicos etc, con un nivel intelectual considerado por encima de la media de los conocimientos de los ciudadanos de sus países de origen.

Sobre la colonización no hay dudas, fue un gran contratiempo para el desarrollo de varias naciones, sin embargo, Daron y Robinson (2012), también describen el caso de los EE. UU que fue colonia inglesa y que hoy es una super potencia mundial y en África el caso de Botsuana que también fue colonizada y hoy revela un nivel de crecimiento económico sostenible.

La teoría sobre pobreza debido al crecimiento demográfico elevado, también es muy discutible porque no es fácil hacer una correlación coherente entre crecimiento demográfico versus crecimiento económico, por ejemplo, Mozambique en 1975 tenía solo 10.165.215 habitantes era más pobre.

3. Conclusión

La idea de este trabajo era ilustrar las diferentes acepciones de la pobreza y desarrollo, discutidas a lo largo de los tiempos, algunas consensuales y otras no, verificar la evolución histórica como se han visto diferentes cambios de pensamiento, desde desarrollo o crecimiento económico, hasta desarrollo social y desarrollo sostenible.

Se han visto a lo largo de este trabajo que la pobreza es una condición a la que determinadas personas o sociedades están expuestas por diferentes factores, sin embargo lo más significativo y dañino son los sistemas políticos extractivos-excluyentes que son antagónicos a los valores éticos que hacen las sociedades más humanas, más justas, libres, plurales, donde la democracia sería un modelo de vida a seguir, donde el diálogo cobraría su fuerza y la confianza y solidaridad serían también valorados como lo es el dinero.

La dimensión material, la cuestión financiera, el nivel de ingresos de las familias, son importantes para la satisfacción de las necesidades cotidianas, mas no son las únicas necesidades del ser humano ni las más importantes.

Las teorías de pobreza que muchas veces son difundidas carecen de una base profunda de investigación y a veces es cómodo justificar que son por guerras, por pereza, cultura, corrupción o por todos otros elementos analizados en los apartados anteriores más sus verdaderas causas son la ausencia de prácticas de la ética cívica en los programas y modelos de desarrollo de los países. La

pobreza no es un destino y no es justo que unos sean pobres al punto de que sus derechos elementales sean violados.

El camino a seguir es desarrollar la propuesta de una ética cívica con unos mínimos valores, la libertad, la igualdad, solidaridad, la tolerancia, el diálogo.

Referências Bibliográficas

Aderman, L. (2018). *Revista New Work Times*. [Online] Available at: <https://www.nytimes.com/es/2018/07/26/espanol/portugal-austeridad-recuperacion.html> [Accessed 15 Octubre 2020].

Casablanca, F. J. (2010). ¿Qué quiere el ciudadano común?. *Listen Diario*, 02 Agosto.

Clinico, I. E. d. T. S. (2020). *Como hacer un diagnostico Social*, s.l.: s.n.

Cortina, A. (1986). *Ética minima*. Madrid, España: TECNOS.

Cortina, A. (2006). Ética de desarrollo: Un camino hacia la Paz. *Sistema*, Issue 192, pp. 3- 18.

Frechina, E. L. (2015) . *Una economia que mata*. s.l.:PPC.

Goulet, D. (1999). *Ética del Desarrollo : Guia teorico y Practico*. Madrid, España: IEPALA.

Harrisón, S. P. H. y. L. E. (2001). *La cultura es lo que realmente importa*. s.l.:Planeta- Ariel. Bs. As.

Iandoli, R., 2016. *Papodehomem*. [Online] Available at: <https://www.papodehomem.com.br/mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-e-uma-realidade> [Accessed 18 Octubre 2020].

Infobae, (2018). *Infobae- Revista Nature Human Behavior*. [Online] Available at: <https://www.infobae.com/tendencias/2018/03/01/el-precio-de-la-felicidad-cuanto-dinero-se-necesita-para-ser-feliz/> [Accessed 27 Octubre 2020].

Martinez, A. C. y. E. (2005). *ÉTICA*. Sao Paulo, Brasil: Loyola.

Mendoza, M. B. (2013). *Desarrollo Local Complementario*. s.l.: España, Fundacion Universitaria Andalu.

Miralles, R. A. (1999). *Adelaida Martínez y el honor de la pobreza*. Barcelona, España : Fundación "la Caixa".

Mozambique, I. N. d. E. d. (2017). *Censo Poblacional*. Maputo, Gobierno de Mozambique.

Mundial, B. I. d. R. y. F. (2018). *La pobreza y la prosperidad compartida 2018: Armando el rompecabezas de la pobreza*, Washington, DC, USA: Grupo Banco Mundial.

Navarro, A. C. y. E. M. (2005). *Ética*. Sao Paulo, Brasil: Loyola.

Robinson, D. A. y. J. A. (2012). *Por Qué Fracasan los Países*. 2012 ed. Barcelona, España: DEUSTO.

Robinson, D. A. y. J. A. (2012). *Por qué fracasan los países. Los orígenes del poder, La prosperidad y la pobreza..* Barcelona, España : DEUSTO.

Sachs, J. (2005). *El fin de la pobreza y como conseguirlo en nuestros tiempos*. s.l.:s.n.

Sachs, J. (2005). *El fin de la pobreza y como conseguirlo en nuestros tiempos..* s.l.:s.n.

Sen, A. (2000). *Desarrollo y libertad*. Barcelona, España: PLANETA.

Sen, A. (2000). El desarrollo como libertad. *Gaceta ecologica- Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Redalyc)*, Issue 55, pp. 14-20.

Sen, A. (2006). *El valor de la democracia*. s.l.:Ediciones de intervencion cultural- El Viejo TOPO.

- Spicker, P. S. A. (2009). Definiciones de pobreza: Doce grupos de significados. In: *Pobreza, un Glosario Internacional*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO-CROP, p. 291.
- Stiglitz, J. E. (2012). *EL PRECIO DE LA DESIGUALDAD : El 1 % de población tiene o que el 99 % necesita*. España: TAURUS.
- Zamora, J. J. (2003). Teorías éticas de desarrollo aproximación a cuatro de ellas. *Iberoamericana de autogestión y acción comunal*, Issue 41 - 43, pp. 49-76.

Processo de reassentamento da comunidade proveniente de chipanga: um estudo a partir das percepções e acções do povoado acolhedor em Cateme-Sede, 2010 a 2019

Resettlement process of the community from Chipanga: a study from the perceptions and actions of the welcome village in Cateme-Sede, 2010 to 2019

Andissene Andissene

Universidade Católica de Moçambique

andythodo@ucm.ac.mz

Resumo

O processo do reassentamento organizado pela Vale Moçambique feito no distrito de Moatize em Cateme, gerou expectativas de melhorias das condições de vida a comunidade nativa que acolheu naquele povoado os reassentados provenientes de Chipanga. Neste processo emergiram tensões entre os nativos e “vientes” pelo novo estilo de vida local e pela falta ou exiguidade de alguns recursos que eventualmente poderão ser partilhados. O artigo teve como objectivo explorar as percepções ou factos narrados e vivenciados pelos agregados nativos e/ou residentes em Cateme-sede face a presença dos reassentados. A população foi constituída pelos nativos e residentes de Cateme-sede onde foram escolhidos nove participantes através de uma amostragem não aleatória por acessibilidade. Os dados foram colectados por via de entrevistas informais com questões abertas e semiestruturadas. Constatou-se que há um reconhecimento das vantagens do reassentamento, mas como factor crítico no que tange a este processo, são as lamentações por parte da comunidade acolhedora por falta da corrente eléctrica na sua comunidade. Diante desta situação, sugere-se que se criem condições para a ligação da energia eléctrica por meio de uma negociação prévia entre a comunidade, o governo e a empresa envolvida neste reassentamento.

Palavras-chave: Reassentamento, Povoado, Cateme-sede, percepções e acções

Abstract

The Resettlement process organized by Vale Mozambique, carried out in the District of Moatize in Cateme, generated expectations of improvements in the living conditions of the native community that welcomed resettled people from Chipanga in that village. In this process, tensions emerged between the natives and resettled people due to the new local lifestyle and the lack of some of these resources. The article aimed to explore the perceptions or facts narrated and experienced by native households and/or residents in Cateme-sede in face of the presence of resettled people. The population consisted of natives and residents of Cateme-sede where nine participants were selected through a non-random sampling by accessibility. Data were collected through informal interviews with open and semi-structured questions. It was found that there is a recognition of the advantages of resettlement, but as a critical factor with regard to this process, are the regrets on the part of the welcoming community for the lack of electricity in their community. Therefore, in view of this situation, it is suggested that conditions be created for the connection of electricity through a prior negotiation between the community, the government and the company involved in this resettlement.

Keywords: Resettlement, Village, Cateme-sede, perceptions and actions

1. Introdução

De acordo com Sousa (2016), entre os períodos de Novembro de 2009 à Abril de 2010 foram, pela mineradora Vale, reassentadas em Cateme, localidade que dista 40 km da cidade de Moatize, cerca de 717 famílias. Outras 288 famílias foram reassentadas no Bairro 25 de Setembro na cidade de Moatize. Esta divisão em dois grupos, foi de acordo com a actividade económica desenvolvida na zona de origem. Assim, as famílias rurais, compostas de camponeses, pastores e desempregados, foram reassentadas na localidade de Cateme, e as famílias semiurbanas, compostas principalmente por comerciantes, carpinteiros, mecânicos, entre outros, foram deslocadas para o reassentamento de 25 de Setembro.

Constatou-se que no processo de reassentamento para o caso de Cateme, as atenções foram viradas para a comunidade reassentada, esquecendo-se que a comunidade acolhedora a que já residia lá também tinha seus anseios ou expectativas durante ou no fim deste processo. O facto de a empresa não ter respondido a estas expectativas, de certa forma, criou no seio da comunidade, o sentimento de revolta e exclusão. Face a esta situação, coloca-se a seguinte questão de partida: quais são as percepções das comunidades acolhedoras do povoado de Cateme-sede face ao reassentamento da comunidade proveniente de Chipanga?

O presente artigo teve como objectivo geral explorar as percepções ou os factos do quotidiano dos agregados residentes em Cateme-sede face à presença dos reassentados fazendo uma comparação com o antes e o depois do reassentamento da comunidade proveniente de Chipanga em Moatize.

2. Fundamentação Teórica

O reassentamento de uma determinada comunidade em um outro lugar é uma das estratégias que se tem usado pelo Governo em associação ou não com diferentes empresas e organizações. Este processo acontece quando há uma necessidade de se deslocar e instalar a população devido a diferentes tipos de fenómenos, ou até mesmo para se desenvolver entre outras actividades, como a mineração. Contudo, este é um processo que inclui um planeamento em que uma das etapas é a identificação de um local para os reassentados, local este, que por vezes já é habitado. Para o caso em que o local já se encontra habitado, há uma espécie de auscultação aos residentes locais de modo a explicar que se pretende transferir para o dado local outras pessoas ou comunidades que irão partilhar do mesmo espaço.

Quando Moçambique começou a ter uma explosão dos investimentos estrangeiros na área da mineração, a mineradora Vale foi uma das maiores beneficiárias das iniciativas de atracção de investimentos do governo moçambicano. E para dar início às operações da mina, esta empresa começou com um programa de reassentamento das famílias residentes em Chipanga, Bagamoyo, entre outros locais, para os reassentamentos de Cateme e 25 de Setembro (Sousa, 2016).

A Comunidade de Cateme-Sede, encontra-se na localidade de Kambulatsitsi, no distrito de Moatize, província de Tete. Esta comunidade é atravessada pelo rio Moatize, o que faz com que esta fique dividida em duas partes, norte composta pelos bairros Romaio, Ntsenguainame, Nhamisetche 1 e 2, e sul onde estão os bairros Cateme Unidade 1 e Cateme Unidade 2. A comunidade de Cateme-Sede faz fronteira a norte com a comunidade de Inhangoma e a sul com Cateme-reassentamento, lugar onde se encontra a comunidade de Chipanga, reassentada pela Mineradora Vale Moçambique.

A região de Cateme foi a escolhida para edificação de residências para habitação e algumas infra-estruturas sociais e económicas como escolas primária e secundária que inclui um internato e residência para professores, uma unidade de saúde com maternidade e residência para os técnicos de saúde, unidade policial com residências para os agentes da polícia, sistemas de abastecimento de água, mercado, electricidade, drenagem, parque infantil, campo de futebol, uma praça pública e uma rádio comunitária a principio para o benefício da comunidade retirada em Chipanga. Além disso, foram criadas condições de acesso à terra para efeitos de cultivo.

Contudo, para a efectivação deste processo, houve uma negociação prévia com as lideranças da comunidade de Cateme-sede, de modo a pedir a cedência de espaço para a construção. Na altura estes espaços eram machambas dos residentes de Cateme-sede, segundo as narrativas da comunidade nativa. Este facto fez com que durante o processo de negociação houvesse promessas da parte da empresa e do Governo que iriam beneficiar directamente a comunidade de Cateme-sede.

3. Metodologia

O presente artigo seguiu uma abordagem qualitativa porque pretendia-se colher e trazer percepções de como o reassentamento da comunidade proveniente de Chipanga afectou a vida da comunidade nativa, a partir dos pontos de vista da comunidade acolhedora. Segundo Sampieri (2013), este tipo de pesquisa “utiliza colecta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação” (p. 5). Quanto aos objectivos a pesquisa foi de carácter exploratória pois, segundo Gil (2002), “estas pesquisas têm como objectivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (p.41). E quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa caracterizou-se como estudo de campo uma vez que, de acordo com Gil (2002), no estudo de campo procura-se estudar uma comunidade no que tange à sua estrutura social por meio de observação e entrevistas com informantes de forma a buscar explicações e interpretações que ocorrem nesta comunidade.

Para alcançar os objectivos definidos, foram entrevistados nove (9) chefes de agregados familiares nativos e/ou residentes de Cateme-sede, os quais foram seleccionados através de uma amostragem não aleatória por acessibilidade que, na perspectiva de Gil (1989) neste tipo de amostragem, “o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (p. 97).

Com isso, após a identificação dos agregados familiares nativos e/ou residentes em Cateme-Sede, fez-se um acompanhamento através de visitas mensais onde manteve-se o contacto por entrevistas informais de modo que o cada participante expressasse livremente as suas opiniões em função do tema em estudo. Para Gil (1989) este tipo de entrevista é menos estruturada e é focada na conversa com o objectivo da colecta de dados tendo em vista a obtenção de uma visão geral do problema da pesquisa, assim como a identificação de aspectos da personalidade do participante da pesquisa. As perguntas foram abertas e semiestruturadas que, para Gil (1989), “são aquelas em o interrogado responde com suas próprias palavras, sem qualquer restrição” (p. 127).

A partir do contacto feito aos agregados residentes no povoado de Cateme-Sede, através de entrevistas, foram partilhadas as histórias de vida dos membros da comunidade, trazendo consigo as percepções e acções desta comunidade, face ao processo de reassentamento.

4. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Constatou-se que após o reassentamento ser efectivado, a localidade de Cateme, passou a ter dois polos: Cateme-sede e Cateme-reassentamento. Em Cateme-reassentamento, foram criadas condições para habitação da população, tais como hospital, escolas, água canalizada, energia eléctrica, casas melhoradas, transporte, mercados, urbanização das ruas entre outros aspectos inerentes ao reassentamento. Nisso, a comunidade de Cateme-sede, esperava após este processo para além do que já é partilhado por ambas comunidades, como caso do hospital, escola, etc, seriam lhes também alocados alguns recursos básicos a seu benefício directo, como é caso da energia eléctrica.

Os nativos da comunidade de Cateme-sede partilharam que antigamente não se importavam por não ter a energia eléctrica porque eles achavam “normal” viver naquelas condições. De certa forma, para eles a energia eléctrica não fazia diferença, era normal usarem a luz do lume, luar, pois a vida era assim. Mas a partir do momento em que estes receberam a outra comunidade reassentada que se beneficiou da corrente eléctrica, este recurso passou a ser importante para esta comunidade, conforme um dos moradores disse:

A outra coisa que eu gostaria de falar é a energia (...) não temos aqui, mas costumam nos enganar esses que entraram agora, que havemos de pôr, havemos de pôr, só vemos o primeiro ano passou, o segundo ano passou e isso nos deixa mal ver um lado com uma luz brilhante enquanto o nosso lado com uma escuridão daquelas, se tivéssemos energia beberíamos também uma aguinha gelada, um fizz¹⁵ geladinho, até carapau poderíamos comer, (...) nós temos pedido que estado nos ponha também a energia. (Morador 1 de Cateme-sede, 2019).

A Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (2018) refere que, a crescente emergência de projectos extractivos ou de outra natureza, os quais implicam deslocações involuntárias de comunidades de um lado para outro, que criam um convívio forçado entre lideranças tradicionais de comunidades hóspedes e de comunidades anfitriãs, no acesso à terra e a outros recursos locais, e a cada dia apresenta-se como um vivo potencial de conflitos intercomunitários em diferentes regiões de Moçambique.

Ainda esta CCIE (2018) refere que, no caso concreto da Província de Cabo Delgado este cenário é igualmente previsível no contexto do processo de reassentamento em curso no Distrito de Palma, em que a deslocação da comunidade de Quitupo para se fixar na localidade de Quitunda, em Senga, levanta-se exactamente, as mesmas inquietações quanto ao relacionamento entre as lideranças das duas comunidades na partilha pacífica de recursos, à luz das assimetrias nas condições de vida, nomeadamente devido a habitações de melhor qualidade da comunidade reassentada comparativamente às habitações das comunidades acolhedoras. Esta inquietação é referida pela

¹⁵ Um tipo de refrigerante produzido em Moçambique

aldeã de Senga citada pela CCIE (2018) que enfatizava o seguinte: “quando recebermos as famílias de Quitupo, que vão viver em casas de cimento, vai ser como o dono da casa que dorme na esteira enquanto o seu hóspede dorme na cama” (p. 22).

Este é um posicionamento que reflecte o quanto a diferença do estilo de vida entre a comunidade “viente” e a comunidade anfitriã geraria ou gera conflito entre ambas partes, chamando assim a necessidade de se acautelar deste cenário neste tipo de reassentamento que envolve comunidades “vientes” e anfitriãs.

Não obstante a este facto, hoje como impacto do reassentamento, a comunidade de Cateme-sede vê coisas boas, mas também muita coisa má. É notório que alguns dos recursos que não existiam na comunidade hoje já existem tais como a estrada alcatroada, a partilha da unidade sanitária. Porém, existem alguns aspectos negativos como os que são mencionados um morador que foi entrevistado:

Antigamente as coisas estavam bem porque dinheiro nós não estávamos “bizi”¹⁶ com ele, simplesmente capinávamos e deixávamos o nosso produto no local, as mulheres quando precisassem de milho iam até lá, de igual forma as nossas criações como bois, galinhas ficam lá, e se quisermos comparar com a vinda do reassentamento vemos um certa diferença porque hoje quando se deixa milho na machamba já não encontra, ou seja, já não é seu, quando se deixa galinha já não se encontra como já somos muito vieram outras pessoas não sabemos dizer quem foi que roubou, naquele tempo que vivíamos entre nós não nos roubávamos (Morador 1 de Cateme-sede, 2019).

Similaridades de conteúdos que também se encontram nas frases deste outro morador quando falava do processo do reassentamento:

Antigamente cabritos dormiam fora, porcos dormiam fora, porque não eramos muitos, não havia muita gente para roubar, mas agora somos parecidos com as cidades e os ladrões aumentaram, pode até ser que a pessoa que roubou é daqui vai se dizer que é de lá sempre (...) antigamente o milho colhido ficava na machamba, mas agora já não deixamos lá e muitas vezes falamos que são os vindouros que roubaram (Morador 2 de Cateme-sede, 2019).

Um outro ponto que este reassentamento foi criando à comunidade acolhedora é o desempoderamento devido à diferença de estilo de vida que encontra entre as duas comunidades face ao poder económico que os moradores de Cateme-reassentamento têm quando comparado aos moradores de Cateme-sede conforme a citação a seguir:

A vinda do reassentamento aqui fez bem para estes que vieram, pois estes têm regalias, mas para nós aqui o reassentamento não fez bem porque aqui não temos direito. Eles aqui vieram com seus bois e quando sofrerem podem vender e nós aqui deixamos de produzir aquilo que produzíamos antes e estamos a passar mal de fome (Morador 3 de Cateme-sede, 2019).

¹⁶ Adaptado do inglês *busy* em que o morador quer referir “preocupação”, que para este caso era para se referir que o dinheiro não era uma preocupação.

Discussão dos Resultados

Algumas pesquisas evidenciam que nas percepções dos nativos que acolhem os reassentados, há sentimentos de pertença das terras por parte deles e, com isso, não querer partilhar as referidas terras com outras comunidades “vientes”. Estes casos foram notórios com os acolhedores dos distritos de Montepuez e Ancuabe, pois, palavreando Ramessane¹⁷ (2021, cit. em Anacleto, 2021), o qual referenciava que, os deputados da Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente da Assembleia da República visitaram a província de Cabo Delgado, e constataram que há conflitos de terra nos distritos de Montepuez e Ancuabe, lugares onde receberam milhares de vítimas do terrorismo, porque a população local rejeitava a expropriação dos seus terrenos para serem entregues aos deslocados. Também segundo Achá (2021), “algumas vítimas do terrorismo, em Cabo Delgado, estão a ser obrigadas a comprar terra nos centros de reassentamento de deslocados abertos no distrito de Montepuez, para evitar conflitos com a população nativa”. Por outro lado, Machava (2020) diz que a província de Nampula conta com cerca de 2 mil deslocados reassentados provenientes de Cabo Delegado. Em que o governo de Nampula foi o primeiro a encontrar um local para o reassentamento definitivo dos deslocados, onde para além da atribuição de um terreno habitacional de 20 por 30 metros, foi identificada uma área para produção agrícola, onde cada família deverá ter um hectare e meio. Entretanto, começaram a surgir conflitos de terra, onde os nativos não deixam os recém-chegados ocuparem as terras agrícolas.

Notemos que estas são percepções típicas de como a população local ou acolhedora se sente afectada com o processo de reassentamento. Olhando que estes locais destacados foram identificados pelo Governo para acolher às deslocadas vítimas do terrorismo em Cabo Delgado, mas a recepção não foi tão pacífica como se esperava. Com isso chama – se a atenção no processo para efectivação a estes tipos de reassentamento, para que não culminem com conflitos entre os nativos e os “vientes”.

O Decreto nº 31/2012, de 8 de Agosto, ao abrigo do disposto na alínea b), do artigo 4 (Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas) estipula que “O Princípio de Igualdade social refere que - no processo de reassentamento todos os afectados têm direito a restauração ou criação de condições iguais ou acima do padrão anterior de vida”. Por outro lado, o mesmo Decreto nº 31/2012, de 8 de Agosto, ao abrigo do disposto na alínea h), do artigo 1 (Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas) estipula que, “população indirectamente afectada - as pessoas que tenham sofrido interrupção permanente ou temporária de suas actividades produtivas”.

A ser assim, na comunidade de Cateme-sede há agregados que praticavam actividades de agricultura nos lugares onde a Vale reassentou a comunidade proveniente de Chipanga. Para estes, houve uma indemnização. Mas, tendo em conta que esta comunidade mesmo com parte dela indemnizada após a cedência do espaço, ainda se sente afectada indirectamente quanto ao novo estilo de vida que se estabeleceu naquele local e conforme Decreto nº 31/2012, de 8 de Agosto, ao abrigo do disposto na alínea h), do artigo 1 (Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas) quando conjugado com o Decreto nº 31/2012, de 8 de Agosto, ao abrigo do disposto na alínea b), do artigo 4 (Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas) a questão que se coloca é o porquê da não criação de condições mínimas para extensão da corrente eléctrica o que é o maior diferencial, além, de que seria um recurso direccionado a estes

¹⁷ Manuel Rodrigo Ramessane, vice-presidente da referida Comissão

nativos? Pois, parte dos recursos que a empresa criou foram directamente direccionados aos reassentados e não também aos nativos que receberam estes “vientes”.

Ainda que seja evidente que com o reassentamento, a comunidade de Cateme-sede hoje tem acesso ao hospital, escola, etc, mas a falta da energia eléctrica naquela comunidade é a maior lamentação.

5. Conclusões e Recomendações

Depois da apresentação das percepções da comunidade de Cateme-sede face ao reassentamento da comunidade proveniente de Chipanga, tem-se como possíveis conclusões as seguintes:

As vantagens referenciadas pelos agregados residentes em Cateme-sede são todas inerentes ao processo do reassentamento em causa, ou seja, percebeu-se que quando os agregados dizem se beneficiar das infra-estruturas actuais como a estrada alcatroada que lhes tem facilitado o transporte público, o hospital, a escola, os mercados construídos foi tudo no âmbito do reassentamento, não sendo direccionado de forma específica à comunidade de Cateme-sede, pese embora haja este benefício mútuo. Como factor crítico no que tange às lamentações por parte desta comunidade está a falta da disponibilização da corrente eléctrica. Por fim, conclui-se também que as “boas condições” de vida que foram criadas para os reassentados criam um sentimento de exclusão no seio da comunidade acolhedora.

Sugere-se ao Governo e às empresas que pretendam desenvolver alguma actividade de reassentamento, adoptem medidas e acções que sejam mais abrangentes que beneficiem tanto aos deslocados, assim como às comunidades acolhedoras.

Referências Bibliográficas

- Achá, I. (2021, Maio 23). *Deslocados dizem que estão a ser obrigados a pagar por terra em Montepuez*. Recuperado a 1 de Novembro de 2021 em <https://www.opais.co.mz/deslocados-dizem-que-estao-a-ser-obrigados-a-pagar-por-terra-em-montepuez/>
- Anacleto, D. (2021, Junho 03). *Cabo Delgado: deslocados e locais em conflito por terras*. Recuperado 1 de Novembro de 2021 em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-deslocados-e-locais-em-conflito-por-terras/a-57771430>
- CCIE (2018). *Relatórios de Monitoria da Implementação dos Planos de Reassentamentos de Palma e Namanhumbir em Cabo Delegado*. Recuperado a 1 de Novembro de 2021 em <http://ctv.org.mz/wp-content/uploads/2020/09/Relatorio-de-Monitoria-a-Palma-e-Namanhumbir.pdf>
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa* (4ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas
- _____. (1989). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas
- Machava, R. (2020, Novembro 24). *Reassentamento em Nampula é feito depois do “pente fino”*. Recuperado a 1 de Novembro de 2021 em <https://www.opais.co.mz/reassentamento-em-nampula-e-feito-depois-do-pente-fino/>
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lúcio, P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Penso

Sousa, M. E. de A. e (2016). A exploração mineira e o reassentamento forçado em Moçambique: uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 47, 204 – 209. Recuperado a 1 de Novembro de 2021 em <https://www.scielo.br/j/remhu/a/LJBdqj7GMmbGKw4w4SKbLct/?lang=pt&format=pdf>

Legislação

Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante das Actividades Económicas. Decreto nº 31/2012.

A Remuneração Estratégica Permanente e Sustentável, em Instituições Públicas e Privadas

Permanent and Sustainable Remuneration Strategy in the Public and Private Institutions

Amália Merina Maua Dickie

amalia.dickie@ucm.ac.mz

Ana Júlia Guacha Saltiel

ana.saltiel@ucm.ac.mz

Fernanda Domingos Caetano Ricardo José

fjose@ucm.ac.mz

Resumo

A remuneração estratégica permanente e sustentável é um tema que surge pela impressão de que ela surta os efeitos desejados, na maior parte das Instituições. Neste artigo, questiona-se até que ponto esta forma de remuneração é do domínio dos gestores, assim como o seu impacto na vida dos colaboradores. O objectivo foi de analisar a forma de implementação deste tipo de remuneração nas instituições em estudo. Optou-se pela estratégia de estudo de caso, à luz da perspectiva de Yin (2003), fortemente considerada em ciências humanas. Os participantes do estudo foram 4 instituições entre públicas e privadas, envolvendo 8 gestores de recursos humanos. A entrevista semiestruturada foi a técnica de recolha de dados de eleição. A triangulação dos diferentes métodos, Instrumentos, técnicas e fontes permitem a consistência e a fiabilidade das informações obtidas, o que propicia a compreensão do objecto de estudo que se assenta especificamente no domínio do conceito de remuneração estratégica; a criação de condições objectivas para operacionalização dessa estratégia; a valorização dos resultados da avaliação de desempenho como suporte de implementação; a redefinição de formas e critérios claros de remuneração alicerçados no desempenho e resultados individuais. Às instituições públicas e privadas recomenda-se a programação da remuneração estratégica e o asseguramento do respectivo cabimento orçamental.

Palavras-chave: Remuneração Estratégica, Permanente e Sustentável.

Abstract

Permanent and sustainable strategic remuneration is a topic that arises from the impact it has in most institutions. In this article, we question the extent to which managers are familiar with this form of remuneration, as well as its effect on the lives of employees. The aim was to analyze how this type of remuneration was implemented in the institutions under study. The case study strategy was chosen, in the light of Yin's (2003) perspective, which is strongly considered in human sciences. 4 public and private institutions, involving 8 human resource managers were the study participants. Data collection was through semi-structured interview technique. The triangulation of the different methods, instruments, techniques and sources allowed the consistency and reliability of the information obtained, which provides an understanding of the object of study that is based specifically on the knowledge of the concept of strategic remuneration; the creation of objective conditions for the operationalization of this strategy; valuing performance evaluation results as an implementation support; the redefinition of clear remuneration forms and criteria based on individual performance and results. Public and private institutions are recommended to plan strategic remuneration and ensure that there is appropriate budget for that.

Keywords- strategic remuneration, permanent and sustainable.

1. Introdução

A Remuneração estratégica na actualidade constitui um desafio às instituições, pois, para a sua implementação depende de factores como a capacidade financeira, o plano de incentivos de cada organização. O objectivo desta pesquisa foi de analisar as formas de implementação da remuneração estratégica e sustentável nas instituições públicas e privadas em Moçambique, cuja operacionalização em conta as seguintes questões que nortearam a investigação: como é implementada a remuneração estratégica permanente e sustentável nas instituições públicas e privadas em estudo? Que diferenças significativas existem na forma de implementação da remuneração estratégica permanente e sustentável entre as instituições públicas e privadas? Que desafios existem na implementação da remuneração estratégica permanente e sustentável por parte destas instituições? Estes questionamentos incidiram, especificamente, sobre a Universidade Católica de Moçambique, a Universidade Licungo, A Direcção Provincial de Educação e o Conselho Autárquico da Beira.

A planificação do trabalho, obedece à seguinte sequência: no primeiro momento, destacamos o problema de investigação, os objectivos e as bases que as justificaram. De seguida, apresentamos o panorama conceptual e as teorias relacionadas com a investigação, o desenho metodológico e a sua justificação, caracterizamos os participantes, apresentamos os instrumentos e os procedimentos assim como o tratamento dos dados. Fizemos a apresentação, a análise e a discussão dos dados obtidos e por fim a conclusão, sintetizando as respostas dadas às questões de investigação levantadas, tendo em conta o cruzamento dos resultados das auto-avaliações, dos grupos de discussão, da entrevista ao professor, das análises documentais e do registo das observações das aulas bem como a revisão da literatura.

Consideramos o estudo relevante, na medida em que, actualmente, as empresas e instituições têm vindo a reconhecer, os colaboradores que esforços empreendem para o sucesso da empresa ou avanços na instituição valorizando mais os melhores trabalhadores. O estudo pode ser considerado exploratório e descritivo, por assumir um carácter semi-indutivo e compreensivo, circunscrevendo-se ao paradigma interpretativo e se enquadrando na epistemologia da compreensão que se apoia no especto individual e específico da relação entre um sujeito e um objecto “cuja existência é independente e se afirma na mutualidade existencial, portanto única para cada situação concreta” (Paszkiewitz, 1997, p. 2013).

Definição do Problema

As empresas recompensam os trabalhadores pelo trabalho ou serviço prestado com uma remuneração. A remuneração estratégica tem a intenção de destacar e reconhecer os colaboradores que vêm contribuindo mais para o sucesso da empresa ou avanços na instituição. Infelizmente muitas instituições ou empresas não conseguem assegurar, de forma permanente e sustentável, as recompensas que possam garantir a vantagem competitiva das mesmas e assiste-se a não abrangência, pela premiação, de um número significativo de trabalhadores com excelente desempenho pelo facto de os critérios de premiação serem pouco claros ou subjectivos. Daí que se coloca a seguinte questão. Perante estas considerações define-se a seguinte questão estratégica para a presente pesquisa: que desafios existem na implementação da remuneração estratégica permanente e sustentável nas instituições de ensino? Para responder a esta questão, formulou-se o

seguinte objectivo: analisar a forma de implementação da remuneração estratégica e permanente nas instituições em estudo.

Assume-se uma abordagem qualitativa, na modalidade de estudo de caso por se preocupar mais em compreender com profundidade as complexas relações entre o facto ou fenómeno, com recurso à descrição das experiências em contexto.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Abordagens sobre remuneração – Remuneração Estratégica

Chiavenato (2014) considera a remuneração como a função de recursos humanos que lida com as recompensas que as pessoas recebem pelo desempenho na empresa. Mações (2018) afirma, por outro lado, que as remunerações são salários pagos, contratualmente aos trabalhadores, pelo trabalho executado sendo fixo ou variável. Já Lavieque (2011) defende que remuneração é um instrumento essencial para captar e reter pessoas como recursos vivos e inteligentes necessários e adequados à prossecução de objectivos de uma determinada organização.

Chiavenato (2014) propõe duas abordagens sobre remuneração, a tradicional e a moderna. A primeira onde as pessoas são motivadas exclusivamente por incentivos salariais, (financeiros e materiais) também conhecida por modelo mecanicista do *homo economicus*; a segunda, que considera que as pessoas são movidas por uma grande variedade de incentivos: salário, objectivos e metas, satisfação no cargo e na organização, realização pessoal, com base em esquemas flexíveis, dentro de uma política, que procura ajustar as diferenças individuais entre pessoas e seus desempenhos, considerando as metas e os resultados a serem alcançados. Esta segunda abordagem o autor chama-a de remuneração estratégica. Ela consiste na aplicação variada, do sistema de pagamento dos colaboradores pela organização, pelos resultados alcançados, num determinado período de tempo, tendo em consideração o conhecimento da missão, visão e valores institucionais.

Na mesma senda, Marquart, Lunkes & Rosa (2012) definem “a remuneração estratégica como sendo “uma combinação equilibrada de diferentes formas de remuneração, visando alinhar a remuneração à estratégia da organização, harmonizando interesses, ajudando a gerar consensos e actuando como meio de atingir os resultados esperados” (p. 214), portanto a remuneração estratégica visa entre outros elementos a reconhecer os trabalhadores que mais se empenham no alcance dos objectivos da organização.

2.2. Tipos de remuneração na perspectiva de Chiavenato

Chiavenato (2014) propõe alguns tipos de remuneração que abaixo se descreve:

Remuneração fixa/remuneração variável – considera-se fixa a remuneração paga mensalmente ou por horas mediante critérios previamente definidos e, são variáveis, quando abarcam cargos elevados na hierarquia organizacional (em função dos resultados operacionais obtidos).

Remuneração por desempenho/tempo de serviço – considera-se remuneração por desempenho, quando abrange as contribuições individuais ou colectivas (salários por produção-unidades

produzidas ou número de vendas ou atendimento, ou enfatizam tempo de serviço) onde os salários se verificam em função do cargo, acrescido de um valor adicional de anos de serviço na empresa.

O autor defende, que as recompensas vinculadas ao tempo de serviço são concebidas automaticamente em certos intervalos como 5 ou 10 anos, desde que o funcionário não tenha tido um desempenho insatisfatório. Por seu turno, Camara (2000) entende que, os sistemas baseados na antiguidade embora sobrevivam em algumas empresas, constituem um paradigma ultrapassado e tendem a desaparecer, pois este tipo de remuneração se baseia somente na lealdade e no tempo de serviço, descurando assim o desempenho do funcionário.

Remuneração no cargo/remuneração da pessoa – a remuneração no cargo é uma remuneração tradicional apenas com base no cargo exercido pela pessoa na organização, e a remuneração da pessoa foca nas competências e nos talentos e nas habilidades para realizar com sucesso múltiplas tarefas.

Recompensas por competências – Os salários, benefícios, símbolos de estatuto, entre outros, são atribuídos tendo em conta as funções que o trabalhador desempenha e, exceptuando os bónus e os aumentos por mérito. Chiavenato (2014), refere que esse tipo de recompensas é concebido separada ou conjuntamente como retribuição pelo alcance de objectivos organizacionais, tais como aumento da produção, excelência no serviço, aumento de produtividade, entre outros. Já Bilhim (2007) entende como sendo uma característica subjacente a um indivíduo que tem uma relação de causa e efeito com o desempenho médio ou superior de uma função podendo distinguir as seguintes áreas: (i) competências para lidar com as pessoas;(ii) competência para lidar com os negócios;(iii) competências para lidar com resultados e (iv) competências de autogestão.

Igualitarismo/elitismo – considera-se igualitarismo quando não existem diferenças na remuneração entre os trabalhadores que exercem as mesmas actividades. E o elitismo acontece quando a remuneração é por via de hierarquia funcional. No que concerne ao sistema de recompensas elitista ou hierárquico, estes não só estabelecem uma estreita relação entre o montante da remuneração e a posição que os empregados ocupam na estrutura organizacional, como também reforçam a noção de estatuto, dando aos mesmos benefícios específicos que constituem símbolos de estatuto, correspondentes ao seu nível hierárquico na empresa. Por outro lado, num sistema igualitário, os empregados têm mais facilmente acesso às compensações muito elevadas, permitindo um clima organizacional mais favorável, que prima pela tomada de decisão com base nos conhecimentos técnicos, contrastando com o poder hierárquico (Camara, 2000).

Prémios monetários/prémios não monetários – monetários compreendem salários ou prémios salariais; não monetários são intangíveis como por exemplo a segurança no emprego, garantia de reforma, contractos por tempo indeterminado.

2.3. Centralização de decisões salariais / descentralização das decisões salariais

As decisões podem ser controladas centralmente (Departamento de Recursos Humanos) isto se a instituição considerar importante responsabilizar os especialistas e técnicos dos recursos humanos; as decisões podem ser descentralizadas se as decisões salariais estiverem sob a alçada dos gestores de linha. Segundo Camara (2000), a centralização está associada à ideia de manutenção da equidade na empresa, pelo que as propostas dos gestores de linha para a fixação ou revisão salarial dos seus

colaboradores é enviada para um órgão central que as validará, assegurando que as referidas propostas estão em consonância com a prática da empresa e não vão ferir a equidade de tratamento de empregados com cargos de igual complexidade e, níveis de desempenho equivalentes.

2.4. Sistema de Remuneração na função pública

O sistema de Remuneração na função pública em Moçambique se assenta nos Estatutos Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE), onde é constituída pelo vencimento e suplementos. Temos as seguintes formas de remunerações e subsídios: Remuneração por Substituição; remuneração por trabalho extraordinário; remuneração por trabalho nocturno; remuneração por gratificação de chefia; remuneração em período de formação; remuneração do funcionário estudante subsídio de adaptação; subsídio de trabalho em condições excepcionais.

Segundo EGFAE, o desempenho de uma função por substituição confere o direito a receber o vencimento da ocupação substituída sempre que se trate de período igual ou superior a 30 dias consecutivos. O funcionário substituto tem direito ao abono da totalidade do vencimento da função incluindo os subsídios inerentes a função.

Considera-se trabalho nocturno o que for prestado no período compreendido entre as 20 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte. As condições para a sua realização e remuneração são reguladas nos termos de legislação especial. O Subsídio de Gratificação e chefia é aplicado quando o vencimento da função é igual ou inferior ao vencimento auferido pelo funcionário designado. O Subsídio de Adaptação é fixado por um período de três meses, em caso de transferência por iniciativa do Estado para fora do local onde normalmente se presta serviço.

O Suplemento de Trabalho em condições excepcionais é aplicado quando os interesses do Estado o exigem, podendo ser definidos locais ou actividades em relação aos quais é abonado um suplemento em virtude de condições e riscos especiais de trabalho, traduzidos por particular desgaste físico ou psíquico decorrentes da natureza do trabalho ou do local.

Os funcionários seleccionados para frequentar cursos de formação ou de aperfeiçoamento técnico profissional, reciclagens ou estágios, realizados em território nacional ou no estrangeiro tem direito a uma remuneração fixada em diploma específico. A Remuneração do Funcionário Estudante é fixada em legislação especial em obediência aos planos de formação do seu organismo.

2.5. Sistema de Remuneração nas Instituições Privadas

O sistema de Remuneração nas instituições privadas é definido pelo seu órgão máximo. Desta feita, o sistema de remuneração na instituição privada em estudo, assenta-se nos Estatutos da Universidade Católica de Moçambique, (EUCM), pelo Decreto número 43/95, de 14 de Setembro, é constituído pelo vencimento e subsídios especiais. Os pagamentos de salários são baseados em categorias profissionais, e escalões, onde a categoria de técnico-administrativos, para além dos salários base, subsídios de carreira e de risco é considerado o subsídio de formação. Para a categoria de docente e investigadores, para além de salário base e subsídio de carreira é considerado o subsídio de investigação e de exclusividade. Portanto todos os subsídios são em função duma certa percentagem sobre o salário base.

Alguns estudos apontam que actualmente, a remuneração estratégica tem sido uma questão valorizada pelos gestores e que muitas empresas optam pela variedade de tipos de remuneração, como é o caso do estudo realizado por Serra Oliveira, Andressa Ozan e Lara, Júlio Cezar, aparentava que a empresa não adoptava diferentes tipos de remuneração estratégica, e caso adoptasse, a forma mais usual seria a remuneração variável.

O resultado observado foi que, ao contrário do que se aventava, a empresa adopta vários tipos de remuneração estratégica, e a forma mais usual de remunerar os colaboradores era a remuneração funcional, ou seja, uma remuneração determinada pelo cargo/função e ajustada ao mercado. Um outro estudo realizado por Chambela (2012), sobre o Sistema de Classificação de Mérito usado na AT para avaliação dos funcionários, com vista a assegurar que o desempenho, atitude e conduta destes sejam profissionalmente avaliados, monitorados e registados dentro de um sistema padronizado. O estudo revelou que o uso do modelo de administração contingencial visa estabelecer critérios e parâmetros de avaliação tendo em conta o alcance dos resultados determinados e garantir a competitividade. Embora se considere o sistema importante, o mesmo apresenta alguma subjectividade e falta de transparência na sua implementação, para torná-lo fiável, perante os funcionários.

Portanto, pode-se observar pelos estudos acima, que a tradicional sistema de remuneração já não se mostra suficiente, torna-se fundamental que as empresas adicionem ao sistema de remuneração tradicional novos sistemas, como assegura Chiavenato (2014), a remuneração fixa se tornou insuficiente para motivar e incentivar as pessoas, promover o comportamento proactivo e empreendedor na busca de metas e resultados excelentes. Por isso, para incrementar as relações de intercâmbio com seus colaboradores, as empresas estão utilizando planos de incentivos. Destacou o plano de bonificação anual, que consiste num valor monetário oferecido no final de cada ano aos determinados colaboradores em função da sua contribuição para o desempenho na organização; na função pública, esse conceito vai mais além sendo uma componente quase fixa em relação aos que desempenham cargos de chefia ou que trabalham longe das capitais provinciais. Por outro lado, o incentivo pelo desempenho é atribuído de forma restrita para um número pré-definido de funcionários em cada ano.

3. Metodologia

De modo a responder aos objectivos propostos e às questões de investigação, o estudo assumiu um desenho metodológico de estudo de caso, que segundo Yin (2003) permite estudar com relativa profundidade o problema, ouvindo um número considerável de sujeitos, neste caso 8 sujeitos, observando as práticas e analisando um conjunto de diferentes documentos normativos e de gestão e remuneração estratégica, referente a uma realidade específica de três instituições públicas e uma privada. As questões colocadas orientaram a que o estudo tivesse uma abordagem especialmente qualitativa, alicerçada num paradigma compreensivo interpretativo, na perspectiva de Guerra (2006), que considera os estudos qualitativos como aqueles que procuram compreender com relativa profundidade as complexas relações entre os factos ou fenómenos, com recurso à descrição das experiências em contexto.

Para garantir a consistência e fiabilidade das informações recolhidas, optou-se por uma triangulação dos métodos e instrumentos, bem como das respectivas fontes. Houve uma combinação de

métodos e instrumentos: a entrevista, a análise documental, a observação, a pesquisa bibliográfica, celulares e computadores. As fontes foram igualmente diversificadas destacando-se os gestores dos recursos humanos das instituições em estudo, a revisão da literatura e os documentos normativos em vigor em Moçambique. A multiplicidade de instrumentos segundo Yin (2003), ajuda a recolher uma série de informações sobre as questões históricas, atitudes e comportamentos. Por outro lado, as conclusões e resultados, tendem a ser mais consistentes e convincentes, uma vez que procedem da convocação de várias fontes e perspectivas.

Segundo Gil (2002), quanto aos objectivos, a pesquisa pode ser de carácter exploratório, descritivo e explicativo. Neste contexto, este estudo assumiu a característica duma pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito.

A análise documental constituiu uma das importantes técnicas de recolha de dados. Muitos são os documentos organizacionais que contribuíram na construção dos dados exploratórios: planos estratégicos, políticas de remuneração, estratégias de manutenção do pessoal, mudanças nas remunerações, planos de incentivos e benefícios oferecidos aos funcionários entre outros. Esses documentos revelaram aspectos interessantes da vida organizacional e auxiliaram na percepção de alguns aspectos das nossas questões de investigação.

A observação é um acto intencional e deve ser conduzida de forma simples e sistemática permitindo uma proximidade continuada com o fenómeno a estudar (Guimarães, 2003). No processo de observação foram anotadas as situações consideradas relevantes para o nosso estudo, como o clima da organização, relação entre colegas, comprometimento na realização das actividades profissionais, o sistema de gestão da comunicação por parte dos colaboradores, a interacção entre eles ao realizarem as actividades, o nível de apoio.

O guião da entrevista individual foi um dos instrumentos de recolha de dados, as questões foram organizadas em diferentes categorias que procuravam explorar os significados que os gestores dessas instituições atribuem à remuneração estratégica sustentável. Assumiu-se a entrevista semiestruturada, de modo a permitir uma maior interacção no nosso estudo e consequentemente auxiliar na aquisição de mais informações possíveis. Mas sabemos que as entrevistas semiestruturadas tem a desvantagem de admitir desvios. Nessa situação, tivemos que redireccionar as questões sem descartar as ideias do entrevistado.

De acordo com Guerra (2006) considera que a não utilização de amostras em estudos de abordagem qualitativa, é sustentada pela saturação teórica. O conceito de saturação teórica segundo o autor, justifica-se quando o investigador considerar que já possui dados ou respostas suficientes para responder as suas questões, não há necessidade de continuar a entrevistar mais sujeitos. Portanto neste estudo foram envolvidos 8 sujeitos, sendo 4 na instituição privada e 4 nas instituições públicas. O critério de selecção dos sujeitos baseou-se no factor larga experiência na área dos recursos humanos das referidas instituições.

4. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Nesta fase, fez-se a análise e a discussão dos resultados obtidos, através do processo de análise de todos os dados, organizados segundo as nossas questões de investigação que no decorrer do

processo de apresentação e análise dos referidos resultados fez-se a triangulação dos resultados obtidos para cada uma das questões de investigação com as nossas fontes de informação.

Implementação de remuneração estratégica nas instituições públicas e privadas

Para a questão relacionada com a implementação da remuneração estratégica nas instituições públicas e privadas, interessava saber sob ponto de vista dos gestores de recursos humanos o significado das palavras-chave, remuneração estratégica. Esta questão surgiu do processo de entrevista com os sujeitos, e consideramos pertinente abordar, pelo seu teor. Para essa questão, o sujeito A2 definiu remuneração estratégica como “um plano de remuneração flexível” e o A1 acrescentou que, “tem a ver com o plano de benefícios e incentivos dos funcionários”. Com essas respostas, pode-se inferir a existência de um fraco domínio do conceito “remuneração estratégica”, por parte dos gestores das instituições em estudo. Pois que, a remuneração estratégica consiste na aplicação variada de como a organização paga os seus colaboradores, pelos resultados alcançados, num determinado período de tempo, tendo em consideração o conhecimento da missão, visão e valores institucionais (Chiavenato, 2008), daí que o processo de sua implementação e interpretação apresenta uma bipolarização na sua inferência. Porém há consenso que a remuneração estratégica é aquela em que o objectivo principal é de manter o trabalhador satisfeito, valorizar sistematicamente os melhores e assegurar a sustentabilidade das instituições por um longo período de tempo. A remuneração estratégica é também uma forma de engrandecer o trabalhador. Existem funcionários bons, mas existem os melhores que precisam ser cada vez mais reconhecidos.

Para apurar como é implementada a remuneração estratégica nas instituições em estudo, foram analisados documentos referentes aos sistemas de remunerações. Segundo o Plano Estratégico da CU (2018-2020), a implementação da remuneração estratégica tem como uma das metas, ter mecanismos de motivação pessoal, social e profissional e isso “é feito através de revisão periódica da tabela salarial” conforme o A4. E ao mesmo tempo a aplicação do plano de benefícios sociais onde estão claramente indicadas as formas que a CU projectou para motivar os seus funcionários. Os mais destacados são assistência medicamentosa, assistência em caso de morte, concessão de prémios para determinados concursos, e cabaz de Natal.

Por outro lado, as instituições públicas (IP's) oferecem benefícios plasmados no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado EGFAE (artigo 77) e na Lei laboral vigente na República de Moçambique. Há também despachos internos nas instituições públicas para melhor especificação dos benefícios a aplicar, de acordo com o contexto e situação. Para B1, C1, D1 D2 os benefícios que mais se destacam são: 13º salário, bónus especial por formação, subsídio de risco e, para alguns, subsídio de cheiro no caso de CACB, subsídio de turno, assistência médica e medicamentosa para si e familiares, subsídio de renda para algumas posições de liderança, subsídio de adaptação, transporte (para si e familiares) no caso de deslocação por transferência ou colocação, remuneração de férias não gozadas, ajudas de custo, aposentação. De forma consolidada repisaram que, na função pública, os incentivos vêm destacados em documentos já divulgados pelo governo moçambicano. C1, D1 e D2 apontaram adicional e especificamente, o Decreto 30/2018 de 22 de Maio e o SIGEDAP (Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública) e o Regulamento Geral do Estatutos dos Funcionários e Agentes do Estado.

Portanto a literatura e documentos apontam para uma diferenciação sobre a forma de implementação da remuneração estratégica, percebendo-se que nas Instituições Públicas tomam como base o preconizado no Estatuto Geral dos Funcionários do Estado EGFAE (artigo 77) e na Lei

Laboral vigente, sendo os seus itens aplicados conforme o orçamento disponível para cada IP, anualmente. Nas privadas, também há uma prática de remuneração estratégica tomando como base regulamentos específicos sobre a matéria e aberturas no orçamento. Em ambos os casos a promoção vertical e a progressão horizontal, quando concretizadas, proporcionam valores que contribuem para a motivação dos colaboradores.

Reconhecimento do Bom Desempenho

Para reconhecer o bom desempenho dos colaboradores, o plano de benefícios sociais no artigo 15;7 aponta a possibilidade das Unidades Básicas (UB's) terem o dever de premiar os trabalhadores que mais se destacam conforme a sua organização. A2 confirmou que *“há alguns anos atrás, era possível fazer isso, embora com pouco”*. Isso *pouco* se referia ao valor alocado no orçamento para o efeito. A1 acrescentou que *“pedíamos a todos os colegas para fazer contribuição de 200mts para comprar um presente para o melhor trabalhador, o trabalhador mais velho e o trabalhador mais novo”*. Os prémios variam entre material de escritório tais como computador, impressora etc... e electrodomésticos como congelador e televisão por exemplo. Da observação e tempo que os autores estão na CU, revelaram que quando não há mesmo nada, em termo de finanças para prémios, os administradores esforçam-se para, pelo menos, oferecer um certificado e divulgação dos melhores trabalhadores no quadro de honra. A3, e A4 confirmaram que isso é realizado mesmo a nível das UB's e não tem nada a ver com a R. Isso quer dizer que, a decisão mesmo de premiar e o que dar como prémio, é da responsabilidade de cada UB's. Nas instituições públicas os membros de direcção não recebem prémios de ninguém. Assim A2 afirmou que *“os únicos prémios que recebem os membros de direcção são o reconhecimento e a promoção.”* Através de observação, os autores confirmam que os que apresentam melhor desempenho são promovidos de vez em quando e exercem a função de chefia por muito tempo. O não se tomar em conta a premiação das Chefias, nas instituições públicas, poderá alimentar alguma indiferença e desmotivação para maior empenho no cargo. Por conseguinte apresentando ou não um bom desempenho, nada altera nas suas remunerações. Portanto não há nada que sustente, de forma criteriosa, o incentivo por desempenho a nível dos gestores.

Nas instituições públicas B1, C1, D1, D2 afirmaram que os prémios e distinções concretizam-se através da oferta material, cheques e destaque no quadro de honra. Normalmente estes incentivos são oferecidos, todos os anos, no dia da Função Pública. No caso da CACB estes incentivos são oferecidos a um número limitado de trabalhadores, por grupos de função ou sectores de actividade. De realçar que, em caso de empate, ao se escolher o melhor trabalhador, privilegia-se o mais antigo como forma de valorizar os que permanecem muito tempo na instituição. Na UL, segundo C1, a tabela de incentivos não está somente associada ao desempenho como também a sobrecarga inerente a função desempenhada, sobretudo de gestão. Portanto existem incentivos por exercer determinada função de gestão e, incentivos anuais normais por desempenho que não abrangem as chefias. Na DPED, à semelhança das anteriores IP's, aproveitam o dia da Função Pública para atribuição de prémios materiais (cujo valor não deve exceder o salário mínimo nacional), diplomas de honra, fixação no quadro. É uma actividade programada, anualmente, e consta no plano estratégico de 4 anos (2020-2024). O incentivo por desempenho é oferecido a um número limitado de funcionários destacados anualmente.

Em geral, nas IP's, os que normalmente são abrangidos pela premiação, por desempenho, fazem parte do corpo técnico administrativo e apoio, portanto pessoal operacional. E, a selecção dos premiados, se realiza ao nível dos departamentos ou sectores. Nas Instituições Públicas (IP's), não se atribui prémio aos membros que exercem cargos de direcção e chefia considerando-se que os incentivos já vêm associados ao cargo que exercem sendo 25% sobre o vencimento base. Findo o exercício de chefia, este subsídio é desactivado. Há casos em que este subsídio se mantém, definitivamente, como direito adquirido quando se exerce a função de direcção e chefia por 10 anos consecutivos ou intercalados. Há também a atribuição de subsídios de localização e subsídio de adaptação, por três meses, para os trabalhadores que são colocados fora das capitais ou transferidos. Estes valores são inclusos na planificação de médio e longo prazo.

No que se refere às recompensas por Desempenho ou por Antiguidade, existem diversas formas de estabelecer uma ligação entre o desempenho e as recompensas, sejam estas individuais ou em grupo (Camara, 2000). No caso, observa-se um desfasamento entre o desempenho e as respectivas recompensas. Assegura-se que as instituições públicas e privadas conferem uma maior relevância à antiguidade *versus* recompensas, como forma de valorizar os mais antigos, capitalizar a sua experiência e incentivar a permanência nos mais novos. C1 refere, por exemplo, que em caso de empate, na pontuação do desempenho, privilegia-se o mais antigo. Nas recompensas, relacionadas com desempenho excepcional, assiste-se ao enaltecimento da meritocracia. Adicionalmente, constata-se que a avaliação do desempenho parece destinar-se mais ao pessoal operacional, ficando a avaliação das chefias secundarizada.

Principais diferenças na forma de operacionalização da remuneração estratégica entre as instituições públicas e privadas

Existe diferença na operacionalização da remuneração estratégica apesar de ser ligeira. Tanto nas instituições privadas como nas públicas, os trabalhadores que apresentam um desempenho excelente são seleccionados e depois premiados, publicamente, na base de incentivos extrínsecos determinados, autonomamente, pelas respectivas instituições. A diferença na sua aplicação está mais nos critérios usados na eleição, como por exemplo, A1 disse que também *“premeia-se os colaboradores mais velhos e mais novos”*, e nas instituições públicas a remuneração estratégica também surge, administrativamente, depois de uma classificação de desempenho acima do regular (bom), durante 3 anos consecutivos e a confirmação de cabimento orçamental.

Chiavenato (2014) refere a este facto que, as recompensas vinculadas ao tempo de serviço do funcionário são concebidas automaticamente em certos intervalos como 5 ou 10 anos, desde que o funcionário não tenha tido um desempenho insatisfatório; acrescenta ainda, que tais actos buscam proporcionar incentivo salarial. É de realçar que, separadamente, nem a remuneração fixa nem a remuneração variável possuem um efeito estratégico. Para que a remuneração seja considerada estratégica é necessário investir num ambiente caracterizado por uma relação saudável entre os funcionários e a instituição.

Desafios de implementação da remuneração estratégica

Conforme o observado anteriormente, muitos profissionais de recursos humanos, não souberam definir a remuneração estratégica, e isso pode se considerar como um dos dificultadores da implementação efectiva da remuneração estratégica. Para além disso, os planos de remunerações rígidos e fixos não permitem a flexibilidade e incrementos de iniciativa proactivas, como argumenta o sujeito A3, *“as UB’s devem primeiro ter autorização da Reitoria para poderem dar prémios em valor monetário, aos seus funcionários.”* Com isso, fica evidente que a implementação da remuneração estratégica é condicionada a uma prévia autorização da estância superior a esta, tendo para o efeito salvaguardado a questão de um cabimento orçamental aprovado assim como garantia de uma sustentabilidade financeira a longo prazo.

As dificuldades de implementação da remuneração estratégica também são causadas pela falta de um plano claro sobre as premiações, segundo o sujeito A2, para este caso, esclarece que *“esse ano não tinha pensado em nada, uma vez que é necessário pedir autorização”*, e o sujeito A1 por sua vez, afirmou que *“entrei em quando o ano já estava a decorrer o que dificultou fazer qualquer plano para premiação dos melhores colaboradores”*. Vale ressaltar que os planos de remuneração estratégica nas instituições públicas como privadas são anuais, embora a base central seja de quatro anos. Sendo assim, pode-se inferir que as planificações estratégicas dos incentivos não encontram grande expressão neste contexto.

5. Conclusão e Recomendações

Como o problema da investigação consistia em compreender os desafios existentes na implementação da remuneração estratégica permanente e sustentável nas instituições, depois das análises feitas, constatou-se que as instituições necessitam de implementar novas abordagens de procedimentos e políticas salariais sustentáveis que possibilitem o controlo dos custos com o pessoal sem comprometer a atracção, selecção e retenção de trabalhadores qualificados.

Constatou-se ainda que a nova política salarial (remuneração estratégica) pode propor a introdução de um pacote de remuneração variável e sustentável, que dependerá da avaliação de desempenho individual e deverá continuar a ser atractivo para os profissionais qualificados e dedicados reforçando, assim, a remuneração fixa actualmente em vigor.

Nas instituições públicas, o modelo de Remuneração Total as despesas com as remunerações do pessoal, representa uma considerável porção das despesas operacionais. Por isso, a eficácia e eficiência destas despesas, com enfoque estratégico, é fundamental para o sucesso da organização.

Os prémios de desempenho e os planos de reconhecimento nas instituições estudadas possuem um tratamento à parte e diferenciado, mediante a disponibilidade orçamental. O processo de premiação necessitaria de ter um enfoque estratégico, de modo a que se possa monitorar os momentos que fortificam a estratégia de remuneração adoptada, por isso, é fundamental que se saiba, quantos beneficiam da remuneração estratégica por um período considerável de 3 a 4 anos, pois, constitui um dado relevante para o sucesso das instituições.

O estudo recomenda a revisão do conceito de incentivo adoptado na função pública, para que os incentivos oferecidos pelo melhor desempenho não sejam confundidos com os atribuídos por inerência de funções de chefia ou gestão exercidas. Às instituições públicas e privadas recomenda-

se, em síntese, a programação destas remunerações, a longo prazo, e o asseguramento do respectivo cabimento orçamental.

Referências Bibliográficas

Livros

- Bilhim, J. & Castro, G. (2007). *Ciência da Administração*. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.
- Camara, P. B., Guerra, P. B. & Rodrigues, J. V. (2013). *Novo humanator: Recursos humanos e sucesso empresarial*. (4ª ed.). Alfagride, Portugal: Dom Quixote.
- Camara, P. (2007). *Os sistemas de recompensas e a gestão estratégica dos Recursos Humanos*, (2ª ed.). Lisboa, Portugal: Publicações D. Quixote.
- Chiavenato, I. (2014). *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas Organizações*. (23ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Manole
- Chiavenato, I. (2008). *Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier
- Gil, A. C. (2002) *como elaborar projectos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Lavieque, A. (2011), *Gestão de recursos humanos na administração pública em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Ngira.
- Mações, M. A. R. (2018). *Manual de Gestão Moderna: Teoria e Prática*. (2ª ed.). Brasil: Actual Editora.
- Rodanov, C. C. & Freitas, E. C. de (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico*. (2ª ed.). Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil: Feevale.
- Wood Júnior, T. & Picarelli Filho, V., (2004). *Remuneração estratégica: A nova vantagem A nova vantagem competitiva*. (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Documentos

- Ministério da Função Pública, (2011). *Manual de Procedimentos do Sistema de Gestão de Desempenho na Administração*. Maputo, Moçambique: DNEPA e ISAP.
- Imprensa Nacional de Moçambique, E. P. (2018), *Decreto n. " 5/2018-: Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado- REGFAE*. Maputo, Moçambique: Edição eletrónica, Pandora.
- Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública (SIGEDAP) *Decreto 55/2009 de 12 de Outubro*. Moçambique.

Monografias

- Chambela, S. A. L., (2012). *Remuneração por Desempenho: Impacto do Sistema de Classificação de Mérito usado na Autoridade Tributária, na Motivação dos Funcionários: (2010-2012)*. Maputo, Moçambique Universidade Eduardo Mondlane.

Revistas

- Macedo F. & Dárbio R. (2018). Políticas de Remuneração nas Organizações: Sua Importância Estratégica no Avanço para a Competitividade. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, Ed. 04, Vol. 03, pp. 113-124, Abril de 2018. ISSN:2448-0959.
- Marquart, A., Lunkes, R. J., & Rosa, F. S. (2012). Um estudo sobre práticas de remuneração estratégica nas maiores empresas de Santa Catarina. *Gestão e Sociedade*, 6 (13), 4-25.
- UNEMAT (2012), Volume 1, Número 2 Contabilidade.

Internet

- Carvalho, G. (setembro, 2015) *Remuneração estratégica*. Recuperado em: http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/remuneracao-estrategica/https://www.Researchgate.net/publication/286368505REMUNERACAO_ESTRATEGICA_ESTUDO_DECASOEMUMAEMP_RESA_DO_COMERCIO_VAREJISTA_DE_MATERIAIS_PARA_CONSTRUCAO_EM_TANGARA_DA_SERRA-MT.
- <https://www.researchgate.net/publication/280938344> Estudos de casos metodologia baseada em Yin 2003 - 2011.
- Nichele, J., Stefano, S. R. & Raifur, L. (2015). *Análise da remuneração estratégica para atrair e reter colaboradores: a visão dos pós-graduandos*. Recuperado em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/24911>.

A covid-19, a mineração e o apelo “fique em casa”: A partir da ética da responsabilidade

Covid-19, mining and the “stay at home” appeal: From the ethics of the responsibility

Elton João Caetano Laisone

elaisone@ucm.ac.mz

Universidade Católica de Moçambique

Resumo

A Covid-19 recordou-nos que a vida é frágil, e que a nossa existência é insignificante, passageira. A pandemia provou também que o crescimento económico vem depois da necessidade de viver. A pergunta de Leibniz (por que existe o ser em vez do nada?), recolocada devido ao poder ilimitado de destruir o próprio ser, hoje é acompanhada por outra semelhante, mas mais profunda: porque o ser tem que existir em detrimento do nada? Sendo assim, o objectivo desta discussão é demonstrar que o apelo “fique em casa” devido à pandemia da Covid-19 não é um simples slogan publicitário, mas um verdadeiro apelo ético que deve levar-nos à responsabilidade pelo ser, sobretudo o ser vivo e o seu ambiente, isto é, responsabilidade pela *oikos*. Assim, o estudo, inteiramente qualitativo de matriz sociocrítica, e tornado teórico-empírico por ser feito a partir duma análise bibliográfica e da observação de factos do quotidiano em torno do impacto da Covid-19 no sector da mineração, desdobra a sua discussão em três áreas conceptuais: (i) a Covid-19 e o princípio da co-responsabilidade inevitável; (ii) a mineração, a economia extractiva e o *princípio responsabilidade*; e (iii) o apelo “fique em casa” e a ecologia integral na lógica do cuidado com a casa. A lição que estas três áreas conceptuais nos dão é que a responsabilidade pela *oikos*, para além de ser uma questão simplesmente ética, é também ontológica, e, conseqüentemente, uma questão de sobrevivência, quer de cada indivíduo, quer da espécie humana como um todo, quer do planeta.

Palavras-chave: Covid-19, mineração, economia extractiva, ética, responsabilidade, *oikos*.

Summary

Covid-19 reminded us that life is fragile, and that our existence is insignificant, fleeting. The pandemic has also proved that economic growth comes after the need to live. Leibniz's question (why does being exist instead of nothingness?), reinstated due to the limitless power to destroy the own being, today is accompanied by a similar, but more profound one: why does being have to exist in detriment of nothing? Therefore, the objective of this discussion is to demonstrate that the “stay at home” appeal due to the Covid-19 pandemic is not a simple advertising slogan, but a true ethical appeal that should lead us to the responsibility for being, especially being living and its environment, that is, responsibility for *oikos*. The study is entirely qualitative with a socio-critical matrix, and has become theoretical-empirical because it is based on a bibliographic analysis and observation of everyday facts about the impact of Covid-19 in the mining sector. Thus, the study unfolds its discussion in three conceptual areas: (i) Covid-19 and the principle of inevitable co-responsibility; (ii) mining, the extractive economy and the *principle responsibility*; and (iii) the “stay at home” appeal and integral ecology in the logic of caring for the home. The lesson that these three conceptual areas give us is that the responsibility for *oikos*, in addition to being simply an ethical issue, also becomes an ontological issue, and, consequently, it becomes also a question of survival, whether for each individual, for the human species as a whole, or for the planet.

Keywords: Covid-19, mining, extractive economics, ethics, responsibility, *oikos*.

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 mostrou-nos que a vida é frágil, que a razão da existência é questionável. Ela mostrou também que, devido aos avanços da tecnologia, o mundo está conectado e se tornou um só: os primeiros casos da Covid-19 tivessem origem na cidade chinesa de Wuhan em finais de 2019, e logo, em pouco tempo, todo o mundo ficou afectado. Este poder da tecnologia, colocando nas mãos do ser humano a capacidade de eliminar a vida e a si mesmo, tornou também o próprio ser humano vulnerável e inseguro.

A pergunta fundamental da filosofia, atribuída a Leibniz (porque existe o ser em vez do nada?), hoje é acompanhada por outra semelhante, aplicada no contexto da ética da responsabilidade de Hans Jonas, e mais profunda: porque o ser tem que existir em detrimento do nada? E essa pergunta ganhou sentido na medida em que o próprio ser revelou-se frágil, susceptível de desaparecer, pois o ser humano, pela tecnologia, tem poder para tal, um poder que foge do seu controle. A resposta àquela pergunta encontra a sua justificação numa ética baseada na responsabilidade pelo ser, sobretudo o ser vivo. É neste sentido que o objectivo central desta discussão é demonstrar que o apelo “fique em casa” devido à pandemia da Covid-19 não pode ser encarado como um simples slogan publicitário, mas sim deve comprometer-nos como um verdadeiro apelo ético que deve levar-nos à responsabilidade pela *oikos*¹⁸. Daí que, mesmo que a emergência da Covid-19 tenha já passado, este apelo continua e continuará actual.

Este objectivo foi alcançado a partir de três reflexões, a saber: (i) Em torno da Covid-19, percebemos que um vírus nasceu de algum lugar, espalhou-se pelo mundo e ceifou vidas humanas, deixando todos nós inseguros: esta situação exige que reflectamos em torno do sentido da existência e do princípio de *co-responsabilidade inevitável* desenvolvido por Augusto Cury (2005). (ii) A economia extractiva no sector da mineração, assim como todos sectores da economia, sofreu recessão séria devido ao Estado de Emergência (no caso de Moçambique) e ao *lockdown* (no caso de alguns países da Europa, América e África do Sul). Esta situação recoloca a questão ética da prioridade da vida sobre o crescimento tecnológico e económico, questionando-se assim o poder hegemónico e insubstituível da tecnologia e da lógica do mercado. E isto remonta-nos ao *princípio responsabilidade* de Hans Jonas (1979). E (iii) o apelo “fique em casa” trouxe à tona a necessidade de redescobrir o valor da casa, resgatando os seus três níveis de sentido, a saber: a casa interior, a casa familiar e social, e a casa comum. E isto remonta-nos à *ecologia integral* do Papa Francisco (2015).

O estudo seguiu a abordagem qualitativa de matriz sociocrítica. A abordagem é qualitativa visto que a pesquisa procurou, por meio duma discussão teórico-empírica, aprofundar a compreensão das transformações da realidade social operadas devido aos impactos da Covid-19 em Tete, e a mesma procurou também trazer luzes que possam iluminar os acontecimentos rumo às mudanças que o momento presente requer. É por isso que dizemos que a abordagem qualitativa é de matriz sociocrítica. A discussão torna-se teórico-empírica porque é baseada, por um lado, em teorias (o princípio da co-responsabilidade inevitável, a ética da responsabilidade e a ecologia integral), e por outro lado, é sustentada pela observação de factos do quotidiano em torno do impacto da Covid-19 no sector da mineração e da economia extractiva. Partindo dessas opções metodológicas, e

¹⁸ Palavra grega que significa *casa*. Daí provém as palavras *ecologia*, *economia*, *ecossistema*, etc. Mas, para além de casa, também significa o planeta terra como um todo, a nossa casa comum.

seguindo o modelo de ver-julgar-agir-celebrar, o artigo ficou estruturado da seguinte maneira: (i) contextualização (ver); (ii) fundamentação teórica (julgar), (iii) análise e discussão (agir); e (iv) no fim, temos a conclusão (celebrar).

2. Fundamentação Teórica

A pandemia da Covid-19 provou-nos que o crescimento económico vem depois da necessidade de viver, que ainda há espaço para pensarmos em alternativas ao modelo do mercado neoliberal como forma de manter e desenvolver a vida. De facto, por algum momento, a economia retrocedeu, as igrejas e todas as áreas culturais fecharam, as empresas paralisaram as suas actividades, o mundo teve que estar em silêncio, um silêncio que, para uns, foi meditativo, e para outros, uma longa espera, às vezes, insuportável. O mundo assistiu, com muita dor e dificuldade, a morte de muitos entes-queridos sem poder dar um funeral digno. E isto faz-nos voltar a uma outra questão fundamental e própria da filosofia: a questão do sentido.

Covid-19: uma pandemia que questiona o sentido da vida

De acordo com Resende (1998, p. 154), o sentido moderno de *pandemia*, usado na medicina e na saúde, é de uma espécie de epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países, em mais de dois continentes. Tal foi a característica da Covid-19, e isso levou Tedros Adhanom, director geral da Organização Mundial da Saúde, a declarar a Covid-19 uma pandemia no dia 11 de Março de 2020.

Olhando para o estado de alarme que esta pandemia provocou em todo o mundo, mentes entendidas perceberam que a humanidade poderia acabar. Neste sentido, a pergunta de Leibniz (porque existe o ser em vez do nada?), lida na óptica do *princípio responsabilidade* de Jonas, no contexto actual, é acompanhada por outra, mas mais profunda: porque o ser tem que existir em detrimento do nada? A resposta pode encontrar-se na postura que o mundo tomou (*lockdown*) como forma de barrar a propagação do novo coronavírus. Esta postura mostrou que a necessidade de viver está acima de todo o crescimento económico.

Esta pandemia ceifou vidas pelo mundo fora. Apesar do estado actual da situação, a Covid-19 deixou-nos pontos de reflexão: (i) a influência mútua ao nível de todo o mundo é tal que não estamos conscientes da sua dimensão; (ii) devido a esta influência, porque estamos todos interligados e no mesmo barco, conforme teria dito o Papa Francisco, ou morremos juntos, ou sobrevivemos juntos; e (iii) a sobrevivência do ser humano pode estar em perigo porque revela-se uma certa incapacidade de nos erguermos juntos.

O extrativismo mineiro no contexto da Covid-19

O primeiro ponto que merece a nossa atenção é o poder tecnológico aplicado pelos megaprojectos de mineração para a actividade extractiva. Neste sentido, o que caracteriza um megaprojecto não é apenas o facto de ser intensivo em capital, mas também de ser intensivo em tecnologia de ponta, pois, se, por um lado, falamos do poder da tecnologia usada para a actividade de extracção mineira, por outro lado, precisamos de reconhecer o poder por detrás dessa tecnologia. E este é o ponto nevrálgico desta parte da reflexão: o reconhecimento de que, por detrás das tecnologias, há um

poder, e que o uso intensivo das tecnologias para a extracção está acima da possibilidade de conservação da vida.

De facto, associado a um crescimento económico sem limites, o extrativismo apresenta dois âmbitos negativos. Em primeiro lugar, remonta a uma cultura económica rentista, centrada no lucro, que, ao depender da exploração da natureza, advoga a capacidade de inovação e consolidação empresarial, e fomenta apenas relações institucionais, dificultando que os países ricos em recursos naturais logrem o seu desenvolvimento. É o fenómeno da “maldição da abundância” (Karl, 1997, cit. em Fernández-Labbé, 2020, p. 227). Em segundo lugar, o crescimento acelerado das actividades extractivas acarreta fortes impactos económicos, sociais e ambientais, que geram mal-estar e conflitos entre os detentores deste poder e as comunidades (Acosta, 2009; Bebbington, 2009; Gudynas, 2009, cit. em Fernández-Labbé, 2020, p. 227). Nestes dois âmbitos negativos, vemos presente o poder das tecnologias.

Estes dois cenários, pensados a partir do contexto da América Latina, ajudam-nos a perceber que a actividade extractiva em Tete não pode ter trazido um bem-estar no seio das populações, mas sim o fenómeno da maldição da abundância. Porém algo aconteceu: vários membros das comunidades conseguiram ter empregos ao ponto de suprirem as necessidades das suas famílias. Mas precisamos de saber que a maior parte desses trabalhadores era absorvida pelas empresas subcontratadas das mineradoras.

O segundo ponto está ligado aos impactos directos da Covid-19 na economia extractiva. Desses impactos directos, surgem dois dramas: (i) a recessão da economia no seu todo, e da economia extractiva de forma particular, causada pelo Estado de Emergência desde o dia 1 de Abril de 2020; e (ii) a perda de emprego de muitos trabalhadores que eram absorvidos sobretudo pelas empresas subcontratadas das mineradoras, agravando assim a pobreza de muitas famílias.

Muitas empresas subcontratadas pelos megaprojectos, do sector hoteleiro e do turismo sobretudo tiveram que paralisar as suas actividades, outras despediram os trabalhadores, outras deram férias colectivas sem salário. De acordo com Fernando (2020), as mineradoras que operam na província de Tete foram forçadas a reduzir drasticamente as suas operações, devido a dificuldades de escoamento do carvão mineral para o mercado internacional. O estudo da Confederação das Associações Económicas de Moçambique mostra em detalhes esta realidade (CTA, s. a.).

Estes dois pontos têm um denominador comum com a pandemia da Covid-19: o surgimento e a rápida propagação do coronavírus prova que, pela tecnologia, o ser humano é capaz de matar a vida na terra. As medidas que a maior parte dos países tomou mostraram que a vida é mais importante do que a economia, as tecnologias e o desenvolvimento. E o agravamento das condições de vida das populações devido ao despedimento nos seus locais de trabalho mostra a fragilidade das relações e a carência de cuidados pelo outro. Pode-se afirmar que temos nas nossas mãos um superpoder destruidor, mas que pode converter-se numa oportunidade construtiva. É neste sentido que, tendo o ser humano nas suas mãos um poder ilimitado sobre o ser e o nada, a ele é recolocada a questão de sentido: porque o ser em vez do nada? E ainda mais: se posso eliminar o ser, porque não posso fazê-lo? Porque entre o ser e o nada devo escolher o ser? Porque o ser (sobretudo o ser vivo) deve existir em vez do nada? A resposta a estas inquietações conduz-nos necessariamente à ética. E é aqui onde entra Hans Jonas com a sua obra *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*.

O apelo “fique em casa”: um slogan publicitário?

A pandemia da Covid-19 levou o mundo ao confinamento. A forma mais prática de materializar isto foi o apelo “fique em casa”. A ideia por detrás deste apelo é de que o facto de ficar em casa faz com que ninguém entre em contacto com o vírus. Assim, o vírus morreria por si. E as pessoas contaminadas ficariam curadas ou morreriam sem contaminarem as outras. Foi assim que os países que tiveram muitos casos de contaminação comunitária sentiram-se forçados a optar pelo *lockdown*, enquanto outros, como Moçambique, optaram pelo estado de emergência e, depois, o estado de calamidade pública.

Uma análise aprofundada em torno do apelo “fique em casa” e da sua desobediência leva-nos a três constatações: (i) que não estávamos habituados a viver em família, que temos imensas dificuldades de lidarmos com o nosso tempo e a nossa essência, que não nos suportamos durante muito tempo, e que, por isso, preferimos uma vida de evasão; (ii) que há uma crise do sentido de casa, nos seus três níveis: como interioridade pessoal (ser humano dividido por dentro, crise antropológica), como casa familiar e social (crise dos valores familiares, comunitários e sociais, crise da cidadania) e como ambiente (crise ambiental), portanto o apelo “fique em casa” revelou que a casa a que se refere está destruída desde a sua base; e (iii) que, de tando divulgar-se o apelo “fique em casa”, nós acabamos por sofrer o fenómeno de psicoadaptação no seu sentido negativo, e assim este apelo acabou por perder a sua capacidade persuasiva e tornou-se um simples slogan publicitário.

Agora apresentamos três subsecções: na primeira, ligada aos impactos da Covid-19, reflectimos sobre o princípio da co-responsabilidade inevitável de Cury; na segunda, ligada aos impactos da tecnologia na economia extractiva, reflectimos sobre o princípio responsabilidade de Jonas; e na terceira, ligada ao apelo “fique em casa”, reflectimos sobre a ecologia integral do Papa Francisco.

Augusto Cury e a co-responsabilidade inevitável

Cury desenvolveu este princípio no romance *O futuro da Humanidade*, publicado, na sua quarta edição, em 2005. O romance tem como personagem principal Marco Polo. É este personagem que desenvolve este princípio no cap. 11. De acordo com ele, “as relações humanas são uma grande teia multifocal” (Cury, 2005, p. 57) e que nós estamos interconectados, pois “ninguém é uma ilha física, psíquica e social dentro da humanidade” (p. 57). O personagem, em conversa com Falcão, refere que todos somos afectados pela sociedade, mas também todos interferimos na sociedade através de nossos comportamentos e acções. Portanto, somos todos co-responsáveis.

Cada uma das pessoas que morreram de Covid-19 não deixou de exercer sua influência no nosso meio social. Esta causa da morte altera o tempo dos amigos e parentes e de todos aqueles em que tal pessoa exercia influência directa. Assim, a sua morte gerou neles vazio existencial, lembranças e pensamentos perturbadores que afectarão sua história e o futuro da sociedade. Portanto, o princípio da co-responsabilidade inevitável, sobretudo durante a pandemia, demonstrou que nunca podemos ser uma ilha. A humanidade é uma família vivendo numa complexa teia. Somos uma única espécie: a espécie humana. Devemos amá-la e cuidar dela mutuamente, caso contrário não sobreviveremos.

Hans Jonas e a ética da responsabilidade

Pudemos mostrar que a actividade de extracção mineira não só é intensiva em capital, mas também em tecnologia. E a tecnologia usada revela o poder que age por detrás. Assim, por meio dela, o ser humano aumentou o seu poder e a sua capacidade de destruir o planeta. A extracção mineira é reflexo deste poder ilimitado que materializa o desejo de explorar a terra e todos seus recursos.

Devido a este poder destruidor, o ser tornou-se frágil e descartável, pois o ser humano pode destruí-lo. Então, se nós podemos destruir o ser, porque não destruí-lo? Esta pergunta, baseada na pergunta ontológica (porque existe o ser em vez do nada?) ganha em Jonas um cunho ético, pois o ser humano, tendo poder ilimitado sobre o ser, sobretudo o ser vivo, torna-se responsável pela sua permanência. É aqui onde Jonas teve a intuição de unir a ética e a ontologia. Ele refere que o ser precisa de existir porque é da sua natureza existir, e o ser humano é responsável por isso: daí a responsabilidade pelo ser, pela vida no planeta e pelas gerações futuras. Assim, Jonas reformulou o imperativo categórico de Kant no seguinte: Age de tal forma que os efeitos da tua acção não comprometam a continuidade duma autêntica vida humana no planeta. Vale dizer: não mates a vida, nem a presente, nem a futura (Zolet, 2016).

Mas, se o ser humano não tem a capacidade de prever com totalidade as consequências futuras das suas acções, e, sabendo que tais acções, devido ao poder da tecnologia, podem alterar o ritmo normal da natureza, causando danos irreparáveis e perigando a continuidade da vida (vale pensar nas actividades de extracção mineira em Moatize, em Chirodzi, etc.), há que ter precaução, controle, prudência. O termo *heurística do medo* quer significar que o ser humano deve ter medo das consequências dos seus actos antes de realiza-los. Para tal, e parafraseando Oliveira (2011), em entrevista com a IHU On-Line (Márcia Junges), é preciso utilizar as predições e os presságios apontados pelos saberes científicos modernos como forma de antecipação das condições desastrosas previstas caso o ser humano não altere as suas acções. É aqui onde tem sentido a responsabilidade: não se trata de responsabilidade pelos actos cometidos, mas pelos actos ainda não cometidos e por cenários ainda não acontecidos. Por isso, na mesma entrevista, Oliveira destaca que se trata de uma tomada de consciência do perigo, do risco do mal que adviria do uso perigoso do poder da técnica. Como a ameaça ambiental é geralmente imperceptível, a heurística poderia contribuir para revelar a real possibilidade do perigo, e serviria de convocação. Portanto, todos, sobretudo os detentores do poder da técnica e fazedores de políticas, seriam convocados à responsabilidade pela vida. E, neste sentido, seria uma questão de responsabilidade retardar a economia e o desenvolvimento para manter e preservar a vida.

O Papa Francisco e a ecologia integral

A proposta da ecologia integral (*Laudato Si'*, cap. IV) não advém de um simples romantismo, mas da certeza de que este é o único caminho, se queremos preservar a vida, o ser humano, a terra e o futuro. Por isso, o Papa submete a uma rigorosa análise crítica o paradigma tecnocrático, mecanicista, racionalista, consumista e individualista, e propõe práticas alternativas, pedindo com urgência uma radical conversão ecológica, e destacando a importância de uma paixão pelo cuidado do mundo, uma mística que nos convida a celebrar.

A partir duma dimensão mística da conversão ecológica e da paixão pelo cuidado do mundo, percebe-se que, falar de *oikos* não é simplesmente falar da casa, mas de todo o ambiente que torna

possível a vida. E a ecologia integral ajuda-nos a compreender e classificar este ambiente em três níveis: ao nível pessoal (interioridade, o humano que há em nós), ao nível social (desde a base familiar, passando pelo comunitário até ao social) e ao nível ambiental (o ambiente). Estes três níveis correspondem às três dimensões do desenvolvimento de acordo com Felix (2021, p. 311), que são: (i) individual; (ii) social; e (iii) ambiental. No primeiro nível, temos a ecologia mental e do profundo; no segundo, a ecologia económica, social, cultural e da vida quotidiana, e apela para o bem comum; e no terceiro, a ecologia ambiental e a da justiça intergeracional que, usando termos de Carmo (2014) significa solidariedade com as gerações passadas, presentes e futuras. Portanto, neste sentido, o apelo “fique em casa” passa a ser percebido como uma exigência de reabilitar a casa à luz dessa ecologia integral.

3. Análise e discussão

O momento de *agir* não é para dar orientações práticas nem sentenças, mas é para discutir em torno da forma de tornar prático um novo estilo de vida e a praticidade de uma ética baseada na responsabilidade pela *oikos*.

A Covid-19 e suas lições para o “novo normal”

Já houve outras pandemias na história da humanidade. Podemos dizer que a especificidade da Covid-19 está nestes dois aspectos: (i) a sua abrangência de forma rápida ao nível de quase todo o mundo; e (ii) por ser o reflexo de uma crise maior, que se pode chamar de crise da humanidade.

Em relação ao primeiro aspecto, vai a reflexão feita neste presente artigo: estamos interconectados como membros da mesma aldeia, e a tecnologia é o factor determinante desta interconexão. Por isso, bastou um vírus assolar a China para todo o mundo ficar implicado. O princípio de coresponsabilidade inevitável de Cury pode ensinar-nos a desenvolver um estilo de vida em que cada um de nós seja um factor de soma para si mesmo no futuro e para o outro (incluindo o planeta e o sistema vida) no presente e no futuro. Em relação ao segundo aspecto, percebe-se que a crise trazida pelo novo coronavírus é apenas o reflexo de uma humanidade já em crise, uma crise multissetorial: sociopolítica, económica, ética, civilizatória, crise de valores, da religiosidade, de sistemas, etc. A Covid-19 foi uma ocasião em que tal crise se manifestou de formas diversas, deixando-nos várias lições.

Apresentamos aqui, numa forma enumerada, tais lições sem aprofunda-las, mas acreditando que cada uma delas pode ser um tema para futuros estudos e aprofundamentos que continuarão a ajudar para compreendermos o “novo normal” de forma emancipatória: (i) as mortes revelaram que somos muito frágeis, vulneráveis, o que nos remonta ao estado miserável do ser humano; (ii) a crise da Covid-19 manifesta apenas que a humanidade já vivia uma grande crise e que, por isso, ela exige que tomemos uma posição transformadora, revolucionária e emancipatória; (iii) a pandemia mostrou-nos que a vida é mais importante do que a economia e o desenvolvimento, e isto apela-nos para uma nova ética, a ética do cuidado com a vida no seu lar (*oikos*); (iv) tal ética do cuidado baseia-se na responsabilidade pelo ser, sobretudo o ser vivo presente e futuro, e como necessidade de sobrevivência do ser. Por isso, vale reconhecer que não é suficiente empenharmo-nos em testes, estatísticas e vacinas se não cairmos na consciência de que o novo normal deve traduzir-se numa nova humanidade.

A economia extractiva, o poder das tecnologias e a ética da responsabilidade

O paradigma capitalista aliena o ser humano e redu-lo a um simples recurso. E diante das grandes máquinas tecnológicas, o ser humano feito máquina e, na linha de Felix (2021), visto como sem história e sem memória, simplesmente é descartável. Os despedimentos em massa dos trabalhadores nas empresas são reflexo disso. Assim, se assistimos a recessão da economia e a paralisação de actividades de muitas empresas, sobretudo aquelas ligadas à mineração, como impactos negativos da Covid-19, isto pelo menos mostra-nos o seguinte: (i) o poder que o ser humano tem ao seu dispor é tão grande que é capaz de destruir a vida, o ser e o futuro; e isto exige dele grande responsabilidade, quer pela vida, quer pelo ser (incluindo o planeta), quer pelo futuro; (ii); as máquinas e todo o aparato tecnológico não podem substituir o ser humano pois este continua a ter o seu valor e dignidade; e (iii) esta constatação traz de volta um problema ético: a relação entre o ser humano e a máquina, e a afirmação da prioridade do ser humano sobre a máquina.

O *princípio responsabilidade* propõe-se como uma das saídas para esta situação. Neste sentido, agir com responsabilidade significa reconhecer que, tendo nós o poder de escolher entre o ser e o nada, e tendo nós o poder de destruir o ser, escolhemos e nos comprometemos com o ser. Sendo assim, a ontologia une-se à ética, pois envolve a *opção preferencial pelo ser*, sobretudo o ser vivo. A heurística do medo significa que, mesmo que não tenhamos dados científicos para comprovar, há consciência de que a actividade mineira, no futuro, poderá deixar a terra destruída, a água contaminada e as comunidades doentes. E isto, tendo em conta o *princípio da precaução*, deve influenciar o modo como a actividade mineira deve ser realizada hoje: pensar na saúde das comunidades, na sanidade da água, na continuidade dos seres vivos, na beleza da própria terra. Se fomos capazes de paralisar as actividades de extracção mineira por causa da Covid-19 ao ponto de pôr em crise a economia, é porque isso também pode ser feito em função das comunidades e dos seres mais frágeis.

A ecologia integral e o cuidado com a casa

O que é que a ecologia integral e o cuidado com a casa nos ensinam para agir com responsabilidade? Digamos primeiro que agir com responsabilidade, neste contexto, significa superar a dimensão publicitária do apelo “fique em casa”, e subir de nível de compreensão. Vale dizer também que, neste ponto, trata-se de olhar para o apelo “fique em casa” no contexto da ética do cuidado. Logo se subimos para este nível, tal apelo já não pode apenas ser assumido e considerado como um *slogan* publicitário, mas sim como um verdadeiro apelo ético, que interpela as nossas consciências e nos chama a uma nova espiritualidade e à acção.

É curioso notar que, até pela via etimológica, os termos *ética* e *ecologia* estão relacionados. De facto, *ética* vem do grego *êthos*, que significa costumes e morada; enquanto *ecologia* provém de duas palavras gregas (*oikos*, casa, e *lógos*, razão, discurso), e significa tratado da casa, também em conexão com economia (*oikos* e *nómos*, lei), a lei da casa, ou as normas de administração da casa. Portanto, por via etimológica, há uma compenetração entre a ética, a ecologia e a economia. E tal compenetração é possível porque todos esses termos trazem dentro de si a ideia de casa. A ética dá-nos o sentido de casa do ser, lá onde o ser mora e descansa. Seria, neste sentido, o carácter, a interioridade. A ecologia apenas dá-nos o sentido de tratado ou estudo da casa, das coisas que moram na casa, e da ligação entre elas, isto é, estudo das coisas no seu lar. E por fim economia diz

respeito às regras de administração dessa casa (Borges, 2010, Dezembro). Portanto, pela etimologia dessas palavras, percebemos que ficar em casa significa cuidar da nossa casa, administra-la com normas que funcionam. E isto exige ter em consideração os três níveis de compreensão do conceito *oikos*: como interioridade, como família (comunidade e sociedade) e como planeta.

É neste sentido que o apelo “fique em casa” exige organizar a casa por meio duma educação (e auto-educação) em que nós nos tornamos capazes de transformar a realidade, transformando-nos por dentro, uma transformação emancipatória. E esta transformação da realidade não é fruto duma vontade sem consciência, mas é fruto de uma indignação justa que nasce da certeza de que o ser deve existir, e o ser vivo deve continuar a evoluir. Este deve ser o rosto da educação ambiental.

O apelo “fique em casa” não é apenas um apelo ético, mas também tem uma dimensão ontológica e é uma questão de sobrevivência. Tem uma dimensão ontológica porque toca questões de razão da existência: o ser se justifica por si, pois é da sua própria natureza existir, e a necessidade da continuidade da sua existência urge e ecoa no consciente do ser humano. Tal apelo é também uma questão de sobrevivência porque o contrário significa aniquilamento da vida em si.

4. Conclusão

O quarto momento é o de *celebrar o “ficar em casa”*. Portanto, não se trata apenas de “ficar em casa” de forma passiva ou como simples cumprimento da norma dada pelo sector da saúde no combate à Covid-19, mas sim de celebrar esta realidade. E isto significa agir com consciência, escolher o que tem que ser feito, prevenir danos futuros e reeditar danos passados, enfim significa construir a casa. A chave desta celebração é a responsabilidade nos seus três níveis tidos como lugares onde eu devo sentir-me *em casa* de forma celebrativa, tal como foram apresentados neste artigo, no seguinte:

- a) Responsabilidade pelo humano que deve existir em mim (sou a minha obra): O primeiro lugar é dentro de mim, na minha pele, na minha interioridade. Neste sentido, ficar em casa como de celebração significa não cair na tentação da psicoadaptação negativa, ao ponto de relaxar todas as medidas de combate à Covid-19, mas sim cair na conta da necessidade de cuidar de mim, de construir-me, de tornar-me na minha própria obra, de tomar posse de mim e assumir a responsabilidade de deixar crescer tudo o que de humano existe em mim. E esta tarefa não pode realizar-se sem sacrifício, pois eu sou ao mesmo tempo a obra e o obreiro¹⁹.
- b) Responsabilidade pela casa (amizade familiar e social): O segundo lugar é na minha família, na minha comunidade e na sociedade em geral. Portanto, há uma gradação de círculos: do círculo mais restrito (laços familiares) até ao círculo mais amplo (compromisso social em geral). E neste sentido, cada um de nós é chamado a carregar sobre si a responsabilidade de construir relações fortes, amizade sincera, laços familiares maduros, instituições que funcionam, enfim, todos somos chamados a construir a civilização do amor e da paz (Paulo VI, 1970), a construir a fraternidade e a amizade social (Francisco, *Fratelli Tutti*, 2020). Em outras palavras, é o apelo à cidadania. O modelo da economia e as actividades de extracção mineira precisam de se subordinar aos critérios da responsabilidade pela casa social. O

¹⁹ Man cannot remake himself without suffering, for he is both the marble and the sculptor (Alexis Carrel).

princípio de co-responsabilidade inevitável de Cury ganha aqui a sua importância: saber que cada acto que realizo ou que deixo de realizar afecta os outros, a história e a humanidade (presente e futura).

- c) Responsabilidade pelo planeta (co-criadores com Deus): O terceiro lugar é no planeta, no ambiente, na casa comum. Tendo nós caído na conta de que as nossas acções e omissões afectam os outros, a história e a humanidade, tendo nós o poder de destruir ou construir pela tecnologia, somos chamados a desenvolver uma cultura de cuidado da casa comum e de cada um dos seus habitantes. É aqui que ganha importância o *princípio responsabilidade* de Hans Jonas: responsabilidade pelo ambiente e pelas gerações futuras. Isto significa dizer que cada acção ou omissão do ser humano, individual ou colectivamente, deve trazer em si, por um lado, a consciência dos impactos que tal pode causar e, por outro lado, o sentido de medo, de precaução e, por isso, de cuidado.

Precisamos de experimentar uma ética capaz de se desdobrar nestes todos níveis de casa. Desde o passado mais antigo até Hans Jonas, Papa Francisco e outros actuais, temos esses apelos de uma ética capaz de contar com o nível de abrangência da intervenção humana. A especificidade dos dias actuais é o modo global como as nossas acções interferem. Daí que digamos que se trata do relançar dessa ética, pois ela tem história e exige tomada de posição. A pandemia da Covid-19 apenas deu-lhe mais importância. Uma vez superada a pandemia, na linha de Valero (2022), será o momento de planificar todas reformas necessárias para evitar que se repita uma situação idêntica. E isso passa necessariamente por assumir aquela responsabilidade que deve transcender as exigências da pandemia e tornar-se o característico do tão almejado novo normal.

Referências bibliográficas

- Borges, A. (2010, Dezembro 11). Ética ecológica. In *Diário de Notícias*. Recuperado em <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-borges/etica-ecologica-1732312.html>
- Carmo, H. (2014). *Educação para a cidadania no séc. XXI*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Confederação das Associações Económicas (CTA) (s. a.). *Análise do impacto da covid-19 nas operações da cadeias de valor da indústria extractiva*. Recuperado em <https://cta.org.mz/wp-content/uploads/2020/06/ANALISE-DO-IMPACTO-DA-COVID-19-NA-INDUSTRIA-EXTRACTIVA-.pdf>.
- Cury, A. (2005). *O futuro da humanidade: a saga de um pensador* (4ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Sextante. Recuperado em <https://dokumen.tips/documents/augusto-cury-o-futuro-da-humanidade-pdf-rev.html>
- Dicas EI (s. a.). Psicoadaptação Excerto do texto *Setor de Pesquisa, Produção e Desenvolvimento de Conteúdos (PPDC)* do Grupo Educacional Augusto Cury. Recuperado em <https://escoladainteligencia.com.br/dicas-ei-a-psicoadaptacao/>
- Felix, A. B. (2021, maio). Desenvolvimento (pós-Covid): memória, discernimento, humanismo, ética, ciência e natureza. In *Revista Portuguesa de Cardiologia*, 40 (5), pp. 311-315. Recuperado em <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1576988722000024?token=A9C08A292EC6818EC1D9D64B81114379761244EEC2EEB12996F7A21ADD295368574B354199E33999A48BA4439F46F0D8&originRegion=eu-west-1&originCreation=20220712030136>

- Fernández-Labbé, J. (2020). El territorio como espacio contradictorio: promesas y conflictos en torno a la actividad extractiva en Ecuador, Colombia, Perú y Chile. In *Eure*, vol. 46, n. 137, pp. 225-246. Recuperado em <https://www.redalyc.org/jatsRepo/196/19660638012/html/index.html>
- Fernando, A. (2020, Junho 22). Covid-19: Mais de sete mil trabalhadores desempregados em Tete. *DW África*. Recuperado em <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-mais-de-sete-mil-trabalhadores-desempregados-em-tete/a-53898747>
- FRANCISCO, Papa (2015). *Laudato Si'*. Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum. Roma: Libreria Editrice Vaticana.
- FRANCISCO, Papa (2020). *Fratelli Tutti'*. Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. Roma: Libreria Editrice Vaticana.
- Henrique, E. S. (2020). *Pandemia, epidemia e endemia: significados e diferenças | Colunistas*. Recuperado em <https://www.sanarmed.com/epidemia-endemia-e-pandemia-seus-significados-e-suas-diferencas-colunistas>
- Ministério da Saúde, *Boletim diário n. 333*, atualização de 13 de fevereiro de 2021. Recuperado em file: <https://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios>
- Oliveira, J. R. de (2011). *A heurística do temor e o despertar da responsabilidade*. Entrevista com Márcia Junges, IHU On-Line. Recuperado em http://www.biodiversidadla.org/Documentos/A_heuristica_do_temor_e_o_despertar_da_responsabilidade
- Paulo VI, Papa (1970, Maio 17). *Regina coeli*. Angelus. Recuperado em http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/angelus/1970/documents/hf_p-vi_reg_19700517.html
- Serviço Provincial de Saúde de Tete (2021). *Boletim diário da Covid-19 n. 272*, atualização de 13 de Fevereiro de 2021.
- Resende, J. M. de (1998, Janeiro - Junho). Epidemia, endemia, pandemia. *Epidemiologia*. In *Revista de Patologia Tropical*, 27 (1), pp. 153-155. Recuperado em <https://www.revistas.ufg.br/iptsp/article/download/17199/10371/>
- Valero, F. P. (2022, Maio - Agosto). La gestión de la pandemia de COVID-19 en las residencias geriátricas de Cataluña. In *Vacunas*, 23 (2), pp. 77–88. Recuperado em <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1576988722000024?token=A9C08A292EC6818EC1D9D64B81114379761244EEC2EEB12996F7A21ADD295368574B354199E33999A48BA4439F46F0D8&originRegion=eu-west-1&originCreation=20220712030136>
- Zolet, L. A. da S. (2016, Janeiro - Abril). Jonas, Hans. O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. *Revista Jurídica Cesumar - Mestrado*, 16 (1), pp. 233-239. Recuperado em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/download/4623/2743/>.

Desafios do Ensino *Online* em Instituições de Ensino Superior em Tempos de Covid-19

Challenges of online teaching in higher education institutions in times of Covid-19

Raquel Filipa Conde Coimbra

rcoimbra@ucm.ac.mz

Dília Vaz Miguel

dmiguel@ucm.ac.mz

Resumo

A Covid-19 marcou uma grande mudança no processo de ensino e aprendizagem em todas as instituições de ensino superior (IES) em 2020, fazendo com que estas criassem estratégias de disseminação do conhecimento nesses tempos. As aulas online não constituíram tarefa fácil para os estudantes bem como os docentes, visto que os estudantes passaram a ter mais autonomia nos seus estudos apresentando maiores dificuldades, principalmente nas aulas de disciplinas práticas. Com este artigo procurou-se compreender os desafios do ensino *online* de aulas práticas por parte dos professores da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática – Pemba em tempos do Covid-19, assumindo um estudo qualitativo, de carácter exploratório, onde foram entrevistados docentes da Faculdade. E com os resultados permitiu concluir que os Docentes da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática conseguiram superar os desafios a partir de implementação de estratégias adequadas a cada turma.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior, Aulas Práticas, Covid-19.

Abstract

Covid-19 marked a major change in the teaching and learning process at all higher education institutions (HEIs) in 2020, making them create the implementation of knowledge knowledge. Online classes were not an easy task for students as well as teachers, since students started to have more autonomy in their studies, greater difficulties, especially in practical classes. This article seeks to understand the challenges of online teaching of practical classes by teachers at the Faculty of Tourism and Informatics Management - Pemba in Covid-19 times, assuming a qualitative, exploratory study, where they will be interviewed Faculty faculty, and with the results they must comply with that in view of the challenges encountered in practical classes, FGTI Professors managed to overcome these challenges by implementing the necessary objectives for each class.

Keywords: HEIs, Practical Class, Covid19.

1. Introdução

Em 2020 foi detectado o corona vírus denominado Covid-19 como uma pandemia mundial, abalando o mundo em todos os aspectos, desencadeando uma crise social, económica e cultural num curto prazo de tempo, visto que muitos países (principalmente os países com mais risco e casos) apresentaram resultados económicos e sociais negativos. Esta pandemia mostrou ter repercussões na Educação, devido ao decreto de Estado de Emergência. Muitos países viram-se obrigados a paralisar várias actividades em geral em específicas as actividades de instituições de ensino. Em resposta a essa situação as instituições de ensino superior optaram pelo ensino *online*, com vista a não perder o ano lectivo. Apesar do ensino *online* ter ganho tanta ênfase nesses tempos, muitos

professores têm mostrado dificuldades para leccionar usando as plataformas *online*, culminando com o fraco aproveitamento pedagógico por parte dos estudantes.

Para Neto (2012, p. 14) o Ensino à Distância (EaD) é uma modalidade avessa à improvisação, exigindo muito esforço por parte da Instituição, dos professores e dos demais envolvidos no planeamento das técnicas de ensino e no desenvolvimento dos materiais didáticos. Nesta perspectiva o Ministério da ciência e tecnologia, ensino superior e técnico profissional orientou que as Instituições do ensino superior (IES) usassem as plataformas digitais como forma de garantir o ensino e aprendizagem no momento da pandemia. Outrora, algumas IES já vinham usando plataformas digitais para o ensino *online*, como é o caso da Universidade Católica de Moçambique, leccionação dos módulos dos cursos de Mestrados a partir da plataforma *Moodle* em todas as suas Faculdades. Depois de decretado o Estado de Emergência pelo Presidente da República de Moçambique, a Faculdade de Gestão de Turismo e Informática (FGTI) na cidade de Pemba envidou esforços criando estratégias de ensino a distância para os seus estudantes para que os docentes continuassem a leccionar.

Nesse cenário, a presente pesquisa tem como objectivo compreender os desafios do ensino *online* das aulas práticas por parte dos professores da FGTI em tempos do Covid-19, e tem como foco identificar as plataformas *online* usadas pelos docentes; descrever principais desafios que os docentes tiveram no ensino *online* das aulas práticas; apresentar estratégias adoptadas pelos docentes face aos desafios encontrados no ensino *online*. Para alcançar o objectivo proposto, aprofunda-se em uma pesquisa qualitativa de carácter exploratório, optando-se por questionário aberto, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Está pesquisa poderá contribuir para implementação de novas estratégias de ensino *online* por parte das IES.

2. Fundamentação Teórica

Desenvolvimento Tecnológico

Desde o surgir das primeiras redes informáticas até à criação do correio electrónico em 1971, da WorldWide Web em 1991, dos *browsers* em 1993 e dos populares serviços *online* em 1995, a internet alterou a forma como milhares de pessoas passaram a lidar com as suas vidas pessoais e profissionais. Os sistemas e tecnologias de informação e de comunicação suportam hoje conceitos como ambientes distribuídos, trabalho cooperativo, teletrabalho, comércio electrónico, teleoperação, ambientes virtuais de prototipagem ou de manufactura, engenharia concorrente, etc., os quais podem estar mais ou menos relacionados com a implementação de novos modelos organizacionais (Cunha, 2008 p. 42). Contudo, Neto (2012, p. 33) referênciam que diferentes Públicos, diferentes épocas, diferentes áreas de conhecimento, diferentes necessidades e objectivos, recursos e tecnologias disponíveis, meios e linguagens utilizadas – essas e outras variáveis determinam, ou melhor, condicionam o processo de concepção, planeamento, produção, oferta e acompanhamento de cursos, disciplinam módulos, aulas e actividades realizadas a distância.

As tecnologias estão cada vez mais presentes em todas as dimensões do quotidiano nas actuais sociedades em rede. Mas, por outro lado, encontram-se níveis de literacia tecnológica e digital mais baixos e até dificuldades de domínio instrumental das tecnologias mais acentuadas do que seria de esperar num grupo profissional altamente qualificado- docentes do ensino superior (Henriques et al., 2017 cit. em Ribeiro e Barros, 2019 p. 15) Percebe-se que a sociedade de informação

actualmente é suportada pela tecnologia de informação e abrange várias áreas de trabalho bem como actividades a todos os níveis, apesar de ainda existir níveis baixos e dificuldades de uso da tecnologia.

Ensino online

O ensino *online*, vem se acomodando de forma progressiva em momentos em que se exige rigor e qualidade na educação e ensino e aprendizagem do ensino presencial. Nesta senda percebe-se que se deve criar novas possibilidades de ensinar e aprender e exigindo um novo perfil docente do aluno adequado a recentes realidades. Neto (2012, p. 41) refere que um temor bastante comum suscitado pela EaD se refere ao risco de se perder a qualidade da educação e do processo de ensino e aprendizagem de uma forma geral. Vale considerar, no entanto, que o ensino presencial tem oferecido dados alarmantes para diferentes tipos de pesquisa que visam investigar e avaliar a qualidade de ensino de nossas instituições.

Rosa (2016, p. 7) defende que numa época em que a aprendizagem e o conhecimento se configuram cada vez mais como realidades em permanente desenvolvimento, a Educação a Distância (EaD) acomoda-se num contexto educacional fortemente ancorado nas Tecnologias Digitais de informação e Comunicação (TDIC) que, progressivamente, integram os sistemas educacionais.

Monteiro e Silva (2008, p. 108) referenciam que, os impactos da Era Digital marca significativamente o processo de ensino na EaD, com seus diferentes reflexos de transformações para a aprendizagem *online*. Nesse contexto, os pressupostos do “novo paradigma” solicitam um planeamento adequado aos novos formatos de aprendizagem, modificando as estruturas do processo de ensino, apresentando novas possibilidades de ensinar e aprender e exigindo um novo perfil docente ou uma nova concepção de professor – colaborador, facilitador e mediador do conhecimento.

Instituições de Ensino Superior e as Tecnologias de informação

As instituições e os profissionais que actuam nesse campo têm conseguido atender algumas dessas expectativas. Certos anseios serão atendidos ao longo do tempo em que a modalidade amadurece e a sociedade aprende a fazer certas exigências das Instituições reguladoras e prestadoras desse tipo de serviço educacional. Outras expectativas, por sua vez, não poderão ser atendidas devido a sua inviabilidade nas condições e no contexto em que se inserem (Neto, 2012, p. 33).

Na óptica de Rosa (2016, p. 7), o desafio emergente que as IES têm a enfrentar é adaptar seus projectos de curso às características peculiares a EaD. Como consequência, aspectos epistemológicos, organizacionais, pedagógicos, metodológicos e tecnológicos, já estabelecidos requerem atenção e, se necessário, se submeterem a readaptações na perspectiva de manter uma oferta de cursos com qualidade, uma vez que o resultado incidirá na formação das pessoas envolvidas e poderá interferir no sistema educacional, tanto no presencial quanto na distância.

Salimo e Gouveia (2017, p. 47), apontam em seus estudos que a maior parte das IES Moçambicanas depende de políticas de ajuda e colaborações internacionais, estas situações com certeza útil porque permitem até hoje colmatar graves lacunas na oferta formativa e nas actividades de pesquisa das IES, isto faz com que a implementação das TICs seja de forma espontânea e isolada de estruturas e experiências informáticas, de meios tecnológicos, conexões *internet*, *software* para a didáctica que

muitas vezes não vão de encontro com as necessidades reais/actuais ou do contexto das IES. De facto, para um real aproveitamento dos benefícios das TICs é imprescindível que as Novas Tecnologias sejam adequadamente situadas e integradas no conjunto da organização e das funções da IES: didáctica e pesquisa; pois a inovação não acontece automaticamente com a introdução das tecnologias, mas sim da sua inteligente inserção no projecto da Instituição no seu conjunto com a participação de todos os actores internos e externos (instituições, docentes, alunos, funcionários, sectores produtivos) que devem estar conscientes das vantagens recíprocas que derivam da utilização das TICs.

As Universidades Moçambicanas fornecem plataformas de apoio aos estudantes e de leccionação para permitir maior interacção com os docentes e maior disseminação do conhecimento, mais muitos destes apresentam dificuldades para usar estas plataformas, pois o uso delas não é constante, e é usado mais pelos estudantes de Mestrado e de Doutoramento em relação aos estudantes de licenciatura que constituem o maior número.

3. Metodologia

Para melhor compreensão do estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, tendo em vista o carácter exploratório. O estudo foi constituído por onze (11) participantes docentes da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática (FGTI). A escolha foi intencional, pois a priori teve-se um conhecimento da população e o propósito de estudo. Para a análise e interpretação de dados usou-se a Pesquisa Bibliográfica e as Entrevistas por questionário aberto. Com base na Pesquisa Bibliográfica, seleccionou-se materiais já elaborados constituídos por livros, dissertações e artigos já publicados que abarcam sobre o mercado de imóveis e os determinantes dos preços.

O questionário foi feito *online* devido ao distanciamento social, medidas de prevenção impostas pelo Governo para o combate do coronavírus. As questões foram elaboradas com perguntas abertas, permitindo o entrevistado se expressar livremente contribuindo mais com a pesquisa.

4. Apresentação, análise e discussão de resultados

Categorias	Sub Categorias	Fonte
Categoria A – Identificar as plataformas <i>online</i> usadas pelos docentes.	Qual é a disciplina que lecciona? Quais foram as plataformas usadas para o ensino das aulas práticas? Qual foi a plataforma considerada eficaz?	Questionário Aberto aos Docentes da FGTI
Categoria B – descrever principais desafios que os professores tiveram no ensino <i>online</i> das aulas práticas.	Quais foram os principais desafios no ensino <i>online</i> das aulas práticas?	Questionário Aberto aos Docentes da FGTI
Categoria C – estratégias adoptadas por estes professores face aos desafios encontrados.	Face aos desafios, optou por alguma estratégia de ensino? Caso a resposta seja negativa comente! Face aos desafios, optou por alguma estratégia de ensino? Caso a resposta seja negativa comente!	Questionário Aberto aos Docentes da FGTI

	Quais foram essas estratégias? Foram eficazes as estratégias implementadas?	
--	--	--

Categoria A – Identificar as plataformas de ensino *online* usadas pelos professores.

Nesta categoria pretendeu-se identificar as plataformas de ensino *online* usadas pelos Docentes para a leccionação das aulas, bem como a plataforma considerada eficaz para as aulas.

Q1 -Quais foram as plataformas usadas para o ensino *online* das aulas práticas?

Relativamente a esta questão os docentes responderam que usam as seguintes plataformas: (...) plataforma *Zoom*, *Whatsapp* e *Email* (D1); (...) as plataformas usadas são *Flashback* e *Zoom Meeting* (D2); (...) *Moodle*, *Zoom Cloud*, *skype*, *Whatsapp* e *Email* (D7); (...) *Zoom Meeting*, *Moodle* da UCM, *Google team WhatsApp* (D8).

Notou-se que muitos docentes optaram pelas seguintes plataformas: Plataforma *Zoom Meeting*, *Whatsapp*, *Google Team* e Plataforma *Moodle* da UCM. Estas plataformas foram as quais a UCM pautou em seu Despacho, e nota-se o cumprimento por parte dos Docentes.

Conforme o Despacho n° 0043/2020/UCM/GR da Universidade Católica de Moçambique que estipula novas medidas no âmbito da prorrogação do Estado de Emergência, nos números 1 e 2 das Medidas Académicas delibera:

1. O registo da actividade lectiva, nesta modalidade extraordinária de ensino a distancia, deve ser feito mediante o uso da Plataforma Moodle UCM (para disponibilização de materiais didáticos e interação com o estudante, mormente no que concerne ao feedback do trabalho realizado) e, em caso de videoconferência, deve ser usada a Plataforma Microsoft Teams.
2. Para além destas plataformas oficiais, podem ser, ainda usadas outras, desde que garantam o registo de evidências, que devem posteriormente, ser anexadas, para efeitos de comprovação da efectividade dos Docentes e Estudantes.

O MCTESTP em seu comunicado de imprensa sobre o Ponto de Situação de operacionalização das Medidas de Prevenção a Pandemia do Novo Coronavírus (covid-19) nos subsistemas do Ensino Superior e Técnico Profissional, orientou às IES e ESTP a usarem plataformas digitais para viabilizarem o processo de ensino e aprendizagem (tendo recomendado plataformas que garantem o registo de evidências de forma a garantir que o ensino seja efectivo: contagem do tempo de duração das aulas e da presença do estudante, registo do material didático e dos exercícios, testes, avaliações, entre outras evidências auditáveis).

Q2 -Qual foi a plataforma considerada eficaz?

A partir das respostas dos docentes ficou evidente que as plataformas consideradas eficazes foram: *Zoom Meeting*; Plataforma *Moodle* da UCM e *Whatsapp*. Mas o *Whatsapp* foi a que mais teve mais aderência porque os estudantes conseguiram se familiarizar. Apesar das aulas *online* serem uma modalidade nova, para o nível de Licenciatura às exigências tecnológicas que a nova realidade exige, foram adoptadas pelos Docentes da FGTI, uso de diversas plataformas para alcançar o ambiente académico pretendido.

Nesta perspectiva, Ribeiro e Barros (2019) afirmam que o Desenvolvimento Tecnológico, bem como as exigências da sociedade e do mercado de trabalho impelem para a mudança dos ambientes de aprendizagem. Estas mudanças passam pela redefinição de papéis, formas de interação e promoção do trabalho colaborativo e da aprendizagem em rede.

Categoria B – Descrever principais desafios que os docentes tiveram no Ensino *Online* das aulas práticas.

Esta categoria pretendeu descrever os principais desafios que os Docentes tiveram no ensino *online* das aulas práticas.

Q1 - Quais foram os principais desafios no ensino *online* das aulas práticas?

Muitos dos Docentes apontaram vários desafios a ter em conta:

(...) pela natureza da cadeira pratica, exige a demonstração de cálculos em tabelas e Demonstrações de resultados um dos desafios foi o tempo necessário para tornar, mas claras as preocupações dos estudantes; explicar para os estudantes passo a passo a resolução dos exercícios devido a falta de aderência as aulas por parte da maioria dos estudantes; Demonstração prática e acompanhamento na resolução de fichas de exercícios (D1,D2, D5).

(...) fraca aderência e interacção dos estudantes (D3, D4, D6, D9); (...) o maior desafio foi consciencializar os estudantes o uso das plataformas para resolução de exercícios; fraco domínio do uso da plataforma por parte de estudantes; O feedback por parte dos estudantes; Adaptação da mudança da modalidade presencial para *online*, escolha de melhor plataforma para o uso, a qualidade da internet, e a resistência dos alunos para aderirem as aulas *online* (D7, D8, D10, D11).

As disciplinas que envolvem exercícios práticos são mais desafiadoras, visto que mesmo em aulas presenciais os docentes enfrentam desafios, ou seja, precisam sempre criar estratégias para que a disseminação do conhecimento chegue a todos os alunos de forma abrangente. Este desafio tornou-se ainda maior quando houve necessidade das aulas *online* devido a pandemia do Covid-19, visto que os docentes não têm esse contacto físico com os estudantes, torna-se mais difícil disseminar o conhecimento através das plataformas digitais. A partir das respostas é notório a dificuldade que os docentes tiveram para explicar as suas aulas práticas, tendo como maior inimigo o tempo, pois havia necessidade de explicar os exercícios passo a passo, contudo, estas dificuldades provocaram a falta de interesse dos estudantes pelas matérias leccionadas.

Na óptica de Ribeiro e Barros (2019, p. 12) enfrentar estes desafios exige o reforço de competências e conhecimentos científicos, pedagógicos – didáticos e tecnológicos, através de processos educativos destinados a melhorar e a desenvolver a qualidade profissional, recorrendo a modelos de formação que coadunem com as dinâmicas pedagógicas da Web social.

Categoria C – estratégias adoptadas por estes professores face aos desafios encontrados

Q1 - Face aos desafios, optou por alguma estratégia de ensino? Caso a resposta seja negativa comente!

Questionados aos docentes se estes optaram por alguma estratégia face aos desafios por estes encontrados. Todos os docentes foram unânimes ao responder que sim optaram por algumas estratégias individuais. Esta nova realidade permitiu novas mudanças ao ensino, visto que a

educação *online* ou a educação a distância ganhou mais ênfase nas IES. Muitos docentes precisaram ganhar mais conhecimentos tecnológicos e pedagógicos para sobreviver a nova realidade. Um ponto focal nos conhecimentos destes, é a questão de criação de estratégias por parte de cada docente para a leccionação eficaz da sua disciplina.

As IES e os profissionais que actuam nesse campo tem conseguido atender algumas dessas expectativas, porem, não todas. Certos anseios serão atendidos ao longo do tempo em que a modalidade amadurece e a sociedade aprende a fazer certas exigências das Instituições reguladoras e prestadoras do serviço educacional. Outras expectativas, por sua vez, não poderão ser atendidas devido a sua inviabilidade nas condições e no contexto em que se inserem (Neto, 2012, p. 33). Nesta perspectiva, o que realmente foi acontecendo, é que estes Docentes foram aprendendo mais com o tempo, a partir das dificuldades e exigências dos próprios estudantes, a expectativa da Universidade, bem como o acompanhamento por parte da Direcção da Unidade básica, estes foram amadurecendo as suas técnicas de ensino *online*.

Q2 - Quais foram essas estratégias?

Obviamente que tinha que associar linhas alternativas para o efeito. Dentre as várias destaca se a resolução prévia dos exercícios e entrega antecipada aos estudantes para uma análise prévia e de seguida a discussão conjunta. Por outro lado, em algumas vezes fazia ligação telefónica directa ao estudante que se revelasse menos atencioso para esclarecer melhor algumas zonas de penumbra (D1).

(...) a abertura de aulas extras para o esclarecimento de dúvidas (D2 e D9); (...) tentar dar as aulas no *whatsapp* em que cada estudante mandava fotos de correções dos exercícios, bem como dar mais atenção nas dúvidas dos estudantes; Gravar o vídeo da aula *online* e partilhar na plataforma *Moodle* e nos grupos do *whatsapp* da turma dos estudantes, mediante a um texto de apoio preparado com o docente e partilhado com antecedência aos estudantes; Depois das aula enviar as anotações feitas em blocos de nota, mas também abrir espaço para esclarecimentos no grupo do *whatsapp*; Enviar áudios explicativos. (D3, D4, D5, D6, D7, D11); (...) junto com os Estudantes procuramos melhores formas de ultrapassar, uma delas foi responsabilizar o estudante na elaboração de alguns exercícios e apresentar e os outros iam discutindo utilizando vídeos; Sensibilização dos alunos sobre o uso das plataformas, (D8, D10).

É obvio que um docente deve sempre criar estratégias face aos desafios que encontra nas suas aulas, e foram questionados aos docentes entrevistados as estratégias que estes optaram para fazer face aos desafios encontrados, e a partir das respostas evidencia-se a questão de dar mais atenção aos estudantes, mas também deixar eles mais autónomos, pois estes docentes optaram por entregar exercícios com antecedência e gravações de vídeos, permitindo assim o estudante fazer pesquisas e tirar melhor as suas dúvidas. A educação a distância é assim caracterizada pelo relativo grau de autonomia que concede ao aluno no processo de aprendizagem, tornando o responsável pela aquisição do conhecimento. Abordagens desse tipo, portanto, tendem a destacar o papel desempenhado pelos alunos (Neto, 2012 p. 14). Concordando com Neto, a ideia das aulas *online* proporciona maior autonomia dos estudantes, visto que estes com auxílio dos seus docentes vão adquirindo maior conhecimento, o docente actua como um facilitador.

Bullen & Janes (2007 p. 104) defendem que embora seja difícil mudar a mentalidade dos académicos para adoptarem estratégias de ensino sólidas para *e-learning* é certamente possível, desde que

recebam os recursos e o apoio para ver as possibilidades e uma nova visão dos benefícios para seus alunos. Os professores de e-learning precisam receber as habilidades para permanecer no controle de suas salas de aula. Essas habilidades incluem a capacidade de planejar e gerir experiências educacionais de qualidade que são como centros de alunos e interactivas para seus alunos nos aspectos *online* de suas salas de aula, assim como no ambiente presencial. Eles incluem a capacidade de saber quando e como instruir outros especialistas a construir os recursos que desejam usar como professores em um ambiente com suporte tecnológico. E incluem a confiança de ser um orientador no ambiente virtual, para que seus alunos atinjam os objetivos planejados.

Q3 - Foram eficazes as estratégias implementadas? Comente!

A maioria dos Docentes responderam que as estratégias implementadas foram eficazes, excepto um que considera que as estratégias por ele implementadas não foram eficazes, como podemos ver: (...) foram sim, naturalmente deu para esclarecer melhor as duvidas para os estudantes menos concentrados e por essa via alcançar os objectivos preconizados nessa cadeira (D1, D9); (...) permitiu interação mais intensiva para com quem manifestou inquietação; as duvidas apresentadas mostram de alguma forma que a mensagem tem chegado, pese embora o feedback chegue tardio (D2, D3, D4, D6).

(...) considero que sim, pois não registei nenhuma reclamação por parte dos estudantes relacionada a este método; os alunos mostraram assimilar a matéria e foram capazes de usar a plataforma para resolver fichas de exercícios deixadas com alguma antecedência (D8, D10).

(...) Não, os estudantes não se deram tempo para aproximar ao docente e expor as suas dificuldades. Todos os canais estão abertos, mas os mesmos não usam (D11).

É de louvar que os esforços dos Docentes tenham tido resultados positivos, olhando para as respostas, os Docentes verificaram melhorias na percepção dos estudantes a interacção com os mesmos, excepto um dos Docentes entrevistados que apontou a falta de interesse dos próprios estudantes apesar de este ter demonstrado abertura para qualquer esclarecimento de dúvidas, o que nos põe a pensar o que realmente tenha fechado.

5. Conclusões

Ficou evidente que os docentes da FGTI, usaram diversas plataformas digitais das quais a UCM indicou como ferramentas para dar continuidade o ensino e aprendizagem bem como o combate da propagação da Covid-19. Os docentes usaram as Plataformas digitais como o *Zoom Meeting*, *Whatsapp*, *Google Team* e Plataforma *Moodle* da UCM.

Entendeu-se a plataforma *Zoom* como a mais eficaz para a leccionação de aulas práticas, dando seguimento ao *whatsapp* e em seguida a plataforma *Moodle* da UCM. O possível motivo do uso da plataforma *Zoom* foi devido o facto de que esta plataforma digital permite uma interacção entre o docente e estudante em tempo real, bem como a partilha de slides em tempo real. No que concerne ao *Whatsapp*, esta plataforma digital permite uma comunicação rápida, esclarecimentos de dúvidas e um contacto rápido entre os docentes e estudantes. Quanto a plataforma *Moodle* da UCM por se tratar de uma plataforma da Universidade, houve obrigatoriedade do uso, pois esta plataforma permite maiores evidências bem como registos das actividades e organizações das aulas *online*.

O principal desafio que os docentes tiveram foi o uso das plataformas digitais na explicação dos exercícios passo a passo. Pois, os docentes tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino *online* para dar resposta a situação emergencial. Percebe-se que os docentes estavam habituados ao ensino convencional, contacto físico, tinham de forma presencial os alunos, o quadro e o marcador para explicar melhor os exercícios, e agora precisaram usar mais as ferramentas tecnológicas para transmissão de conhecimentos.

No que refere as estratégias implementadas por estes docentes face aos desafios conclui-se que todas estas estratégias foram realmente eficazes pois o resultado foi positivo, estes conseguiram adoptar estas estratégias e assim concluir os seus planos de aulas. Um dos factores importantes aqui notados, é que os docentes foram analisando as necessidades de cada turma, as dificuldades e assim traçaram estratégias adequadas de acordo com o contexto de cada turma, estes preocuparam-se mais com os seus estudantes, um dos principais motivos que levou ao sucesso destas estratégias.

O estudo conclui que apesar de inúmeros desafios enfrentados pelos docentes que leccionam as aulas práticas, estes conseguiram fazer face aos desafios enfrentados a partir de estratégias inovadoras e motivacionais para os estudantes, permitindo assim zelar pela qualidade de Ensino da Faculdade de Gestão de Turismo e Informática.

Referências Bibliográficas

Bullen, M. & Janes, D. P. (2007). *Making the Transition to e-learning: Strategies and Issues*. Idea Group Inc, United States of America.

Cunha, M. M. C (2008). Infra-estruturas de suporte ao comércio electrónico entre empresas: mercados electrónicos. *Tékhné - Revista de estudos politécnicos*, Vol V, nº 8. Portugal.

Despacho nº 0043/2020/UCM/GR da Universidade Católica de Moçambique que estipula novas medidas no âmbito da prorrogação do Estado de Emergência.

Monteiro, M. M. (2018). Ensino-aprendizagem na era digital: novas formas de pensar a educação a distância. *Revista Ensaios Pedagógicos*, v.8, n.2, ISSN – 2175-1773 Curso de Pedagogia UniOpet.

Neto, A. S. (2012). *Cenários e Modalidades da EaD*. Edição Revisada. Curitiba. Brasil

Rosa, S. S. (2016). *Modelos Pedagógicos de EaD: Influências das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação*. Pacp. Editorial. Brasil.

Salimo, G, I, e Gouveia, L. B. (2017). *Contributos para o Ensino Superior em Moçambique: Os Desafios na Era Digital*. 8º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia / V Congresso de Engenharia de Moçambique Maputo, 4-8 Setembro 2017; Ed: J.F. Silva Gomes et al.; Publ: INEGI/FEUP.

Ensino híbrido no ensino superior em tempo da pandemia covid-19

Blended learning in higher education during the covid-19 pandemic

Simone Mura

UCM - Faculdade de Economia e Gestão

Email: simone.mura@gmail.com

Heitor Simão Mafanela Simão

UCM - Instituto de Educação à Distância

Email: hsmsimao@ucm.ac.mz

Resumo

A presente pesquisa decorreu no primeiro semestre do ano 2021 e fez-se a análise duma experiência do ensino híbrido desenvolvida em tempo de pandemia covid-19 em duas turmas do 3.º ano do curso de Licenciatura em Informática da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica de Moçambique. Teve como pergunta de partida: quais as potencialidades e desafios emergentes do modelo híbrido no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior? Nesse sentido, o objectivo desta pesquisa foi reflectir sobre as potencialidades e desafios do ensino híbrido num modelo de sala de aula invertida. A pesquisa assumiu uma metodologia mista e baseou-se no estudo de caso. Os dados são provenientes de um questionário *online* e análise das actividades dos estudantes. A análise de dados foi feita através da análise de conteúdo e a estatística descritiva. Os resultados alcançados demonstram que a utilização coordenada da plataforma de videoconferência *Zoom*, o AVA MOODLE e de outros aplicativos e ferramentas *web 2.0* utilizadas na sala de aula presencial foram relevantes para a aprendizagem dos estudantes por incentivar a colaboração e a interacção. Concluiu-se que o ensino híbrido se mostra viável para o contexto da UCM, apesar de alguns desafios a serem ultrapassados.

Palavras-chaves: ensino híbrido, sala de aula invertida, tecnologia na sala de aula

Abstract

This research analyzes a blended learning experience developed during the covid-19 pandemic in two of the 3rd year of Computer Science classes at the Faculty of Economics and Management of the Mozambique Catholic University in Beira. The study took place in the first semester of 2021 and answered the question: what are the potentials and challenges emerging from the blended model in the teaching and learning process in Higher Education? In this sense, the aim of this research is to reflect on the potential and challenges of blended learning in a flipped classroom model. A blended methodology, based on the case study was used to collect and generate data through online questionnaire and analysis of student activities. Data was analysed through content analysis and descriptive statistics. The key findings demonstrated that the coordinated use of the Zoom videoconferencing platform, the AVA MOODLE and other web 2.0 applications and tools used in the classroom were relevant to student learning. They encouraged collaboration and interaction. The study concluded that blended learning is viable for the UCM context, despite some challenges to be overcome.

Keywords: blended learning, flipped classroom, classroom technology

1. Introdução

O cenário gerado pela eclosão da pandemia do coronavírus no ano 2020 obrigou o governo moçambicano a adoptar algumas medidas excepcionais, abrangendo inevitavelmente o sector da educação. As mudanças foram drásticas para o sistema de ensino superior. As aulas presenciais

foram interrompidas no dia 30 Março (Governo de Moçambique, 2020b). E foram reabertas, faseadamente, a partir de Agosto do mesmo ano (Governo de Moçambique, 2020a).

No ano 2021, em consequência da evolução da situação epidemiológica no País, as medidas de restrições foram actualizadas e o retorno às aulas presenciais foi autorizado no dia 5 de Março (Governo de Moçambique, 2021).

No início do novo ano académico 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, defendeu que a partir das experiências adquiridas no ano anterior, as Instituições de Ensino Superior (IES) deveriam apontar no ensino híbrido como uma oportunidade para desenvolver ensino de qualidade. Neste contexto a Universidade Católica de Moçambique (UCM) iniciou um processo de implementação do ensino híbrido nas suas faculdades. Primeiramente orientou a actualização da respectiva missão, visão, objectivos, valores e linhas de investigação para melhor enquadrar o modelo pedagógico híbrido (Universidade Católica de Moçambique, 2021a). Outras medidas foram a introdução da obrigatoriedade do uso da plataforma *MOODLE* como parte integrante das actividades lectivas presenciais e a introdução da plataforma *ZOOM* para reduzir a carga horária das aulas presenciais (UCM, 2021b).

O artigo explora os impactos do uso da metodologia do ensino híbrido por meio da análise de uma experiência em sala de aula na disciplina de Administração de Banco de Dados do curso de Licenciatura em Tecnologia da Faculdade de Economia e Gestão da UCM. Teve como pergunta de partida: quais as potencialidades e desafios emergentes do modelo híbrido no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior em tempo de pandemia?

Com o estudo, acredita-se poder contribuir para a discussão sobre as potencialidades e desafios do ensino híbrido, por adicionar uma perspectiva para o seu uso no processo de ensino e aprendizagem, em particular para o ensino superior.

2. Fundamentação teórica

2.1. *Blended learning* ou ensino híbrido

Vários pesquisadores apresentam muitas definições e conceitualizações sobre *blended learning* ou ensino híbrido na tradução para o português mais adoptada (Bacich, Neto & Trevisani, 2015).

O que é o ensino híbrido? Bates (2001) apresenta o ensino híbrido como um dos diferentes modelos de implementação do *e-learning*, que se caracteriza pela redução do contacto *face-to-face* (F2F) com o docente e um aumento das actividades *online*. Na visão de Christensen, Horn e Staker (2013), o ensino híbrido oferece “o melhor de dois mundo” (p.3) combinando as vantagens da educação *online* e os benefícios da sala de aula presencial.

Bacich et al. (2015) acrescentam que o objectivo do ensino híbrido não é tanto o aprender a utilizar a tecnologia, mas melhorar a aprendizagem do estudante por meio da mediação das ferramentas tecnológicas que permitem o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas.

De acordo com os autores acima citados, Fernandes (2015) afirma que o ensino híbrido do ponto de vista operacional deve pressupor:

Um desenho explícito de um percurso de aprendizagem formal ancorado na flexibilidade espaço-temporal promovida pela componente online e na inclusão de uma componente

presencial em formato de aula tradicional ou de sessão de socialização. As componentes enunciadas (online e presencial) são passíveis de variação percentual (p.272).

Nesta modalidade é fácil acomodar a flexibilidade de tempo e espaço de aprendizagem, no Quadro 1, onde se apresenta um exemplo de estruturação de um curso em ensino híbrido proposto por Peres (2018) .

Quadro 1: Exemplo de Estruturação de um curso no ensino híbrido

<ul style="list-style-type: none">• Em sala de aula:
<ul style="list-style-type: none">• 15% exposição/demonstração/motivação presencial pelo professor;• 85% actividades de acompanhamento presencial (actividades individuais ou em grupo desenvolvidas <i>online</i> e em rede) + actividades de avaliação.
<ul style="list-style-type: none">• Fora da sala de aula:
<ul style="list-style-type: none">• 30% aulas expositivas/demonstrativas <i>online</i> (web aulas) + material <i>online</i> (vídeos, documentos, <i>sites</i>);• 70% actividades;• Os estudantes estudam os conteúdos e desenvolvem os trabalhos e actividades propostas (individuais ou em grupo);• O docente prepara cada aula, desenvolve/adapta os conteúdos e actividades adequados aos ambientes de <i>e/b-learning</i> e avalia as actividades, os trabalhos e exames;• O professor oferece tutorias síncronas e/ou assíncronas.

Fonte: Peres (2018, p. 310)

Observando o Quadro 1 pode-se notar que no ensino híbrido o docente reduz significativamente o período expositivo do conteúdo, porém aumenta a capacidade de personalização dos percursos de aprendizagem, pela possibilidade do docente criar *online* actividades e conteúdos (Peres, 2018).

De igual modo o aumento das actividades individuais e de grupos dentro e fora da sala de aula, requerem uma maior autonomia da parte dos estudantes (Peres, 2018). Este aspecto merece uma particular atenção da parte das IES, enquanto os estudantes precisam de um processo de formação para aprender a autogerir-se, adquirir competências sociais de colaboração, comunicação, partilha do conhecimento e no fim melhorar as habilidades nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (Mason, 2006).

Segundo Clayton e Horn (2012), a implementação do ensino híbrido é possível a partir de modelos que possibilitem arranjos de combinação de ensino *on-line* e presencial, podendo escolher entre uma visão sustentada: a sala de aula invertida (*flipped classroom*), a rotação por estações, o laboratório rotacional; ou numa visão disruptiva: a rotação individual, *flex*, La Carte e virtual enriquecido. Para os dois autores acima citados, os modelos sustentados mantêm a estrutura da sala de aula actual, procurando melhorias, mas não uma ruptura com o modelo anterior.

A Figura 4 destaca os modelos de ensino que seguem o padrão de uma inovação de ensino híbrido.

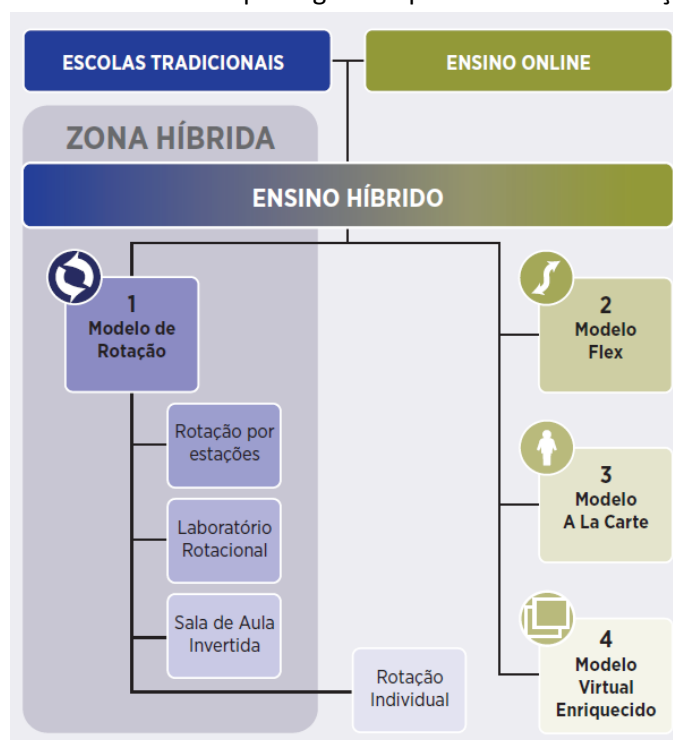


Figura 4: Modelos de ensino híbridos

Fonte: Christensen et al. (2013, p. 28)

Na selecção do modelo de ensino híbrido mais adequado, Christensen et al. (2013) aconselham as IES a seleccionar um dos modelos apresentados, anteriormente, e a partir deles personalizar segundo o próprio modelo pedagógico. Nesse sentido, segundo Bergmann e Sams (2016) o modelo de sala de aula invertida é preferível no cenário do ensino superior para se iniciar no ensino híbrido, enquanto não transforma os atributos tradicionais da sala de aula e depende principalmente de um bom planeamento dos docentes.

Porém, além da “criatividade” do docente, segundo Mura (2020), a implementação do ensino híbrido deve considerar diferentes dimensões, entre as quais a económica, tecnológica, organizacional, pedagógica, e as necessidades específicas de integração relacionadas a natureza da instituição. Para o autor as IES devem criar uma clara estratégia e considerar as várias dimensões, enquanto a introdução de ensino híbrido não é um “self-runner” que se desenvolve sozinho, mas requer um processo de mudança em toda a instituição.

2.2. Flipped classroom ou Sala de aula invertida

Segundo Lopes, Gouveia e Reis (2016) a sala de aula invertida caracteriza-se, principalmente pelo facto do docente fornecer, antecipadamente aos estudantes o conteúdo da matéria, que será posteriormente debatida, na sala de aula. Para os autores a sala de aula torna-se um ambiente, além de debater os conteúdos, para resoluções de exercícios, elaboração de projectos, actividades práticas e de validação da aprendizagem.

Nesse sentido, Bacich e Moran (2015) afirmam que várias pesquisas indicam que:

Os alunos desenvolvem habilidades de pensamento crítico e têm uma melhor compreensão conceitual sobre uma ideia quando exploram um domínio primeiro e, a partir disso, têm contato com uma forma clássica de instrução, como uma palestra, um vídeo ou a leitura de um texto (p.2).

Na visão de Bergmann e Sams (2016) o modelo de sala de aula invertida contempla três momentos: pré-aula (*e-learning*), aula (encontro presencial) e pós-aula (*e-learning*).

O primeiro momento de pré-aula decorre *online* num Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como *MOODLE*, onde o estudante acede ao conteúdo e às várias actividades com o seu próprio ritmo e com a devida antecedência em relação ao encontro presencial.

No segundo momento, o estudante se apresenta para a aula presencial e como mostrado anteriormente no Quadro 1, no ensino híbrido muda a utilização do tempo na sala de aula. No Quadro 2 apresenta-se uma comparação entre a sala tradicional e a invertida apresentada por Bergmann e Sams (2016).

Quadro 2: Tempo de aula tradicional versus a sala de aula invertida

Sala de aula tradicional		Sala de aula invertida	
Actividade	Tempo	Actividade	Tempo
Actividade de aquecimento	5 Minutos	Actividade de aquecimento	5 minutos
Repasse do dever de casa da noite anterior	20 minutos	Perguntas e resposta sobre o conteúdo digital (vídeo p.e)	10 minutos
Preleção de novo conteúdo	30-45 minutos	Prática orientada e independente e/ou actividade de laboratório	75 minutos
Prática orientada e independente e/ou actividade de laboratório	20-25 minutos		

Fonte: Bergmann e Sams (2016, p. 35).

Observando o Quadro 2, nota-se que as principais diferenças entre as duas salas é a falta de exposição de novo conteúdo e um aumento da prática independente (ou laboratório) na sala de aula invertida em relação à sala de aula tradicional. Na sala de aula invertida a falta de período expositivo do conteúdo durante o período presencial deve-se ao facto, que este já foi realizado pelo estudante em modalidade *online* no AVA, no momento de pré-aula.

Segundo Bergmann e Sams (2016), na sala de aula invertida, depois de um momento de esclarecimento das dúvidas, as actividades concentram-se em actividade de tipo cognitivo: aplicar, analisar, avaliar, criar, contando com o apoio dos pares e professores.

Por fim, no terceiro momento os estudantes voltam no AVA onde podem rever e aprofundar o conteúdo por meio de tarefas mais complexas.

2.3. Implementação do Ensino Híbrido na disciplina de Administração de Base de dados

A disciplina decorreu no 3º ano no Curso de Licenciatura em Tecnologia de informação, entre os meses de Março e Maio de 2021, em duas turmas de 17 e 20 estudantes, respectivamente, no período de actividade na plataforma de videoconferência *Zoom*²⁰ formavam uma única turma de 37 estudantes. A introdução de *Zoom* teve como objectivo reduzir as horas de aulas presenciais em 50% (Universidade Católica de Moçambique, 2021b).

Com a introdução do *Zoom*, mudou-se o clássico modelo de sala invertida “bipolar”, sala presencial-AVA, sendo um terceiro elemento. Na Figura 5 apresenta-se o modelo de sala invertida implementado durante o decorrer da disciplina de Administração de Base de dados.

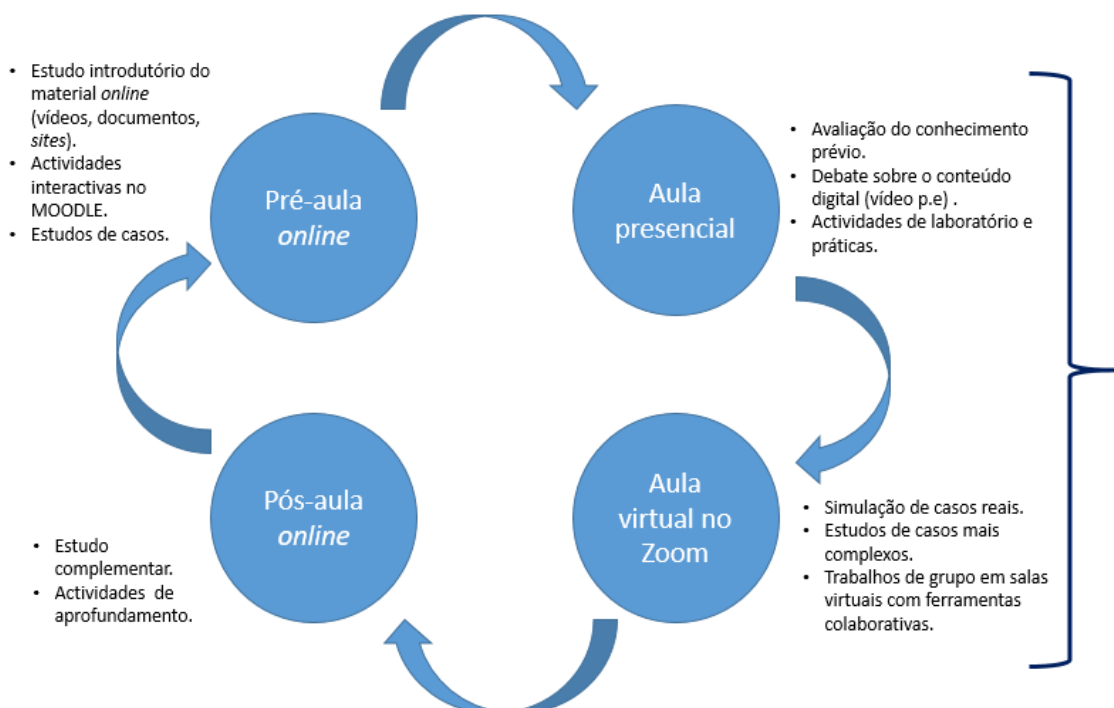


Figura 5: Modelo de sala invertida implementado na disciplina

Fonte: adaptado pelos autores a partir do modelo de sala de aula invertida de Bergmann e Sams (2016)

No modelo acima apresentado estão presentes os momentos indispensáveis para uma aprendizagem profunda e significativa, nomeadamente: contacto inicial com conteúdo novo, apreensão e validação do conhecimento adquirido, actividades práticas e colaborativas e por fim consolidação e interiorização (Clayton & Horn, 2012; Peres, 2018).

O uso da plataforma *ZOOM* permitiu uma experiência de sala de aula diferente. Por exemplo: os trabalhos de grupos puderam decorrer em diferentes salas virtuais, com momentos dificilmente realizáveis no contexto presencial. Durante as salas de aula virtuais os estudantes separaram-se em grupos, tendo momentos colaborativos, onde executaram actividades, que apresentaram depois na sala única virtual. Em cada sala de aula virtual, além de debates orais, os estudantes puderam partilhar por turno o ecrã e trabalhar juntos com ferramentas colaborativas *web 2.0* como *Google Sheets*²¹, *Google Slides*²² ou *Padlet*²³.

²⁰ <https://zoom.us/pt-pt/education.html> (verificado em 03/07/2021)

²¹ <https://www.google.com/sheets/about/> (verificado em 03/07/2021)

Por exemplo, para o conteúdo “*MS SQL SERVER*” os estudantes encontraram, inicialmente no *MOODLE* livros e vídeo de apresentação deste sistema de gestão de base de dados. A seguir, na sala de aula presencial, depois do primeiro momento de avaliação do conhecimento com a ferramenta *web 2.0 Kahoot*²⁴, foram debatidas as principais características do *MS SQL SERVER* e foram criados grupos para aprofundá-las.

As apresentações dos trabalhos dos grupos foram feitas no *Zoom*, onde cada participante teve uma sala virtual para apresentar individualmente. Isso obrigou cada participante a ter um conhecimento completo de todo o trabalho para poder apresentar e responder às dúvidas dos colegas.

Posteriormente, os trabalhos foram publicados no *MOODLE*, juntamente com os questionários que cada grupo tinha criado para os outros colegas da turma com o objectivo de avaliar o conhecimento adquirido. Salientar que uma das provas avaliativas da disciplina se baseou nos questionários produzidos pelos grupos.

Por fim, na plataforma *MOODLE* foram disponibilizados formulários para os estudantes, que puderam avaliar e comentar os trabalhos dos colegas. Os resultados foram depois partilhados com os participantes de cada grupo. As avaliações de pares tiveram um peso de 40% na avaliação final do trabalho.

3. Metodologia

O estudo foi desenvolvido na Faculdade de Economia e Gestão (FEG) da UCM e procurou-se perceber como os estudantes avaliam o uso da metodologia do ensino híbrido na disciplina e o impacto sobre a aprendizagem. Ele sustenta-se no paradigma misto com enfoque interpretativo, em que se recorreu à abordagem qualitativa para a percepção de processos e significados, permitindo a interpretação do fenómeno em seu contexto real (Creswell, 2012).

Para melhor compreensão das potencialidades e desafios do ensino híbrido optou-se por realizar um estudo de caso, que segundo Yin (2001) “é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (p.32). A pesquisa configura-se num estudo de caso único e descritivo (Meirinhos & Osório, 2010).

A colecta de dados foi feita por meio de um inquérito por questionário *online*, constituído maioritariamente por perguntas estruturadas (escala *likert*) e em menor escala por perguntas abertas. As questões buscavam aferir, na opinião dos estudantes, a relação entre a metodologia de ensino híbrido e as metas curriculares; as estratégias pedagógicas adoptadas e o alcance dos objectivos de aprendizagem, as limitações e as potencialidades da metodologia usada.

A outra fonte de informação foram as observações no terreno, que consistiram nas actividades realizadas pelos estudantes e pelo professor, tanto no *MOODLE* como na sala de aula presencial e na plataforma de videoconferência *ZOOM*, sendo estes alicerçados, no modelo de sala de aula invertida

²² <https://www.google.com/slides/about/> (verificado em 03/07/2021)

²³ <https://padlet.com/> (verificado em 03/07/2021)

²⁴ <https://kahoot.com/> (verificado em 03/07/2021)

(Bergmann & Sams, 2016), que contempla três momentos: pré-aula (*e-learning*), aula (encontro presencial) e pós-aula (*e-learning*).

A recolha de dados decorreu no mês de junho de 2021, depois da validação por alguns colegas da área. O critério de selecção da amostragem foi ser estudante de uma das duas turmas do 3º ano do Curso de Licenciatura em Tecnologia de informação, não havendo exclusões, pelo que o questionário foi enviado aos 37 estudantes. Foram obtidas 32 respostas (86% dos estudantes), sendo 30 (93,8%) do género masculino e 2 (6,2%) do género feminino. Os estudantes foram codificados de E1 a E32 no inquérito *online* por este ser anónimo, sendo E1 – Estudante 1.

Para a validação dos dados fez-se a triangulação, visando conciliar a informação fornecida pelas diferentes fontes.

4. Resultados e Discussão

4.1. Limitações e potencialidade da tecnologia utilizada

No modelo de ensino híbrido implementado, a tecnologia teve um papel fundamental. E, por isso pretendeu-se com esta primeira dimensão analisar a infraestrutura tecnológica (equipamento e conectividade) utilizadas no decorrer da disciplina.

Acerca do equipamento 93,8% dos estudantes alegaram ter utilizado o computador pessoal; 53,1% o *smartphone* e apenas 21,9 % os computadores da sala de informática. Este último dado é ainda mais significativo considerando que as aulas presenciais decorrem na sala de informática.

Outro ponto interessante diz respeito aos desafios tecnológicos. Nesse sentido 93,8% dos estudantes responderam, que utilizaram a conexão *internet* pessoal; enquanto, por exemplo, na vivência de E31 “o *Wi-Fi* em alta velocidade não é disponibilizada nem pela faculdade [...] acho que se a faculdade ajudasse seria de grande valia”.

Similarmente E4 menciona que “os grandes desafios são a internet e a falta de equipamentos para os estudantes para o acesso a tal ensino online”.

A reduzida qualidade da conexão *internet* na instituição, por um lado obrigou os estudantes a utilizar o equipamento pessoal e por outro lado, reduziu o uso do laboratório de informática. Isso convida uma reflexão às instituições porque, como confirmam Venezky e Mulkeen (2002), o equipamento e a conectividade são pré-requisitos fundamentais para o sucesso da adopção das TIC. As dificuldades de conexão originam quebras na comunicação. Assim, E17 afirma que “muitas vezes devido a problemas de conectividade a *internet* não pude acompanhar as aulas inteiras”. Está claro que essas falhas desmotivam a participação regular dos estudantes e compreensão do conteúdo em debate de forma síncrona.

Além do equipamento e conectividade, segundo Mason (2006), outros requisitos são as habilidades nas TIC dos estudantes e nesse sentido, quando interpelados, 53,1 % respondeu que tem um nível de competência digital avançado e o restante 46,1% médio. Pois, 53,1% dos estudantes avaliou a facilidade na aprendizagem e utilização das tecnologias seleccionadas como escala 5; 34,4% como escala 4; e apenas 12,5% como escala 3.

Nesse sentido, 87,5% dos estudantes afirmou ter conseguido utilizar as tecnologias seleccionadas para a realização das actividades curriculares da disciplina, como apresentado no Gráfico 1.

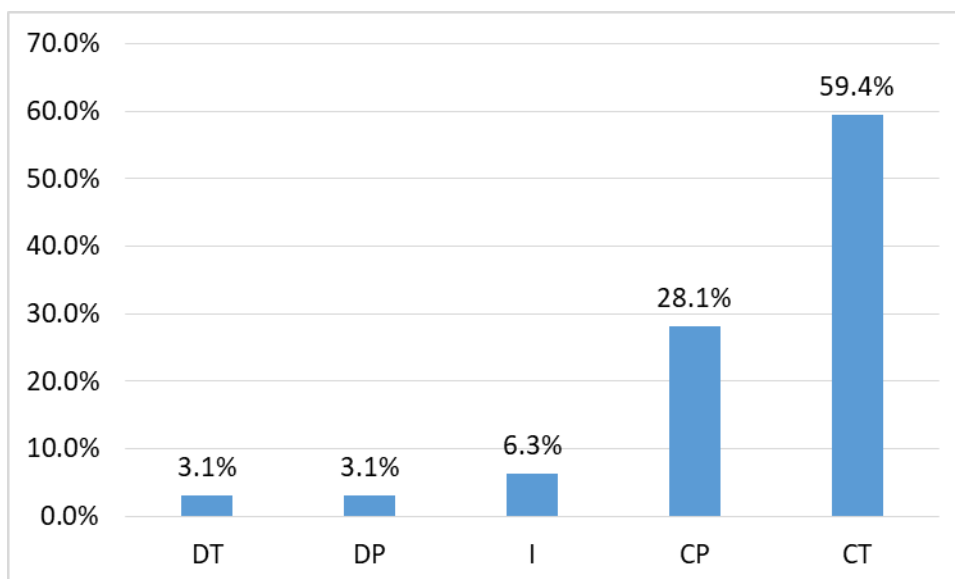


Gráfico 1: Utilização das tecnologias seleccionadas para a realização das actividades curriculares²⁵.

A análise acima apresentada é confirmada pelos seguintes comentários dos estudantes:

- E19 “com o uso dessas tecnologias ficou mais fácil reter o conteúdo e objectivo do tema”.
- E21 “as tecnologias ajudaram nos estudos e facilitaram a colaboração tanto com os colegas e com Docente, com a disponibilidade dos conteúdos”.
-

Moodle

No modelo de sala de aula invertida os momentos de pré-aula e pós-aula decorreram num AVA. Na UCM o sistema AVA utilizado é *MOODLE*. Com esta dimensão pretendeu-se analisar o impacto e os desafios da plataforma *MOODLE* no PEA.

Com a primeira pergunta visou-se perceber qual era o nível de relevância das actividades desenvolvidas no *MOODLE* pelos estudantes. E, somente 53,1% avaliou a escala 5, como é ilustrado no Gráfico 2. Como será mostrado a seguir, este resultado é mais baixo em relação à *ZOOM* (56,3%) e a sala de aula presencial (78,1%).

²⁵ Legenda da escala de Likert: CT=Concorda Totalmente; CP=Concorda Parcialmente; I = Indiferente; DP=Discorda Parcialmente; DT= Discorda Totalmente

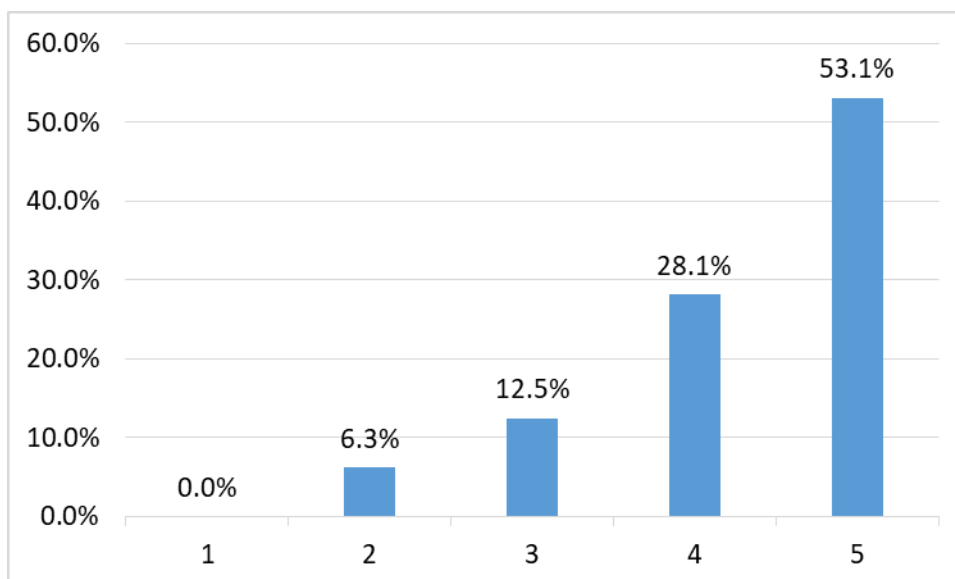


Gráfico 2: Nível de relevância das actividades desenvolvidas no MOODLE

A maioria dos estudantes, 53,1% e 28,1%, avaliou positivamente. Tendo dito, que as actividades desenvolvidas no MOODLE eram relevantes a muito relevantes, respectivamente. Estes resultados demonstram a grande potencialidade pedagógica do MOODLE, sendo uma plataforma repleta de ferramentas de interacção e partilha de ficheiros em diferentes formatos.

A seguir se analisam ao detalhe as actividades desenvolvidas no MOODLE, na Tabela 1 e Gráfico 3.

Tabela 1: Questões sobre as actividades desenvolvidas no MOODLE

Questão	
Q14	Os conteúdos disponibilizados no MOODLE foram apresentados de forma clara e aprofundada?
Q15	Debate e feedback das actividades desenvolvidas no MOODLE na aula presencial.
Q16	Fórum de discussão sobre o conteúdo da disciplina no MOODLE.
Q17	Partilhas dos trabalhos de grupo e respectivos questionários no MOODLE.
Q29	Avaliação mútua dos trabalhos em grupo, entre os estudantes.

As questões da Tabela 1 visavam aferir, na opinião dos estudantes, o contributo que as actividades que decorreram na plataforma Moodle tiveram sobre o PEA, reflectido no gráfico 3.

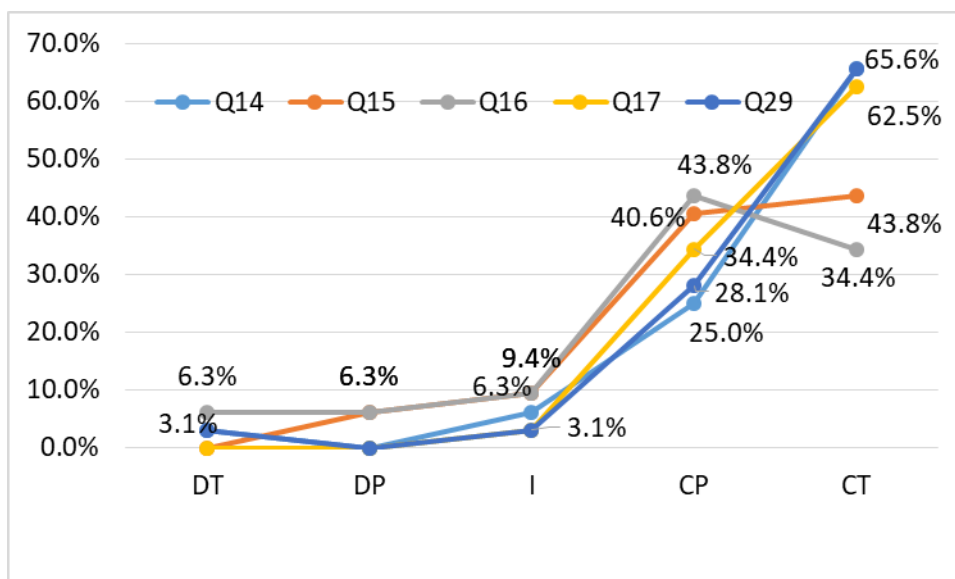


Gráfico 3: Atividades desenvolvidas no MOODLE

Os resultados do Gráfico 3 mostram que para a questão referente a clareza e profundidade dos conteúdos disponibilizados no *MOODLE* 65.6% dos estudantes concordam totalmente, 25% parcialmente e os demais discordam ou são indiferentes. Estes resultados, apesar de serem tendentemente positivos, levam a reflectir-se com maior atenção sobre a importância de partilhar conteúdos claros e com o devido embasamento teórico. Pois, ao estudar individualmente, ou em grupo, o estudante não deve encontrar muitas limitações para a compreensão da matéria, por ele estar distante fisicamente do professor, e seus pares, não tendo apoio de imediato.

Para a questão referente à relevância dos debates e feedback das actividades desenvolvidas no *MOODLE*, na aula presencial, 43.8% dos estudantes concorda totalmente que há; 40.6% parcialmente e os demais discordam ou são indiferentes. Os resultados, numa análise global, sugerem que os debates de consolidação e respectivo feedback por parte do professor, nas aulas presenciais, serviram o seu propósito; uma vez que os temas que foram discutidos no AVA e que careciam de uma explicação exaustiva e/ou comentários do professor eram abordados, mais detalhadamente em momentos face a face.

Os Fóruns de discussão no *MOODLE*, no concernente à sua relevância na aprendizagem, obtiveram a concordância total para 34.4% dos estudantes; 43.8% concordância parcial e os demais discordam ou são indiferentes. Estes resultados demonstram que há um trabalho que precisa ser feito para tornar os fóruns um meio privilegiado pelos estudantes para a construção colaborativa do conhecimento; uma vez que, no ensino híbrido a partilha de pontos de vista, recursos e *feedback* pode fluir com maior facilidade, nos fóruns; por ser assíncrono e promotor de.

Estas dificuldades são confirmadas pelo comentário de E11:

“[...] os desafios residem no *MOODLE*, especificamente, o fórum, que de alguma forma não cativa a atenção do estudante, tendo pouca participação dos mesmos, talvez isso aconteça devido ao próprio estudante ou outro motivo que faça o fórum ser um recurso do *MOODLE* pouco aderido.”

Uma das estratégias para dinamizar a participação dos estudantes é a inclusão dos fóruns como elemento de avaliação, nas formas de avaliação sumativa da instituição, obedecendo critérios

próprios a esta ferramenta, para os motivar a participar em maior quantidade e qualidade (Simão, 2019).

A partilha dos trabalhos de grupo e respectivos questionários no *MOODLE* mostrou-se uma estratégia interessante. Pois, 62.5% concordou totalmente com esta abordagem; 34.4% parcialmente; e, os demais discordaram ou foram indiferentes.

Esta actividade relevante esteve presente em todos os momentos da pré-aula, nas salas de aulas (presencias e online) e por fim na pós-aula foi implementada uma avaliação mútua.

Quanto a relevância da avaliação mútua utilizada nos trabalhos de grupo 65.6% dos estudantes concordou totalmente que há; 28,1% parcialmente; e, apenas 3,1% discordaram ou foram indiferentes.

Os resultados confirmam os pontos fortes de uma abordagem pedagógica que estimula a avaliação por pares, em que os estudantes partilham os seus trabalhos e os colegas avaliam; tecendo comentários, fazendo com que todos estejam envolvidos, activamente, e aprendam uns dos outros; consolidando desta forma o entrosamento necessário para a aprendizagem em que cada um fornece o seu contributo ao colectivo.

4.3. Sala de aula presencial

No modelo de sala de aula invertida as actividades na sala de aula presencial mudam (ver Quadro 2) para serem mais direccionadas na apreensão, validação do conhecimento adquirido e laboratoriais. Com a introdução da plataforma *ZOOM* mudou-se o modelo clássico de sala de aula invertida dividindo o momento da sala de aula em dois, nomeadamente: presencial e virtual.

Com a primeira pergunta visou-se perceber o nível de relevância das actividades desenvolvidas no novo modelo de sala de aula presencial pelos estudantes, como é ilustrado no Gráfico 4.

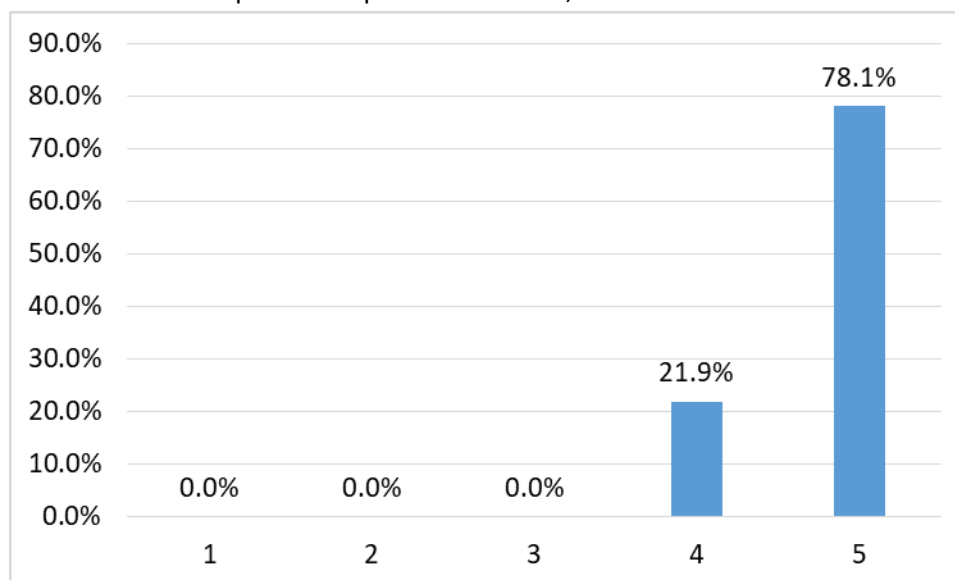


Gráfico 4: Nível de relevância das actividades desenvolvidas na sala de aula presencial

Os resultados do Gráfico 4 mostram que para a totalidade dos estudantes as actividades na sala de aula presencial continuam a ser relevantes, com 78,1% deles que avaliam com o nível máximo 5.

Nas questões seguintes pretendeu-se analisar a relevância das principais actividades efetuadas na sala de aulas presencial. Na Tabela 2, são apresentadas as perguntas feitas aos estudantes; e no Gráfico 5, são ilustrados os resultados.

Tabela 2: Questões sobre as actividades desenvolvidas na sala de aula presencial

Questão	
Q19	Considera relevante o uso das tecnologias como <i>Kahoot</i> na sala de aula?
Q20	Avaliação do conhecimento prévio por meio de <i>Kahoot</i> na aula presencial.
Q21	Conciliação da teoria e a prática profissional na aula presencial.

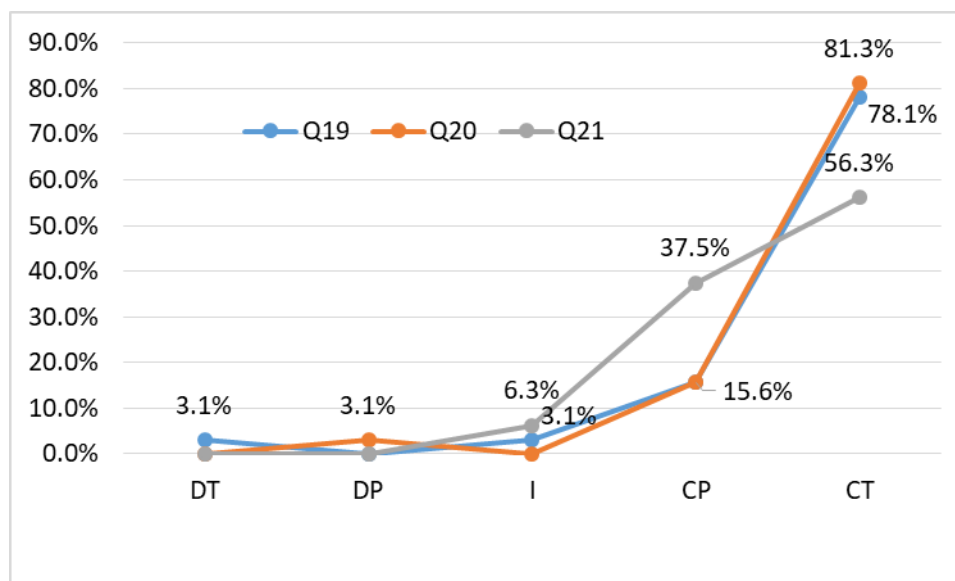


Gráfico 5: Actividades desenvolvidas na sala de aula presencial

Uma das principais actividades da sala de aula presencial é o momento inicial de revisão e reforço dos conceitos aprendidos na pré-aula *online* no *MOODLE*, tendo sido utilizada a ferramenta *web 2.0 Kahoot*. Esta ferramenta é do tipo *quiz game* que permite um aprendizado mais divertido, inclusivo e envolvente por meio de questionários (Martins & Gouveia, 2019).

Os resultados do Gráfico 5 mostram que 93,7% dos estudantes consideram relevante o uso desta ferramenta, em particular 96,9% dos estudantes que concordam (81,3% totalmente) sobre a relevância do uso do *Kahoot* para avaliação dos conhecimentos, como afirma E13 “*Kahoot* me permitiu explorar mais meus conhecimentos e capacidade de análise [...] para eu me autoavaliar”.

Perdendo a função de introdução de novos conteúdos, as salas de aula presenciais tornam-se principalmente um lugar de aprendizagem activa, para realizar actividades práticas como mostrado no Quadro 2. Questionados sobre a abrangência da nova metodologia 93,8% dos estudantes concorda totalmente ou parcialmente, que as aulas presenciais foram momentos, onde se conciliou a teoria e a prática profissional.

O comentário de E13 confirma este resultado “as aulas presenciais são indispensáveis na transmissão de conhecimentos e vemos as coisas na prática e na teoria”.

4.4. Sala de aula virtual no Zoom

A sala de aula virtual no *Zoom* é um momento particular, porque combina a possibilidade de interacção síncrona de uma clássica sala de aula presencial com as potencialidades da tecnologia de videoconferência. Em particular nesta plataforma, é possível criar mais salas de aula virtuais, onde os estudantes se separam para actividades de grupo. No que diz respeito, à relevância do Zoom, 56,3% dos estudantes avaliou com o nível 5; e, 34,4% com nível 4, como é ilustrado no Gráfico 6.

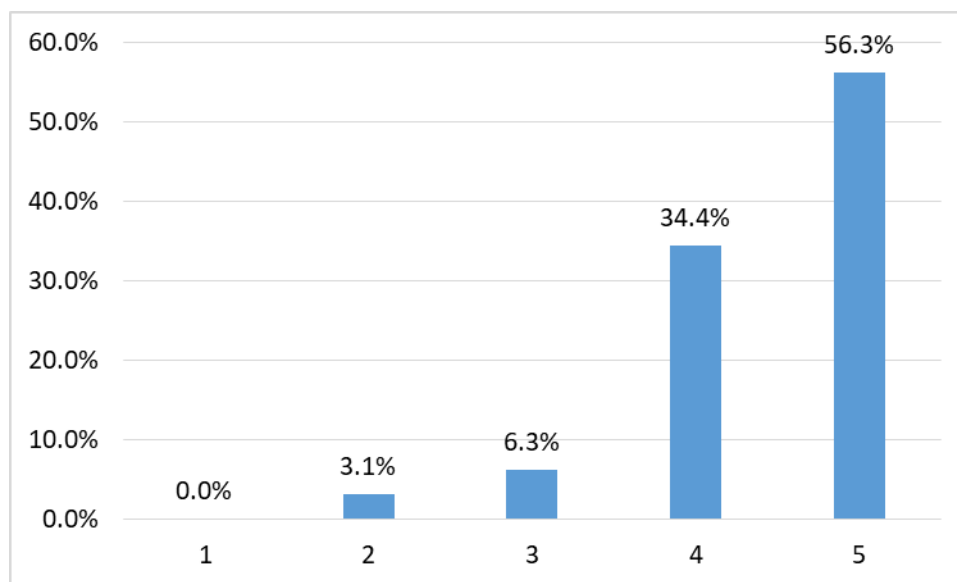


Gráfico 6: Nível de relevância das actividades desenvolvidas no Zoom

Para melhor entendimento do resultado acima analisou-se a relevância das actividades efectuadas nas salas virtuais, como se pode ver na Tabela 3, que a seguir se apresenta.

Tabela 3: Questões sobre as actividades desenvolvidas no Zoom

Questão		DT	DP	I	CP	CT	Tot.
Q23	Trabalhos de grupo nas salas virtuais do Zoom.	0%	0%	3,1%	31,3%	65,6%	100%
Q24	Apresentação individual dos trabalhos de grupo nas salas virtuais do Zoom.	0%	0%	3,1%	28,1%	68,8%	100%

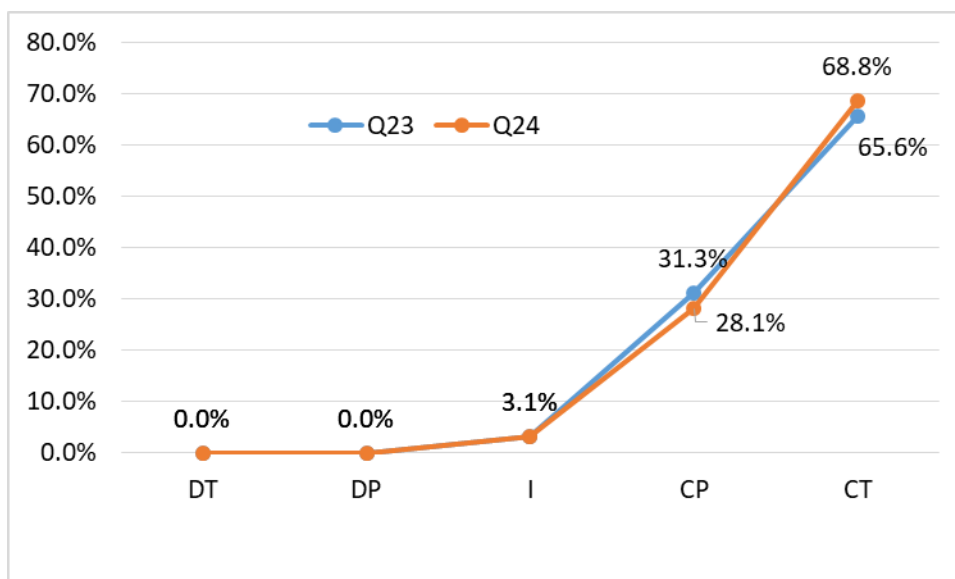


Gráfico 7: Actividades desenvolvidas no Zoom

Os resultados do Gráfico 7 mostram o “sucesso” das actividades nas salas virtuais, nomeadamente os trabalhos de grupo com uma concordância para 86,9% dos estudantes e a apresentação individual dos trabalhos com 96,9%.

As salas de aulas virtuais se confirmaram ambientes ideais para um aprendizado mais activo e colaborativo, como escreve no seu comentário E25:

“Quanto ao Zoom, [...] usamos ferramentas ou recursos mais avançados e complexos, [...], ate a divisão de salas que permitiu que a turma fosse dividida em pequenos grupos de estudantes assim como seria feita na sala de aulas melhorando a interactividade e a colaboração entre estudantes e docente”.

4.5. Ensino Híbrido: estratégias pedagógicas

Nesta última dimensão avaliou-se a metodologia do ensino híbrido implementada na disciplina de forma geral e em particular o alcance dos objectivos de aprendizagem, como se pode ver no Gráfico 8, que a seguir se apresenta.

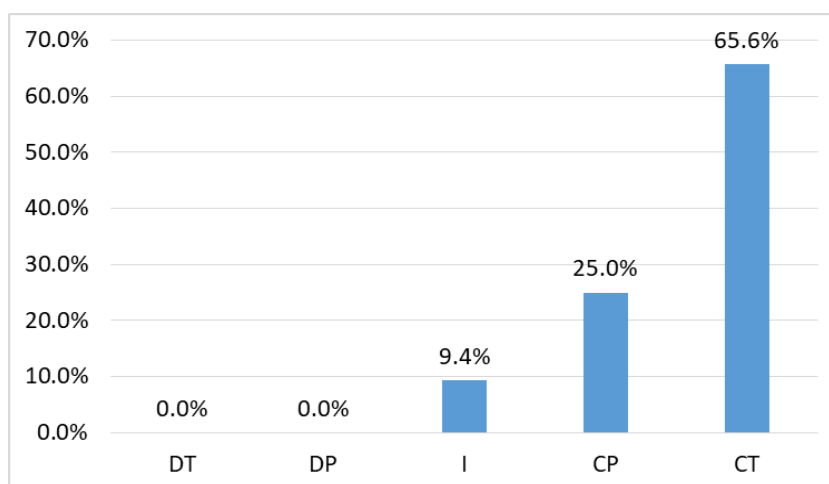


Gráfico 8: A metodologia de ensino híbrido promoveu o alcance dos objectivos de aprendizagem

Os resultados do Gráfico 8 mostram que a metodologia de ensino híbrido implementada na disciplina contribui para o alcance dos objectivos de aprendizagem, na medida em que 65.6% dos estudantes concorda totalmente e 25% concorda parcialmente.

Para melhor entendimento do resultado acima, analisou-se as potencialidades da metodologia híbrida, como se pode ver na Tabela 4, que a seguir se apresenta. Pode ver-se também o Gráfico 9, que se refere às potencialidades da metodologia híbrida.

Tabela 4: Questões sobre as potencialidades da metodologia híbrida.

Questão	
Q26	A metodologia híbrida adoptada facilitou a aprendizagem dos conteúdos em estudo?
Q27	A metodologia híbrida adoptada incentivou à sua participação activa durante as aulas?
Q28	A metodologia híbrida adoptada estimulou um ambiente de aprendizagem colaborativo?

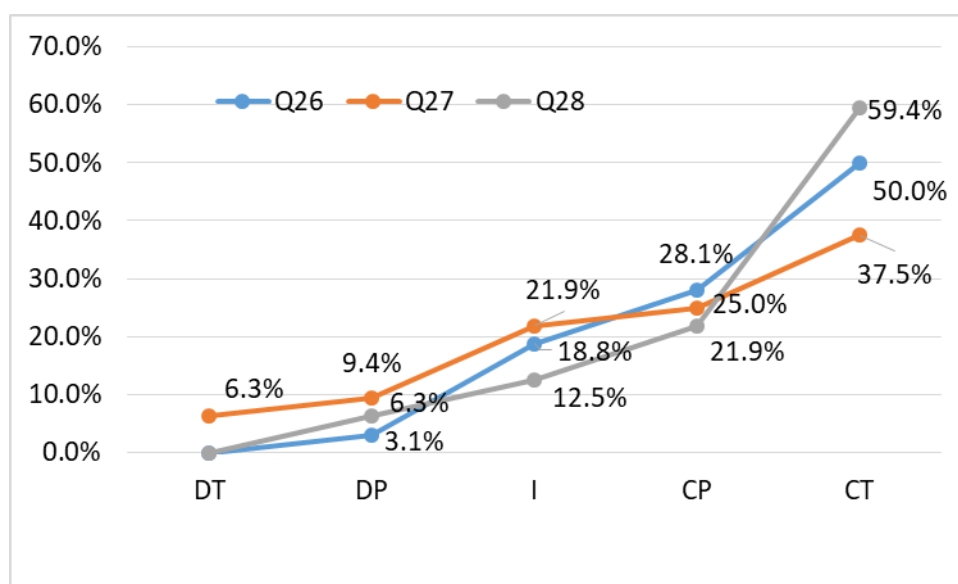


Gráfico 9: Potencialidades da metodologia híbrida

Nas questões 26 e 28 os resultados indicam que para a maior parte dos estudantes o ensino híbrido mostra-se uma abordagem que estimula a apreensão dos conteúdos de forma activa; uma vez que concilia actividades *online* com actividades presenciais, dando oportunidade ao estudante de se preparar previamente para as sessões síncronas e assíncronas, em ambiente virtual; e, reforçar a sua aprendizagem com actividades práticas e interacção face a face com o professor e seus pares nos momentos presenciais. Já em relação à promoção da participação activa, durante as aulas, os estudantes mostram-se relativamente cépticos, o que convida ao aprimoramento da abordagem, para que se cumpra um dos seus principais desígnios, que é tornar o estudante activo na sua aprendizagem.

Este resultado positivo foi confirmado pelos seguintes comentários dos estudantes:

E4 “A combinação das 3 plataformas foi excelente para o meu aprendizado e estou muito satisfeito com a actuação do docente.”

E31 “As potências do ensino híbrido é o fator podermos estudar em qualquer lugar e em qualquer momento resolvendo o problema de aglomerado que o Covid-19”

Por fim, os maiores desafios apresentados pelos estudantes, além da conexão internet e equipamento debatidos no início desta secção, é a formação dos estudantes e docentes, como menciona E25:

“Hoje o ensino híbrido pode ser problema para alguns estudantes e docentes que não entendem de tecnologia. Para os docentes uma capacitação seria fundamental e para os estudantes uma cadeira logo no primeiro ano para aprenderem a usar as ferramentas existentes, por existem estudantes que mal conseguem fazer o uso da plataforma que já temos.”

A formação do corpo docente em estratégias metodológicas para o ensino com recurso as TIC e a formação dos estudantes para aprenderem mediados pela tecnologia é indispensável para que o ensino híbrido tenha sucesso, visto que novas competências são requeridas para melhor integração deste modelo.

5. Conclusões e recomendações

A disciplina de Administração de Bases de Dados é de natureza teórico-prática, em que os conteúdos de natureza estritamente teórica serviram de base para a componente prática. Nesse sentido, o modelo de ensino híbrido propiciou o alcance dos objectivos de aprendizagem, uma vez que os estudantes aprofundavam os conceitos, nos debates nos fóruns de discussão, nas videoconferências (*Zoom*) e na leitura dos textos recomendados, para na aula presencial desenvolverem actividades práticas com a supervisão do professor. Desta forma, as competências, habilidades e atitudes preconizados pelas metas curriculares foram mais facilmente alcançadas.

Por ser um conceito emergente ao nível da instituição, particularmente para os estudantes, algumas dúvidas sobre a eficiência pedagógica do modelo híbrido surgiram de início. Porém, à medida que a disciplina se desenrolava os estudantes se mostraram relativamente confortáveis com a metodologia, por se sentirem sujeitos activos da sua aprendizagem.

Um das vantagens faz referência à possibilidade que as tecnologias abrem na gestão do tempo e local de estudo, denotando-se uma maior autonomia do estudante. A outra refere-se à conectividade proporcionada pelo uso das tecnologias digitais, que foram bastante úteis no contexto da pandemia, garantindo que mesmo distantes a aprendizagem em grupo tivesse sucesso e o *feedback* por parte do professor fosse regular.

Não obstante, uma das preocupações continua sendo a aderência de alguns estudantes às aulas virtuais, participação regular nos fóruns de discussão e o treinamento dos professores; para uma maior familiarização com as tecnologias e, principalmente, com a estratégia pedagógica para uma melhor mediação.

A sala de aula invertida, que previa os três momentos, mostrou-se uma metodologia proactiva, divertida, envolvente e estimulante, promovendo nos estudantes o espírito colaborativo e uma aprendizagem profunda e significativa.

As ferramentas tecnológicas usadas eram de fácil manejo e estimulavam o engajamento no estudo dos conteúdos. As maiores limitações estão associadas à qualidade da internet oferecida no campus universitário e pelas operadoras de telefonia móvel por meio de dados móveis cobráveis. Há que se investir mais na robustez dos serviços de *internet*, porque cortes constantes na conexão podem causar desmotivação nos estudantes e professores, para continuar a interagir e partilhar recursos por meio das plataformas virtuais.

Referências Bibliográficas

- Bacich, L., & Moran, J. (2015). Aprender e ensinar com foco na educação híbrida. *Revista Pátio*, (25), 45–47. Obtido de <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2015/07/hibrida.pdf>
- Bacich, L., Neto, A. T., & Trevisani, F. de M. (2015). *Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação* (L. Bacich, A. T. Neto, & F. de M. Trevisani, Eds.). Porto Alegre, Brasil: Penso.
- Bates, T. (2001). *National strategies for e-learning in post-secondary education and training*. Paris, France: UNESCO. Obtido de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126230>
- Bergmann, J., & Sams, A. (2016). *Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem* (1.ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: LTC.
- Christensen, C. M., Horn, M. B., & Staker, H. (2013). *Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? uma introdução à teoria dos híbridos*. Boston, MA: Clayton Christensen Institute. Obtido de www.christenseninstitute.org/publications/ensino-hibrido/
- Clayton, S. H., & Horn, M. B. (2012). Classifying K – 12 Blended Learning. *INNOSIGHT Institute*, (1), 1–22.
- Creswell, J. W. (2012). *Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research* (4.ª ed., Vol. 3). Boston, MA: Pearson Education, Inc. Obtido de <http://repositorio.unan.edu.ni/2986/1/5624.pdf>
- Fernandes, J. C. (2015). *DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE BLENDED LEARNING. Proposta metodológica no quadro da Terminologia de base conceptual* (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal). Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal. Obtido de <http://run.unl.pt/handle/10362/15317>
- Governo de Moçambique. (2020a). *Decreto n.º 79/2020 de 4 de Setembro (Declaração da Situação de Calamidade Pública e Activa o Alerta Vermelho)*.
- Governo de Moçambique. (2020b). *Decreto Presidencial nº11/2020 de 30 de Março (Declaração do Estado de Emergência)*.
- Governo de Moçambique. (2021). *Decreto n.º 7/2021 de 5 de Março (Revisão das medidas*

para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 2/2021, de 4 de Fevereiro).

- Lopes, S. F. S. F., Gouveia, L. B., & Reis, P. (2016). O modelo de ensino do 'flipped classroom' (sala de aula invertida) no âmbito do ensino superior. *Atas dos Dias da Investigação na UFP*, (January 2016).
- Martins, E. R., & Gouveia, L. M. B. (2019). *Aprendizagem Móvel com a Tecnologia Educacional Kahoot: Uma Discussão da Perspectiva dos Aprendizizes*. 13, 37–57.
- Mason, R. (2006). *The Virtual University*. Unesco.
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: revista de educação*, 2(2), 49–65.
<https://doi.org/10.34620/eduser.v2i2.24>
- Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. (2021). "Olhar para o ensino híbrido como oportunidade para novas competências nas IES", afirma Nivagara. Obtido 2 de Junho de 2021, de <https://www.mctes.gov.mz/?p=1800>
- Mura, S. (2020). *Implementação do e-learning no Modelo de Ensino Presencial na Universidade Católica de Moçambique*. Tese de Doutoramento, Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Educação e Comunicação, Nampula, Moçambique.
- Peres, P. (2018). O blended-Learning no contexto português do Ensino Superior: uma visão geral. *Indagatio Didactica*, 10(2), 297–316. <https://doi.org/10.34624/id.v10i2.11355>
- Simão, H. S. M. (2019). *A interação tutor-estudante na EAD: caso do curso de licenciatura em ensino de geografia na UCM-CED*. Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Universidade Católica de Moçambique. (2021a). *DESPACHO Nº 0035/2021/UCM/GR de 24 de fevereiro (Actualização da declaração de missão, visão, objectivos, valores e linhas de investigação no contexto do Modelo Pedagógico Híbrido (presencial e on-line))*.
- Universidade Católica de Moçambique. (2021b). *Nota Informativa nº 002/2021/UCM/GR de 10 de fevereiro (Obrigatoriedade do uso da plataforma MOODLE na Universidade Católica de Moçambique)*.
- Venezky, R., & Mulkeen, A. (2002). *ICT in Innovative Schools : Case Studies of Change* (pp. 1–31). pp. 1–31. Paris, France: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Obtido de <https://www.oecd.org/site/schoolingfortomorrowknowledgebase/themes/ict/41187025.pdf>
- Yin, R. K. (2001). *ESTUDO DE CASO: Planejamento e Métodos* (2.ª ed.). Porto Alegre, Brasil: Bookman.

O papel do professor na garantia da qualidade na educação

The teacher's role in assuring quality in education

Palvina Manuel Nhambi

pnhambi@ucm.ac.mz

Universidade Católica de Moçambique

Sílvia do Nascimento

snascimento@ucm.ac.mz

Universidade Católica de Moçambique

Resumo

O artigo versa sobre a qualidade na educação e o professor é considerado um protagonista na mesma no âmbito educacional. O objectivo geral, procura compreender o papel do professor na garantia da qualidade na educação e nos específicos, o estudo cingiu-se em: identificar o papel, demonstrar a importância e descrever os desafios do professor na garantia da qualidade na educação. Em termos metodológicos, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, por esta facilitar a compreensão dos fenómenos a partir do ambiente natural. Ao que diz respeito aos procedimentos técnicos, o estudo é bibliográfico e documental, uma vez que se buscou informações nas obras, manuais, e artigos científicos. O presente artigo é uma contribuição para a compreensão do papel do professor na garantia da qualidade na educação, por este motivo, quanto ao nível de aplicação é básico. Os resultados demonstram que o professor possui papel preponderante de garantia da qualidade na educação, por ser ele o motor que faz com que o processo de ensino e aprendizagem prossiga, orientando os alunos para um destino. O estudo, também revela que o conhecimento, a formação pedagógica e o gosto de aprender constantemente e sobretudo a vontade de levar a teoria à prática e vice-versa, devem ser valorizados pelo professor para que a questão de qualidade seja acautelada.

Palavras-chave: Professor, qualidade e educação

Summary

The article deals with quality in education and the teacher is considered a protagonist capable of guaranteeing this quality in the educational field. The general objective in guaranteeing quality in education and in the specific, the study was limited to identifying the role, demonstrating the importance and describing the teachers challenges in guaranteeing quality in education. In methodological terms, the research followed a qualitative approach, as it facilitates the understanding of the phenomena from the natural environment. Regarding technical procedures, the study is bibliographic and documentary, since information was sought in works, manuals, and scientific articles. This article is a contribution to the understanding of the teacher's role in ensuring quality in education, for this reason, the level of application is basic. The results show that the teacher has a leading role in ensuring quality in education, as he is the engine that makes the teaching and learning process continue, guiding students to a destination. The study also reveals that knowledge, pedagogical training and the desire to constantly learn and above all the desire to take theory to take theory to practice and vice-versa, must be valued by the teacher so that the issue of quality is taken care of.

Keywords: Teacher, quality and education

1. Introdução

O presente estudo tem como tema, o papel do professor na garantia da qualidade na educação. Qual é o papel do professor na garantia da qualidade na educação? Esta é questão norteadora da presente pesquisa. Debates sobre qualidade no sector de educação tendem a ser cada vez mais fortes e são vários os cenários em que quando se trata de má qualidade, ninguém quer assumir a responsabilidade. Teoricamente, todos desejam um ensino de qualidade, mas na prática são ínfimos os números dos que se empenham para que a qualidade na educação se torne uma realidade.

Esta pesquisa tem sua razão de ser, na medida em que se pretende chamar à razão dos vários intervenientes da educação, para que cada um assuma o seu papel, cientes de que a qualidade não é feita por um dos intervenientes, mas sim por todos.

O estudo procura compreender o papel do professor na busca e garantia da qualidade na educação a partir das suas intervenções no processo e isso depende muito da formação pedagógica que o professor possui. É nesta linha de pensamento que Ibraimo e Pires (2016) afirmam ser importante a ideia de existir maior comprometimento na formação contínua para actualização dos conhecimentos, competências científicas e pedagógicas do professor. A relevância desta temática reside no facto de que a educação de qualidade é a base para a realização dos indivíduos em vários sectores sociais. Por essa razão, não interessa contabilizar quantos tiveram a oportunidade de passar por uma escola, mas sim verificar quotidianamente intervenções positivas e isso só é notório nas acções dos que tiveram educação de qualidade e agem de maneira crítica ao solucionar problemas que apoquentam a sociedade, graças à intervenção do professor qualificado.

Quanto à estrutura, neste artigo temos o resumo, a introdução, conceito das palavras-chave, discussão teórica alinhada às questões de pesquisa, conclusões e referências bibliográficas.

2. Fundamentação Teórica

Conceito das palavras-chave

Professor

O termo professor apresenta vários conceitos acompanhados de opiniões, como tentativa de se deixar claro o como deve ser a sua profissão. “Tornar-se professor é transformar uma predisposição numa disposição pessoal” (Nóvoa, 1992, p. 16).

O Professor é considerado como guia que indica o caminho do contacto directo com o objecto a ser estudado de forma crítica, aos alunos. Para tal exige-se do professor: o desenvolvimento livre da vida cultural e científica, pois desta forma estará regularmente e disciplinarmente em contacto com a ciência; o ser ético para que seja capaz de parar ao longo do processo de ensino e aprendizagem quando detectar algum erro, a fim de criar mecanismos de concertar, pois a sua tarefa exige maior responsabilidade, é por essa razão que o professor deve estar preparado para poder agir em qualquer circunstância, sobretudo em ambientes de incerteza e imprevisibilidade (Freire, 1996).

A partir do posicionamento de Nóvoa (1992) e Freire (1996) é possível compreender quão é importante o papel do professor na formação dos alunos. O professor é alguém preparado cientificamente porque faz da ciência a base que sustenta toda sua actividade profissional a fim de tornar os alunos em melhores profissionais. Será esta a realidade actual dos vários professores

espalhados pelo nosso País? Se a resposta for não, há que redobrar o esforço para reverter o cenário, para que não se comprometa a qualidade na educação almejada por todos e nesta linha de ideia, o professor deve: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p.25). É desta forma que se pode falar de qualidade, uma vez que no nosso ver, não é possível existir qualidade na educação entre alunos que nunca foram ensinados a pensar criticamente e a produzir suas ideias.

Qualidade

Antes de conceituar, devemos partir da ideia de que a génese do termo qualidade se sustenta no natural, algo sem artifícios, isto é, simplesmente puro. O facto de nos propormos para falar da qualidade na educação, revela que há reconhecimento de um afastamento do natural que periga a qualidade.

A qualidade pode ser considerada como um bem susceptível de verificação de maneira tangível ou não e que é carregada de valor que todos apreciam e almejam. No caso da educação se trata de qualidade não tangível, mas manifestada por quem a adquire. Este conceito não deve ser visto como único, porque não existe um conceito consensual. Com o termo qualidade é possível desvendar as razões que justificam o avanço ou recuo no desempenho das actividades e isso nos remetem a reflexões relacionada ao como têm sido feitas as tarefas (Cabrito, 2009).

Para Garvin, (2002) “é essencial um melhor entendimento do termo para que a qualidade possa assumir um papel estratégico” (p.47). Desta forma é preciso perceber que para conceituar a qualidade deve se ter antes o objecto de estudo sobre o qual se procura mensurar essa qualidade, por isso depende muito de quem avalia, uma vez que é ele quem sabe o que deseja encontrar para concluir que há qualidade ou não. Mas apesar desta realidade pode se considerar comum que a qualidade depende do que se investe muito antes de lhe ser exigida, onde se hesita gastar pode se considerar falacioso exigir qualidade (Deming, 1990).

A qualidade deve ser vista como problema de todos, uma vez que abrange todos os aspectos de uma Instituição, a qualidade é sistemática. Quando se garante a qualidade do sistema, automaticamente se garante a qualidade dos produtos e serviços (Maximiano,1995).

De acordo com a visão dos autores aqui apresentada, entendemos que qualidade não é algo que pode ser alcançada de forma fictícia, mas sim se exige uma preparação prévia e delimitação para que não seja confundida simplesmente com brilho momentâneo. A qualidade exige uma construção contínua, e ganha sua razão de ser na educação, uma vez que a educação também não é e jamais será estática, mas sim dinâmica.

Educação

O termo educação vem da palavra educar que em latim é “educare” e significa instruir, guiar para fora ou conduzir. A educação deve ser entendida na perspectiva de fazer o ser humano sair de si e olhar para o exterior a fim de aprender, compreender e apreender as várias diferenças existentes no mundo, visto que, quem sai de si e entra em contacto com o exterior agrega valores e por essa razão a educação deve ser vista como um ganho e nunca perda. Ela é base que suporta o homem enquanto ser em realização progressiva, faz com que sejam conhecidas as potencialidades do ser humano, a sua auto-realização quando busca oportunidades e pelas quais alcança uma vida social que permite ter voz na resolução de problemas no seio da sociedade (Sapato, 2016 & Laita, 2016).

Nesta perspectiva, a educação pode ser considerada como garante da sustentabilidade e do desenvolvimento social, uma vez que quem é educado apresenta uma maneira de ser e agir lógicas diferentemente de quem não teve a oportunidade de ter uma educação.

Ainda sobre a educação podemos sustentar o posicionamento anterior afirmando o seguinte: “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (Freire, 1996, p.57).

Como se pode ver a educação existe para beneficiar o ser humano, para sua edificação, sua realização e por ser fundamental é adjectivada como base, chave, guia e mais, como forma de revelar a sua importância. Neste sentido é possível formar o binómio “homem/educação” pela interligação que existe entre ambos termos, pois entendemos que o homem é homem com a educação, seu destinatário e beneficiário. É pela educação que o homem se realiza e ajuda na realização dos outros, transformando assim a sociedade em geral. É neste sentido que a educação é considerada como ponto de partida para a realização dos anseios do ser humano enquanto responsável, reflexivo e crítico. A educação abre novos horizontes e amplia a visão de quem nela se integra. O educador é chamado à responsabilidade para que possa saber transmitir e acompanhar a evolução dos educandos e estes por sua vez são convidados a considerar o professor como guia e exemplo a fim de um dia se tornarem como ele ou muito mais, graças a mente transformada pela educação.

O papel do professor na garantia da qualidade na educação

O processo de ensino e aprendizagem acontece graças a presença do professor, aluno, gestores, encarregados e outros que de forma directa ou indirecta têm contribuído para o êxito neste processo, mas dentre os intervenientes, o professor, o aluno e os conteúdos são peças principais. Na educação, não se espera apenas saber quantos estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem ou quem é importante, mas sim, interessa perceber o que cada um faz, como faz e qual é o contributo dessas tarefas no âmbito da qualidade, por essa razão, a responsabilidade para garantir qualidade é exigente e cada interveniente é chamado a agir de forma consciente.

O professor tem como papel, determinar o objecto a ser transmitido com qualidade a fim de transformar o aluno e estabelecer a relação entre aluno e o objecto de estudo. Como se pode ver, o papel do professor não é algo do acaso, mas que depende das condições materiais, do conhecimento que o professor possui em relação ao objecto e a forma como dá sentido ao que ensina (Bourdieu, 2017).

Freire (1996) defende que o professor é o primeiro a ter domínio do que pretende transmitir, ele tem a obrigatoriedade de encarnar o conhecimento para que o seu discurso teórico seja um exemplo prático da teoria, isto é, o que o professor transmite, já faz parte dele e procura envolver seus alunos para que compreendam, apreendam e ajam de forma crítica, desta feita o professor é também considerado guia e o papel de ser guia não implica exclusão dos outros pensares, por isso Oliveira (1989), sustenta que:

A educação jamais é uma dádiva, uma doação de uma pessoa que sabe àqueles que não sabem, mas algo que se apresenta como um desafio para educador e educando, um desafio que é a própria

realidade composta de situações-problemas, de inquietações, de angústia e de aspirações do grupo. Isto constitui a matéria-prima do processo educacional (Oliveira, 1989, p.31).

Se espera do professor como guia, um domínio do conhecimento. Não queremos aqui dizer que ele deve ser uma enciclopédia ambulante não, mas alguém que pesquisa, domina as técnicas de análise, é capaz de buscar informações inerentes ao que ensina e procura entender muito antes de transmitir. Várias profissões para existirem e prosperarem dependem da base criada pelo professor nos seus profissionais, por essa razão o professor não deve engrenar na profissão simplesmente por ser amador, é preciso partir das predisposições para disposições pessoais (Machado, 2012 & Nóvoa, 1992).

A tarefa de guiar implica conhecer o destino (guiar para onde?), os objetivos (guiar para o quê) e os meios (guiar como?). Como se pode ver o professor é a peça chave, por essa razão precisa estar preparado cientificamente para melhor moderar o processo de ensino e aprendizagem por meio da partilha de conhecimento e experiências, para tal deve também estar aberto para colher os saberes dos alunos que precisam de ser avaliados criticamente. É tarefa primordial do professor, moderar os posicionamentos e manter o foco e isso exige um agir ético que é alheio de menosprezar o aluno e de vangloria de quem ensina. O professor deve se apoiar no agir profissional que permite avaliar, argumentar, deixando claro o que está errado e corrigir, ser capaz de criar condições para que seus alunos pensem de forma lógica, crítica, uma vez que isso permite que eles encontrem soluções para problemas que assolam a sociedade. A qualidade que se espera, deve partir do professor e para tal é necessário estar formado, dominar os conteúdos, as técnicas e saber ensinar.

A Importância do professor na garantia da qualidade na educação

Todo processo para caminhar exige responsabilização e o sector da educação não é alheio a esta prática. Hoje, em dia com o avanço tecnológico corre-se o risco de pensar que quem deseja aprender pode onde quiser, como quiser e quando quiser mesmo sem ajuda do professor, o que consideramos insuficiente, uma vez que no fim do processo ninguém valida os saberes adquiridos. Na garantia da qualidade, o professor é importante e indispensável pois, cabe a ele reconhecer se a aprendizagem foi alcançada pelo aluno ou não, pois só ele é capaz de conduzir o processo de ensino e aprendizagem de forma a garantir qualidade. Neste caso, professor, de maneira ciente e livre deve tomar a decisão de abandonar a educação bancária, aquela que tem no professor o início e o centro culminante de todo saber e o aluno uma tábua rasa que apenas para saber algo depende do professor. Para um professor que privilegia a educação bancária não há como esperar qualidade na educação, uma vez que os seus alunos estão apenas preparados para repetir mecanicamente o que foi dito por ele e nesses casos são raras as vezes em que o aluno analisa criticamente o que está a lhe ser transmitido. Não se pode negar que entre o professor e o aluno, o mais preparado é o professor, mas para a garantia da qualidade na educação deve-se valorizar a interação entre professor e aluno em que cada um tem espaço para apresentar seu posicionamento diante de uma ideia, assim como para expor ideias novas fruto de reflexões aprofundadas a partir de diversos autores e para que isso suceda, depende do professor que guia o processo (Freire, 1987).

O professor é importantíssimo porque é por meio dele que se espera a implementação dos objectivos de ensino, conteúdos, metodologias, relação professor-aluno, avaliação e planejamento. Para além disso, está também na responsabilidade do professor saber organizar os conteúdos tendo em conta a visão dos outros professores, uma vez que a actividade de ensinar não pertence a uma

ilha; o professor deve conhecer quais são as intenções sociais e políticas do ensino para poder respeitar as idades e o desenvolvimento dos seus educandos; o professor sem dúvida é mediador do processo entre ele e o aluno; cria o ambiente e a proximidade entre ele e o aluno e este com o objecto de estudo. Todas estas actividades do professor, são feitas na base dos objectivos gerais e específicos do que se ensina de modo a evitar a perda de foco (Tavares, 2011).

Em qualquer sector pode até existir todas as condições necessárias para o andamento do processo, mas se os envolvidos nesse mesmo processo não estarem cientes da sua importância, dificilmente se pode esperar melhores resultados. O sector da educação para agregar qualidade como um valor, primeiro deve garantir que o professor esteja devidamente preparado para em seguida exigir resultados. Não basta apenas formar o professor e lhe atribuir turmas, é preciso fazer um acompanhamento continuo através de assistência às aulas, capacitações pedagógicas, troca de experiências e mais para facilitar aquelas que são as tarefas do professor, isso porque a garantia da qualidade não deve ser vista somente como responsabilidade exclusiva do professor, mas sim de todos envolvidos no processo. A importância atribuída ao professor deve ser por mérito, isto é, ele tem a obrigatoriedade de se auto-formar e participar em formações programadas pela sua instituição ou outras para se adequar à educação que é dinâmica e exigente, na qual se aprende fazendo, por isso, não basta apenas ter a teoria, mas sim é necessário levar a teoria à prática e vice-versa.

Desafios do professor na garantia da qualidade na educação

O professor enfrenta enormes desafios na sua profissão, sobretudo na garantia da qualidade, uma vez que tal qualidade não depende apenas das suas acções, mas também de toda conjuntura que faz com que a educação de qualidade aconteça, como por exemplo as condições materiais. Actualmente é desafio do professor ter computador que lhe facilite na busca acelerada de conhecimento em várias vertentes através da pesquisa e domínio tecnológico para que suas aulas sejam transmitidas tendo o aluno na sala ou fora da sala de aula, via online. O professor é desafiado a saber gerir a riqueza imersa na diversidade dos alunos, isto é, cada aluno possui algo de positivo e que só pode ser aproveitado quando o professor for capaz de prestar atenção e valorizar a interdependência e co-responsabilidade existentes entre ele e o aluno. É o professor que deve formar alunos críticos e reflexivos, capazes de construir sociedade justa, digna e igualitária e isso vai garantir que os alunos se assumam como verdadeiros homens com capacidade para viver (Morin, 2003).

Actualmente, o professor é desafiado a apoiar-se em várias técnicas, sobretudo nas aulas online, mas não deve perder a essência no desenvolvimento do processo de aprendizagem. As técnicas são alheias a acção de compreender porque elas auxiliam somente as actividades práticas (Tavares, 2011). E de acordo com Lourenço, Lima e Narciso (2016) e a partir dos desafios aqui apresentados há que considerar a formação pedagógica do professor como desafio primordial, uma vez que mesmo com as condições materiais criadas e conteúdos preparados, nada serve se o professor não ser dotado de conhecimentos e estratégias de como transmitir os conteúdos. Sem a formação pedagógica a aula decorre, mas de maneira incompleta, uma vez que saber algo não significa automaticamente saber ensinar.

A profissão do professor é desafiante de maneira constante, porque em cada momento e lugar, exige uma readaptação a fim de adequar os conteúdos ao ambiente em que se encontra e às condições dos alunos. Como se pode ver, o professor é primordial e é a ele que deve incidir a

formação pedagógica, a vontade de aprender de maneira autónoma ou colectiva, participando das capacitações promovidas pela sua Instituição e saber conciliar a teoria com a prática e vice-versa. Com professores de qualidade, isto é, formados, responsáveis e com princípios éticos se pode esperar uma educação de qualidade. Não basta ser formado para garantir qualidade, mas sim é preciso trabalhar com profissionalismo.

3. Conclusão

Em jeito de conclusão, chamamos de volta a questão orientadora desta pesquisa: “qual é o papel do professor na garantia da qualidade na educação?” Há que referir que o professor é aquele que orienta o processo em coordenação com seus alunos, uma vez que a questão de a proximidade, a interação, a interdependência e corresponsabilidade entre o professor e aluno, são relevantes no processo de ensino e aprendizagem.

Percebemos que o professor desempenha papel preponderante na garantia de qualidade na educação, uma vez que é ele que está em frente do processo, por essa razão, Freire (1996), considera o professor como guia e para tal, tem a obrigatoriedade de conhecer o caminho e o destino que pretende levar seus alunos. E Oliveira (1989, p.31), diz que “a educação jamais é uma dádiva, uma doação de uma pessoa que sabe àqueles que não sabem (...)”. o papel do professor é ensinar os alunos a ver o mundo de maneira lógica e crítica de modo a intervir na resolução dos problemas na sociedade. E para isso acontecer, o professor é chamado a se formar constantemente porque a qualidade da educação que se espera de seus alunos deve partir antes nele. Eis a razão da afirmação de Nóvoa (1992) e Machado (2012) nos seguintes termos: para ser professor não basta ser amador da profissão, pois requer conhecimento. É importante ressaltar a ideia de que um professor com apenas conhecimento dos conteúdos que pretende leccionar pode não alcançar a qualidade porque conhecimento deve ser acompanhada de estratégias para saber como transmitir esses conhecimentos e tais estratégias podem ser adquiridas através de formações pedagógicas contínuas e sustentadas com acompanhamento constante das actividades do professor.

Quanto a importância do professor podemos concluir que, sim existe, mas apenas é garantida por mérito, isto é, cada professor deve demonstrar pelas suas acções na concretização das tarefas, que conhece o que pretende transmitir, sabe como transmitir, considera o aluno como interveniente do processo e ensina para que o aluno entre em relação com o objecto de estudo, o que quer dizer que a importância do professor não é ganha simplesmente por se considerar professor.

O nosso posicionamento se apoia na ideia apresentada por vários autores sobre como é possível garantir qualidade na educação tendo o professor como o promotor dessa qualidade, mas de modo especial nos identificamos mais com a ideia de Freire (1996) ao considerar o professor como guia. É com justa causa adjectivar assim o professor, uma vez que antes de ser passa pela formação de professores e ao longo do desempenho das suas tarefas e de forma continuada participa em várias capacitações pedagógicas que o ajuda cada vez mais no exercício das funções com zelo e êxito. Como se pode ver, não faz parte deste grupo os que se formam em qualquer área e acabam se fazer na sala de aulas para ensinar sem estratégias de como se ensina. No nosso ponto de vista a estes “não professores”, mas que procuram ensinar, exigir qualidade é mera disfarção, uma vez que os mesmos menos sabem o que deve ser envolvido para o alcance dessa qualidade e se fecham somente em avaliações somativas e nem sequer conhecem seus alunos, pois a forma como dão aulas, é sinónimo de cumprir os programas e ganhar mais tempo para poder passar em várias

escolas, pois, a questão remuneração é colocada em relevo e deixando de parte as riquezas que o aluno tem e que complementam a compreensão. A visão de Sapato (2016), não tem como não merecer a nossa apreciação uma vez que considera a educação como meio pelo qual se sai para realmente a educação abre caminho, abre visão e liberta, pois sem educação não há como conhecer novos horizontes e nem sequer saber onde se está e para onde se vai. A educação permite aos indivíduos a abertura de visão para ver perto e longe de modo crítico e criativo, por essa razão não é possível continuar na mesma quem sai orientado pela educação. Também nos identificamos com Laita (2016), pois a educação faz com que o ser humano se realize. A realização envolve supressão das dificuldades e deixa o campo livre para o alcance do básico ou mesmo mais para uma vivência regalada e tranquila, pois cada passo dado por alguém educado é antes repensado, examinado e constantemente acompanhado cautelosamente para que seja sempre de sucesso e agrega mais valores a quem o dá. A base fundamental da garantia de qualidade na educação é o professor de qualidade, aquele que tem conhecimento, valoriza a formação pedagógica e ao aprender quotidianamente caminha apoiado na teoria-prática e prática-teoria, sem deixar de lado as realidades que fazem parte do ambiente em que se encontra e demonstra isso pela criatividade na preparação e leccionação das aulas, usando quando possível, materiais locais para auxiliar a aula e melhor fazer entender seus alunos. O professor com intenção de garantir qualidade, não monopoliza a aula, mas sim cria ambiente para que seus alunos pensem e encontrem soluções.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, P. (2017). *A produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Deming, W.E. (1990). *Qualidade: a revolução da administração*. Rio de Janeiro, Brasil: Marques Saraiva.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. (23ª.ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. (25ª. ed.). São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Garvin, D. A. (2002). *Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva*. Rio de Janeiro, Brasil: Qualitymark.
- Machado, S.S. (2012). *Gestão de Qualidade*. Brasil: Campus Inhumas.
- Oliveira, I.A. de (1989). *Filosofia da Educação*. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Tavares, R. H. (2011). *Didática Geral*. Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG.
- Morin, E. (2003). *A Cabeça Bem-Feita: reformar a reforma, reformar o pensamento*. (8ª.ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Lourenço, C. D. da. S. Lima, M. C. & Narciso, E.R.P (2016). Formação Pedagógica no Ensino Superior: o que diz a legislação e a literatura em Educação e Administração? *Avaliação, Campinas, Sorocaba* 3, 691-717.
- Cabrito, B. G. (2009). *Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?* 78 (29). Campinas, Brasil: Cedes. Pp 178-200.
- Nóvoa, A. (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Maximiniano, A. C. A. (1995). *Introdução à Administração*. (4ª. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

A religião, as guerras e a fraternidade vistas através das lentes do Papa Francisco

Religion, wars and fraternity seen through the lens of Pope Francis

João Abílio Lázaro

joaolazaro@isced.ac.mz

Anna Fontana

anna.fontana@ucm.ac.mz

Resumo

Várias situações de crises políticas e conflitos que acontecem num mundo dilacerado mostram ter como causa central, elementos religiosos. O presente artigo questiona se a religião é, realmente, irrelevante para a nossa sociedade ou se ela tem um potencial de despertar consciências para valores humanos e espirituais que possam tecer um percurso de integração e ir ao encontro do anseio mundial de fraternidade. Segundo o seu objectivo, o presente estudo pretende ser explorativo, com enfoque qualitativo, centrando-se na análise documental e de conteúdo. Para o efeito, a discussão inicia-se com a apresentação das principais razões que têm levado a sociedade a distanciar-se da religião. Depois, passa-se a analisar o papel da mesma, no pensamento do Papa Francisco. No fim, partindo da situação sociopolítica e militar em Moçambique, discute-se sobre a relevância do pensamento do Pontífice em prol de um verdadeiro caminho da paz e da fraternidade para o país. Conclui-se que a religião tem um papel preponderante na construção da fraternidade e na promoção da paz.

Palavras-chaves: Religião, Guerra, Fraternidade, Papa Francisco.

Abstract

Several situations of political crises and conflicts that take place in a torn world show that they often have religious elements as their central cause. This article questions whether religion is really irrelevant to our society or if it has the potential to awaken people's consciousness to human and spiritual values, which can weave a path of integration and meet the world's longing for fraternity. According to its objective, this study aims to be exploratory, with a qualitative focus. Document analysis will be the social research method. To this purpose, the discussion begins with the presentation of the main reasons that have led society to distance itself from religion. Then, it analyses the role of it in the thought of Pope Francis. Finally, starting from the socio-political and military situation in Mozambique, the paper clarifies the relevance of the Pontiff's thinking in favour of a true path of peace and fraternity for the country. It is concluded that religion has a preponderant role in the construction of fraternity and in the promotion of peace.

Keywords: Religion, War, Fraternity, Pope Francis.

1. Introdução

Um dos maiores desafios que as sociedades enfrentam está associado ao facto de a religião ser um elemento que, mais do que unir povos, nações e pessoas, várias vezes, através dela, têm surgido guerras e contendas entre os mesmos povos. É verdade que a religião constitui um conjunto de práticas e princípios que um grupo de pessoas vive, tendo ela um valor espiritual e moral sagrado. Contudo, nem todos os povos partilham dos mesmos valores religiosos. Alguns desses valores

contribuem para que eles entrem em contradições e guerras. É por isso que, na lógica de Emile Durkheim (1996) e Max Weber (1949), entre outros, apesar de a religião ajudar as pessoas a orientarem as suas vidas para a vivência de valores morais e religiosos, por várias razões, a mesma é rejeitada como sendo irrelevante e desnecessária. Até nos currículos académicos, é difícil encontrarmos estudos relacionados com a religião. Assim, partindo de várias situações de crises políticas no mundo e, tendo como ponto de referência o pensamento do Papa Francisco, o presente artigo questiona se a religião é, realmente, irrelevante para a nossa sociedade. Para o efeito, a discussão inicia-se com a apresentação das principais razões que têm levado a sociedade a distanciar-se da religião. Depois, passa-se a analisar as ideias que fundamentam o papel da mesma, no pensamento do Papa Francisco. No fim, partindo da situação sócio-política e militar que actualmente se vive em Moçambique, discute-se sobre a relevância do pensamento do Prelado para Moçambique. Concluiu-se desse estudo que a religião tem um papel preponderante na construção de uma sociedade fraterna e na oferta de caminhos para a construção da paz, assentada na fraternidade humana.

2. Metodologia

Tendo como referência o seu objectivo, o presente estudo pretende ser exploratório, proporcionando maior familiaridade com o seu objecto de estudo, mormente a religião, as guerras e a fraternidade, vistas através das 'lentes' do Papa Francisco. O estudo é de natureza qualitativa. O paradigma qualitativo assume que a realidade é uma construção social. Do ponto de vista dos métodos, pode-se constatar que a análise documental é privilegiada. Por isso, as técnicas mais usadas no referido estudo foram a pesquisa documental e a análise de conteúdo do Magistério do Papa Francisco, os elementos que fundamentam o papel da religião no que concerne à construção da fraternidade humana e a rejeição de qualquer prática de violência e actos de guerra, a nível mundial e nacional.

3. Fundamentação Teórica

A marginalização da religião na sociedade

Discutir sobre religião exige, em primeiro lugar, reconhecer que esta área de conhecimento e experiência humana tem sido marginalizada tanto no âmbito académico como político e na sociedade em geral, devido ao poder da secularização (Anderson, 2008; Fox, 2013; Rozario, 2014). Segundo argumenta Bruce (2011), o declínio do poder da religião é característico do crescente poder da secularização, agilizado pela modernização e sustentado pelo avanço da tecnologia. Assim, conclui-se que quanto mais o mundo se torna industrializado e científico, mais facilmente as sociedades contemporâneas se distanciam da possibilidade de a sua vida e o mundo serem entendidos e explicados à luz da fé e de realidades sobrenaturais, facto que reduz o poder e a influência da religião sobre a vida humana (Fox, 2013).

Na mesma lógica, no âmbito político, a religião ocupa um lugar marginal, na sociedade, a partir do Tratado de Westfália, realizado em 1648, na Alemanha (Fox & Sandler, 2006; Anderson, 2008). O referido tratado deu lugar ao sistema de Estados modernos, reforçados pela lógica da soberania e da não-intervenção entre eles (Anderson, 2008). Conforme reza o artigo XXVIII do mesmo tratado, a religião torna-se um problema doméstico de cada Estado, deixando de constituir um assunto de

discussão nos encontros diplomáticos. (Anderson, 2008; Jackson & Sørensen, 2012). Assim, a religião ocupou um espaço irrelevante, particularmente na política, contribuindo para a sua marginalização, na sociedade.

O terceiro elemento que justifica a marginalização está ligado ao mundo acadêmico, associado às exigências impostas às universidades diante das forças da globalização. Partindo da experiência das potências económicas de expressão inglesa, que foram pioneiras desta nova ordem internacional, houve uma forte pressão exercida sobre as universidades para a implementação de programas académicos ligados com as ciências exactas, engenharias e outros ramos de conhecimento a elas associados para puderem atender às exigências impostas pelo desenvolvimento económico (McCowan, 2019). Estas visões foram, depois, seguidas por outros países no mundo inteiro, fazendo com que, a partir desse tempo, a ligação entre a universidade e a sociedade passasse a ser justificada por razões económicas. Assim, os outros ramos de conhecimento, particularmente os ligados com as ciências sociais e humanas, a exemplo da religião, passaram a ocupar lugar secundário e marginal no mundo académico (McCowan, 2019). Isso fez com que os cursos ligados às ciências sociais e humanas, de que a religião faz parte, deixassem de merecer a devida atenção no contexto universitário.

Terá a religião alguma relevância na sociedade?

Diante dos elementos acima apresentadas, nos dias que correm, com a existência de conflitos tanto religiosamente motivados como os que são resolvidos por intermédio de líderes religiosos, há que se questionar se a religião é realmente um assunto que devia ser marginalizado, na sociedade. No pensamento do sociólogo francês Durkheim (1996), a religião é importante por contribuir para a celebração de valores transcendentais da vida humana e por reforçar a coesão social, sustentada em valores morais, baseados em e reforçados por normas e princípios religiosos. A religião desempenha um papel fundamental não só na coesão social, mas também por ajudar as pessoas a encontrar o significado moral e ontológico das suas vidas e existência em meio aos grandes desafios impostos pela natureza e pela sociedade.

Na verdade, quando as pessoas entram em contacto umas com as outras, surge uma tendência universalista e unificadora que as ajuda a focarem nos elementos que elas têm em comum. Não é por acaso que o filósofo alemão Habermas (2008) considera a religião como sendo a fonte da moralidade, na interacção entre seres humanos, na vida pública. Eis a razão de, no contexto secular contemporâneo, perceber que a mesma continua sendo relevante para a vivência humana, por servir como sustentáculo da moralidade.

No Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum, assinado pelo Papa Francisco e pelo representante máximo do islão sunita, Ahmad Al-Tayyeb (Francisco & Al-Tayyeb, 2019), no dia 4 de Fevereiro de 2019, defende-se que, para a sociedade contemporânea, o papel da religião não se deve limitar, somente, a aspectos espirituais. Esta deve, igualmente, responder a vários problemas económicos, sociais, políticos, ambientais, entre outros, procurando ajudar o mundo a ser um lugar cada vez melhor para a vivência e convivência humana.

Os dois líderes religiosos vão mais longe ao afirmar que a religião deve, igualmente, promover “o diálogo, a compreensão, a difusão da cultura da tolerância, da aceitação do outro e a convivência entre os seres humanos”, contribuindo para a resolução de muitos problemas que angustiam o

género humano. Isso evidencia a posição defendida por Habermas (2008) sobre a interdependência entre a religião e a secularização.

Diante destas situações, entretanto, o maior desafio que se impõe à religião e à comunidade política, no seu todo, é que em muitas sociedades e países do mundo, esta tem sido usada como um meio para justificar actos terroristas, violência e guerras. Por exemplo, a coesão social entre membros de um grupo terrorista, baseada em princípios radicalistas e religiosos, pode ser maior do que a coesão de uma sociedade orientada por valores democráticos. Isso pode provocar desestabilização social e política devido aos conflitos que daí possam emergir. Eis a razão de a religião ter que constituir uma preocupação para todos, ao contrário do lugar que o secularismo, a política e a educação atribuíram a ela. Para o efeito, partindo do problema aqui apresentado e tendo como ponto de partida o papel diplomático-religioso do Papa Francisco, busca-se recuperar a relevância sócio-política e diplomática da religião e trazê-la para o centro da discussão como sendo um elemento fundamental na política internacional e na vivência social. No encontro internacional realizado em prol da paz, em Assis, o Papa Francisco (2020) mostra, mais uma vez, o seu papel diplomático-religioso. No seu discurso, enfatiza que “as religiões não querem a guerra; pelo contrário, desmentem quem sacraliza a violência, pedem a todos que rezem pela reconciliação e atuem para que a fraternidade abra novas sendas de esperança”.

Segundo afirma Johnson (2014) no artigo intitulado *Religion and Conflict Resolution*, o desafio que a diplomacia contemporânea enfrenta, nesse sentido, está ligado às restrições internacionais impostas aos políticos para não interferirem nos assuntos dos outros Estados. Este vazio e as constantes mudanças da natureza de conflitos abriram espaço para que figuras religiosas e pessoas leigas, movidas por interesses puramente espirituais e humanos, realizassem várias formas de mediação tanto no nível nacional como internacional, na resolução de conflitos políticos, sociais e económicos à volta do mundo. Na maior parte das vezes, elas encontram-se melhor preparadas para dialogar com entidades individuais e colectivas, particularmente em situações onde as desigualdades sócio-políticas e económicas e a insegurança militar são a característica do dia-a-dia. Estas figuras, igualmente, encontram-se melhor preparadas para lidar com questões morais e espirituais complexas em situações que podem, até, ir além dos seus âmbitos e domínios religiosos. É aqui onde Papa Francisco e outras figuras religiosas servem como exemplos emblemáticos de tais abordagens. Eis a razão de, nos parágrafos que se seguem, ter que se perceber com mais profundidade a percepção que o Papa Francisco tem sobre a religião.

O papel da religião no pensamento do Papa Francisco

Num estudo realizado pelo *Center for Strategic and International Studies* (CSIS, 2019) foram examinadas diversas maneiras de resolução de conflitos, sendo uma delas a adoptada em Moçambique, para a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992. A religião foi valorizada como um instrumento fundamental na construção de confiança para a resolução de tais conflitos. O referido estudo concluiu que, diferente de outras entidades que têm sido convidadas para a mediação e resolução de conflitos, os líderes religiosos são os que mais persistem na busca de tais objectivos, mesmo que isso aconteça em meio a tantos desafios e dificuldades.

Um exemplo concreto disso é relatado por Dom Jaime Pedro Gonçalves (Gonçalves, 2014), na altura Arcebispo da Beira e mediador da Igreja Católica moçambicana e do Vaticano, no acordo de Paz, quando ele descreve os desafios enfrentados tanto por si como pela Conferência Episcopal e por

outras designações religiosas nas tentativas feitas para convencer as duas partes a assinarem o referido acordo. O mesmo Arcebispo tornou-se uma figura emblemática ao convencer o Líder da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), Afonso Dlakama, nas matas de Gorongosa, numa altura em que, também havia outras entidades procurando convencer as autoridades governamentais a assinarem o Acordo e pôr fim a 16 anos de guerra civil.

Da análise que Contreras (2013) faz sobre a estratégia usada pelo Vaticano em relação à defesa de causas sócio-políticas e económicas, percebe-se que este organismo usa o seu activismo transnacional para divulgar a sua mensagem e persuadir muitos líderes governamentais e instituições internacionais na promoção do bem comum e da dignidade humana. Eis a razão do autor perceber que, através da sua visão pacificadora e da Doutrina Social da Igreja, a diplomacia do Vaticano terá sempre influência na atmosfera política internacional.

Na senda do magistério dos seus predecessores, Papa Francisco (2015), na Encíclica *Laudato Si`* (LS) clama por um diálogo internacional para resolver os problemas sócio-políticos, económicos e ambientais. Esses problemas, que são as principais fontes geradoras de violência no mundo, exigem soluções que “requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS, nº 139).

Embora reconhecendo os desafios impostos para a busca de soluções para os mesmos problemas, o Papa é apologista de alternativas mais integradas e colectivas do que da busca de soluções individuais e fragmentadas. Por essa razão, ele propõe a criação de políticas públicas capazes de ajudar a sociedade a encontrar soluções benéficas para todos, principalmente para os mais desprivilegiados, a longo prazo. Este posicionamento encontra o seu enquadramento na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG) onde, no nível da relação inter-humana, Papa Francisco (2013) apresenta as bases sobre as quais se deve assentar o edifício da paz, procurando criar soluções para os problemas que afectam a humanidade a nível internacional.

Assim, para que a sociedade goze de paz, justiça e fraternidade duradouras, o Santo Padre acredita na adopção de “um verdadeiro caminho para a paz dentro de cada nação e no mundo inteiro” (EG, nº 221). Ele exorta a sociedade, particularmente os líderes políticos, a se preocuparem para a conquista de resultados a longo prazo e não imediatos, na busca da paz, e a procurarem trabalhar de forma gradual e conjunta na busca de soluções mais integradas.

Em segundo lugar, o Papa incentiva a sociedade a enfrentar os conflitos com frontalidade, de modo a se criar comunicação inter-humana mesmo em meio a desentendimentos. Eis a razão de ele acreditar que “Os ensinamentos da Igreja [...] estão sujeitos a maiores ou novos desenvolvimentos e podem ser objecto de discussão, mas não podemos evitar de ser concretos [...] para que os grandes princípios sociais não [se tornem] meras generalidades que não interpelam ninguém” (EG, nº 182). Não é por acaso que, depois de ter beijado os pés dos líderes políticos do Sudão do Sul, no dia 11 de Abril de 2019, no Vaticano, o Papa (Francisco, 2019) exortou-os a procurar juntos a unidade: “Haverá muitos problemas, mas não tenham medo, [...] resolvam os problemas. Vocês iniciaram um processo: que termine bem. Haverá lutas entre vocês [...]. Que elas ocorram dentro do escritório; diante do povo, as mãos unidas. Assim, de simples cidadãos, vocês se tornarão Pais da Nação”.

Ao seguir por esse caminho, sem ignorar os desafios que as pessoas vão enfrentando na sociedade, o Papa acredita que a resolução de conflitos visa salvaguardar os elementos mais importantes e identitários da dignidade de ambas as partes, como membros que partilham um espaço comum, isto

é, *a nossa casa comum*. É nesse sentido que ele encoraja os líderes mundiais a preverem possíveis situações de conflitos, em seus países, e procurarem resolvê-los antes de os mesmos se tornarem problemas que poderão complicar a vida dos seus cidadãos e dificultar a sua resolução (Rainkie, 2017).

Por fim, na Encíclica *Fratelli Tutti* (FT), o Papa (Francisco, 2020) mostra-se preocupado pelo facto de as pessoas estarem a viver num mundo ensombrado por situações associadas às guerras, à fome, à nudez, à desnutrição, entre outras situações que violam a dignidade da pessoa humana e que podem ser causadoras de conflitos. Diante disso, ele enfatiza a vivência dos valores do Evangelho e convida a cada um a assumir o papel do Bom Samaritano que salvou um homem desconhecido que estava ensanguentado e violentado, depois ter sido arrancado os seus pertences, como o Evangelista Lucas relata (Lc 10, 25-37).

É aqui onde os valores morais que as pessoas têm acabam definindo a própria atitude diante das situações que elas enfrentam no dia-a-dia. É aqui, também, onde, as pessoas, inspiradas no amor universal de Deus, são chamadas à fraternidade, num espírito de abertura até abraçar as pessoas que vivem nas “periferias existenciais”. Finalmente, é aqui onde os muros levantados em favor de interesses particulares, serão substituídos pela abertura de pontes. Já não existem os termos ‘outros’ ou ‘eles’, mas sim, a constituição de um ‘Nós’ que habita o mesmo planeta.

Papa Francisco defende a necessidade de abrir as portas dos corações, procurando realizar aquilo que, em termos morais, seria a coisa certa a fazer, por perceber que somos todos irmãos e irmãs, membros de uma fraternidade universal, chamados à solidariedade e à gratuidade. Além disso, ele convida a cada um a desenvolver um espírito mais humanístico que se preocupa com a criação de um sistema político que promova a dignidade da pessoa humana, e “garanta terra, teto e trabalho para todos. Este é o verdadeiro caminho da paz” (FT, nº 127).

Para Francisco, esse tipo de políticas tem que ser desenhado tendo em vista a necessidade de as pessoas puderem ter espaço de dialogar com abertura e sinceridade, procurando promover uma cultura de encontro, generosidade e respeito para o bem-estar do outro. O mesmo diálogo convida as pessoas a irem ao encontro dos que, ao longo da caminhada e dos conflitos, ficaram lesados e prejudicados por situações que não foram bem resolvidas, para que se pudesse curar as suas feridas, buscando o perdão e a reconciliação. Esses elementos são fundamentais para a busca da paz.

Contudo, contando que é inevitável que haja conflitos entre seres humanos, surge a necessidade de se criar condições para que as guerras sejam evitadas e rejeitadas. É por essa razão que, no fim do seu raciocínio, Papa Francisco convida todas as religiões a criarem e reforçarem os laços dessa fraternidade e amizade social de modo a se evitar que haja mais guerras entre irmãos. Ele aponta, assim, à fraternidade como fundamento e caminho para a paz, que foi o tema da sua primeira Mensagem para o Dia Mundial da Paz (Francisco, 2013a). Isto é profético também para Moçambique, principalmente tendo em consideração o argumento que será desenvolvido no parágrafo que se segue.

Que relevância tem o pensamento de Papa Francisco para Moçambique?

Desde que Moçambique conquistou a sua independência, em 1975, o país ainda não experimentou um período de acalmia político-militar, devido aos confrontos militares entre a Renamo e as forças governamentais. Além disto, o país vive debaixo de ataques militares promovidos por insurgentes com motivações económico-religiosas, no norte de Moçambique. Diante desses problemas, aquando

da sua visita apostólica a Moçambique em Setembro de 2019, o Papa Francisco (Francisco, 2019a), na homilia proferida no Estádio do Zimpeto, exortou o povo moçambicano à paz e à reconciliação visto que “as armas e a repressão violenta [...] criam novos e piores conflitos” e “a equidade da violência é sempre uma espiral sem saída e o seu custo é muito alto”. Desse modo, mesmo consciente das dificuldades associadas a uma verdadeira reconciliação e, consciente de que isso não significa esquecer tudo que aconteceu, o Santo Padre, no seu discurso às autoridades moçambicanas (Francisco, 2019b), convida os moçambicanos a serem artesãos de paz, que continuam a dizer “não à violência que destrói, e sim à paz e à reconciliação”. Assim, os moçambicanos tornar-se-iam “construtores da obra mais bela a ser realizada: um futuro de paz e reconciliação como garantias do direito ao futuro dos vossos filhos”.

Portanto, longe de a violência e de os conflitos armados serem uma opção para a resolução de problemas no país, Papa Francisco (Francisco, 2019a) entende que “Há outro caminho possível, porque é crucial não esquecer que os nossos povos têm direito à paz”. Esse caminho passa por “Amar-nos” uns aos outros e “Superar os tempos de divisão” que “implica também o compromisso diário de cada um de nós ter um olhar atento e ativo que nos leva a tratar os outros com misericórdia e bondade, sobretudo, com aqueles que, pela sua condição, rapidamente acabam rejeitados e excluídos”. Para isso, é necessário que sejam criadas as condições necessárias para a existência de uma paz duradoura, visto que esta passa, primeiro, pelo perdão e reconciliação e pela criação das condições promotoras de uma paz positiva que não se limita ao calar das armas, mas também na promoção da dignidade humana e no desenvolvimento sustentável e inclusivo, “onde cada moçambicano possa sentir que este país é seu” (Francisco, 2019b). De facto, “Sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar a explosão” (Francisco, 2019b). Portanto, é necessário esforçar-se para oferecer educação às crianças, teto às famílias, trabalho às pessoas, e terra aos camponeses.

4. Conclusão

Da discussão aqui desenvolvida, percebe-se que a religião equipara-se à alimentação diária ou à medicação na doença: todas elas, quando consumidas na medida certa, podem ajudar a cada pessoa a manter-se sempre saudável e curar-se das enfermidades. Contudo, devido à instrumentalização que a religião tem sofrido ao longo da história da humanidade, esta acabou sendo vista negativamente por parte de alguns países, povos e civilizações à volta do mundo. Por essa razão, com fundamento no pensamento do Papa Francisco, ilustrado tanto a partir dos seus escritos e corroborado com as acções diplomáticas concretas por si realizadas, assim como da contextualização do debate aqui desenvolvido para o contexto moçambicano, esta reflexão resgatou o valor da religião da distorção que esta sofreu e tem sofrido na sociedade. Tal resgate foi feito procurando recuperar o seu verdadeiro valor e significado, dentro de uma sociedade sedenta de fraternidade e de relações assentes nos valores de respeito, valorização e inclusão, que permitem tecer uma cultura de paz e uma vida sustentável. É por isso que não se pode confinar a religião somente a aspectos espirituais. Foi demonstrado que ela tem um papel relevante na construção de uma sociedade mais fraterna e na promoção da paz que não é simplesmente ausência de guerra, mas busca incansável da salvaguarda da dignidade humana e dos direitos fundamentais. Os líderes religiosos e a sociedade em geral devem estender o seu olhar para outros aspectos, nomeadamente os económicos, sociais, políticos, ambientais, entre outros, procurando encontrar, juntos, soluções mais duradouras, através de acções de sensibilização, actividades comunitárias e de cooperação nas

diversas vertentes, por forma a transformar o mundo num espaço de convivência saudável para todos, por ser a ‘nossa casa comum’.

Referências Bibliográficas

- Anderson, J. (2008). Religion and International Relation. Em M. Imber & T. Salmon. *Issues in International Relations*. Oxon, Inglaterra: Routledge, pp. 77-94.
- Bruce, S. (2011). *Secularization: In Defense of an Unfashionable Theory*. Oxford, Inglaterra: University Press. Volume 93. Issue 1, September 2014.
- Center for Strategic and International Studies (CSIS). (2019). *Pursuing Peace Through Religion*. Recuperado em <https://www.csis.org/node/51040>.
- Contreras, E. M. (2013). *The Vatican in world politics: Transnational activism and the campaign for debt relief*. Dissertação de Mestrado. San Diego State University. Recuperado em http://sdsu-dspace.calstate.edu/bitstream/handle/10211.10/4776/Magana%20Contreras_Elizabeth.pdf?sequence=1.
- Durkheim, E. (1996). *As formas e elementos da vida religiosa: o sistema totémico na Austrália*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Fox, J. (2013). *An Introduction to Religion and Politics (Theory and Practice)*. Oxon, Inglaterra: Routledge.
- Fox, J. & Sandler, S. (2006). *Religion in World Conflict*. Oxon, Inglaterra: Routledge.
- Francisco (2020). *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Recuperado em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html.
- _____. (2019). *Retiro Espiritual para os Líderes do Sudão do Sul. Discurso do Papa Francisco*. Recuperado em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/april/documents/papa-francesco_20190411_leaders-sudsudan.html.
- _____. (2019a). *Homilia do Santo Padre. Viagem Apostólica do Papa Francisco a Moçambique, Madagáscar e Maurícias*. Recuperado em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2019/documents/papa-francesco_20190906_omelia-mozambico.pdf.
- _____. (2019b). *Discurso do Santo Padre às autoridades moçambicanas*. Recuperado em <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-09/papa-francisco-viagem-mocambique-autoridades-discurso-integral.html>.
- _____. (2015). *Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*. Recuperado em https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf.
- _____. (2013). *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Recuperado em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html.
- _____. (2013a). *Mensagem para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz Fraternidade como fundamento e caminho para a paz*. Recuperado em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxvii-giornata-mondiale-pace-2014.html.

- _____ & Tayyeb, A. M. (2019). *Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da Paz Mundial e Convivência Comum*. Recuperado em https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.
- Gonçalves, J. P. (2014). *A Paz dos Moçambicanos*. Maputo, Moçambique: CIEDIMA.
- Habermas, J. (2008). *Between Naturalism and Religion: Philosophical Essays*. Cambridge, Inglaterra: Polity Press.
- Jackson, R. & Sørensen, G. (2012). *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.
- McCowan, T. (2019). Os perigos do conceito de impacto no ensino superior. *Revista Eletrônica de Educação*, 13(3), 777-795. Recuperado em <http://dx.doi.org/10.14244/198271993592>.
- Rainkie, A. (2017). *Confronting a Triple Threat: Religion as a Response to Current Social, Political, and Environmental Crises*. Dissertação de Mestrado. Simon Fraser University, Faculty of Arts and Social Sciences, Burnaby, Canada.
- Rozario, M. (2014). *The Emergence and Cascading of Pope Francis' Norm of Social Justice*. Recuperado em <https://www.e-ir.info/2014/12/18/the-emergence-and-cascading-of-pope-francis-norm-of-social-justice/>.
- Weber, M. (1949). Religious rejections of the world and their directions. Em H. Gerth & C.W. Mills (Eds). *Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press.

A Universidade Católica de Moçambique na busca do cuidado da casa comum: Avaliação da sustentabilidade no currículo universitário

UCM in search for caring for our common home: assessing sustainability in university curricula

Ali Atumane

aatumane@ucm.ac.mz

Anna Fontana

anna.fontana@ucm.ac.mz

Maria Albertina Barbito

mbarbito@ucm.ac.mz

Roberto Mendes

rmendes@ucm.ac.mz

Geraldo Fernando Vunguire

gvunguire@ucm.ac.mz

Resumo

As Instituições de Ensino Superior têm um papel importante a desempenhar na formação académica e mudança de comportamento. Daí, a presente pesquisa ir ao encontro da busca do cuidado da casa comum, referida pelo Papa Francisco, numa economia mais humana, na Encíclica *Laudato Si'*. Teve como objectivo examinar os conteúdos programáticos das disciplinas do curso de Licenciatura em Economia e Gestão da Faculdade de Economia e Gestão, seguindo os Métodos STAUNCH como critério de avaliação do desenvolvimento sustentável, considerando quatro categorias: economia, ambiente, sociedade e temas transversais, na busca do cuidado da casa comum. A pergunta central é: Até que ponto os conteúdos programáticos das disciplinas do referido curso vão ao encontro dos critérios de avaliação do desenvolvimento sustentável, seguindo os critérios de avaliação nos Métodos de STAUNCH? Usou-se como metodologia de pesquisa a análise dos conteúdos do curso com base nos Métodos STAUNCH como contribuição curricular para o referido critério de avaliação. Aplicou-se para análise de dados o programa SPSS. Conclui-se que a maior parte das disciplinas do curso carece de uma maior atenção em relação aos pilares ambientais, económicos e sociais, considerando-os fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Recomenda-se uma revisão curricular que responda às exigências ambientais e sociais, uma economia mais humana.

Palavras-chave: Conteúdos programáticos, Métodos de STAUNCH, Desenvolvimento Sustentável e *Laudato Si'*.

Abstract

Higher Education Institutions have an important role to play in academic training and behaviour change. Hence, this research concerns around the care of the common home, for a more humane economy, as referred to by Pope Francis, in the Encyclical *Laudato Si'*. The objective was to examine the programmatic contents of the disciplines of the course of Economics and Management at the Faculty of Economics and Management, following the STAUNCH Methods as a criterion for assessing sustainable development, considering four categories: economy, environment, social and cross-cutting themes, in search of the care of the common

home. The central question is: To what extent do the programmatic contents of the disciplines of this course meet the criteria for assessing sustainable development, following the assessment criteria of the STAUNCH Methods? The research methodology was the analysis of the curricula contribution to sustainable development assessment criteria, based on the STAUNCH Methods. The SPSS program was applied for data analysis. It is concluded that most of the disciplines of the course lack greater attention in relation to environmental, economic and social pillars, considering them fundamental for sustainable development. It is recommended a curriculum review that helps pave the way for a more humane economy.

Keywords: Programmatic contents, STAUNCH Methods, Sustainable Development and *Laudato Si'*;

1. Introdução

Após a publicação da *Laudato Si'*, em 2015, os Reitores da maior parte das instituições Católicas de Ensino Superior assinaram uma carta intitulada *Laudato Si': On the Care of Our Common home, Statement of Leaders in Catholic Higher Education Globally*. Na referida carta, eles comprometeram-se a estudar, agir e promover os ideais e as visões relacionadas com a ecologia, mormente ao "cuidado da casa comum", ao desenvolvimento humano integral, à preocupação com os pobres e à promoção do bem comum. Eles comprometeram-se também a formar cidadãos ecologicamente sensíveis, capazes de promover um diálogo aberto e honesto tanto com a sociedade como com o meio ambiente.

Dando continuidade às ideias dos Reitores Católicos e à Encíclica do *Laudato Si*, precisa-se de transformar o modelo de desenvolvimento global, para que apareçam novos modelos de progresso. Isto implica reflectir responsabilmente "sobre o sentido da economia e dos seus objectivos, para corrigir as suas disfunções e deturpações" (LS, nº 194). Uma destas formas é a degradação dos recursos da terra em que se verifica que a economia só está preocupada em explorar, obtendo mais dinheiro sem se preocupar em repor o que foi tirado da terra. Esta forma de retirar excessivamente, sem controlo do que a terra nos dá cria um desequilíbrio no próprio ecossistema das espécies existentes na terra. Portanto a "nossa casa comum" deixa de ser respeitada devido aos interesses económicos.

A agressão da terra feita pelo explorador económico acaba afectando a sociedade, provocando mudanças climáticas, qualidade e quantidade de água potável indispensável para o sustento da vida, passando a haver secas que dificulta a produção de alimentos. A situação afecta também Moçambique, um país pobre, com elevado risco de ciclones.

Através da maximização do lucro, que tende a isolar-se de todas as outras considerações, há uma distorção conceptual da economia, onde o mais importante é aumentar a produção, deixando de haver a preocupação nos recursos futuros ou na saúde do meio ambiente.

A verdade é que a UCM se preocupa na transformação do homem moderno, que deve ser educado para o recto uso do poder, para que o imenso crescimento tecnológico seja acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores e à consciência. O Papa Francisco afirma que o ser humano "carece de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o contenham dentro dum lúcido domínio de si" (LS, 105).

1.1. Definição do Problema

O *modus operandi* da economia desde a revolução industrial vem degradando o meio ambiente, através da perda do valor do cuidado da natureza, destruindo os recursos naturais, que sustentam a vida humana pela política de descarte, comprometendo o bem-estar socio-ambiental.

O apelo da Igreja faz com que as Instituições de Ensino Superior Católicas não fiquem indiferentes a esta problemática, na busca duma vida sustentável, promovendo assim debates, estudos, acções em prol do cuidado da “casa comum”. É neste âmbito que os currículos das diferentes áreas de aprendizagem devem trazer conteúdos relacionados ao desenvolvimento sustentável, facto que pode contribuir, na formação integral dos alunos com uma visão do cuidado ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável, mormente económico, social e ambiental deve estar presente no curso de Licenciatura em Economia e Gestão, da Faculdade de Economia e Gestão, que é leccionado desde 1996. O currículo académico deste curso tem vindo a ser alterado de acordo com as exigências do Ministério de Ciência e Tecnologia e das políticas académicas da própria instituição. O objectivo geral do curso é de formar economistas e gestores com bases sólidas de conhecimento científico e prático, capazes de responder às diferentes dimensões organizacionais, dinâmicas económicas com competências para desempenhar qualquer função de economista e/ou gestor no mercado de trabalho nacional assim como internacional, tendo em conta os progressos tecnológicos e os valores éticos e morais. O curso tem 39 unidades curriculares distribuídas ao longo de 4 anos, totalizando 240 créditos. Assim tem contribuído na formação de uma boa parte de economistas a nível nacional, por isso a sua eleição para o presente estudo. Daí surgiu a seguinte pergunta central: Até que ponto os conteúdos das disciplinas do curso de Licenciatura de Economia e Gestão vão ao encontro dos critérios de avaliação do desenvolvimento sustentável, seguindo os critérios de avaliação nos Métodos de STAUNCH (*The Sustainability Tool for Assessing Universities Curricula Holistically*)?

1.2. Objectivo de Estudo

Examinar os conteúdos das disciplinas do curso de Licenciatura em Economia e Gestão da Faculdade de Economia e Gestão, seguindo os Métodos STAUNCH como critério de avaliação do desenvolvimento sustentável, considerando quatro categorias: economia, ambiente, sociedade e temas transversais, na busca do cuidado da casa comum.

2. Contextualização Teórica

2.1. O cuidado da casa comum a partir da encíclica *Laudato Si'*

A Igreja Católica tem demonstrado o seu apreço à temática ambiental, cuja reflexão tem o seu ápice na encíclica *Laudato Si'* (LS) publicada em 2015, completamente destinada às questões ambientais. O documento assinado pelo Papa Francisco proporciona uma visão da realidade relacional, transversal e holística.

Nos últimos anos, a teia que sustenta a vida de todos os seres vivos (Capra, 1996) tornou-se frágil e em perigo com a conseqüente degradação do ser humano. Portanto, a Igreja, preocupada com esta alarmante situação e lembrando o desígnio de Deus que reconhece a beleza e bondade da criação (cfr. Gen 1-2), questiona o paradigma existente e oferece uma perspectiva de ecologia integral, que aponta para a responsabilidade humana, que cuida e guarda as coisas criadas (Pereira, 2019).

O termo integral ilustra que a crise existencial abrange múltiplas crises que estão, intimamente, entrelaçadas. “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental” (LS, nº 139). A intrínseca conexão entre a pobreza e a crise ecológica são duas faces da mesma medalha. Por este motivo é necessária uma colaboração integral para combater a pobreza, dar novamente dignidade aos excluídos e, contemporaneamente, salvaguardar a natureza.

A agressão socio-ambiental é evidenciada por sete temáticas (Barbosa, 2020), nomeadamente: a) a poluição e mudanças climáticas que afectam a todos e produzem efeitos catastróficos (LS, nº 20); b) a questão da água, indispensável para sustentar a vida, “especialmente na África, onde grandes sectores da população não têm acesso a água potável segura, ou sofrem secas que tornam difícil a produção de alimento” (LS, nº 28); c) a perda de biodiversidade que leva ao desaparecimento de “milhares de espécies vegetais e animais, que já não poderemos conhecer, que os nossos filhos não poderão ver” (LS, nº 33); d) a deterioração da qualidade de vida humana e degradação social que se têm intensificado na sociedade consumista do “usa e deita”, criando uma dicotomia entre a dimensão técnica e a dimensão ética, a detrimento de uma ecologia humana (LS, nº 8); e) a desigualdade planetária torna-se cada vez mais dramática e afecta particularmente a parte da sociedade mais vulnerável: os pobres (LS, nº 48); f) a fraqueza das reacções perante a catástrofe do degrado sócio ambiental que tem provocado o mal tratamento e ferimento da “nossa casa comum” devido a interesses particulares e económicos (LS, nº 56) e g) a diversidade de opiniões que abrange um leque de perspectivas.

Com um olhar amplo, lendo a encíclica *Laudato Si'* compreende-se que tudo está interligado: os seres humanos, a natureza, o meio ambiente, a criação e a sociedade. Consequentemente, eis a grande afirmação de que a ecologia humana e a ecologia ambiental caminham juntas. Portanto, deve-se adoptar valores éticos e morais, que respeitem e cuidem pela conservação do mundo natural. Mudar a mentalidade, o estilo de vida e o comportamento humano torna-se a solução para evitar a degradação ambiental em curso e criar um novo relacionamento entre as pessoas e a natureza (Dos Santos, 2016).

À luz da encíclica *Laudato Si'*, o teólogo Kureethadam (2019) resume “dez mandamentos verdes” que permitem cuidar da vida humana e da “casa comum”. Os referidos mandamentos que espelham os três verbos fundamentais da Doutrina Social da Igreja: ver, julgar e agir são, nomeadamente: 1) cuidar da Terra, nossa casa comum, que está em perigo; 2) escutar o grito dos pobres que são as vítimas proporcionadas da crise da nossa casa comum; 3) redescobrir uma visão teológica do mundo, cujo degrado ecológico é sintomático numa crise profundamente espiritual; 4) admitir que o abuso sobre a criação é um pecado ecológico; 5) reconhecer as raízes humanas mais profundas da crise da nossa casa comum; 6) desenvolver uma ecologia integral, reconhecendo que somos todos inter-relacionados e interdependentes; 7) morar numa nova forma na casa comum e geri-la num modo mais responsável através de uma nova economia e cultura política; 8) educar à cidadania ecológica através de uma mudança de estilos de vida; 9) abraçar uma espiritualidade ecológica que alcance uma comunhão com todas as criaturas de Deus; e 10) cultivar as virtudes ecológicas do louvor, gratidão, cura, justiça, trabalho, sobriedade e humildade.

2.2. Gestão Ambiental nas IESs

O desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e sectores da sociedade, acaba por envolver também o sector da educação, mais especificamente as Instituições de Ensino Superiores (Tauchen & Brandli, 2006). A preocupação da integração da sustentabilidade ambiental na universidade remota a década 1970. Desde a declaração de Estocolmo sobre ambiente humano em 1972 (ONU, 1972), o movimento nacional e internacional de declarações de sustentabilidade relevante ao ensino superior, foi ganhando espaço (Wright, 2002). Esta declaração inicial foi seguida por tantas outras como: Tbilisi (ONU, 1977); presidentes das universidades para o futuro da sustentabilidade (*Association of University Leader for a Sustainable Future*, 1990); Halifax (*International Association of Universities*, 1991), relatório da Conferência da ONU em ambiente e desenvolvimento, capítulo de promoção da educação e consciência pública e treinamento (1992); Conferência internacional do ambiente e sociedade – educação e consciência pública para a sustentabilidade (1997); entre outras.

As IES têm-se dedicado, por muito tempo, à educação ambiental. Este processo tem sido permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação, que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros (MICOA, 2009). Esta educação ambiental desempenha um papel fundamental na criação e elevação da sensibilidade dos cidadãos, para o seu crescente envolvimento na procura de soluções para os problemas ambientais - resolução nº 5/95 Política Nacional do Ambiente (Tauchen & Brandli, 2006). Porém, a contribuição das IES, através de programas ambientais educativos, por si só, não são eficientes, sendo necessário, adotar medidas proactivas dentro dos sectores existentes, através da redução de gastos por bens e serviços (água, energia, papel...), reciclagem e separação de lixo, entre outras, o que leva à eficácia de programas de educação ambiental (Scheidegger & Calenzani, 2019).

Esta necessidade de clareza na implementação das questões ambientais nas IES, levou ao lançamento da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) pela *World Commission on Environment and Development* (WCED) em 1987, que foi aprimorada na conferência do Rio em 1992 e Johannesburg em 2002 (Jickling & Wals, 2008). Ao longo do período, foram empreendidos vários esforços para transformar a educação ambiental em educação para o desenvolvimento sustentável, numa abordagem mais ampla, que se assenta nos pilares da sustentabilidade ambiental, social e económica, e não apenas baseada nas ciências ambientais (Campello & Silveira, 2016). Estes esforços culminaram com a resolução 57/254 da ONU em 2002 que declarou a década da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), com início em 2005 (Jickling & Wals, 2008). Nesta década, foram desenvolvidas nas IES várias políticas e acções em prol do desenvolvimento sustentável, com foco nas operações físicas verdes (*greening physical operations*) e na educação sustentável (Jickling & Wals, 2008). Este foi o resultado de reconhecimento de que as declarações nacionais e internacionais de sustentabilidade não são suficientes, sendo necessário uma micro-abordagem para a sustentabilidade nas IES, através da criação de políticas de sustentabilidade ambiental.

2.3. A sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IESs)

O desenvolvimento nas sociedades sempre teve um cunho económico. No entanto, a consideração ambiental e social no desenvolvimento vem, cada vez mais, tomando lugar nas últimas décadas, exaltando assim a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável, não só deve ser de dimensão

económica, mas também apropriado em relação à ecologia e ao desenvolvimento cultural ou social (Gadotti, 1999). Esta abordagem visa melhorar a preservação do meio ambiente assim como melhorar a qualidade de vida das pessoas de modo a garantir um futuro melhor para as próximas gerações. Este rumo, permitiu que as discussões sobre as questões ambientais ganhassem visibilidade e despertassem preocupações em várias áreas do conhecimento (Pacheco, Kwanishi, & Do Nascimento, 2019), para garantir estabilidade a longo prazo da economia, maior justiça social e o cuidado do meio ambiente.

Moçambique encontra-se entre as mais de 190 nações que adoptaram, em Setembro de 2015, “A Agenda 2030 e os objectivos de desenvolvimento sustentável” (ODS), ambos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) cujo paradigma de desenvolvimento obedece às dimensões económica, ambiental e social, que impulsiona uma integração entre o crescimento económico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Esta visão integral do desenvolvimento é um grande passo em frente, resultado de processos participativos globais que destacam a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas e a defesa e satisfação dos direitos sociais básicos. Esta preocupação universal engloba as Instituições do Ensino Superior, das quais faz parte a UCM, que surgiu para equilibrar as desigualdades sociais, formando pessoas que possam ser mais justas, fraternas e pacíficas, transformando a sociedade.

3. Metodologia

Usou-se como metodologia de pesquisa a análise dos conteúdos do curso com base nos Métodos STAUNCH como critério de avaliação do desenvolvimento sustentável, considerando quatro categorias: economia, ambiente, sociedade e temas transversais, no cuidado da “casa comum”. Aplicou-se para análise de dados o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Foi preocupação da equipe de pesquisa conhecer os conteúdos das disciplinas do curso de Economia e Gestão de modo a avaliar a contribuição relacionada ao desenvolvimento sustentável. Este deve promover um desenvolvimento humano integral que tenha uma mentalidade de uma economia menos lucrativa e mais social; permitindo apoiar os mais pobres, para que estes também tenham acesso aos recursos básicos. É importante que a comunidade académica tenha “consciência de quais sejam as raízes mais profundas dos desequilíbrios actuais: estes têm a ver com a orientação, os fins, o sentido e o contexto social do crescimento tecnológico e económico” (LS', nº 109).

Os conteúdos das disciplinas do curso de Licenciatura em Economia e Gestão foram analisados com base no Método STAUNCH usando critérios de seleção de conteúdos de acordo com a descrição abaixo apresentada.

Economia: PNB, Produtividade; Uso de recursos, exaustação (materiais, energia, água); Finanças e Desenvolvimento Sustentável; e, Produção, padrões de consumo e Economia de desenvolvimento;

- Ambiente: Política/administração; Produtos e serviços (incluindo transporte); Poluição /acumulação de resíduos tóxicos/efluentes; Biodiversidade; Eficiência de recursos e ecoeficiência; aquecimento global, emissões, chuva acida, mudanças climáticas e depilação do ozono; Recursos (depilação, conservação) (materiais, energia, água); Desertificação, desflorestamento, uso da terra; depilação de ozono; e, Alternativas;
- Sociedade: Política/administração; Produtos e serviços (incluindo transporte); Poluição /acumulação de resíduos tóxicos/efluentes; Biodiversidade; Eficiência de recursos e

coeficiência; Aquecimento global, emissões, chuva acida, depilação do ozono; Recursos (depilação, conservação) (materiais, energia, água); Desertificação, desflorestamento, uso da terra; depilação de ozono; e, Alternativas;

- Temas Transversais: Pessoas como parte da natureza/limites para crescimento; Pensamento sistemático /aplicação; Responsabilidade; Boa Governação; Pensamento holístico; Pensamento a longo prazo; Comunicação/relatório; Declarações de Desenvolvimento Sustentável; Disciplinaridade; e, Ética/Filosofia.

Para cada categoria existem vários critérios de avaliação gradativa com variáveis de 0-3, em que: 0 - significa que o assunto não é mencionado; 1 – mencionado, sem explicação como é abordado; 2 - descrito, mencionado com uma breve descrição, como é abordado e 3 – discutido, com uma explicação compreensiva e extensiva como é abordado.

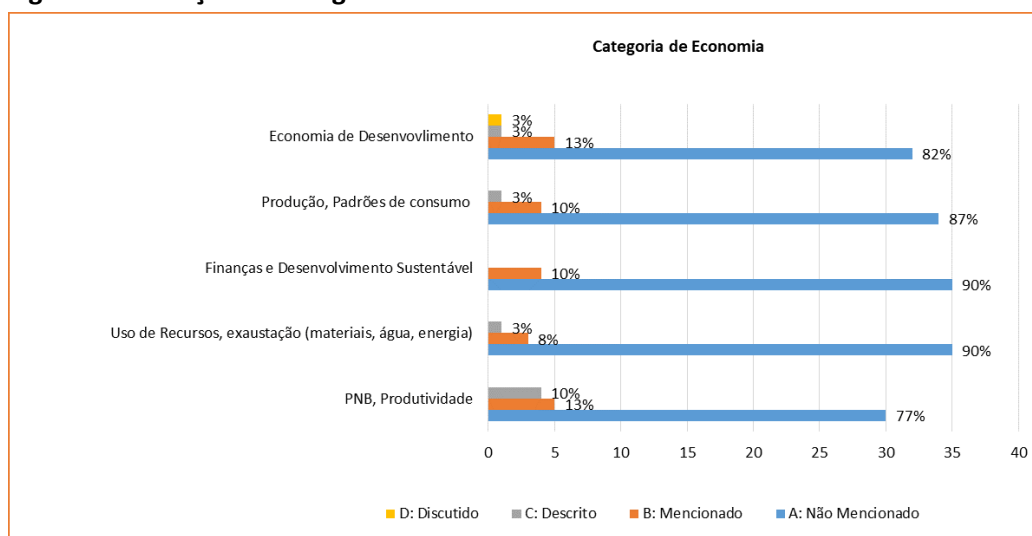
O método foi aplicado a todos os objectivos de aprendizagem e aos conteúdos das disciplinas, exceptuando os Seminários e a Monografia. Os resultados foram analisados de acordo com uma matriz devidamente preenchida, onde constavam os nomes das disciplinas e os critérios de avaliação dos respectivos métodos com suporte ao Programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

4. Apresentação, análise e discussão dos resultados

4.1. Avaliação da categoria de Economia no Currículo

Entre os 5 critérios de selecção que compõem a categoria de economia, as que mais se destacam no contributo curricular, são, em ordem crescente: (a) uso de recursos, (b) produção e padrões de consumo, (c) PNB, produtividade, e (d) economia de desenvolvimento. Esses perpassam os critérios de avaliação, ou seja, além de serem mencionados, são objecto de descrição e há uma explicação compreensiva e extensiva como a economia de desenvolvimento é abordada. O gráfico da Figura 1 ilustra os critérios e números de disciplinas nas diferentes escalas (de A a D) com os critérios de avaliação: mencionados, descritos, e discutidos de forma compreensiva em 21 vezes, 7, e 1 vez. Nas disciplinas do curso.

Figura 1: Avaliação na categoria de Economia



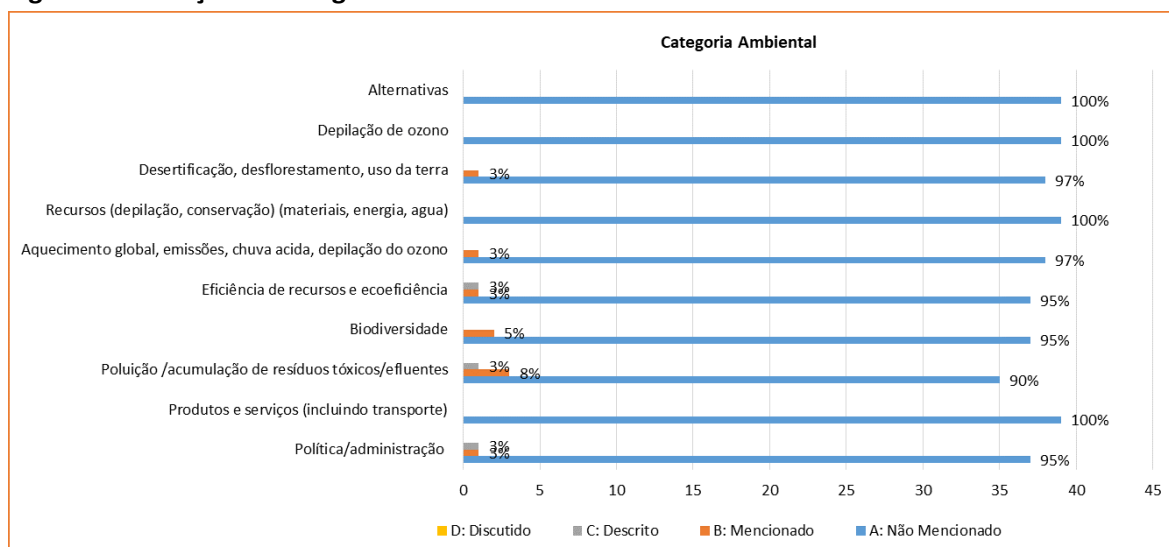
Fonte: Autor, 2021

A análise de cada critério mostra que “Economia de desenvolvimento” é mencionada e abordada em cinco disciplinas (13%), descrita em uma disciplina (3%), e discutida de forma compreensiva também em uma disciplina (3%). Este é o único critério que é explicado de forma exaustiva e compreensiva. O critério “Produção Nacional Bruto” (PNB) e produtividade é abordado em 5 disciplinas (13%) e descrito com explicação em quatro disciplinas (10%). Quanto aos critérios “uso de recursos”, e “produção, padrão de consumo”, são mencionados em 3 (8%) e 4 (10%). O critério “finanças e desenvolvimento” é o menos abordado, e apenas 4 disciplinas mencionam sem nenhuma explicação. Os dados do gráfico mostram que a produção, padrão de consumo, contribuiu para um consumo e uma produção mais responsável; exaustão no uso de recursos; e financiamento do desenvolvimento sustentável são os critérios menos mencionados e pouco discutidos. Estes critérios são de carácter indispensável no conteúdo curricular para uma economia orientada a uma ecologia integral, uma economia mais humana e com visões ecológicas.

4.2. Avaliação da categoria Ambiente no Currículo

Entre os 10 critérios de selecção que compõem a categoria de ambiente, os que mais se destacam no contributo curricular são em ordem decrescente: (a) poluição; (b) política e administração; (c) eficiência de recursos e eco-eficiência; e (d) biodiversidade. Nos 3 primeiros critérios de destaque, além de serem mencionados, são objecto de descrição, enquanto no último apenas é mencionado. O gráfico da Figura 2, ilustra os critérios e números de disciplinas nas diferentes escalas (de A a D). Os critérios de avaliação são mencionados e descritos em 9 vezes, e 3 vezes nas disciplinas do curso.

Figura 2: Avaliação na categoria Ambiental



Fonte: Autor, 2021

De acordo com a categoria “Ambiente”, analisaram-se os critérios mencionados anteriormente, obtendo-se os seguintes resultados em percentagens: na política/administração e eficiência de recursos e eco-eficiência, sem explicação em apenas uma disciplina 2,6% e descritas com breve explicação também em uma disciplina 2,6%; a nível da poluição /acumulação de resíduos tóxicos/efluentes foi mencionado sem explicação 7,7% e com explicação 2,6%; para a biodiversidade, aquecimento global, emissões, chuva ácida, depilação do ozono e desertificação, desflorestamento, uso da terra foram discutidas, houve uma breve explicação compreensiva como são abordados em

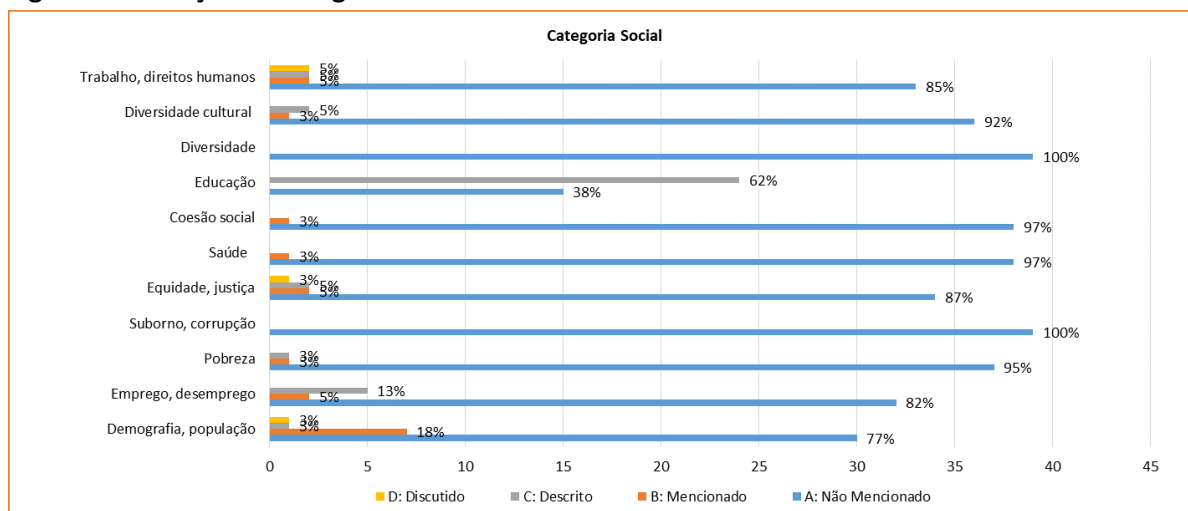
5,1%; e, nos produtos e serviços (incluindo transporte), recursos (depilação, conservação) (materiais, energia, água), depilação de ozono e alternativas - não foram mencionados em 100%.

Tentando perceber melhor esta situação, descobre-se que apenas uma disciplina do curso de Economia (Economia do Ambiente e dos Recursos) aborda os critérios assinalados, com um contributo positivo, pois verificou-se que há explicação, compreensão e discussão dos conteúdos na sala de aula. Isto vai ao encontro da ideia dos autores Pacheco, Kwanishi e Do Nascimento, 2019, quando dizem que é importante permitir as discussões sobre questões ambientais para que ganhem visibilidade e despertem preocupações em várias áreas do conhecimento. Também vai ao encontro da preocupação do MICOA (2009) cuja educação ambiental é um caminho que desperta indivíduos como alunos e a comunidade a tomarem consciência do meio ambiente e agirem em prol do desenvolvimento sustentável.

4.3. Avaliação da categoria Social no Currículo

Os 11 critérios de selecção que compõem a categoria social: demografia, população; emprego, desemprego; pobreza; suborno, corrupção; equidade, justiça; saúde; coesão social; educação; diversidade; Diversidade cultural; e Trabalho, direitos humanos (condições de trabalho) dos quais se destacam no estudo os seguintes: (a) trabalho, direitos humanos, (b) equidade, justiça e (c) demografia, população, que perpassam os critérios de avaliação além de serem mencionados, são objecto de descrição. Isto é, há uma explicação compreensiva e são abordados nas disciplinas do curso 6 vezes, 5 e 9 vezes; para além desta constatação, também tem sido dada uma particular atenção ao emprego e desemprego, tratado em 7 disciplinas, com destaque para as de Macroeconomia.

Figura 3: Avaliação na categoria social



Fonte: Autor, 2021

O critério educação é abordado em 24 disciplinas, o que é entendido como uma oportunidade de aprendizagem que permite aos estudantes adquirirem ferramentas úteis para a sua profissão, mas também desenvolver habilidades de vida, numa visão de formação integral da pessoa. Porém, quatro parâmetros, designadamente os de suborno, corrupção e diversidade, honestidade e transparência não são mencionados no âmbito curricular.

No concernente à diversidade, pode-se deduzir que há uma tendência a enfatizar a monocultura e uma economia única em detrimento da diversificação social, cultural, política e, em particular, económica. Esta diversidade preconiza uma poliedricidade de presenças que, quando bem geridas, oferecem oportunidades de real desenvolvimento humano e social. Há necessidade de diversificar a economia moçambicana, declarada nos documentos, cujas realizações práticas parecem mais difíceis (Mussagy, 2021) e potenciar a diversidade de alternativas de emprego, a fim de criar uma distribuição mais équa da riqueza.

A diversidade cultural é tratada em 3 disciplinas do curso em várias temáticas como: língua, tradições, culinária, religião, costumes e de organização familiar. Temáticas, que devem ser cultivadas, na aposta de uma economia criativa e de contribuição para o diálogo, a compreensão mútua e o fortalecimento da coesão social. Este critério de selecção é mencionado numa disciplina.

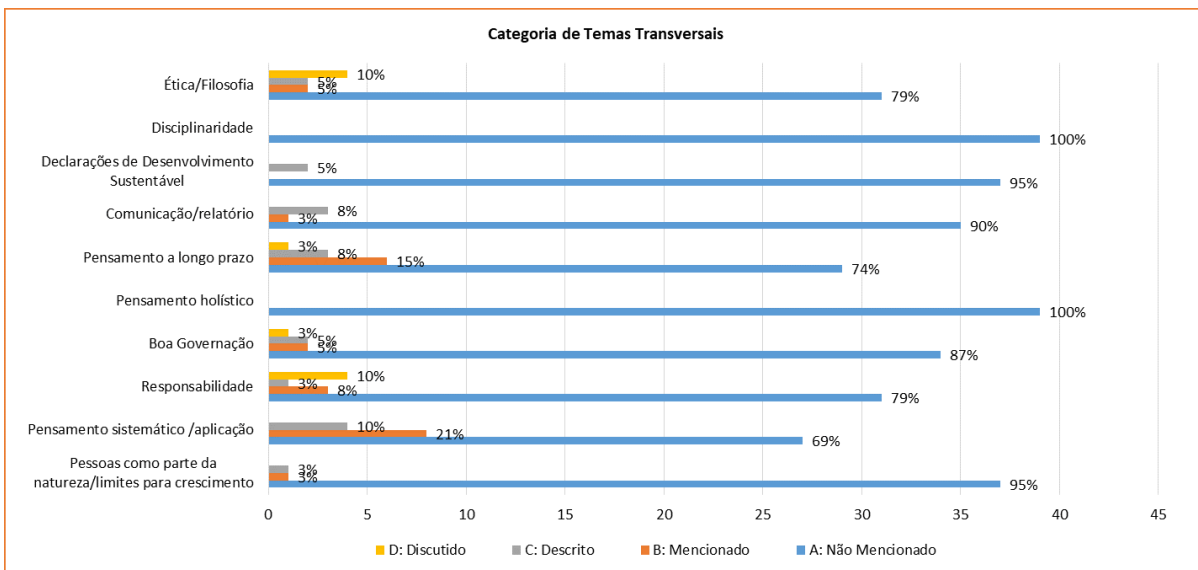
A pobreza é apenas mencionada e abordada em duas disciplinas. Tomando em consideração de que há previsão de aumento do número de pessoas que entram em situação de pobreza, ainda agravado pelo impacto da Covid-19 (Mussagy, 2021), o aumento dos índices de pobreza coloca Moçambique fora da meta de erradicação da pobreza, preconizada nos ODS. Portanto, é urgente aprofundar esta dimensão para que a economia seja mais inclusiva e de oportunidades para todos os cidadãos e não incida no agravamento do indicador de saúde, citado numa disciplina.

De um modo geral, apesar das unidades curriculares tomarem em consideração os critérios de selecção da categoria social - foram identificadas 25 vezes nas disciplinas do curso. E, considerando as percentagens do gráfico há necessidade de fortalecer a dimensão social e todas as vertentes ligadas ao ser humano, a fim de que haja uma maior harmonização entre o desenvolvimento económico, a conservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas da geração actual e das futuras gerações, promovendo, assim, uma economia mais humana, fraterna e solidária.

4.4. Avaliação da categoria Temas transversais no Currículo

Nos 10 critérios de selecção que compõem a categoria de temas transversais, os que mais se destacam, são, em ordem crescente: (a) governança, (b) pensamento a longo prazo (c) ética, e (d) responsabilidade. Estes critérios de avaliação, além de serem mencionados, são objecto de descrição, têm uma explicação compreensiva e são abordados nas disciplinas 23 vezes, 18 e 10 vezes.

Figura 4: Avaliação na categoria dos temas s Transversais



Fonte: Autor, 2021

Analisaram-se os critérios de selecção e foram obtidos os seguintes resultados em percentagens:

No critério pessoas como parte da natureza/limites para crescimento, o assunto não é mencionado em 94,9%, foi mencionado sem explicação como é abordado em apenas 2,6% e descrito com breve explicação também 2,6%.

Para o critério de selecção o pensamento sistemático/aplicação observou-se que o critério de avaliação o assunto não é mencionado, tem uma percentagem de 69,2%; o critério de avaliação foi mencionado sem explicação como é abordado, tem uma percentagem de 20,5% e o critério de avaliação descrita com breve explicação tem uma percentagem de apenas 10,3%. No critério de selecção, a responsabilidade, o assunto não é mencionado em 79,5%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 7,7%, descrita com breve explicação em 2,6% e discutida com explicação compreensiva em 10,3%.

No critério de selecção governança, o assunto não é mencionado em 87,2%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 15,4%, descrita com breve explicação também 7,7% e discutida com explicação compreensiva em 2,6%. Para o Pensamento a longo prazo, o assunto não é mencionado em 74,4%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 7,7%, descrita com breve explicação em 2,6% e discutida com explicação compreensiva em 10,3%.

Para o critério de selecção a comunicação (*Reporting*), o assunto não é mencionado em 89,7%, foi mencionada sem explicação como é abordado em 2,6% e descrita com breve explicação em apenas 7,7%. E, na Ética/Filosofia, o assunto não é mencionado em 79,5%, foram mencionadas sem explicação como é abordado em 5,1%, descrita com breve explicação em 5,1% e discutida com explicação compreensiva em 10,3%.

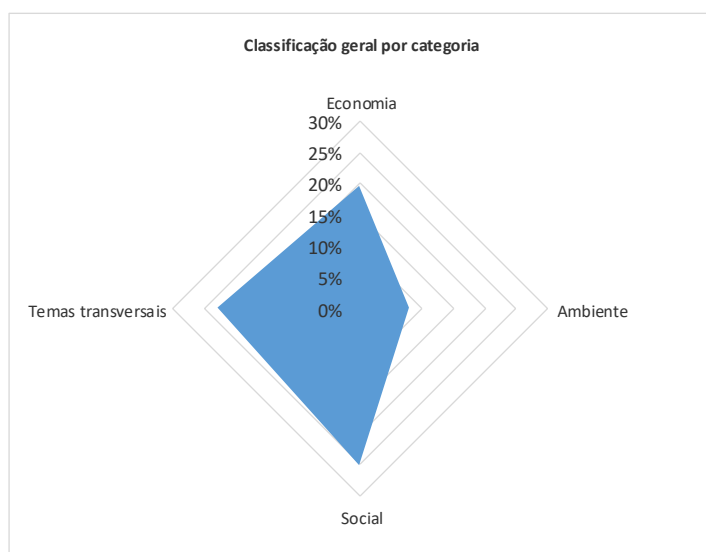
No critério nível da Declaração de Desenvolvimento Sustentável, o assunto não é mencionado em 94,9% e descrita com breve explicação em 5,1%. E, no Pensamento Holístico e Disciplinaridade, os assuntos não foram mencionados em 100%.

De acordo com a grelha curricular do curso de Economia e Gestão, pode-se perceber que as disciplinas que abordam de certo modo com profundidade/de forma descritiva e compreensiva os critérios de selecção são: Fundamentos da Teologia Católica, Fundamentos de Gestão e a Ética.

4.5. Classificação geral das categorias

A soma das médias das escalas dividido pelo número total das disciplinas permitiu deduzir a percentagem geral de cada categoria. A figura 5 mostra essas percentagens. A categoria social teve a melhor classificação 25%, seguida da categoria de temas transversais com 23% e economia com 19%. Contudo, a categoria de ambiente teve a mais baixa classificação 7%.

Figure 5: Avaliação geral das categorias



Fonte: Autor, 2021

A categoria social, temas transversais e economia também tem maior número de abrangência em disciplinas, tais como, 25, 23 e 17 respectivamente. Ao contrário a categoria ambiente apenas abrange 8 disciplinas. Portanto, além de menor abrangência, o grau de abordagem da temática também é fraco, 7%.

5. Conclusões e Recomendações

A avaliação da sustentabilidade no currículo do curso de Economia e Gestão com recurso ao Método STAUNCH, nas categorias de economia, ambiente, social e temas transversais e em função dos critérios usados em cada uma das categorias e os resultados, pode se concluir que os critérios da categoria social, transversais e económicos são os mais considerados. Existindo assim pouca atenção aos critérios ambientais. Contudo, maior parte das disciplinas do curso carece de uma maior atenção em relação aos pilares ambientais, mas também um reforço aos pilares económicos e sociais, considerando-os fundamentais para um desenvolvimento sustentável. Recomenda-se uma consideração dos conteúdos relacionados com o desenvolvimento no processo de revisão curricular

continua, de modo a contribuir para uma economia mais humana, garantindo assim um equilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável e respeitando a casa comum.

Considerando os desafios actuais e a necessidade de repensar numa economia que tenha em conta a ecologia integral, na revisão curricular seria oportuno considerar de forma mais profunda os seguintes aspectos destacados nas categorias analisadas:

- Economia: Uso de recursos, exaustão (materiais, água, energia, água); finanças e desenvolvimento sustentável; produção e padrões de consumo.
- Ambiente: políticas; produtos e serviços; biodiversidade; eficiência de recursos e ecoeficiência; Aquecimento global; depilação do ozono; recursos (depilação, conservação, materiais, energia, água); desertificação, desflorestamento, uso da terra; alternativas
- Social: pobreza; suborno e corrupção; coesão social; diversidade e diversidade cultural
- Temas transversais: pessoas como parte da natureza/limites para crescimento; pensamento holístico; declarações de desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

Association of University Leader for a Sustainable Future. (1990). The Talloires Declaration - 10 point action plan. Taillones.

Barbosa, I. M. (2020). *Profetismo ecoteológico do Papa Francisco diante das feridas socioambientais actuais*. Recuperado em:

<https://www.espacos.itesp.com.br/index.php/espacos/article/view/718/604>.

Bíblia Sagrada Africana (2004). Maputo, Moçambique: Paulinas Editoras.

Campello, L. G. B., & Silveira, V. O. da. (2016). Educação Para O Desenvolvimento Sustentável (Eds) E O Greening Das Universidades. *Revista Thesis Juris*, 5(2), 549–572. Recuperado em:

<https://doi.org/10.5585/rtj.v5i2.464>.

Capra, F. (1996). *A teia da vida uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Recuperado em: <http://200.18.252.57/services/e-books/Fritjof%20Capra-1.pdf>

Gadotti, M. (1999). A terra é a casa do homem. *Revista Educação*. São Paulo, Brasil: Segmento).

International Association of Universities. (1991). *The Halifax Declaration*. Halifax.

Jickling, B., & Wals, A. E. J. (2008). Globalization and environmental education: Looking beyond sustainable development. *Journal of Curriculum Studies*, 40(1), 1–21.

<https://doi.org/10.1080/00220270701684667>

Laudato Si' Sobre o cuidado da casa comum. (2015). Recuperado em

http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

Laudato Si: On the Care of Our Common home, Statement of Leaders in Catholic Higher Education Globally. Disponível online em <https://ignatiansolidarity.net/catholic-higher-ed-encyclical-sign-on/>

Ministério de Coordenação e Acção Ambiental (MICOA) (2009). *Estratégia ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique*. Moçambique.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2015). *Agenda Global da Educação 2030*. Paris, França

A implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária: um estudo a partir da percepção dos gestores do município X em Moçambique

The implementation of the law on municipal management of primary education: A study from the perception of managers of municipality X in Mozambique

José Alfredo Pereira de Albuquerque

jalbuquerque@ucm.ac.mz

Universidade Católica de Moçambique

Mahomed Nazir Ibraimo

sunayara@yahoo.com

Universidade Católica de Moçambique

Resumo

O presente artigo visa analisar a implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária: um estudo a partir da percepção dos gestores de um município em Moçambique. Traçou-se o seguinte objectivo geral: analisar a implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária a partir da percepção dos gestores do município X, sendo subcategorizado nos seguintes objectivos específicos do estudo: colher as percepções dos directores e gestores do município sobre as competências da gestão da educação primária contidas na lei; perceber por que a lei da gestão da educação primária não é implementada no município X e, por último, analisar as condições existentes no município para gestão da educação primária. Tratando-se de um estudo interpretativo alicerçado numa metodologia qualitativa, recorreremos as entrevistas semiestruturadas e análise documental da lei. As conclusões do nosso estudo demonstraram que as competências prescritas na lei para a gestão da educação primária pelo município não são efectivamente praticadas porque neste processo o Estado centralizou quase todos os poderes que por lei deveriam ter sido descentralizados para as autarquias por força do Artigo 2 do decreto 33/2006 de 30 de Agosto. Quanto às competências da gestão da educação primária pelo município contidas na lei, os nossos entrevistados foram unânimes nas destacadas pelo Artigo do artigo 11 do decreto 33/2006 de 30 de Agosto. Sobre a não implementação da lei da gestão da educação primária, os entrevistados acreditam que se deve a alguns equívocos de interpretação diferenciada do Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto bem como da questão orçamental. Em relação às condições existentes no município para a gestão da educação primária, de um modo geral, percebeu-se que o Conselho Municipal criou condições para a Gestão da Educação Primária.

Palavras-chave: implementação da Lei, Gestão Municipal, Educação primaria.

Summary

This article aims to analyze the implementation of the law on municipal management of primary education: A study from the perception of managers of municipality X in Mozambique. The following general objective was traced: to analyze the implementation of the law on the municipal management of primary education from the perception of the managers of municipality X, being subcategorized in the following specific objectives of the study: to collect the perceptions of the directors and managers of the municipality about the primary education management competencies contained in the law; understand why the primary education management law is not implemented in municipality X and, finally, analyze the existing conditions in the municipality for primary education management. Since this is an interpretive study based on a qualitative methodology, we used semi-

structured interviews and document analysis of the law. The conclusions of our study showed that the competences prescribed by law for the management of primary education by the municipality are not effectively practiced because in this process the State centralized almost all the powers that by law should have been decentralized to the municipalities under Article 2 of the decree 33/2006 of 30 August. Regarding the competences of the management of primary education by the municipality contained in the law, our interviewees were unanimous in those highlighted by Article 11 of Decree 33/2006 of 30 August. Regarding the non-implementation of the primary education management law, the interviewees believe that it is due to some misunderstandings in the differentiated interpretation of Decree no. 33/2006, of 30 August, as well as the budget issue. Regarding the existing conditions in the municipality for the management of primary education, in general, it was noticed that the Municipal Council created conditions for the Management of Primary Education.

Key words: implementation of the Law, Municipal Management, Primary Education.

1. Introdução

A abordagem à descentralização da gestão da educação primária para municípios surge no âmbito da reforma do Estado e da democratização da educação. Neste caso, a descentralização, constitui um pressuposto básico à gestão municipal da educação. Procura aproximar as decisões do local, onde os problemas são vivenciados com o objectivo de reduzir o controlo burocrático do estado e assim permitir a tomada de decisão partilhada ao nível local (Nyakada, 2008 & Barroso, 2016).

Neste processo de descentralização e desburocratização do estado, não se trata da privatização da escola pública, mas sobretudo a revitalização da democracia para dar respostas mais consistentes, localizadas e personalizadas aos seus múltiplos problemas, opondo-se ao totalitarismo das maiorias para tornar a democracia mais rica e mais humana, impedindo a estatização dos serviços públicos que no caso é o da educação (Machado, 1982; Alves & Cabral, 2015).

Em Moçambique, a descentralização da gestão da educação primária para os municípios, é aprovado pelo governo através do Decreto 33/2006, de 30 de Agosto, que estabelece o quadro de transferências de funções e competências dos órgãos do Estado para as Autarquias Locais tal como foi preconizado no contexto das atribuições enumeradas no artigo 6 da Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro, concretizando assim, os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local consagrado pela Constituição (Artigo 8 e 269; Artigo 9 da Lei n.º 6/2018 de 3 de Agosto).

É neste contexto que o artigo versa sobre a implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária: um estudo a partir da percepção dos gestores de um município em Moçambique. O mesmo, visa de forma geral analisar a implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária a partir da percepção dos gestores dum município. E foi subcategorizado nos seguintes objectivos específicos, colher as percepções dos directores e gestores do município sobre as competências da gestão da educação primária contidas na lei, perceber porque que a lei da gestão da educação primária não é implementada no município de Maputo e, por último, analisar as condições existentes no município para gestão da educação primária.

O interesse pela pesquisa foca-se no facto de a gestão da educação primária ocupar actualmente um lugar de destaque para a promoção de escolas participativas, pois, torna-se necessário compreender a partilha do papel interventivo entre o Estado e as autarquias locais ao nível municipal da acção educativa.

Sendo o processo da descentralização da gestão da educação para os municípios um processo numa fase inicial no nosso país, a primeira dificuldade tem a ver na obtenção de algumas possíveis fontes de evidência, e material literário para suportar a pesquisa.

Os dados desta investigação referem-se exclusivamente ao caso em estudo, no período em que decorreu a investigação, e não podem ser generalizados pelo facto de estarmos perante uma investigação de carácter qualitativo, cuja preocupação central é compreender em profundidade das percepções dos gestores do município sobre a implementação da Lei sobre a Gestão da Educação Primária pelo município.

2. Fundamentação teórica

A Municipalização da Educação Primária em Moçambique

A Reforma do Sistema Nacional de Educação (SNE) consistiu na introdução do actual com base na Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro que reformulou o SNE aprovado pela Lei nº 6/92 e que preconiza uma educação assente num novo projecto, cujo fundamento está ancorado na ideologia neoliberal, capitalista, com raízes na economia de mercado.

Em termos legislativos, pode-se afirmar que com a Lei nº 6/92, o Estado abre espaço para que as entidades (comunitárias, cooperativas, empresariais, privadas e Autárquicas) possam participar do processo educativo, incluindo a abertura de escolas geridas por elas e controladas pelo Estado (alínea a) do artigo 1 da Lei nº 6/92. É neste campo de acção que no âmbito da descentralização da Gestão da Educação Primária para os Municípios, o governo aprova o decreto 33/2006 de 30 de Agosto que estabelece o quadro de transferências de funções e competências dos órgãos do Estado para as Autarquias Locais.

Esta transferência deve acompanhar-se, por um lado, da formação técnica dos agentes autárquicos e, por outro lado, da consolidação dos necessários requisitos financeiros dos órgãos autárquicos (Artigo 84 da Lei n.º 1/2008, de 16 de Janeiro). Isto é, criar condições para a implementação do processo de transferência (responsabilidade política) e estabelecer uma relação substancial com as condições materiais (técnicas, humanas e financeiras) necessárias para o seu sucesso de forma gradual (Cistac, 2012). Caso contrário, será uma transferência sem os efeitos desejados, isto é, os técnicos transferidos irão continuar sob controlo do governo central.

Intervenção e Competências dos órgãos autárquicos na área da educação

As autarquias locais “existem para satisfação das necessidades públicas locais, pois, os serviços públicos das autarquias são a razão de ser das autarquias e da administração autárquica” (Cistac, 2012 p.12). Ademais, no âmbito da gestão dos serviços públicos locais deve-se reter a atenção, por um lado, que a lei concede uma certa liberdade de criação dos serviços públicos às autarquias locais e que, por outro lado, concede-lhes uma relativa liberdade nos modos de gestão destes serviços.

Assim, dentre várias atribuições das autarquias locais definidas pelo Artigo 8 da Lei n.º 6/2018 de 3 de Agosto, temos a educação, onde, estas podem criar e organizar serviços públicos de educação. Esta intervenção dos municípios na área da educação, é nova, e é decorrente do decreto 33/2006 de 30 de Agosto que estabelece o quadro de transferências de funções e competências do Estado para as Autarquias Locais no contexto das atribuições enumeradas no artigo 8 da Lei nº 6/2018 de 3 de

Agosto, concretizando assim, os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local consagrado pela Constituição (Artigo 8 e 269 & Artigo 9 da Lei n.º 6/2018 de 3 de Agosto). Nestes termos, com base no artigo 2 do decreto 33/2006 de 30 de Agosto percebe-se que a gestão das escolas primárias pelos municípios passa pela descentralização de poderes que se efectua mediante a transferência de funções e competências para as autarquias locais tendo por finalidade assegurar o reforço dos objectivos nacionais e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública assegurando os direitos dos cidadãos.

O artigo 11 do mesmo decreto destaca as competências dos órgãos autárquicos na área da educação, onde pode-se enumerar as seguintes: a. A criação, apetrechamento e administração das escolas do ensino primário e centros internatos de acordo com as normas definidas pelo órgão que superintende a área da educação; b. A abertura de concursos para a construção de escolas do ensino primário e centros-internatos; c. A gestão do pessoal administrativo das escolas do ensino primário e centros internatos; d. A aquisição e gestão de transportes escolares; e A criação, apetrechamento e administração de centros de educação de adultos; f. A participação na definição do currículo local; g. A gestão do ensino privado ao nível primário; h. A realização de outras actividades complementares da acção educativa, designadamente nos domínios da acção social escolar e da ocupação de tempos livres; i. A criação e administração de unidades sociais, como centros infantis e instituições equiparáveis.

Percebe-se igualmente, que a política municipal de educação decorre da política traçada pelo governo central, ou seja, refere o PEE 2012-2016 (2012), que os municípios na área da educação têm como responsabilidade principal:

- a. A implementação dos programas do sector da educação e devem elaborar os planos e definir as metas, de acordo com as políticas e estratégias gerais do sector, assegurando a sua integração nos planos e orçamentos anuais dos governos locais;
- b. Responsabilizar-se pelo financiamento e pela gestão das escolas primárias, observando as regras estabelecidas para a gestão dos recursos do sector público;
- c. Embora não exista uma acção directa em termos de monitoria e supervisão dos municípios pelo MINED, os Municípios têm obrigações na implementação e monitoria dos Planos do Governo.

Portanto, nesse processo da acção educativa nas autarquias, o papel do Estado ao nível destas escolas primárias é “regulador, coordenador e supervisor abrindo mais espaço no que diz respeito ao regime de propriedade e à gestão directa dos assuntos escolares” (Agenda 2025, 2003, p. 140).

3. Metodologia

Para analisarmos a implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária a partir da percepção dos gestores dum município, o problema que se quer investigar tem a ver com a percepção dos gestores do município sobre a implementação da lei sobre a gestão da educação primária pelo município.

Deste modo, tendo em conta o problema e os objectivos colocados anteriormente, a nossa pesquisa inscreve-se no paradigma interpretativo alicerçado numa metodologia qualitativa. Também seleccionamos o estudo de caso uma vez que o nosso estudo se centra em estudar o que é particular, específico e único.

Ainda relativamente à selecção do paradigma interpretativo, justifica-se pelo facto de pretendermos compreender, interpretar e explicar a partir do entendimento que os gestores fazem da implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária num município. Esta posição alinha-se com Amado (2018) ao salientar que o paradigma interpretativo se centra na compreensão das intenções e significações que os seres humanos colocam nas suas próprias acções em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem.

Relativamente à metodologia qualitativa esta, fundamenta-se pelo facto de pretender-se pesquisar um fenómeno dentro do contexto real onde o pesquisador busca apreender a totalidade da situação, e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objecto delimitado (Martins, 2006; Bogdan & Biklen, 1994). Nesta metodologia a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicos e portanto não requer o uso de técnicas estatísticas (Carmo & Ferreira, 1998).

No que respeita ao estudo de caso, o nosso estudo é da modalidade de estudo de casos intrínseco (Stake, 1999). Intrínseco, porque visa ter o conhecimento profundo e específico de uma situação concreta dentro de um município, que é a percepção dos gestores sobre a implementação da lei sobre gestão municipal da educação primária.

O estudo foi feito no município da cidade de Maputo. Este localiza-se no extremo sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo. Limita-se a norte com o distrito de Marracuene, a sul com o distrito de Matutuine, a oeste com o vale do rio Infulene, que o separa do município da Matola, e a leste com o Oceano Índico. Assim o estudo contou com oito (08) participantes. Neste caso, foram entrevistados o Director municipal da educação; três (3) técnicos de educação do Conselho Municipal; três (3) directores das escolas primárias e a Directora Nacional Adjunta da Direcção Nacional de Desenvolvimento autárquico (MAEFP). Relativamente aos critérios de selecção, o director municipal é a pessoa de contacto na organização que lida directamente com as questões de educação, acreditamos ser o participante que em melhor condição estaria para nos revelar sobre a implementação da lei. Os 3 técnicos de educação para além de estarem ligados as questões de educação no município, foram indicados pelo ministério para fazer parte do município. Os directores foram seleccionados porque acreditamos que seria importante envolvê-los neste estudo pois o processo de descentralização benéfica mais as escolas do que os municípios. Já a directora nacional também lida directamente com as questões da educação primária.

Assim, seleccionamos a entrevista semiestruturada e a análise documental de forma a controlar a validade dos significados expressos nas narrativas, descrição e interpretação do investigador através de um processo dinâmico que se socorre da análise de conteúdo (Martins, 2006; Siena, 2007).

A recolha de informação foi com anuência dos entrevistados. Estes foram igualmente tratados por siglas e não pelos nomes, onde foram codificadas²⁶.

²⁶ TECM (TE = Técnico de Educação, CM = Conselho Municipal). A entrevista ao director municipal da educação (DM = Director Municipal, E = educação). A entrevista aos directores de escola foi codificada como (D = Director, E = Escola). Por último, a entrevista feita à directora nacional-adjunta da Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico DNADA (D = Directora, NA = Nacional Adjunta, DA = Desenvolvimento Autárquico).

Como procedimento de análise de dados privilegiou-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin,1979). E, no plano da gestão operacional das entrevistas o entrevistador procedeu à transcrição das entrevistas. Assim, no estudo seguimos as seguintes fases (Marshall & Rossman, 1999, cit. em Afonso 2005):

A organização dos dados; A segunda fase foi referente à produção de categorias; A terceira fase consistiu no processo de codificação através do qual é atribuído um código a cada categoria. Assim tivemos na categoria A. Competências do município na gestão da educação primária; B. implementação da Lei sobre a Gestão da Educação Primária; e C. Condições existentes no município para gestão da educação primária.

Depois seguiu-se a fase da testagem das interpretações, em geral, interligada com a quinta fase de confronto com explicações alternativas. Finalmente tivemos a última fase do trabalho de análise e interpretação de dados, nesta fase a produção do texto em que interpretam os dados foi organizada em dois momentos distintos. A apresentação dos resultados e a discussão dos mesmos.

4. Apresentação, análise e discussão dos resultados

O processo de apresentação e análise dos resultados obedeceu às três categorias. Assim, temos a primeira categoria, referente A. Competências do município na gestão da Educação Primária; A segunda categoria, diz respeito a B. implementação da Lei sobre a Gestão da Educação Primária; e A terceira categoria, referente a C. Condições existentes no município para a gestão da Educação Primária:

Competências do município na gestão da educação primária

Nesta categoria, tivemos duas subcategorias: relativamente à primeira subcategoria, pretendíamos perceber dos entrevistados qual é a lei que descentraliza a gestão da educação primária para os municípios, apenas um dos nossos entrevistados (TECM1) fez referência à Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, e ao Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto. No entanto, maior parte dos nossos entrevistados (TECM2, TECM3, DME e DNADA) não fazem menção à Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, mas sim ao Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto.

Pela análise documental, constatámos que a lei-mãe é a Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, dado que o Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto, foi aprovado para materializar aquela e concretizar a transferência de funções e competências do Estado para as autarquias locais.

Na segunda subcategoria pretendíamos entender dos nossos entrevistados quais as competências de gestão da educação primária a cargo dos municípios que estão previstas na lei. Os nossos entrevistados (TECM1, TECM2) fazem referência à gestão do pessoal administrativo, gestão dos transportes escolares, apetrechamento e reparação das escolas.

O entrevistado (DME) afirma que quase todas as competências previstas na lei, estão a ser geridas ao nível do Governo Central excepto as actividades de inspecção e supervisão pedagógica.

Na análise documental percebe-se que o n.º 1 do Decreto n.º 33/2006, de 3 de Agosto, estabelece as competências dos órgãos do Estado para as autarquias locais.

Implementação da Lei sobre a Gestão da Educação Primária

Nesta categoria pretende-se compreender a partir da percepção dos nossos entrevistados a implementação da Lei sobre a Gestão da Educação Primária pelos municípios. Tivemos uma única subcategoria de análise que é a percepção relativamente à implementação da Lei sobre a Gestão da Educação Primária.

Segundo o nosso entrevistado (TECM1) existiu numa fase inicial de um processo de coordenação muito forte entre o CM e o Governo Central, dinamizada pela Direcção da Educação e Cultura da Cidade de Maputo, actualmente chamada de Serviços de Acção Social, e foi caracterizada por um levantamento exaustivo das necessidades das escolas no sentido de os municípios passarem a gerir as escolas.

Para o entrevistado (DME) o processo de tentativa de descentralização e materialização do decreto iniciou em 2009 com a assinatura de um acordo entre o presidente do Conselho Municipal e a governadora da cidade. No entanto, até então, só existem encontros para desfazer algumas diferenças na interpretação diferenciada do decreto, onde para uns o município deveria gerir apenas o pessoal administrativo e para outros incluía também os professores (DME).

No entanto, a ausência do Ministério da Educação neste processo de transferência de competências e implementação da lei foi um dos motivos que contribuiu para o retrocesso deste processo (TECM2).

Contudo, a nossa entrevistada (DNADA) afirmam que este processo deve ser gradual devido à complexidade da gestão da educação primária.

Condições existentes no município para gestão da educação primária

Nesta categoria tivemos uma única subcategoria de análise, onde pretendíamos compreender de que modo o Conselho Municipal está organizado para fazer face à gestão da educação primária.

Em relação a esta subcategoria, alguns dos nossos entrevistados (TECM1 e TECM2) fazem referência à existência de especialistas em educação e elementos de planificação competentes para fazer a partilha com a Direcção da Educação.

Os entrevistados (TECM2 e DME) acrescentaram que o Conselho Municipal tem uma estrutura técnico-administrativa preparada para receber a educação primária e uma direcção municipal da educação que é repartida em departamentos: departamentos de Estatística, Estudos e Construção Escolar, Departamento de Administração e Finanças e Recursos Humanos e Departamento de Inspeção e Supervisão Pedagógica.

Num outro depoimento um entrevistado falou da necessidade de meios financeiros caso todos os especialistas da educação passassem para a gestão municipal.

Na continuidade desta preocupação da organização do CM para fazer face à gestão da educação primária o entrevistado (TECM3) chegou a afirmar que o CM já tem vindo a desenvolver algumas actividades, como o apoio às escolas em termos de materiais, reabilitação e apoio pedagógico.

A partir da análise documental em relação à organização do CM para fazer a gestão da educação primária pode-se perceber que os municípios têm o poder de criar, organizar e fiscalizar serviços destinados a assegurar a prossecução das suas atribuições (alínea b. n.º 2 do artigo 9 da Lei n.º 6/2018, de 3 de Agosto).

Discussão dos resultados

A nossa discussão dos resultados foi igualmente orientada pelas categorias supra indicadas onde pretende-se compreender as competências do Município na gestão da educação primária, a implementação da Lei sobre a gestão da educação primária e as condições existentes no Município para Gestão da Educação Primária:

As competências da gestão da educação primária pelo município contidas no decreto 33/2006 de 30 de Agosto e a sua não efectivação na íntegra

Percebemos que os nossos entrevistados tinham conhecimento das competências da gestão da educação primária pelo município prescritas nos documentos. Os entrevistados fizeram referência ao decreto nº 33/2006, de 3 de Agosto que aprova o regulamento de transferência de competências e funções dos órgãos do Estado para as autarquias locais e a lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro (revogada parcialmente no âmbito da revisão pontual da CRM pela Lei n.º 6/2018 de 3 de Agosto).

Em relação as competências da gestão da educação primária pelo município contidas na lei destacadas pelos nossos entrevistados e identificadas no decreto 33/2006 de 30 de Agosto podem-se enumerar as seguintes: A criação, apetrechamento e administração das escolas do ensino primário e centros internatos de acordo com as normas definidas pelo órgão que superintende a área da educação; A abertura de concursos para a construção de escolas do ensino primário e centros-internatos; A gestão do pessoal administrativo das escolas do ensino primário e centros internatos; A aquisição e gestão de transportes escolares; A criação, apetrechamento e administração de centros de educação de adultos; A participação na definição do currículo local; A gestão do ensino privado ao nível primário; A realização de outras actividades complementares da acção educativa, designadamente nos domínios da acção social escolar e da ocupação de tempos livres; A criação e administração de unidades sociais, como centros infantis e instituições equiparáveis.

No entanto, é possível também compreender, que as competências apontadas pelos nossos entrevistados e prescritas no decreto não estão a ser implementadas na íntegra. Algumas actividades são desenvolvidas pelo município (apoio pedagógico, supervisão e reabilitação de algumas salas de aulas), mas maior parte das competências ainda continuam a cargo do ministério da educação como órgão que tutela a gestão da educação primária. Neste sentido, podemos ainda concluir que existe uma contradição relativamente as leis pois se por um lado a lei de bases do sistema educativo centraliza a gestão dos sistemas educativos incluído as escolas primárias no ministério da educação, por outro lado, a lei 2/97, de 18 de Fevereiro e o decreto nº 33/2006, de 3 de Agosto aprovam o regulamento de transferência de competências e funções dos órgãos do Estado para as autarquias locais.

Deste modo e segundo Machado (1982) estamos perante uma administração concentrada ou centralizada, onde temos, uma política de gestão educativa conduzida pelo Estado, através da administração central, sem grande consulta aos parceiros sociais e pedagógicos, e sem tentativa de concertação social.

Esta característica da centralização faz com que o sistema educativo esteja dividido em duas partes conforme a lógica taylorista de produção: uma que planifica e concebe as políticas de gestão educativa (ao nível central ou ministerial) e a outra tida como serviço local do Estado que apenas executa o que foi planificado ao nível central. Neste nível (serviço local do Estado), os gestores e professores são reduzidos a meros executores das decisões gestionárias tomadas ao nível superior na

medida em que a direcção estratégica está afastada do seu interior, recorrendo apenas à normalização como instrumento regulador e regulamentador das políticas educativas (Formosinho, 2005).

A não implementação da lei da gestão da educação primária no município de Maputo

Neste ponto é possível compreender que numa fase inicial houve uma coordenação muito forte entre o CM e a direcção da educação para a implementação da lei sobre a gestão da educação primária. Essa coordenação, caracterizou-se por um levantamento exaustivo das necessidades das escolas. No entanto, verificou-se algum retrocesso por falta de participação do ministério da educação que é considerado como a causa fundamental do embaraço do processo.

Outro aspecto importante na percepção dos nossos gestores municipais relativamente a não implementação da lei sobre a gestão da educação primária foi a questão da interpretação diferenciada do Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto que transfere as competências de gestão das escolas primárias para o CM. Segundo eles, houve uma serie de encontros para desfazer alguns equívocos da sua interpretação porque uns defendem que nesse processo de transferência o CM gerisse apenas o pessoal técnico administrativo nas escolas e não o pessoal das carreiras de especialidade no caso de docentes, investigadores.

Sobre essa problemática de interpretação legislativa nos sistemas educativos Lima (2011), explica que se deve a existência dum conflito entre as orientações para a acção e a acção propriamente dita, que muitas vezes contribui para que as organizações não implementem o prescrito na lei.

Para a concretização desse processo, alguns dos nossos entrevistados acreditam que a transferência de função e competências dos órgãos do estado para as autarquias locais deve ser um processo gradual tendo em conta os desafios da capacidade material e financeira, bem como da gestão do pessoal.

Sobre este posicionamento da eficácia do processo de transferência de competências para o CM Cistac (2012) defende, em primeiro a responsabilidade política (a criação de condições por parte do governo para a implementação do processo de transferência) e em segundo lugar, a forma gradual do processo tendo em conta as condições materiais (técnicas, humanas e financeiras) necessárias para o seu sucesso (Artigo 84 da Lei n.º 1/2008, de 16 de Janeiro). As razões da escolha do gradualismo estão directamente ligadas à existência de condições mínimas para poder gozar efectivamente da autonomia administrativa, financeira e patrimonial (Cistac, 2012).

Ademais, alguns autores Chiziane (2011) criticam o “princípio do gradualismo” defendendo que “O princípio do gradualismo estabelecido pelo legislador limita sem dúvida a afirmação, o desenvolvimento do princípio constitucional do poder local, limita a participação de todos os cidadãos na promoção democrática do desenvolvimento da sua comunidade, bem como priva os cidadãos de terem as mesmas oportunidades de aprofundamento e consolidação da democracia, através da participação nas eleições autárquicas.

Contudo, o Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto vem, posicionar as autarquias locais no centro do processo de transferência de competências porque são, elas mesmas, que devem reivindicar esta transferência nos domínios enumerados pelo referido decreto.

Existência de condições para a gestão da educação primária no município

De um modo geral, a partir da investigação empírica podemos dizer que o CM criou condições para a Gestão da Educação Primária. Estas condições passam desde a existência de pessoal técnico qualificado até a estrutura técnico administrativa, desde uma direcção municipal da educação que é repartida em departamentos, departamentos de estatística estudos e construção escolar, departamento de administração e finanças e recursos humanos e departamento de inspecção e supervisão pedagógica, portanto são essas as áreas principais que devem garantir a gestão de ensino primário.

No entanto, esse organigrama do CM, integra estruturas administrativas previamente concebidas pelo governo central por força legal (n.º 4 do Artigo 2 do Decreto n.º 51/2004, de 1 de Dezembro). Isto é, é uma estrutura técnico administrativo que é uma espécie de réplica quanto a sua organização e funcionalidade da estrutura central e não da criação própria do município, o que põe em causa o princípio de autonomia e o poder local.

Nota-se, que o Estado por decreto em Conselho de Ministros (Decreto n.º 51/2004, de 1 de Dezembro) impôs os modos de organização dos serviços técnicos e administrativos das autarquias locais, assim, a autonomia administrativa das autarquias viu-se limitada da sua liberdade de se auto-organizar. A principal justificação aparece no n.º 4 do Artigo 2 do decreto supracitado que dispõe “a organização dos serviços técnicos e administrativos municipais e reflete a interligação funcional entre os órgãos da administração da autarquia e a administração central e local do Estado”.

O grande problema deste modo de organização é que a autonomia administrativa das autarquias se vê limitada da sua liberdade de se auto-organizar. Isto é, a sua organização depende do Estado e não do seu poder local. O que contraria Barroso (2015) ao afirmar que autonomia se destinam a garantir a concorrência e a liberdade de escolha e não a imposição.

Outro aspecto que revela condições para a Gestão da Educação Primária, tem a ver com o pessoal qualificado. Estes foram transferidos da direcção da cidade para o CM para as mesmas posições que ocupavam, o que veio a dinamizar as condições criadas para a gestão da educação primária. Estas transferências são tidas como um dos momentos de avanço na implementação da lei sobre a gestão da educação primária. Ademais, o grande desafio é que os funcionários transferidos continuam a receber os seus salários a partir da direcção da cidade e não do CM mesmo que sejam funcionários do CM.

O facto, do financiamento das transferências de competências ser realizado por dotações orçamentais e não pela criação de receitas fiscais próprias às autarquias locais, institui, uma verdadeira dependência material das autarquias locais em relação ao Estado para o exercício das competências transferidas. O que se pode concluir que, o Estado conserva, o controlo sobre a actividade das autarquias locais por meio do seu financiamento orçamental.

5. Conclusões

Chegado ao fim do estudo, da implementação da lei sobre a gestão municipal da educação primária a partir da percepção dos gestores dum município podemos concluir o seguinte:

Quanto as competências do Município na gestão da educação primária, compete ao município gerir o ensino primário na sua totalidade (Artigo do artigo 11 do decreto 33/2006 de 30 de Agosto) e não

apenas o pessoal técnico administrativo como percebemos durante o nosso estudo. Percebeu-se igualmente, que os gestores do município ligados à educação conhecem as competências prescritas nos documentos e as respectivas legislações. Diante disso, o concelho municipal tem desenvolvido actividades para apoiar as escolas mediante uma estrutura administrativa criada no CM para fazer face a gestão da educação.

Em relação à implementação da Lei sobre a gestão da educação primária, os nossos entrevistados acreditam que a lei não é implementação por mudanças frequentes de gestores, o que provoca a falta da responsabilidade política dos actores, associa-se a este aspecto a falta de participação do ministério da educação que é considerado como uma causa fundamental do embaraço do processo. O segundo aspecto, tem a ver com as condições financeiras do município, pois estas, constituem um entrave ao processo de descentralização da educação. O último, aspecto importante, tem a ver com a interpretação diferenciada do Decreto n.º 33/2006, de 30 de Agosto que transfere as competências de gestão das escolas primárias para o CM. No entanto, nesse processo o CM devia dispor da autonomia administrativa, a autonomia financeira e a autonomia patrimonial, só assim, é que esse processo ira se materializar de forma efectiva.

Em relação as condições existentes no Município para Gestão da Educação Primária, notou-se que o município criou condições para a gestão da educação primária. Essas condições passam pela existência de pessoal qualificado até a existência de uma estrutura técnico administrativo. No entanto, esse organigrama do CM, integra estruturas administrativas previamente concebidas pelo governo central por força legal (n.º 4 do Artigo 2 do Decreto n.º 51/2004, de 1 de Dezembro). Isto é, é uma estrutura técnico administrativo que é uma espécie de réplica quanto a sua organização e funcionalidade da estrutura central e não da criação própria do município, o que põe em causa o princípio de autonomia e o poder local. Contudo, a transferência destes técnicos, não foi acompanhada da autonomia financeira, pois eles ainda continuam a receber à partir da direcção da cidade, o que põe em causa a lógica de autonomia do poder local. No entanto, se o município não tem acesso nem ao orçamento, nem aos recursos patrimoniais, materiais nem aos recursos humanos então o município não está a gerir a escolas. Apenas faz uma parte de actividades pedagógicas. São actividades que o governo da cidade de Maputo também faz.

Referências Bibliográficas

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: Um Guia Prático e Critico*. Porto, Portugal: ASA Editores, S.A.
- Agenda 2025. (2003). *Visão e Estratégias da Nação*. Maputo, Moçambique.
- Alves J. M. & Cabral I. (2015). Educação, Território e Governança – O Programa Aproximar e a Terceira Margem. *Revista Portuguesa de Investigação Educativa*, vol. 15, 2015, pp. 35-52.
- Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em Educação* (3rd ed.). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/https://doi.org/10.14195/978-989-26-1390-1>.
- Barroso, J. (2015). A administração Local da Educação: da Descentralização a Territorialização Das Políticas Educativas. in: Miguéns, M. (Coordenação). (2016) *Processos de Descentralização em Educação*. Textos e Vídeos do Seminário realizado na Universidade de Aveiro a 18 de Fevereiro de 2015. Edição Electrónica: Maio de 2016. Lisboa, Portugal: Conselho Nacional de Educação.

- Bogdan R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia Prático para auto-aprendizagem*. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.
- Chiziane E. (2011), *O Retorno à Concentração e Centralização do Poder Administrativo em Moçambique*. Maputo.
- Cistac G. (2012). *Moçambique: Institucionalização, organização e problemas do poder local*. Curso De Pós-Graduação em Direito Municipal Comparado dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Módulo II. Jornadas De Direito Municipal Comparado Lusófono, Lisboa, Portugal, Abril de 2012.
- Formosinho, J. (2005). Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado e F. I. Ferreira. *Administração da Educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 13-52). Lisboa, Portugal: ASA Editores.
- Lei n.º 2/97 de 18 de Fevereiro (*o quadro jurídico-legal para implementação das autarquias locais*).
- Lei n.º 6/2018 de 3 de Agosto (altera a Lei n.º 2/97 de 18 de Fevereiro que aprova o quadro jurídico-legal para implementação das autarquias locais).
- Lei n.º 6/92, de 6 de Maio (Lei sobre o Sistema Nacional de Educação).
- Lemmer, E. (2001). *Educação Contemporânea: Questões e tendências contemporâneas*. Moçambique: Textos Editores.
- Lima, L. (2007). *Administração da Educação e Autonomia das Escolas*. Braga, Portugal: Universidade do Minho.
- Machado, J. B. (1982). *Participação e Descentralização Democrática e Neutralidade na Constituição de 79*.
- Martins, G. A. (2006). *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo, Brasil: Editores Atlas S.A.
- MINED (2012). *Plano Estratégico da Educação (PEE – 2012 a 2016): Construindo competências para um Moçambique em constante desenvolvimento*. Maputo, Moçambique: MINED.
- Nyakada, V. P. (2008). *Logica Administrativa do Estado Moçambicano (1975-2006)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Comutabilidade e Ciência da Informação e Documentação-FACE, Brasília, Brasil.
- Siena, O. (2007). *Metodologia Da Pesquisa Científica: Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Académicos*. Porto Velho, Rondônia, Brasil: Departamento de Administração. UNIR.

Análise da política e estratégia de defesa e segurança face as ameaças e ataques cibernéticos em Moçambique

Analysis of defense and security policy and strategy in the face of cyber threats and attacks in Mozambique

Aboochama Oliveira Vontade

abovontade@gmail.com

avontade@ucm.ac.mz

Resumo

A Tecnologia da Informação e Comunicação trouxe benefícios e possibilidades inimagináveis para o desenvolvimento integral dos povos, mas, ao mesmo tempo, torna as pessoas, as organizações e os Estados-Nação altamente vulneráveis a um novo tipo de ameaça, a cibernética, que desconhece fronteiras e tem potencial para causar grandes prejuízos financeiros, paralisar as estruturas vitais de uma nação e, até mesmo, indirectamente, ceifar vidas (Carvalho, 2011). O estudo objectiva analisar a Política e Estratégia de Defesa e Segurança em Moçambique face às ameaças e ataques cibernéticos, uma vez que estudos recentes descrevem que o grupo terrorista do *Al-Shaabab*, na *Província nortenha de Cabo Delgado*, utiliza redes sociais como o *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* e vídeos para recrutar combatentes e efectua as suas transferências monetárias através dos sistemas financeiros móveis no País como o *m-pesa*, *m-kesh* e *e-mola*. No mesmo diapasão, vários portais de diversas instituições do Estado foram hakeados pelo Exército Cibernético do Iémen, tido como o maior ataque cibernético nacional. Estrategicamente a pesquisa é qualitativa com recurso à pesquisa bibliográfica e documental. O estudo assume a necessidade de o Estado *criar um* Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Nacional que possa utilizar redes sociotécnicas que previnam, detectem e combatam a tempo real a ocorrência desta tipicidade de crimes.

Palavras-Chave: Espaço Cibernético, Defesa Cibernética, Estratégia de Defesa e Segurança, Segurança Cibernética.

Abstract

Information and Communication Technology has brought unimaginable benefits and possibilities for the integral development of peoples, but at the same time makes people, organizations and Nation-States highly vulnerable to a new type of threat, cybernetics, which knows no borders and has potential to cause great financial damage, paralyze the vital structures of a nation and even, indirectly, take lives (Carvalho, 2011). The study aims to analyze the Defense and Security Policy and Strategy in Mozambique in the face of cyber threats and attacks, since recent studies describe that the *Al-Shaabab* terrorist group, in the northern province of *Cabo Delgado*, used social networks such as *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* and videos to recruit fighters and made their money transfers through mobile financial systems in the country such as *m-pesa*, *m-kesh* and *e-mola* and in the same vein several portals from various State institutions were hacked by the Yemen's Cyber Army, regarded as the largest national cyber-attack. Strategically, the research is qualitative, using bibliographic and documentary research. The study assumes the need for the State to create a National Cyber Security and Defense System that can use socio-technical networks that prevent, detect and combat in real time the occurrence of this type of crimes.

Keywords: Cyber Space, Cyber Defense, Defense and Security Strategy, Cyber Security.

1. Introdução

A Era Digital tem contribuído positivamente no desenvolvimento das pessoas, das organizações e dos Estados-nação, mas também constitui uma forte ameaça à segurança e defesa dos mesmos uma vez que não havendo espaços geopolíticos, a cibernética pode ser vista como potencial para suscitar conflitos de proporções e consequências mais danosas à humanidade do que a própria arma nuclear e/ou biológicas.

Carvalho (2017) refere que:

a internet, proporcionando conectividade em tempo real e abrangência mundial, trouxe consigo crescimento sem precedentes no volume de informações disponíveis aos modernos decisores, dificultando sua gestão e ensejando o aparecimento de nova área de actividade, a Gestão do Conhecimento. Por outro lado, sua grande vulnerabilidade, aliada à existência de novos actores de funestas intenções no cenário internacional, fez crescer a preocupação com a protecção da informação que por ela trafega, dando origem à Segurança da Informação (p. 15).

Moçambique enquanto Estado-nação não está alheio a este movimento tecnológico procurando jogar um papel importante no cenário internacional contemporâneo.

2. Fundamentação teórica

Segundo estudos recentes desenvolvidos no país, dentre outros por Saíde Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira (2019) intitulado *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia*, Cadernos IESE N.º 17, Maputo: IESE e bem como o realizado por coordenação de José Feijó (2021), sob tema *Pobreza, Etnicidade e Juventude*, apontam que o grupo *Al-Shaabab*, que vem perpetrando ataques terroristas em alguns distritos da Província de Cabo Delgado desde Outubro de 2017, e actualmente expandiram para alguns distritos da Província do Niassa, usava redes sociais como o Facebook, Twitter, WhatsApp e vídeos para recrutar combatentes e efectuava as suas transferências monetárias (para garantir logística e outros fins) através dos sistemas financeiros móveis no país como o m-pesa, m-kesh e e-mola.

Aliada a esta situação, em Março de 2017, o Governo moçambicano lançou um alerta com o teor seguinte:

Informamos que estamos sob ameaça de um *cyber* ataque massivo por um vírus denominado *ransomware* do *Wannacry*. Este vírus afecta PCs ou Servidores correndo *Windows* 8.1,7, *Server* 2003, 2008 e versões anteriores da *Microsoft*. Este *ransomware* explora uma vulnerabilidade dos sistemas *Windows* cujo *patch* de segurança foi publicado no passado dia 14 de Março de 2017.

Situação similar, e desta vez com grandes repercussões, veio a decorrer em 21 de Fevereiro do corrente ano, a quando da invasão dos servidores de diversas instituições públicas com destaque para o Sector de Defesa e Segurança pelo Exército Cibernético do Líbano, classificado como o maior ataque cibernético.

Para além destes fenómenos, os dados constantes dos Informes da Procuradoria-geral da República - PGR (2021 e 2022) em sede da Assembleia da República- AR e do Instituto Nacional de Estatística- INE (2018-2020) apontam uma evolução de 36% relativamente ao ano de 2020 e 43.2% relativamente ao ano de 2021, o que desafia a adopção de medidas legislativas eficazes, bem como de políticas e estratégias consistentes que permitem detectar e combater a tempo real as ameaças e os ataques cibernéticos.

Um dado adicional é que estas ocorrências tendem a crescer gradualmente, mesmo com a vigência de diversos instrumentos como o Novo Código Penal, a Lei de Transacções Financeiras, não deixando de reconhecer os esforços do Governo, através do Instituto Nacional do Governo Electrónico na concepção da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e, todavia, ter assinado, em 2018, a Convenção da União Africana sobre Segurança Cibernética e Protecção de Dados Pessoais (AU 2014). Com efeito, a questão que se coloca é a seguinte: que mecanismos eficazes podem ser avançados com vista a garantir a segurança e defesa face as ameaças e ataques cibernéticos em Moçambique? Este trabalho visa analisar a Política e Estratégia de Defesa e Segurança em Moçambique face as Ameaças e Ataques Cibernéticos. Especificamente, pretendemos identificar as maiores ameaças e exposição ao risco no quadro do ciberespaço em Moçambique; caracterizar os factores de potencialidade e vulnerabilidade no quadro do ciberespaço em Moçambique; descrever a arquitectura do Estado moçambicano na componente de protecção e defesa a luz da Política de Defesa e Segurança e definir uma metodologia integrada, combinando a Política de Defesa e Segurança e a Política e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.

Justificam-se as razões da escolha deste tema pela extrema relevância tanto para as organizações públicas assim como para as instituições de natureza privada, pois surge como resposta à necessidade de melhoria na resposta as ameaças e ataques cibernéticos, reservando ao estudo o papel de acomodação das diferentes estratégias e políticas com vista a protecção e combate aos ataques ilícitos perpetrados com a utilização da informática que nos últimos anos tem sido recorrentes no país, e que tendem em última instância fragilizar e paralisar as infraestruturas e serviços vitais para o desenvolvimento do país.

De ponto de vista académico este estudo vai contribuir no aprofundamento combinado das temáticas de Políticas Públicas e Estudos de Defesa e Segurança, podendo ser considerado como fonte de consulta sobre as ameaças e ataques cibernéticos, possibilitando mudanças sociais que proporcionem a sua requalificação, compreensão e desenvolvimento de paradigmas nas pessoas e nas instituições públicas e privadas, procurando sobretudo dar respostas aos actuais desafios intelectuais na componente da cibernética.

No âmbito pessoal este estudo contribuirá para o conhecimento dos mecanismos de detecção, protecção e combate as ameaças e ataques cibernéticos tendo em conta tratar-se de uma temática que assola a toda comunidade nacional, sem excepção do autor deste estudo. No quadro de cidadão comum é preciso compreender as várias metodologias para contribuir na edificação de um Estado livre de qualquer tipo de ameaça, inclusive a cibernética.

3. Metodologia

Quanto à natureza classifica-se a pesquisa como básica, uma vez que o objectivo é gerar conhecimentos sem novos e úteis para o avanço da ciência, não tem inicialmente uma aplicação prática.

Quanto a forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois o estudo não se preocupa com representações numéricas, mas sim com o aprofundamento e compreensão de um determinado fenómeno (Política e Estratégia de Defesa e Segurança em Moçambique face aos Crimes Cibernéticos), onde buscar-se-á explicar o porquê deste e seus impactos, o pesquisador procura com

o estudo aprofundar-se na compreensão do fenómeno, e não precisará utilizar dados estatísticos para formular ideias e conclusões.

Quanto aos objectivos, a pesquisa é descritiva, porque esta consistiu na descrição de características de um fenómeno, onde buscou-se estabelecer relações entre essas características, e não foram alterados os dados, mas apenas estudados.

Quanto aos procedimentos técnicos, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica centrou-se essencialmente na identificação e leitura de livros, artigos científicos, dissertações e teses que tratam de assuntos relacionados com o tema. A pesquisa documental permitiu a consulta de legislação e documentos governamentais respeitantes a temática em estudo.

Para a análise e interpretação de dados adoptou-se a análise de conteúdo, essencialmente a categorização, tendo como objectivo principal fornecer por condensação, a uma representação simplificada dos dados em bruto. Ela facilitou a análise da informação, mas deve fundamentar-se numa definição precisa do problema, dos objectivos e dos elementos utilizados na análise de conteúdo, isto é, a classificação dos elementos em categorias.

4. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Um olhar sobre os crimes, defesa e segurança cibernética

Nunes (2016) refere “que quando a Internet foi criada nos anos 1960, o desafio então colocado pelo Departamento de Defesa à *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) dos EUA, era o de criar uma rede suficientemente fiável e flexível para garantir a sua disponibilidade em condições de operação extremamente difíceis (p. 200)”.

Segundo os ensinamentos do autor supra, na década de 90 do século passado, a utilização da Internet generalizou-se e assumiu-se como motor do desenvolvimento tecnológico, construindo novos processos de interacção à escala planetária. Neste contexto, o espaço físico perde significado e a comunicação passa a ser apenas dirigida pelo tempo de interacção, num espaço virtual a que atribuímos a designação de ciberespaço (*ibid.* p. 200).

Nesse sentido, o autor, ora referenciado, argumenta que num mundo em rede e hiperconectado, este novo espaço global tem-se vindo a converter num vector privilegiado para a realização de ataques contra indivíduos, empresas, redes públicas ou privadas, infra-estruturas críticas ou mesmo contra os próprios processos e sistemas de governação electrónica do Estado. Surgem desta forma novos riscos sociais que têm de ser convenientemente analisados e geridos tanto no plano nacional como internacional (*ibid.* p. 199).

Segundo Gutsalyuk e Klymenko (2017); Gouveia (2018), Garcia (2021) e Mubarak (2015) entendem que “a ausência de fronteiras internacionais é a característica principal do espaço cibernético”. Por este motivo, a regulamentação legal das relações sociais, que surgem na detecção e investigação de actividade ilegal, ganha a importância particular. O criminoso pode permanecer no território de um Estado, iniciar o ataque cibernético com o uso de um sistema informático situado no território do outro Estado, e causar danos à pessoa ou entidade localizada em um país terceiro. Ao mesmo tempo, os programas maliciosos podem atravessar mais fronteiras, sem alertar as autoridades públicas competentes.

Todavia, sem descurar dos vários conceitos doutrinários sobre a cibernética Carvalho (2011, p. 17) aponta que “é um termo que se refere ao uso de redes de computadores e de comunicações e sua interação dentro de sistemas utilizados por instituições públicas e privadas, de cunho estratégico”. Assinala ainda que “no campo da Defesa Nacional, inclui os recursos informatizados que compõem o Sistema Militar de Comando e Controlo, bem como os sistemas de armas e de vigilância” (p. 17).

Ainda na senda do seu artigo, o autor em referência conceitua o espaço cibernético “como o espaço virtual, composto por dispositivos computacionais conectados em redes ou não, onde as informações digitais transitam e são processadas e/ou armazenadas. Acções ofensivas no espaço cibernético podem impactar, inclusive, a segurança nacional” (*ibid*, p. 17).

Outrora, é no espaço cibernético onde se processam de “antemão” os crimes cibernéticos, daí que Mandarinino Júnior (2011) clarifica que:

à medida em que a sociedade da informação vai se estabelecendo em um país, inicia-se o processo de construção de verdadeira *nação* virtual, constituída no que se denomina espaço cibernético, em que os três elementos básicos que caracterizam uma nação estão presentes: o povo, caracterizado pelos actores que interagem na própria sociedade da informação; o território, caracterizado pelo próprio espaço cibernético; e a soberania, capacidade de controlar, de ter poder de decisão sobre esse espaço. (p. 37-38)

Neste diapasão, Mendes e Viera (2017) referenciam que “no cenário dos avanços tecnológicos na área da informática, surgiram os denominados crimes cibernéticos, que também são designados de informática, crimes tecnológicos, crimes virtuais, crimes informáticos, delitos computacionais, crimes digitais, crimes virtuais, crimes cometidos por meio electrónico, entre outros. Os crimes cibernéticos correspondem a todas as condutas cometidas com o uso de tecnologia”.

As autoras afirmam ainda que o crime de informática é “aquele praticado contra o sistema de informática ou através deste, compreendendo os crimes praticados contra o computador e seus acessórios e os perpetrados através do computador. Inclui-se neste conceito os delitos praticados através da internet, pois pressuposto para aceder a rede é a utilização do computador” (*ibid*, 2017, p. 8).

Na mesma direcção, Rosa (2002) citado por Schmidt (2021) argumenta que:

nos crimes de informática, a acção típica se realiza contra ou pela utilização de processamento automático de dados ou a sua transmissão, ou seja, a utilização de um sistema de informática para atentar contra um bem ou interesse juridicamente protegido, pertença ele à ordem económica, à integridade corporal, à privacidade, à honra, ao património público ou privado, à administração pública.

Portanto, partindo dos conceitos acima levantados, podemos relevar que os crimes cibernéticos são todas as condutas típicas, antijurídicas e culpáveis contra ou praticadas com a utilização dos sistemas da informática. E para a prática desses crimes, o computador é o principal meio. A maioria dos crimes é praticada através da internet.

Não sendo objectivo do presente estudo analisar sucintamente as tipologias de crimes cibernéticos, Schmidt (2021) advoga que “as classificações sobre este tipo de crimes não são eficazes, devido à dinâmica dos computadores e da Internet. A evolução proporcionada por eles é muito grande, assim como as novas formas delitivas que vão surgindo. Dessa maneira, as classificações se tornam

obsolectas em pouco tempo”. Ressurge, assim, duas tipologias: crimes cibernéticos puros, mistos e comuns e crimes cibernéticos próprios e impróprios.

Seguindo o raciocínio do autor em referência e olhando a problemática do estudo levantado sobre a narrativa da guerra subversiva de Cabo Delgado parece-nos certo classificar os mecanismos utilizados no processo de recrutamento como crimes cibernéticos mistos e comuns. Schmidt (2021) concebe os crimes cibernéticos mistos como:

aqueles em que o uso da internet ou sistema informático é condição sine qua non para a efectivação da conduta, embora o bem jurídico visado seja diverso ao informático”. O agente não visa o sistema de informática e seus componentes, mas a informática é instrumento indispensável para consumação da acção criminosa.

Na mesma senda, os crimes cibernéticos comuns seriam aqueles:

que utilizam a Internet apenas como instrumento para a realização de um delito já tipificado pela lei penal. A Rede Mundial de Computadores, acaba por ser apenas mais um meio para a realização de uma conduta delituosa. Se antes, por exemplo, a pornografia infantil era instrumentalizada através de vídeos e fotografias, hodiernamente, se dá através das home-pages. Mudou-se a forma, mas a essência do crime permanece a mesma.

As motivações dos atacantes, independentemente da origem da ameaça, são bastante variáveis e estão inevitavelmente associadas às suas capacidades e aos objectivos a atingir. De acordo com este enquadramento, alguns autores, como Benavente (2012) citando Elias (2016), referem que os ciberataques podem ser orientados para a obtenção de:

- Fama ou vingança (hackers e funcionários insatisfeitos),
- Benefícios económicos (cibercriminosos, espiões industriais e funcionários insatisfeitos),
- Vantagens tácticas ou competitivas (Nações e espiões industriais),
- Dividendos e motivações políticas (terroristas, hacktivistas e Estados), destruição ou dano (terroristas ou Estados).

Entretanto, tendo sido arrolados os mecanismos da prática dos crimes cibernéticos caberá aflorar as distinções entre defesa e segurança cibernética. Carvalho (2011, p. 18) diferencia-os, explicando que:

Segurança Cibernética – refere à protecção e garantia de utilização de activos de informação estratégicos, principalmente os ligados às infraestruturas críticas da informação (redes de comunicações e de computadores e seus sistemas informatizados) que controlam as infraestruturas críticas nacionais. Também abrange a interacção com órgãos públicos e privados envolvidos no funcionamento das infraestruturas críticas nacionais, especialmente os órgãos da Administração Pública.

Defesa Cibernética – conjunto de acções defensivas, exploratórias e ofensivas, no contexto de um planeamento militar, realizadas no espaço cibernético, com as finalidades de proteger os nossos sistemas de informação, obter dados para a produção de conhecimento de inteligência e causar prejuízos aos sistemas de informação do oponente. No contexto do preparo e emprego operacional, tais acções caracterizam a Guerra Cibernética.

Política e estratégia nacional de defesa e segurança e os crimes cibernéticos.

Como refere Garcia & Ferro (2016) a procura de resposta aos desafios de Segurança, Defesa e Desenvolvimento passa pela conceptualização de uma nova legitimidade para intervenções, impondo

forçosamente a definição dos mecanismos nacionais e internacionais com capacidade para garantir a Paz e a Estabilidade Internacional e de permitir orientar a acção dos actores com responsabilidade na sociedade internacional (p. 7).

É desta visão singular que Moçambique definiu a Política de Defesa e Segurança do Estado vigente no artigo 261 da Constituição. Ela visa “defender a independência nacional, preservar a soberania e integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada.”

Limitando-nos de quaisquer interpretações constitucionais sobre a Política de Defesa e Segurança do Estado, Macie (2019) conclui que os objectivos, os parâmetros e as linhas fundamentais da defesa nacional prescrita na Constituição, através dos objectivos da Política de Defesa Nacional não se orientam somente para a perspectiva de defesa da República contra o inimigo externo; pelo contrário, a opção é mesmo a de consagrar uma visão menos redutora, que somente focalizasse a componente militar. Resulta desta concepção que a defesa nacional tratada ao nível da Constituição engloba a perspectiva militar, civil e a das informações de segurança do Estado (p. 192).

O autor, ora referenciado, explica que em termos de objectivos da Política de Defesa e Segurança, há a assinalar (*ibid*, p. 199):

- a) A garantia da independência, soberania, integridade e inviolabilidade do território nacional; defesa e consolidação da unidade nacional; defesa e funcionamento normal das instituições; defesa dos interesses nacionais; garantia do regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos; prevenir e combater a criminalidade transfronteiriça, incluindo o terrorismo;
- b) Garantia da protecção civil; manter a ordem, segurança e tranquilidades públicas; protecção do segredo do Estado; o respeito da legalidade e a garantia do desenvolvimento económico e social.

Destarte, Macie (2019, p. 200-2003) refere que os objectivos da Política de Defesa e Segurança são operacionalizados através de um conceito estratégico de defesa nacional que aparece em primeiro lugar na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas concretamente no seu artigo 7 e posteriormente na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2006. A par da resolução, o conceito

assenta, por um lado, no pressuposto de que a defesa nacional constitui uma obrigação do Estado e tem por objectivo garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça inclusive face a ocorrência dos crimes cibernéticos, bem assim a promoção da paz, segurança e estabilidade política a nível internacional.

Assumindo a complexidade das missões das Forças Armadas, como refere Macie (2019) particularmente, atendendo o tipo de conceito de defesa nacional adoptado em Moçambique, elas podem ser vistas em várias perspectivas: (i) uma classificação entre missões no âmbito da segurança externa e missões no plano da segurança interna; (ii) uma classificação entre funções essenciais e complementares; (iii) uma classificação entre missões clássicas complementares e missões ditas – “novas”; (iv) uma classificação entre missões envolvendo risco de combate e missões sem risco de combate (p. 271).

Destarte, a opção é procurar abarcar todas as missões das Forças Armadas, sem que haja uma precisão em termos de critério classificativo. Contudo, a Lei distingue entre missões genéricas e específicas, subordinando-se a definição das missões específicas pelo Presidente da República (enquanto Comandante em Chefe das Forças Armadas de Defesa de Moçambique) e às missões genéricas definidas por lei (*ibid*, p. 272).

Assim, decorrem, conjugado com os artigos 10 da Política de Defesa e Segurança do Estado e 23 da Política de Defesa Nacional e das Forças Armadas, as missões genéricas das Forças Armadas (*ibid*, p. 272). Neste contexto, são missões genéricas das Forças Armadas:

Assegurar a defesa militar da República contra quaisquer ameaças ou agressões externas (art.º 23 no 1 da Política de Defesa Nacional e das Forças Armadas); defender a integridade do território nacional, a soberania, a liberdade dos cidadãos e a segurança dos meios de desenvolvimento da Nação (art.º 10, b) da Política de Defesa e Segurança do Estado); assegurar o funcionamento normal das instituições em todas as circunstâncias e face a quaisquer ameaças directas ou indirectas (art.º 10, c) da Política de Defesa e Segurança do Estado); participar na protecção dos organismos, instalações ou meios civis determinantes para a manutenção da vida das populações, bem como tomar medidas de prevenção e de socorro que se requeiram em determinadas circunstâncias por decisão da autoridade competente (art.º 10, d) da Política de Defesa e Segurança do Estado).

Assumindo o posicionamento de Francisco (2018) relativamente a não enunciação “explícita ou taxativa” na Política de Defesa e Segurança e bem como em outras leis específicas sobre o Crime Organizado Transnacional, também fica para nós o entendimento da falta de previsão sobre os crimes cibernéticos (p. 54).

Ainda na senda do seu estudo, o autor em referência afere o seguinte:

a Política de Defesa e Segurança e as leis específicas de cada organismo das Forças de Defesa e Segurança não refiram sobre o Crime Organizado Transnacional e *dos crimes cibernéticos*, elencam as modalidades que o materializam. Por isso, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, a Polícia da República de Moçambique e o Serviço de Informações e Segurança do Estado conjuntamente com outros organismos também das Forças de Defesa e Segurança têm responsabilidade suprema pela Segurança Nacional. Foi referido antes que determinados organismos das Forças de Defesa e Segurança reestruturados ou criados²⁷ após aprovação da Política de Defesa e Segurança contribuem de forma bastante destacada para a prevenção e combate às ameaças a Segurança Interna (*ibid*, p. 54).

Por seu turno, o artigo 253 da CRM conjugado com os artigos 10 da Política de Defesa e Segurança e artigo 4 da Política de Defesa Nacional concebem a Polícia da República de Moçambique, como um organismo das forças de segurança.

As suas funções vêm apontadas de forma expressa no nº 1 do artigo 253 da CRM, artigo 12 e 13 da Política de Defesa e Segurança e artigo 3 da Lei da Polícia da República de Moçambique (Lei nº 16/2013, de 12 de Agosto), na qual “assumem que tem natureza paramilitar, apartidária e com a responsabilidade de garantir a lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, e a

⁽²⁷⁾ É o caso típico dos Serviços Nacionais de Investigação Criminal (SERNIC) que substitui a Polícia de Investigação Criminal (PIC) na qual condensa da Lei nº 2/2017 de 9 de Janeiro que estabelece as suas funções gerais no artigo 6 e de forma explícita é competência específica no âmbito da investigação, de entre outros crimes encontra-se, os crimes informáticos (cibernéticos/ tecnológicos como a doutrina tem nos habituado a designar) nos termos da c) do nº 1 do artigo 7.

tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos”.

Um outro serviço de grande destaque, que ao nosso ver deve ser revestido de elevada proficiência face a mitigação dos crimes cibernéticos é o Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE). Justifica-se, pois, a luz da Política de Defesa e Segurança, que é o único organismo das Forças de Defesa e Segurança com responsabilidade pela “recolha, pesquisa, produção, análise e avaliação de informações úteis à segurança do Estado, à prevenção de actos que atentem contra a Constituição, contra o funcionamento dos organismos do poder do Estado e ao combate das actividades de espionagem, sabotagem e terrorismo.”

De forma genérica, a sua função vêm estabelecidas no nº 1 e 2 ambos do artigo 3 da Lei nº 12/2012, de 8 de Fevereiro- Lei do SISE, nomeadamente produzir informações sobre crimes de natureza transnacional, terrorismo e outras actividades “que, pela sua natureza, possam alterar o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.”

Perspectivas e desafios da política e estratégia de defesa e segurança face aos crimes cibernéticos em Moçambique

Segundo Francisco (2018) a actual situação criminal do país impõe o reforço da capacidade operativa e de investigação criminal. As ameaças à Segurança Interna que flagelam o país, são caracterizadas por uma série de vicissitudes próprias de uma sociedade do mundo globalizado, onde os comportamentos desviantes, o crime organizado, entre outros são fenómenos que impõem o reforço da capacidade de resposta.

Assim, tendo em conta os enormes desafios do país, temos consciência que grande parte dos problemas que Moçambique atravessa afectam significativamente a soberania, a estabilidade política, económica e social, alguns com sua origem fora das fronteiras estatais, associados, fundamentalmente, às limitadas capacidades das Forças de Defesa e Segurança para efectivar a vigilância, a fiscalização e o controlo das fronteiras em toda sua extensão, bem como para vigiar, fiscalizar, controlar e combater as actividades ilícitas que ocorrem a partir dessas fronteiras, inclusive o terrorismo em Cabo Delgado, a Junta Militar (da guerrilha da Renamo que não pretende aderir ao DDR em curso e os cibercrimes – aqueles que permitiram o mecanismo de recrutamento em massa de jovens para apoiar e reforçar o grupo dos insurgentes Al-Shabaab e possibilitam transferências monetárias na banca móvel para os financiar e garantir a logística. (Francisco, 2018; Habibe, Forquilha e Pereira, 2019; José Feijó, 2021; Centro de Democracia e Desenvolvimento, 2021).

Para se ter uma ideia das fragilidades que o país apresenta no tocante a temática, o informe anual da PGR em sede da AR de Abril de 2021 (p. 51 e SS) e de Abril de 2022 (p. 53 e SS), relativamente aos crimes informáticos apontou que (i) os crimes informáticos traduzem a exteriorização de condutas ilícitas dos usuários de tecnologias de informação e exigem que Moçambique adopte estratégias para reagir, de forma célere e eficaz no seu combate, sob pena de essa omissão desestabilizar a ordem e segurança públicas; (ii) reiteramos que os crimes contra a honra, nas modalidades de injúria, calúnia e difamação, mediante a divulgação de imagens, vídeos, a invasão da privacidade, ameaças, assédio sexual, ocorrem com bastante frequência, através das redes sociais e se alastram com grande facilidade, com todas as consequências nefastas para os usuários, o Estado e outras instituições; (iii) para reforçar a nossa intervenção no combate a estas infracções, criamos, recentemente, na Procuradoria-Geral da República, o Gabinete de Cibercrime, com a missão de coordenar a actividade

do Ministério Público na área da cibercriminalidade, bem como garantir a articulação com as entidades competentes, na obtenção de prova digital, em tempo útil e (iv) ainda assim, reiteramos a necessidade de adesão à Convenção de Budapeste sobre Cibercrime, por forma a facilitar, sobretudo, a cooperação internacional e as investigações de natureza criminal.

Um dos desafios que o estudo releva é a insuficiente capacidade das Forças de Defesa e Segurança de fazer face às ameaças à Segurança Interna. Francisco (2018) lança hipóteses que este problema pode ter origem na sobreposição de competências e ausência da centralização de unidade de comando. Embora a lei atribua à Polícia da República de Moçambique a responsabilidade pela Segurança Interna, a legislação apresenta um leque de competências atinentes à prevenção da criminalidade, de forma geral e específica consoante o organismo das Força de Segurança (p. 55).

Sobre esse assunto, Guedes e Elias (2004) *apud* Francisco (2018, p. 56) fazem alusão a autores que consideram “três níveis em cujos termos e fusão da Segurança Interna e da Segurança Externa provoca mudanças fundamentais na concepção do significado do termo segurança”. Olhando para estes níveis e a par do que sucedeu no informe da Procuradoria Geral da República de 2020 e outros cenários vigentes na Política e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética parece-nos relevar que cada instituição deverá se preocupar com a prevenção de suas infraestruturas críticas, isto é, cada ministério ou Serviço específico deve criar estruturas, monitorar e defender os cibercrimes que possam afligir a prossecução normal dos seus serviços e não por optar, ao nosso ver, de um centro de comando próprio – um Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Nacional.

Há em todo o caso um desafio, uma vez que a Política de Defesa e Segurança deve prever a inclusão nestes organismos das Forças de Defesa e Segurança criados recentemente, como é o caso do SERNIC na qual o legislador lhe atribui plenos poderes para a investigação dos crimes cibernéticos por excelência. Não constando na Política de Defesa e Segurança e muito mesmo na Política e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (2021-2024) um risco iminente pode neutralizar os esforços até agora levados a cabo.

Outro dado de maior realce é a fragilidade das legislações sobre a matéria. Por isso, a opção da Procuradoria-Geral da República consiste em aderir, tão urgente, à Convenção de Budapeste sobre Cibercrime por forma a ultrapassar os impasses que se registam na detecção, prevenção e combate dos crimes cibernéticos.

5. Conclusão e Recomendações

O presente estudo teve como objectivo analisar a Política e Estratégia de Defesa e Segurança face aos Crimes Cibernéticos em Moçambique, partindo da premissa de que a Era Digital tem contribuído positivamente no desenvolvimento das pessoas, das organizações e dos Estados-nação, mas também constitui uma forte ameaça a segurança e defesa dos mesmos uma vez que não havendo espaços geopolíticos, a cibernética pode ser vista como potencial para suscitar conflitos de proporções e consequências mais danosas à humanidade do que a própria arma nuclear e/ou biológicas.

Dos resultados obtidos, constatamos que a mesma apresenta zonas de penumbras o que de forma directa e indirectamente está a quem de combater eficazmente as ameaças e ataques em zonas de ciberespaços no país. Os dados obtidos pela PGR (2021) e pelo Instituto Nacional de Estatística (2018-2020) determinaram uma evolução em média de 36% no ano de 2020, o que solidifica estas fragilidades, mesmo tendo sido aprovado o Novo Código Penal, que vai a revisão no presente ano de

2022, associada às leis vigentes sobre as transacções financeiras e do governo electrónico, assim como ao Regulamento de registo de Activação dos Módulos de Identificação dos Subscritor de telefonia Móvel (Cartões SIM).

Sugestões

Para além de alguns excertos ao longo do estudo e pela natureza e exaustividade que apresenta, não esgotaremos as nossas sugestões, mas de forma breve o Sector de Defesa e Segurança é desafiado a:

- Aumentar a proficiência dos serviços, para credibilizar o sistema de segurança interno no nível nacional e internacional, através de aquisição de melhores equipamentos que salvaguardem o exercício pleno de funções em zonas de cibercrimes;
- A Política de Defesa e Segurança deve prever a inclusão nestes organismos das Forças de Defesa e Segurança criados recentemente como a SERNIC visto o seu papel na investigação dos crimes informáticos;
- A criação de ordenação “única” das matérias de cibercrimes, deixando que pela natureza dos serviços hajam disposições infraordinárias;
- A criação de um Sistema de Segurança e Defesa Cibernética Nacional que possa utilizar, por exemplo, redes sociotécnicas, que previnem, detectem e combatem a tempo real a ocorrência desta tipicidade de crimes.
- A adesão urgente a Convenção de Budapeste sobre os ciberespaços.

Referências Bibliográficas

I. Obras, Revistas e Artigos científicos

- Carvalho, P. S. M. (2011). O sector cibernético nas Forças Armadas Brasileiras. Barros, O. S. R., Gomes, U. M. & Freitas, W. L. (organizadores). *Desafios estratégicos para segurança e defesa cibernética*. Brasília, Brasil: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
- Centro para Democracia e Desenvolvimento – CDD (2021). *Negociar com Extremistas Violentos em Cabo Delgado*. Platform For Dialogue For Conflict Resolution In Cabo Delgado, Segunda-feira, 26 de Julho de 2021 | Ano 1, n.º 4.
- Elias, L. (2016). Criminalidade Transnacional Organizada: Paradoxos Conceptuais e Desafios Políticos e Operacionais. Borges, J. V. & Rodrigues, T. F. (Coord). *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Lisboa, Portugal: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Garcia, F. P. (2015). *Defesa Nacional*. in Enciclopédia de Direito e Segurança, Coimbra, Portugal: Almedina Editora.
- Garcia, F. P. & Ferro, M. (2013). A Segurança Internacional e o Falhanço do Estado. Lisboa, Portugal: *Revista Globo*.
- Gouveia, J. B. (2018), *Direito da Segurança: Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo*, Coimbra, Portugal: Almedina Editora.
- Guedes, A. M. & Elias, L. (2012). *Here be Dagens: Novos Conceitos de Segurança e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Policiais
- Gutsalyuk, M. V & Klymenko, O. A (2017). Combate à criminalidade cibernética e garantias de segurança cibernética na Ucrânia. Lisboa, Portugal: *Revista Lusíada-Política Internacional e Segurança*.

- Habibe, S, Forquilha, S. & Pereira, J. (2019). *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia*. Cadernos IESE N.º 17, Maputo: IESE.
- Mandarino Júnior, R. (2013). *Segurança e Defesa do Espaço Cibernético Brasileiro*. Brasília, Brasil.
- _____ (2011). *Um estudo sobre a segurança e a defesa do espaço cibernético brasileiro*: Brasília, Brasil.
- Mubarak R. (2015). *Direito Penal e Criminalística: Da Teoria Universal à Realidade Nacional*. Maputo, Moçambique: Escolar Editora.
- Nunes, P. F. V. (2016). Ciberameaças e Quadro Legal dos Conflitos no Ciberespaço. Borges, J. V & Rodrigues, TF (Coord.). *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Lisboa, Portugal: Fronteira do Caos Editores Lda. e Autores.
- Rantala, R. (2008). *Cybercrime against Businesses*.
- Santos, A., Honwana, A., Feijó, J. & Carrilho, J. (2020). Pobreza, Etnicidade e Juventude. José Feijó (Coord.). *Como está Cabo Delgado? Maputo, Moçambique: Observatório do Meio Rural*.

II. Teses Académicas

- Francisco, F. (2018). *Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna*. Tese de doutoramento para obtenção do grau de doutor em Direito e Segurança. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal: UNILISBOA.
- Macie, A. (2019). *Forças Armadas na Segurança Interna: O Caso de Moçambique*. Tese de doutoramento para obtenção do grau de doutor em Direito e Segurança. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal: UNILISBOA.
- Menezes, U. T. J. (2016). *O Papel das Forças e Serviços de Segurança no Combate aos Crimes Cibernéticos em Angola*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Segurança da Informação e Direito no Ciberespaço. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal: FD-UniL.

III. Revistas e Sites de Internet

- Alerta do Governo sobre invasão cibernética* (2017). Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Alerta> . Acessado em 06/04/2022 pelas 10:48H.
- Alerta do Governo sobre invasão cibernética* (2022). Disponível em <https://www.opais.co.mz/portais-do-governo-hackeados-mas-sem-perda-de-informacao-coes-confirma-o-inage/> Acessado em 06/04/2022 pelas 11:17H.
- Mendes, M. E. G. & Vieira, N. B. *Os crimes Cibernéticos no Ordenamento Jurídico Brasileiro e a Necessidade de Legislação Específica*. Disponível no file <http://www.gcpadvogados.com.br/artigos/os-crimes-ciberneticos-no-ordenamento-juridico-brasileiro-e-a-necessidade-de-legislacao-especifica-2>. Acessado no dia 10 de Agosto de 2021.
- Schmidt, G.. *Crimes Cibernéticos*. Disponível no file <https://qschmidtadv.jusbrasil.com.br/artigos/149726370/crimes-ciberneticos>. Acessado no dia 10 de Agosto de 2021.

IV. Legislação

- Conselho de Ministros, Resolução do n.º 42/2006, *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*.
- Lei nº 1/2018, de 12 de Junho, *Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique*.

Lei nº 16/2013, de 12 de Agosto. *Cria a Polícia da República de Moçambique.*

Lei 12/2012, de 8 de Fevereiro, *Cria o Serviço de Informações e Segurança de Estado.*

Lei n.º 17/97, de 1 de Outubro *Política de Defesa e Segurança do Estado.*

Lei n.º 18/97, de 1 de Outubro, *Política de Defesa Nacional das Forças Armadas.*

República de Moçambique, *Estratégia Nacional de Segurança Cibernética 2021-2024.*

República de Moçambique, *Política Nacional de Segurança Cibernética.*

Resolução nº 52/2019, de 16 de Outubro, *Plano Estratégico para a Sociedade da Informação.*

Procuradoria-Geral da República (2022), *Informação Anual de 2021 do Procurador-Geral da República à Assembleia da República*, Abril.

Procuradoria-Geral da República (2021), *Informação Anual de 2020 do Procurador-Geral da República à Assembleia da República*, Março.

V. Apontamentos

Garcia, F. P. (2021). *Aulas da disciplina de Estudos de Defesa e Segurança*. Curso de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. Quelimane, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas de Quelimane da Universidade Católica de Moçambique.

Estudo de Estratégias Competitivas de Marketing na satisfação de clientes em Agência Bancária Nacional

Study of Competitive Marketing Strategies in customer satisfaction in National Banking Agency

Nelson Ribeiro

Universidade Católica de Lisboa

Nuno Goulart Brandão

Universidade Católica de Lisboa

Vanusa Morais Freitas

Universidade Católica de Moçambique

vanusa.morais@ucm.ac.mz

Resumo

A pesquisa debruça-se sobre como as estratégias competitivas de *marketing* usadas por uma Agência Bancária Nacional conseguem satisfazer seus clientes e foi motivada por tratar-se de um estudo desenvolvido numa instituição bancária com muitos anos de experiência no mercado nacional e actualmente estar num ambiente competitivo de oferta de serviços similares. Para dar seguimento, a pesquisa levantou o seu objectivo geral onde procura estudar as estratégias de *marketing* usadas para satisfação dos clientes. A sua delimitação centra-se na região norte de Moçambique, mais concretamente na cidade de Nampula. O seu quadro teórico foca as estratégias competitivas de marketing, atracção. O desenho metodológico foi orientado por uma abordagem que recorreu a métodos qualitativos com tratamento fundamentada em análise de conteúdo. A metodologia qualitativa recorreu ao uso de entrevistas aplicadas a cinco gestores, devidamente codificados, da instituição bancária. Os resultados indicam que as estratégias de *marketing* usadas pela instituição bancária se iniciam com acções no mercado para conquistar clientes, através de eventos patrocinados, com capacitações dos colaboradores sobre atendimento aos clientes, segmentação de seus clientes para personalizar o atendimento; a sua construção do relacionamento é desenvolvida através da assistência que a instituição bancária oferece no uso dos seus serviços.

Palavras-chave: estratégias, *marketing*, valor.

Abstract

The research focuses on how the competitive marketing strategies used by a National Banking Agency manage to satisfy its customers and was motivated by the fact that it is a study developed in a banking institution with many years of experience in the national market and currently being in a competitive environment offering similar services. To follow up, the research raised its general objective where it seeks to study the marketing strategies used for customer satisfaction. Its delimitation is centered in the northern region of Mozambique, more specifically in Nampula. Its theoretical framework focuses on competitive marketing strategies, attraction. The methodological design was guided by an approach that resorted to qualitative methods with treatment based on content analysis. The qualitative methodology resorted to the use of interviews applied to five duly coded managers of the banking institution. The results indicate that the marketing strategies used by the banking institution start with actions in the market to win customers, through sponsored events, with training of employees on customer service, segmentation of their customers to personalize the service; its relationship building is developed through the assistance that the banking institution offers in the use of its services.

Keywords: strategies, marketing, value.

1. Introdução

No processo da globalização, as organizações são convidadas a estar mais atentas, a evoluir na mesma velocidade para responder as expectativas do seu público-alvo. Isso implica o desafio e a responsabilidade em assumir este novo posicionamento. As organizações devem trabalhar em novas estratégias, em potenciais parcerias, aquisição de novos bens e serviços de suporte ao cliente para enfrentar as mudanças sociopolíticas e económicas da actualidade.

Com a competitividade mais agressiva, os desafios e a dinâmica das organizações do sector económico são notórios, facto este que exige um esforço redobrado de *marketing* e satisfação do cliente, de modo a responder suas necessidades e manter um posicionamento estratégico no mercado.

As instituições bancárias não diferem seus processos de outras empresas de produtos ou serviços. Com a tecnologia avançada, atendimento e transacções por via das máquinas, a qualidade de serviços de recepção ao cliente passa a ocupar um lugar de destaque e diferenciação nos Bancos.

Todo cliente cria expectativa em relação aos bens e serviços oferecidos por um banco. Quando o cliente procura um banco para dar-lhe assistência no manuseamento das suas finanças, as expectativas desempenham um papel central que funcionam na busca e selecção do melhor banco.

A concepção das estratégias de *marketing* nos bancos deve espelhar a preocupação de dentro para fora, isto é, deixar de olhar para si mesmo e virar as atenções para o cliente. Esta posição assim se reflecte porque os bancos vendem prestação de serviços em função do atendimento dos seus clientes e a sua existência depende da aceitação dos clientes.

O cenário actual mostra que toda oferta de bens e serviços tem concorrente. Com grandes focos de crise financeira, as organizações vêm-se num mundo de múltiplos desafios e de difícil consenso em saber qual deles é prioritário. A situação mais complexa de uma sociedade em tempo de crise é quando existe muito oferta semelhante. Neste contexto, o cliente é convidado para vivenciar experiências de bens e serviços semelhantes, mas com marcas diferentes. O exemplo concreto desta situação que hoje se assiste se atribui aos Bancos.

Realizar um estudo de estratégias de marketing na satisfação de clientes em instituições bancárias merece atenção porque Moçambique encontra-se numa profunda crise económica, onde o Banco Central faz uma revisão de normas de procedimento aplicadas nos bancos, implementa novas directrizes de actuação no país para garantir uma simetria de processos bancários em todas as instituições.

O artigo debruça-se sobre uma agência bancária comercial que nasce nos anos 90, em Moçambique, fazendo dela o maior banco a operar no mercado nacional. Actualmente, ao completar vinte anos de existência, já contava com um milhão e quinhentos mil clientes, e com uma aposta de melhoria de qualidade dos serviços prestados.

Do ponto de vista científico, a pesquisa pode contribuir através do estudo de práticas de estratégias de *marketing* que possibilita aos bancos a entenderem como fazer funcionar o marketing e marcar seu diferencial competitivo em um mercado em que existe grande oferta.

A pesquisa marca seu contributo social ao fazer perceber a essência das estratégias de marketing como uma função organizacional que vai desde receber o cliente, atender suas necessidades,

completar a orientação do mesmo, até desenvolver informações de marketing e gerar lucro em um ambiente eficiente.

O uso planejado de estratégias de *marketing* permite um maior destaque à marca da empresa. Promovendo essa visibilidade, as estratégias fazem com que o cliente se sinta mais próximo, mais curioso e mais inclinado a confiar na marca. Uma vez aderindo à marca, o *marketing* passa a ter a função organizacional de garantir a entrega de valor ao cliente. É diante deste cenário que se questiona como as estratégias de marketing usadas pela Agência Bancária nacional conseguem satisfazer seus clientes?

Para responder a questão de partida o estudo levantou um conjunto de objectivos onde procura estudar as estratégias de marketing usadas pela Agência Bancária nacional para satisfação dos clientes. Para subsidiar, a pesquisa começa por identificar as acções e estratégias de *marketing* desenvolvidas pela Agência e descrever a criação de valor e reforço aplicado aos seus clientes.

2. Fundamentação Teórica

Estratégias Competitivas de Marketing

As primeiras actividades de marketing iniciam no séc. XIX, com o propósito de criar, promover e fornecer bens e serviços úteis à sociedade. Neste propósito o *marketing* procurou transformar bens, serviços, experiências, informações e ideias em conceitos de benefício para o cliente.

Kotler (2000) define marketing como “um processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros” (p. 30). Pode-se assim ver que proporciona um foco para o indivíduo que procura satisfazer a sua procura através de diversas ofertas.

O mercado tem mostrado às empresas que não basta desenvolver um serviço e disponibilizar aos que por ele procuram. Numa era tão diversificada de meios e canais a usar para partilhar e trocar informações, as empresas precisam diversificar os seus canais de comunicação para atingir o público. Kotler e Keller (2012) sustentam que profissionais de *marketing* “devem ser criativos no uso da tecnologia, mas sem se intrometer na vida dos consumidores” (p.512).

O cenário empresarial actual convoca a adopção de estratégias para orientar a liderança do alcance dos objectivos e metas concebidas para o crescimento financeiro das empresas.

A primeira definição de estratégia, na sua forma mais alargada começa com Sanchez e Cantarero (2003), quando se referem a ela como “o meio através do qual a organização pode sustentar a sua continuidade e, ao mesmo tempo facilitar a sua adaptação a um ambiente em contínua transformação, adquirindo uma vantagem competitiva que permite um contínuo crescimento e desenvolvimento” (p.291).

As estratégias são referenciadas também como linhas administrativas que posicionam o produto, o preço, a distribuição e a promoção da empresa em direcção ao mercado, utilizando instrumentos, potencialidades e recursos competitivos para se aproveitar as oportunidades (Lima, Sapiro, Vilhena & Gangana, 2005; Reis & Reis, 2008; Kotler, 2009).

As linhas fundamentais do conceito variam, mas é recorrente em todas elas pautar os elementos do *marketing* mix como instrumentos a usar em busca de sucesso. Mintzberg e Quinn (2001) reforçam esta posição ao defenderem a concordância no conceito, mas também falta de unanimidade quanto

ao caminho a seguir. Contudo, estudos desenvolvidos em empresas no século XX acabam deixando de lado os compostos de *marketing* mix como estratégia (Gilmore, Carson & Grant, 2001; Naidoo & Urban, 2010). É um posicionamento aceitável pois cada empresa, diante do seu público-alvo e dos seus concorrentes, procura adoptar a melhor liderança seguindo uma linha administrativa que possa suportar a estratégia escolhida.

É preciso perceber que a estratégia escolhida não é estática, mas sim dinâmica porque ela deve ser reajustada ao contexto onde é inserida. A existência de uma estratégia para o sucesso empresarial passa pela formulação, implementação e controle da mesma. O processo de formulação da estratégia corresponde a descobrir o que a empresa pode fazer para captar as oportunidades do mercado, determinar a competência e o poder que ela tem e combinar as duas conduções de forma a encontrar um bom equilíbrio (Mintzberg, Ahlstrand & Lampel, 2000; Dickson, Farris & Verbeke, 2001).

Para mergulhar no mercado e se tornarem resilientes, as empresas aplicam estratégias de marketing para darem vazão às suas metas lucrativas, necessidades dos clientes e responder a competitividade. O conjunto de actividades mercadológicas desempenhadas pela empresa na entrega do valor ao cliente, que garante um destaque na mente do consumidor é conduzido pelas estratégias de *marketing*. A formação das estratégias de *marketing* é desenhada de forma criativa e com o objectivo de manutenção ou aumento da vantagem competitiva da empresa.

A estratégia de *marketing* é composta por sua formulação e implementação. Estes dois elementos são momentos dependentes. À medida que se compõe informações para sua formulação também se trabalha na sua implementação por tratar-se de elementos que são postos em prática no mercado. Uma vez que o mercado não está num ambiente estático, sofre mutações, as duas fases vão-se moldando e adaptando-se consoante a necessidade. É nesta premissa que se encontra o modelo de Formação de Estratégia de Marketing, *Marketing Strategy Making* (MSM), de Menon, Bharadwaj, Adidam e Edison (1999). Modelo este que é desenvolvido ao mesmo tempo que se trabalha no processo estratégico (Toaldo, Joz & Luce, 2008).

Na estrutura do modelo de Formação de Estratégia de *Marketing* (MSM) pode-se observar que é composta de *antecedentes, processo, resultados e variável de controlo*. De forma detalhada, os *antecedentes* são formados por factores da organização, tais como sua estrutura e cultura que podem agilizar, ou não, a implementação da estratégia de *marketing*. No *processo* encontram-se elementos ligados ao ambiente interno e externo, a abrangência na análise profunda da escolha das alternativas da melhor estratégia, destaque nas habilidades de *marketing* para se alcançar vantagem competitiva no mercado, relação integrada entre departamentos, qualidade e comprometimento na comunicação, no capital humano e no consenso da estratégia escolhida (Menon, Bharadwaj, Adidam & Edison, 1999).

Como se pode constatar, os dois primeiros elementos do modelo fazem grande referência ao que foi analisado no desenho da estratégia empresarial, reforçando os procedimentos e os cuidados na selecção da estratégia.

Os *resultados* demonstram deduções relacionadas com a criatividade da estratégia, o que se aprendeu com ela e seu desempenho no mercado. Por último, a *variável de controlo* é relacionada a factores como comportamento dos consumidores, tecnologia de ponta, concorrentes e inovação,

que influenciam os resultados da estratégia (Menon, Bharadwaj, Adidam & Edison, 1999; Toaldo, Joz & Luce, 2008).

Em suma, as etapas descritas no modelo MSM retratam os recursos internos da organização que afectam as actividades da formulação e implementação da estratégia e condicionam os resultados que por sua vez dependem também das dimensões ambientais externas à organização.

A criatividade é um elemento que o modelo MSM apresenta como fulcral na formação e implementação da estratégia de *marketing*. Toaldo e Luce (2011), enfatizam ao afirmar que:

A criatividade inserida no modelo como elemento que propicia alteração de comportamento com a estratégia, em termos de inovação, leva, conseqüentemente, a uma influência positiva no processo de melhorias da organização, uma vez que com actividades criativas busca-se, continuamente, um aprimoramento do processo (p.12).

A criatividade, assim como a inovação, são aspectos desejáveis em organizações modernas. A criatividade implica transformar a ideia empreendedora de um indivíduo em ideia colectivamente aceite, e daí, organizar recursos para responder proactivamente ao ambiente sócio, económico, cultural e governamental.

As novas pesquisas sobre estratégias de *marketing* apontam a inovação em marketing como mecanismo de criatividade na gestão do *marketing* (Naidoo & Urban, 2010; Ensslin, Sarquis, Cittadin & Chaves, 2015).

Ensslin, Sarquis, Cittadin e Chaves (2015) afirmam que estes estudos “tratam do uso de novas tecnologias, Web 2.0, redes sociais, comunidades, *marketing* de colaboração, varejo virtual e investimentos em inovação” (p. 4).

Evidentemente, pode-se ver que, o que acontece é que o mundo empresarial segue rápido e quer manter-se conectado, próximo dos clientes e com propostas de benefícios maiores para satisfação das necessidades do mercado.

Toaldo e Luce (2011), ressaltam que “o estudo das estratégias de marketing, independentemente do nível a que se refira, oferece grandes condições para se obter sucesso com as estratégias implementadas, trazendo consequências salutares aos objectivos organizacionais” (p.9).

As estratégias de *marketing* podem ser entendidas como um guião bem elaborado para servir de suporte aos objectivos da organização.

Na óptica de Kotler e Armstrong (2003), a estratégia de *marketing*

É a lógica de marketing por meio da qual uma empresa espera alcançar seus objectivos de *marketing*. Ela é constituída de estratégias específicas para o mercado-alvo, o posicionamento, o mix de marketing e os níveis de despesa com o *marketing*. Nesta secção, o planeador explica como cada estratégia responde às ameaças, oportunidades e questões essenciais descritas anteriormente no plano (p.49).

Constata-se que o conceito faz menção da inclusão das estratégias de marketing no planeamento estratégico da organização, transformando as estratégias em ferramentas capazes de se adaptarem para poderem responder aos diversos ambientes.

As estratégias de *marketing* compreendem as decisões necessárias para determinar como usar, de forma simultânea, os compostos do *marketing* mix. Estas são as variáveis que a organização tem poder de controlar e modificar de acordo com as suas necessidades, cooperando na definição do produto, canais de distribuição, preços, marcas e mensagens a serem desenvolvidas para o alcance das metas (Fisk, 2009).

A definição de uma boa estratégia de *marketing* acarreta a responsabilidade de conhecer o sector em que se actua, assim como concorrentes actuais, seguimentos do mercado escolhidos, o posicionamento colocado e o *marketing* mix. Para alcançar esta posição e fazer com que a estratégia de *marketing* vá de acordo com as necessidades e desejos dos clientes, uma diversidade de factores deve ser avaliada com vista a colocar a empresa em vantagem competitiva.

Quando se fala em estratégias de *marketing* é evidente o surgimento de vários tipos, pois cada um tem a sua finalidade e mecanismos de actuação. Porter (1986), concebe um pacote de estratégias genéricas baseadas em *liderança de custos*, *diferenciação* e *foco*. Para Caetano e Rasquilha (2010), as estratégias apresentam-se em dois tipos: *concorrenciais* e *de desenvolvimento*.

De forma a diferenciar as estratégias, uma descrição é apresentada para entender suas formas de actuação para obtenção e manutenção de vantagem competitiva.

i) A *estratégia de liderança de custos* acontece quando uma organização formula custos baixos dos seus produtos, no sector onde actua. Este mecanismo torna-se possível ao fazer uso de políticas que direccionam a organização. Outro condicionalismo ligado a esta estratégia é a experiência acumulada da empresa que deve condicionar economia de escala e redução de custos (Porter, 2005; Reis & Reis, 2008).

ii) A *estratégia de diferenciação* é considerada como aquela que “a organização se diferencia da concorrência quando oferece singularidade e valor” (Reis & Reis, 2008, p.192). A busca pela diferenciação em relação aos concorrentes pode ser na marca do produto, no *design* da embalagem ou mesmo na assistência personalizada.

A Diferenciação destaca-se por ter um toque de sofisticação na qualidade, no acesso e na imagem da marca, purificação privilegiada do mercado-alvo, assim como uma especialização destacada na oferta (Reis & Reis, 2008). No entanto, esta estratégia só atende um número menor de clientes, tornando inviável maior participação no mercado.

iii) A *estratégia de foco* concentra todos os seus reforços num público-alvo específico com alta eficiência recorrendo a todo o processo concebido para esta estratégia. (Porter, 2005). Seu uso admite à organização melhorar a qualidade dos seus serviços e produtos e atender com precisão às necessidades e desejos dos clientes específicos.

Reis e Reis (2008) enfatizam que na estratégia de foco “os segmentos-alvo devem conter clientes com necessidades invulgares ou menos comuns” (p.195). Desta forma há uma maior garantia da estratégia oferecer grande retorno.

A existência de estratégias genéricas não dá autoridade à organização de aplicá-las de forma conjunta porque a execução bem-sucedida de cada estratégia genérica precisa de virtudes, recursos, estruturas e estilo de gestão diferentes (Porter, 1996).

As outras tipologias de estratégias são apresentadas por Caetano e Rasquilha (2010). A primeira é o conjunto de Estratégias Concorrenciais.

i) As *estratégias concorrenciais* são as que pretendem aumentar o consumo dos produtos da empresa à custa da concorrência. Para alcançar este objectivo um conjunto de cinco estratégias são usadas como suporte.

Primeiro, as *estratégias comparativas*, que são muito usuais em mercados altamente competitivos, pois, são usadas para se poder comparar ao líder do mercado. As *estratégias financeiras* “quando a oferta de *marketing* está definida e apenas é necessário manter a marca visível” (Caetano & Rasquilha, 2010, p.26). Estas estratégias procuram usar produtos ou actuar em mercados em fase de maturidade no seu ciclo de vida, colocando o orçamento como factor essencial uma vez que o que se pretende é manter a notoriedade da marca (Gitman, 2004; Caetano & Rasquilha, 2010). A *estratégia de posicionamento*, onde existe a necessidade de construir uma imagem marcante na mente do consumidor e a mesma pode destacar-se por uma característica importante do produto, um benefício importante, melhor relação qualidade-preço ou prestígio no uso do produto (Sandhusen, 2006; Caetano & Rasquilha, 2010). As *estratégias promocionais*, aplicadas para dar a conhecer os produtos realçando suas qualidades e obter resultados imediatos (Dias & Cassar, 2005).

ii) A *Estratégia de desenvolvimento* acontece quando “o crescimento não pressupõe ataque à concorrência porque a categoria de produto está em desenvolvimento, permitindo a captação de consumidores novos. Muito usado em mercados emergentes” (Caetano & Rasquilha, 2010, p. 26).

O modo de trabalho das estratégias de Desenvolvimento é procurar aumentar o consumo através de estratégias extensivas, procurando novos consumidores que podem originar brilhantes taxas de crescimento e grande notoriedade. Recorre também a estratégias intensivas para aumentar a procura dos actuais clientes, propondo novos hábitos, novas formas de utilização do produto, da atitude e de comportamento de compra (Kotler, 2000; Caetano & Rasquilha, 2010).

Portanto, independentemente da escolha de qualquer tipo de estratégia a ser implementada pela empresa, ela deve compor, deliberadamente, um conjunto diferente de actividades para oferecer uma combinação única de valor.

3. Metodologia

A pesquisa faz uso de uma investigação com metodologia qualitativa exige análise de múltiplos dados que oferecem descrição dos acontecimentos de forma detalhada, com peso de determinada interpretação. Paralelamente, o enfoque qualitativo também é caracterizado pela imersão do pesquisador no contexto, e por permitir a aplicação de metodologias que possam explorar em profundidade todas as dimensões, riquezas e complexidades do mundo social (Manson, 2002).

O objecto de estudo é uma instituição bancária nacional que detém sete filiais, e setenta e cinco colaboradores distribuídos na cidade de Nampula. Entrevistou-se cinco gestores responsáveis pelos vários grupos de clientes visto que o que se pretende é a busca da profundidade das respostas dadas pelos respondentes sem a exigência de cálculos estatísticos.

O estudo recorreu ao uso da entrevista. De seguida, fez-se a análise das entrevistas para agrupar os fragmentos de cada participante; em unidades de significação. Estas unidades permitiram que se

codificasse partes do conteúdo captado nas entrevistas com vista a categorizar. Assim, este material empírico recebeu um tratamento de produção de categorias (Afonso, 2014) para ser organizado em categorias e subcategorias. Duarte (2004) reforça este posicionamento, ao defender que “pode-se tomar o conjunto de informações recolhidas junto aos entrevistados e organizá-las, primeiramente, em três ou quatro grandes eixos temáticos, articulados aos objectivos centrais da pesquisa” (p. 222).

As entrevistas feitas aos gestores da agência bancária foram sujeitas a uma análise temática, sendo que as categorias temáticas emergiram do próprio discurso dos entrevistados.

Na óptica de Duarte (2004) uma boa entrevista requer uma boa definição de objectivos da pesquisa, ter conhecimento do contexto da realização do estudo e um nível aceitável de informalidade, mas sem perder de vista os objetivos que levaram a buscar a participação do indivíduo, fonte de conhecimento empírico para sua investigação.

Uma das grandes limitações que a instituição bancária nacional apresentou é o acesso a documentos ligados às suas estratégias de atendimento e de comunicação de marketing.

A instituição bancária, em análise, é uma instituição moçambicana de crédito que consiste em receber do público depósitos ou fundos reembolsáveis, a fim de os aplicarem por conta própria, mediante a concessão de crédito.

4. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Na presente etapa apresenta-se os dados recolhidos através das entrevistas feitas aos gestores da Agência Bancária e análise de todas as informações recolhidas, com o objectivo de estudar as estratégias de marketing na satisfação dos clientes.

As análises e discussão dos resultados presentes no estudo foram realizadas por forma a se poder responder face às duas questões de investigação: i) quais e como são desenhadas as acções e estratégias de *marketing* para aumentar a satisfação dos clientes? ii) de que forma as acções e estratégias de *marketing* usadas pela instituição cria valor e reforço aplicado aos seus clientes?

Quanto à primeira questão de investigação, de acordo com os resultados apresentados percebe-se que as estratégias de marketing usadas pela instituição bancária se iniciam com acções no mercado para conquistar clientes, sejam em eventos patrocinados ou criados para essa finalidade. Fazem-se assim, capacitações dos colaboradores sobre aspectos centrais junto dos seus clientes, tais como, atendimento, segmentação para personalizar o atendimento e detectar fragilidades em suas acções, através de sistemas informáticos para, de seguida, se apresentar uma dada proposta de solução de cada caso. O treinamento sobre atendimento que mais se destacou nos entrevistados foca-se mais em duas segmentações, de três existentes. Mais precisamente, as que o Banco dá o nome de cliente *Prestige* e de cliente *Corporate*. Estes dois grupos de clientes têm assistência personalizada. Existe assim, uma necessidade de se prestar mais atenção ao tratamento que se dá aos clientes de base, a quem o Banco chama de *mass marketing*. Pois, o Banco tem vários canais de atendimento e o estudo realizado mostrou preferências diversificadas, o que sugere a importância de um tratamento diferenciado junto dos seus clientes.

Quanto à segunda questão de investigação pode-se sustentar que as estratégias de marketing usadas pela instituição bancária contribuem para a satisfação dos seus clientes. O esforço do Banco, em todas as suas actividades para retenção e satisfação dos seus clientes, coloca a instituição com uma

vantagem competitiva uma vez que se faz sempre presente, através de visitas periódicas e pesquisa de satisfação que se desenvolve junto dos seus clientes.

5. Conclusões

Os serviços bancários enfrentam desafios trazidos pelo novo paradigmático comunicacional em um cenário de forte clima competitivo, onde os clientes, que se mostram mais informados, exigentes e críticos nas suas escolhas, são oferecidos serviços similares.

O banco, através da capacidade de reconhecer oportunidades no mercado, se faz presente em eventos sociais, diversificando os canais de comunicação de *marketing* para atingir potenciais e reais clientes, tais como publicidades nos meios de comunicação social, promoções de vendas que decorrem em eventos patrocinados pelo Banco e, *marketing* directo com vendas pessoais desencadeadas pelos gestores do banco, que se dirigem ao mercado em busca de novos clientes.

Evidencia-se que o Banco, através de equipas de gestores comerciais, se faz presente em instituições para divulgar seus serviços e produtos, sua funcionalidade e vantagens. Os gestores encurtam a distância promovendo sua tecnologia de ponta no processo de abertura de conta. Percebe-se o uso do *marketing* boca a boca através das redes sociais do Banco, um espaço que promove os serviços e recebe comentários dos clientes.

O processo de construção de relacionamento desenvolvido pelo Banco destaca-se em duas vertentes. A primeira vertente é um conjunto de formações estruturadas com objectivo de capacitar os gestores em questões de atendimento para melhor receber e perceber as necessidades dos clientes, assim como formações para o domínio de todos os serviços e produtos vendidos pelo Banco. A segunda vertente prima pelo respeito aos prazos de respostas às reclamações submetidas nos livros disponíveis dentro do Banco como em outros canais digitais e a realização de pesquisas de satisfação submetidas aos diferentes segmentos de clientes.

No processo das capacitações desenvolvidas pelo Banco, evidencia-se a entrega do poder ao gestor, que, mediante a habilidade no domínio de atendimento, nos serviços e produtos que oferece e acesso a informação pode tomar decisões e encontrar respostas para um bom desempenho do Banco.

As práticas assimiladas na formação de atendimento para retenção de clientes centram-se mais nos clientes *Prestige* e *Corporate*, o que demonstra a presença de uma estratégia de foco, onde o Banco, com eficiência, reúne seus esforços nestes grupos de clientes para atender, com qualidade, suas necessidades e desejos.

A oferta de serviços e produtos bancários encontra-se em um mercado de concorrência pura, oferecendo produtos homogêneos. Neste ambiente, a busca pela satisfação dos clientes torna-se central. Percebe-se que o Banco demonstra uma preocupação em manter contacto e proximidade com os seus clientes, assim como satisfazer as suas necessidades para preservar a sua preferência pelos serviços do Banco. Uma das estratégias usadas é a identificação dos melhores clientes por ordem de importância e necessidades, que culmina com a criação de três segmentos de clientes, a outra procura manter contacto corrente após a aquisição dos serviços para avaliar a satisfação, através de pesquisas.

Referências Bibliográficas

- Afonso, N. (2014). *Investigação Naturalista em Educação – um guia prático e crítico*. Vila Nova de Gaia, Portugal: Fundação Manuel Leão.
- Caetano, J. & Rasquilha, L. (2010). *Gestão de Marketing*. Lisboa, Portugal: Escolar.
- Dias, R. & Cassar, M. (2005). *Fundamentos do Marketing Turístico*. São Paulo, Brasil: Pearson Prentice Hall.
- Dickson, P., Farris, P. W. & Verbeke, W. M. I. (2001). Dynamic strategic thinking. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 29, 216-237. Recuperado em [https://dx.doi.org/10.1016/0022-4359\(94\)90025-6](https://dx.doi.org/10.1016/0022-4359(94)90025-6)
- Duarte, R. (2004). Entrevista em Pesquisa Qualitativa. *Revista Educar*, 24, 213-225. Curitiba, Brasil: UGPR. Recuperado em <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216>
- Ensslin, L., Sarquis, A. B., Cittadin, J. & Chaves L. (2015). *Evidenciação do Estado da Arte sobre Marketing para Pequenas Empresas: Análise do Período 2003 – 2013*. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. Resende, Brasil. Recuperado em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/17522167.pdf>
- Fisk, P. (2009). *O Génio de Marketing*. Lisboa, Portugal: Monitor.
- Gilmore, A., Carson, D. & Grant, K. (2001). SME marketing in practice. *Marketing Intelligence & Planning*, 19, 6-11. Recuperado em https://www.researchgate.net/publication/235306323_SME_marketing_in_practice
- Gitman, L. J. (2004). *Princípios de Administração Financeira*. (10ª. ed.). São Paulo, Brasil: Addison Wesley.
- Kotler, P. & Keller, K. L. (2012). *Administração de Marketing*. (14ª. ed.). São Paulo, Brasil: Pearson Education.
- Kotler, P. (2009). *Administração de Marketing – Análise, Planejamento, Implementação e Controle* (5ª Ed.). São Paulo, Brasil: Atlas S.A.
- Kotler, P. & Armstrong, G. (2003). *Princípios de Marketing*. (9ª. ed.). São Paulo, Brasil: Prentice Hall.
- Kotler, P. (2000). *Administração de Marketing*. (10ª. ed.). São Paulo, Brasil: Prentice Hall.
- Manson, J. (2002). *Qualitative Researching*. London, Reino Unido: SAGE.
- Lima, M., Sapiro, A., Vilhena, B. J. & Gangana, M. (2005). *Gestão de Marketing*. (5ª. ed.). Rio de Janeiro, Brasil: FGV.
- Menon, A., Bharadwaj, S. G., Adidam, P. T. & Edison, S. W. (1999). Antecedents and Consequences of Marketing Strategy Making: A Model and a Test. *Journal of Marketing*, 2, 18-40. Recuperado em https://www.jstor.org/stable/1251943?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents
- Mintzberg, H. & Quinn, J. B. (2001). *O processo da Estratégia*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Mintzberg, H. Ahlstrand, B. & Lampel, J. (2000). *Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Naidoo, R. & Urban, B. (2010, Dezembro). The Relevance of operational skills Towards Business Sustainability: A Focus on SMME Manufacturers in the Vaal Triangle Region. *Independent Research Journal in the Management Sciences*, 10 (1), pp. 234-248. Recuperado em <https://actacommerci.co.za/index.php/acta/article/view/134/134>
- Porter, M. E. (2005). *Estratégia Competitiva*. Rio de Janeiro, Brasil: Campus.
- _____(1996). What is Strategy? *Harvard Business Review*, 6, 61-78. Recuperado em https://iqfystage.blob.core.windows.net/files/CUE8taE5QUKZf8ujfyIS_Reading+1.4.pdf

- _____ (1986). *Estratégia Competitiva – Técnicas para análise de indústrias e concorrência*. São Paulo, Brasil: Campus.
- Reis, R. L. & Reis, H. P. (2008). *Gestão Estratégica Aplicada a Instituições do Ensino Superior*. Lisboa, Portugal: Escolar.
- Sanchez, Y. & Cantarero, G. (2003). *MBA para todos – Finanças, Marketing, Estratégia, Criação de empresas e Internet*. (2ª. ed.). Lisboa, Portugal: Dom Quixote.
- Toaldo, A. M. M. & Luce, F. B. (2011). Processo de Estratégia de Marketing – a Criatividade como seu Resultado. *Revista FAE, Curitiba, 2, 6-19*. Recuperado em <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/212>
- Toaldo, A. M. M., Jotz, C. B. & Luce, F. B. (2008). O Papel do Grupo de Trabalho na Formulação e Implementação de Estratégias. *Revista de Gestão USP, São Paulo, 4, 101-115*. Recuperado em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108891/000708241.pdf?sequence=1>

Media sociais e a construção de relacionamentos empresa-clientes

Social media and building business to consumer relationships

António de Abreu Pereira
pereiraantoniodea@gmail.com
Universidade Rovuma

Nelson Ribeiro
nelson.ribeiro@ucp.pt
Universidade Católica Portuguesa

Resumo

Este artigo discute o papel dos *media* sociais nas actuais formas de construção de relacionamentos empresa – clientes, tendo como enfoque a comunidade de *Facebook* da “Tele A”. É resultado de uma pesquisa realizada através de uma abordagem metodológica qualitativa e indutiva, com o método de procedimento netnográfico, apropriado para entender práticas culturais em ambientes *online*. Foram recolhidos dados usando a observação participante, e através do *Ncapture*, do *SnippingTool*, da opção *save as...* e do recurso de copiar e colar (do *Windows*), para conteúdos visuais e textuais. A principal conclusão a que se chegou é que o *Facebook*, no quadro dos *media* sociais, tem tido um papel activo no desenvolvimento de relacionamentos entre a “Tele A” e os seus clientes, abrindo espaço para práticas de comunicação planeada ou iniciada e de interacção e disponibilizando diversas possibilidades de engajamento para gerar valor e construir relacionamentos, apesar de, neste caso, levantarem-se questões referentes à estabilidade e consistência na entrega de valor para os clientes. Publicações de comunicação planeada são principalmente feitas pela empresa para promoções e reforço da sua identidade e posicionamento. Contudo, os clientes usam-nas, sobretudo, como pretexto para apresentarem reclamações e pedidos de suporte técnico, o que nos remete à teoria do CRM-Social, na teoria do marketing de engajamento.

Palavras-chave: *media* sociais; marketing de relacionamento; marketing de engajamento; CRM-social.

Abstract

The present article discusses the role of social media in current forms of building business to consumer relationships, with a focus on the “Tele A” Facebook community. It is the result of research carried out through a qualitative and inductive methodological approach, following the netnographic method, which is well-suited to understand cultural practices in online environments. Data were collected using participant observation, and through Ncapture, Snipping Tool, the save as... option and the Windows copy and paste feature, for visual and textual content. The main conclusion reached is that, within social media, Facebook has played an active role in the development of relationships between “Tele A” and its customers, enabling for planned or ad-hoc communication and interaction and providing several engagement possibilities to generate value and build relationships, although, in the latter case, questions arise regarding the stability and consistency in the delivery of value to customers. Planned communication posts are mainly created by the business for the purpose of special offers and the reinforcement of its identity and positioning; however, customers engage with these mostly to submit complaints and requests for technical support, which brings up the Social CRM theory within the theory of engagement marketing.

Keywords: social media; relationship marketing; engagement marketing; social CRM.

1. Introdução

Os *media* sociais estão a ter um papel central no desencadear de um conjunto de tendências estratégicas no marketing e na comunicação (Kotler, Kartajaya & Setiawan, 2017; Kingsnorth, 2016), alterando a forma como os clientes se comportam (Kingsnorth, 2016) com relação aos *media* e às empresas e estimulando uma tendência para a busca do estreitamento do relacionamento, engajamento e afinidade entre aqueles e as marcas (Kotler et al., 2017; Torres, 2009).

Olhando-se para o contexto específico de Moçambique e a comunidade de *Facebook* da “Tele A”²⁸, este artigo discute o papel dos *media* sociais nas actuais formas de construção de relacionamentos empresa – clientes.

2. Fundamentação Teórica

O marketing em média sociais

Actualmente, as potencialidades dos *media* sociais e do *Facebook* no marketing são grandes, especialmente na promoção de relacionamentos, sendo relacionamento a melhor palavra que Torres (2009) encontra para descrever o marketing em *media* sociais. Entretanto, estes *media* representam uma mudança radical no relacionamento empresa-cliente, tornando qualquer um deles potencial emissor, o que pode representar uma ameaça se as organizações não cuidarem das suas presenças na internet (Kaplan & Haenlein, 2010; Lendrevie, Baynast, Emprin, Rodrigues & Dionísio, 2010; Ogden & Crescitelli, 2007).

Até recentemente, as formas de construção de relacionamento no *Facebook* baseavam-se (para além da função gostar/seguir perfil/página) nos comentários, nas partilhas e na reacção “gostei”. Entretanto, a partir de 2016, contou com mais cinco reacções, complexificando as dinâmicas de interacção dos usuários com as marcas (Adnews, 2016), enquanto disponibilizava novas estratégias de expressão dos usuários, incluindo expressão de sentimentos e emoções.

²⁸ “Tele A” é o nome codificado de uma empresa de telefonia móvel em Moçambique.

Souza (2016) apresenta os seguintes significados das reacções do *Facebook*: “Gostei” – demonstra gosto ou aprovação do conteúdo; “Amei” – gostou muito ou forte aprovação do conteúdo; “Haha” – engraçado ou expressa ironia ou sarcasmo; “Surpresa” – surpresa, boa ou má; “Triste” – desaprovação, mágoa, nostalgia ou não está bem; “Ira” – raiva, total desaprovação, indignação. Acrescentamos ainda “cuidar”, que transmite o sentimento de carinho, atenção, afecto ou empatia (Estevam, 2020).

O marketing de engajamento

Engajamento do cliente é definido como um conjunto de mecanismos através dos quais aquele adiciona valor para a empresa por meio de contribuição directa (através da compra) e / ou indirecta, através de indicações incentivadas, conversas sobre a marca em *media* sociais e *feedback* ou sugestões de melhoria que faz para a empresa (Pansari & Kumar, 2017) ou actuando como *pseudo-marketers* (Harmeling, Moffett & Palmatier (2018).

As empresas pretendem capitalizar especificamente quatro tipos de recursos dos clientes: os activos de redes (de relacionamento); o capital de persuasão; as reservas de conhecimento dos clientes sobre o produto, a marca, a empresa e outros clientes; e a sua criatividade (Harmeling et al., 2017).

Uma das técnicas emergentes no quadro do marketing de engajamento é o *social customer relationship management* (CRM social), definindo-se como “o uso dos *media* sociais para gerir as interacções da marca com os clientes e construir relacionamentos de longo prazo”, intencionalmente envolver os clientes em conversas e solucionar problemas (Kotler et al. 2017, p. 157). Conforme Malthouse, Haenlein, Skiera, Wege & Zhang (2013), o conceito de CRM social é formado por duas dimensões e a forma como interagem: o CRM tradicional; e os *media* sociais, que transformaram os clientes em participantes activos no relacionamento.

Marketing de relacionamento

É fundamental resgatar nesta discussão o marketing de relacionamento, que tem como princípio básico a ideia de que a existência de um relacionamento sustentável entre uma empresa e os seus clientes constitui valor acrescentado para as duas partes (Grönroos, 2004; Ravald & Grönroos, 1996; ver também Hollensen, 2010; Varey, 2002b), pois relacionamentos são parte integrante da natureza humana. Neste contexto, o relacionamento, definido como o reconhecimento e atribuição mútua de um *status* especial (Czepiel, 1990) entre cliente e empresa, tem sido frequentemente explicado como um *continuum* entre interacções meramente transacionais (raras) e relacionamentos próximos, interpessoais, interactivos (Barnes, 2000) e, podemos dizer, sustentáveis.

O marketing de relacionamento, por sua vez, tem sido definido em volta dos conceitos de aquisição (atração) e retenção (manutenção/aprimoramento) de relacionamentos, bem como em volta de aumento de lucratividade, orientação a longo prazo e situação de ganhos mútuos para todos os *stakeholders* (Agariya & Singh, 2011).

Entretanto, conforme Grönroos (2004), existem três processos centrais do marketing de relacionamento: a comunicação planeada; a interacção e a geração mútua de valor. Para Grönroos (2004), o processo de comunicação planeada é planeado e contínuo, o que, na sua visão, engloba uma comunicação integrada de marketing influenciada pela perspectiva relacional.

Grönroos (2004) afirma ainda que o processo de comunicação planeada cria expectativas e, frequentemente, mas não sempre, inicia o processo de interação. O processo de interação é, por este autor, considerado o coração ou o processo central do marketing de relacionamento, pois os relacionamentos só se desenvolvem através da interação, manifestada por diversos tipos de contactos entre a empresa e os clientes (entre pessoa-pessoa, entre pessoa-máquinas e sistemas e entre sistemas das duas partes) ao longo do tempo.

O último processo central apresentado por este autor, o processo de geração de valor, é o resultado da convergência e sinergia dos processos de comunicação planeada e de interação, sendo o valor para o cliente algo que ele vai percebendo no decorrer dos dois processos. Nesta perspectiva, o papel do processo de comunicação planeada é principalmente comunicar valor, criando expectativas; e o papel do processo de interação é principalmente garantir o cumprimento das promessas e a satisfação do cliente nos contactos com a empresa (Grönroos, 2004, 2017).

Para Grönroos (2004), os processos de comunicação planeada e de interação conjuntamente geram o diálogo, em um processo contínuo de geração de valor e de construção de relacionamento. Conforme este autor, diálogo é um processo interactivo de entendimento conjunto que permite a clientes e empresa gerarem um campo de conhecimento e significados partilhados e compreenderem o que podem fazer juntos e um para o outro. O diálogo é, portanto, fundamental para o processo de criação de valor, pois promove a cocriação de novos entendimentos, ideias, percepções e acções e gera mudanças de atitudes e comportamentos individuais e colectivos (Allen, 2016).

Todavia, para entender estes processos do ponto de vista relacional, deve haver o reconhecimento de que a comunicação de marketing não é a única fonte de mensagens no contexto da empresa e nem a única a afectar as percepções dos clientes (Lindberg-repo & Gronroos, 2004), assim como se deve compreender que tudo o que a empresa faz ou deixa de fazer tem a força de uma mensagem (Duncan & Moriarty, 1998), pois, como Watzlawick et al. (1993) diriam, é impossível não comunicar, o que também se aplica ao caso das empresas. Há que reconhecer a existência de cinco fontes de mensagens da empresa: as mensagens planeadas; as mensagens originadas dos produtos; as mensagens originadas dos serviços; as mensagens não planeadas; e a ausência de comunicação (Finne & Grönroos, 2009; Grönroos, 2004; ver também Duncan & Moriarty, 1998, 1999; Lindberg-repo & Gronroos, 1999, 2004).

Ademais, no marketing de relacionamento a comunicação não é vista apenas como uma ferramenta neutra para informar, mas como um fenómeno participativo que é realizado com as pessoas e não de pessoas para pessoas (Varey, 2002a). Sendo assim, Finne e Grönroos (2009) consideram que o cliente tem de ser considerado um sujeito activo no processo, o qual tem os seus processos criação de significado sobre as mensagens que recebe da empresa. Para estes autores, o significado que os clientes geram das mensagens da/sobre a empresa pode ser influenciada por diversos factores, incluindo os factores históricos (as mensagens sobre a empresa que o cliente recebeu no passado e que têm impacto nos processos actuais de criação de significado).

3. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida através de uma abordagem metodológica qualitativa e indutiva, buscando-se uma aproximação mais naturalista ao fenómeno em estudo (Edmonds & Kennedy,

2017). Para obter dados culturais aprofundados, usou-se a netnografia como método de procedimento (Kozinets, 2014, 2010).

Incidu principalmente sobre a empresa “Tele A” e sua comunidade de clientes, fazendo um universo de mais de 29.255 indivíduos (número total de membros da comunidade). Os dados sobre esta comunidade foram recolhidos através da observação participante, reforçada pelos programas de gravação de vídeos ao vivo *AZ Screen Recorder* e *OBS Studio*; e através do *Ncapture*; do *Snipping Tool*; da opção *save as...*; e do recurso de copiar e colar do Windows para a recolha de conteúdos visuais e textuais disponíveis na página.

Assim, foram realizadas sete sessões de observação gravadas (em Outubro e Novembro de 2020), correspondentes a 14 horas de gravação em vídeo. Para além disso, houve cinco outras sessões gravadas em vídeo que serviram para ganhar um melhor senso do contexto, mas não foram directamente incluídas no trabalho, fazendo um total de 25 horas de vídeo gravado; e houve outras sessões não gravadas em vídeo feitas no dia-a-dia do pesquisador (em quatro meses), como forma de familiarizar-se com a comunidade e compreender o seu contexto.

Na recolha de conteúdos, a ferramenta de *Ncapture*, especificamente, disponibilizou 134 imagens e 12332 publicações ou *posts* em texto publicadas na página da “Tele A” no Facebook, referentes a um período de cerca de cinco meses (06.05-16.10.2020).

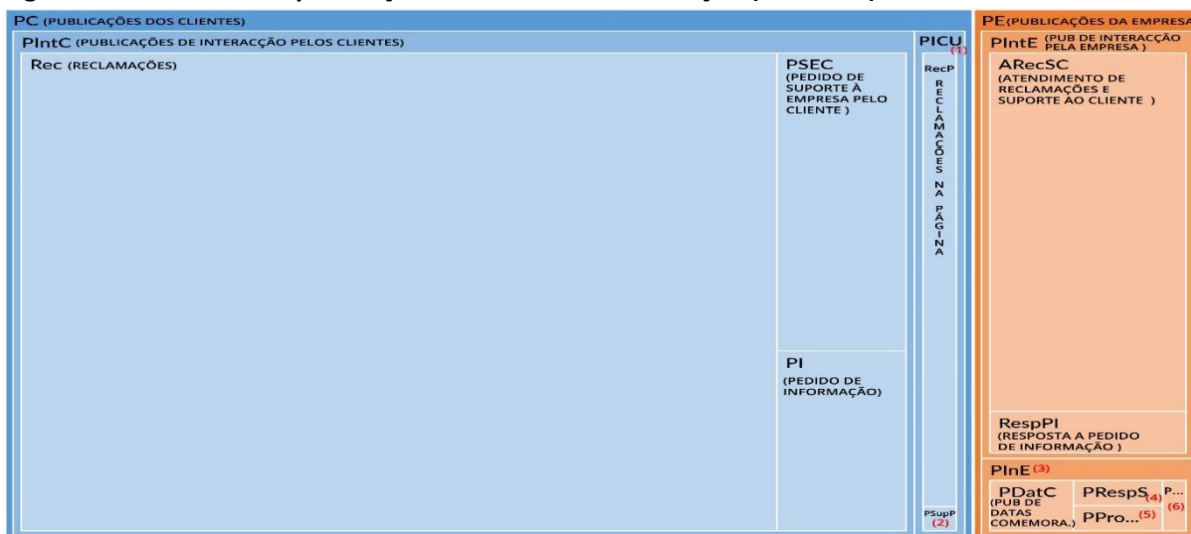
A análise dos dados seguiu a lógica analítica qualitativa, com procedimentos aconselhados por Cresswell (2009), exceptuando a acção de análise dos conteúdos textuais que foi realizada com o recurso à nuvem de palavras aplicada às 12332 publicações em texto para reforçar o entendimento sobre o tema mais abordado na comunicação iniciada pelas partes (planeada ou não) e na interacção, ou seja, sobre o que engajava as partes em conversas.

4. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

A comunicação iniciada e a interacção na plataforma

Os resultados obtidos através da pesquisa permitiram compreender as dinâmicas de comunicação iniciada e de interacção na plataforma em busca de valor para as partes. Através da análise dos conteúdos da página pôde-se entender, de forma geral, as tendências de publicação tanto da empresa quanto dos clientes na página (ver figura 1).

Figura 1: Tendências de publicações iniciadas e de interação (em texto)



- (1) PICU: publicações iniciadas pelos clientes/usuários.
- (2) PSupP: pedido de suporte técnico na página;
- (3) PInE: Publicações iniciadas pela empresa
- (4) PRespS: publicações de responsabilidade social;
- (5) PPromE: Publicações promocionais da empresa
- (6) PCom: publicação de comunicado;

Os dados sugerem-nos, por um lado, que, proporcionalmente, a publicação iniciada (comunicação planeada) é principalmente usada pela empresa (e com maior predominância fazendo o uso de imagens) para publicações promocionais, mas também para publicações de utilidade para os clientes, de datas comemorativas, de responsabilidade social, de suporte ao cliente e de comunicados, fazendo o uso de cada publicação para reforçar a sua identidade e posicionamento.

Passando a olhar especificamente para os clientes, por outro lado, identificamos que estes fazem o uso tanto de publicação iniciada (comunicação planeada ou não) quanto de interação, principalmente para apresentarem reclamações, a principal actividade na página, como também para pedirem suporte técnico. Em consequência disso, voltando para a empresa, a sua principal actividade de interação enquadra-se no atendimento de reclamações e suporte ao cliente (ver figura 2).

Figura 2: Assuntos mais abordados na comunicação iniciada e interação



Usando o procedimento da análise de nuvem de palavras (ver a figura 2), foi possível perceber que os assuntos que mais engajam os clientes, por um lado, e os clientes e a empresa, por outro, estão ligados à palavra *não*, associada às outras palavras que se referem à empresa (a “Tele A”), e aos seus

serviços, rede e internet, provavelmente indicando falhas no funcionamento destes últimos, o que reforça o entendimento da figura 1, de que a tendência comunicação iniciada e, principalmente, de interação entre as partes é no âmbito de reclamações e pedidos (e atendimento de pedidos) de suporte técnico.

Figura 3: Ambiente inicial da página de Facebook



Fonte: página de Facebook da “Tele A”

Ademais, os dados obtidos através da experiência do pesquisador-cliente no processo de observação participante mostram-nos que a “Tele A” usa o ambiente inicial do Facebook empresa para projectar a sua identidade e posicionamento. Neste contexto, a primeira impressão que o cliente tem da empresa na página é formada pelo logotipo; o nome da empresa; o “papel de parede” da página; e a caixa do Messenger que imediatamente se abre com o *slogan* da empresa (ver figura 3), os quais, conjuntamente, sugerem que a “Tele A” procura apresentar-se como uma empresa de telecomunicações que promove o desenvolvimento de Moçambique e que se preocupa com a saúde dos seus clientes, especificamente no contexto da pandemia do Covid-19.

Os dados resultantes das sete sessões de observação e da experiência de contacto com as publicações da “Tele A” ajudam também a perceber que esta empresa procura se associar, através dos seus elementos identificativos em imagem e texto, a assuntos e movimentos de interesse para os seus clientes e para a sociedade moçambicana, buscando apresentar-se como uma empresa cidadã, inserida na sociedade. Isto é sobretudo visível nas publicações de responsabilidade social, de datas comemorativas e de utilidades para os clientes (ver figura 4, 5 e 6).

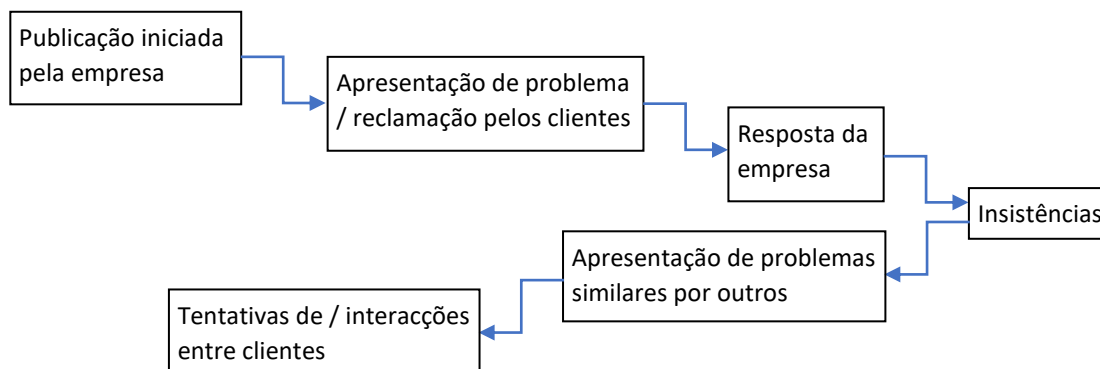
Figuras 4, 5 e 6: Algumas publicações em imagem na página da “Tele A”



Fonte: página de Facebook da “Tele A”

Para além disso, os dados obtidos através da observação concernentes à estrutura de interacção entre as partes permitem entender o comportamento típico no quadro dos processos de comunicação iniciada e de interacção, o qual foi resumido na figura 7.

Figura 7: Estrutura de comunicação e interacção típica no *Facebook* da “Tele A”



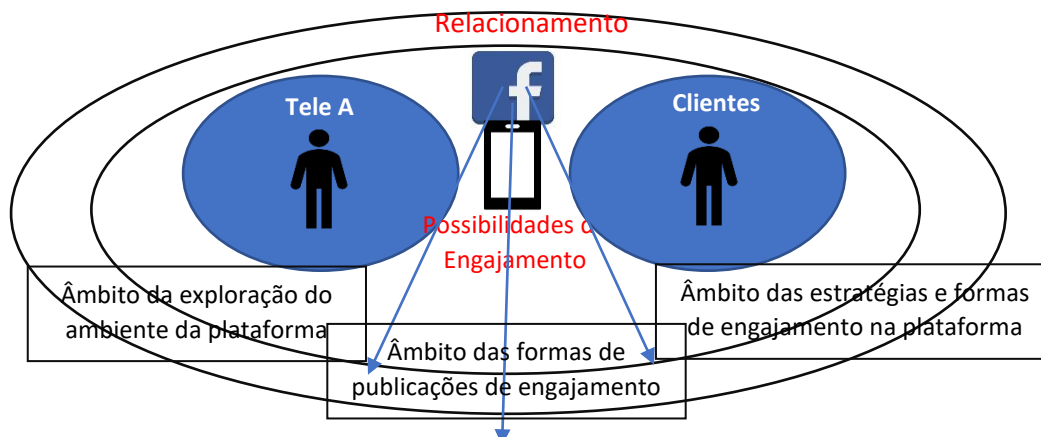
Assim, caracteristicamente, a empresa faz uma publicação iniciada (planeada), predominantemente usando imagem, buscando criar expectativas sobre a sua actuação, os seus produtos e serviços; e os clientes usam a publicação iniciada pela empresa para desenvolver interacção sobretudo através da publicação de reclamações ou de pedidos de suporte técnico. A partir daí, a estrutura da interacção que se desenvolve aponta para uma interacção frequentemente de apenas um nível, ou seja, sequencialmente, os clientes iniciam interacção e a empresa, quando responde, tipicamente só o faz uma única vez. Depois, quando o problema dos clientes não é resolvido, há insistências destes, tipicamente não respondidas pela empresa; outros clientes apresentam problemas similares e continuam com a interacção entre eles, desenvolvendo o tema da reclamação, do suporte técnico ou outros. Poucas vezes a empresa interage em dois ou três níveis.

Esta estrutura de interacção foi experienciada pelo pesquisador, no papel de cliente, durante as sessões de observação participante. Em seis tentativas de gerar interacção com a empresa (através de dois pedidos de suporte técnico; duas insistências no âmbito de suporte técnico da empresa; um pedido de informação; e um comentário de agradecimento, em contexto de publicação de data comemorativa) o pesquisador-cliente só foi respondido uma vez (suporte técnico) e obteve uma reacção “gostei” (no comentário de agradecimento). Devemos acrescentar, tendo como base a experiência do pesquisador, que neste processo o cliente pode passar por estados de ansiedade e expectativa de ser respondido e ver o seu problema resolvido, que são reforçadas por tentativas anteriores não respondidas; alívio e alguma satisfação, quando é respondido; e frustração e insatisfação quando o suporte técnico não resolve o problema e a empresa não responde mais.

A exploração das possibilidades de engajamento na página

Os resultados encontrados sugerem que se faz uso de possibilidades de engajamento nesta página para desenvolver relacionamentos em três âmbitos: o âmbito da exploração do ambiente do *Facebook* pela empresa; o das formas de publicações de engajamento; e o das estratégias de conectividade e engajamento na plataforma (ver figura 8).

Figura 8: Possibilidades de engajamento desenvolvidas no Facebook da “Tele A”



Os resultados da observação indicam que, no âmbito do ambiente da plataforma, busca-se explorar as possibilidades de engajamento e gerar relacionamento de duas formas. A primeira é usando os recursos do Facebook, como é o caso da caixa de Messenger (que se abre imediatamente e sugere que o cliente entre em conversas com a empresa; ver figura 3), e as possibilidades de comentar e reagir a publicações da empresa, procurando fazer com que o cliente interaja ou entre em conversação com a empresa.

A “Tele A” tem feito uso destas possibilidades para buscar criar, manter e estreitar relações, inclusive para resgatar clientes potencialmente perdidos. Um exemplo de tentativa de resgate de um cliente com recurso ao seu histórico de comunicação e interação com a empresa é o caso do cliente MdN (16.11.2020; 19h30min), encontrado durante o processo de observação. Este cliente, até ao período do estudo, demonstrava lealdade, fazendo publicações consistentemente favoráveis à empresa. Contudo mudou e escreveu uma publicação desfavorável, expressando sentimentos negativos e frustração com relação à empresa, pelo facto de a empresa apresentar problemas técnicos de forma recorrente.

Fazendo uso do diálogo que o Facebook viabiliza e recorrendo ao histórico de interação com o cliente, a empresa tentou reverter a situação mostrando a susceptibilidade das operadoras de telefonia móvel a problemas técnicos e incentivando-o a continuar cliente da “Tele A”.

A segunda forma de explorar o ambiente da plataforma é usando os recursos de rede do *Facebook* e dos clientes para incentivar contacto e conectividade, através da tentativa de aliciar o usuário a gostar/seguir a página por intermédio do número de outros que a gostaram/seguiram, incluindo pessoas que fazem parte da sua rede de amigos no *Facebook*, usando assim a rede do potencial membro a favor da empresa.

Figura 9: Tendências de engajamento (em texto)

PC (PUBLICAÇÕES DOS CLIENTES)			
ARecOC (APOIO A RECLAMAÇÃO DE OUTRO CLIENTE)	PcontE (PUBLICAÇÕES CONTRA A EMPRESA)	SupOC (SUPORTE A OUTROS CLIENTES)	
PFavE (PUBLICAÇÕES A FAVOR DA EMPRESA)	CompOb (COMPARAÇÕES DA OPERADORA COM OUTROS OBJECTOS)	Sug (SUGESTÕES)	PSupOC (PEDIDO DE SUPORTE DE OUTROS CLIENTES)

Indo para o segundo âmbito, o das formas de publicações de engajamento (em texto e em imagem), os resultados da análise de conteúdos permitiram encontrar as seguintes:

1. Publicações negativas para empresa: publicações de apoio a reclamações de outros clientes, que regista maior predominância (entrando em concordância com a predominância das publicações de reclamações encontradas nos resultados dos processos de interacção anteriormente vistos; ver figura 9); as publicações dos clientes contra a empresa; comparações negativas que os clientes fazem da empresa com outros objectos de comparação.
2. Publicações positivas para a empresa: publicações dos clientes a favor da empresa; comparações positivas que os clientes fazem da empresa com outros objectos de comparação; publicação mostrando a nostalgia dos tempos passados com a operadora; publicação de socialização associada à empresa.
3. Publicações de âmbito de assessoria cliente-cliente: publicações de pedidos de suporte técnico a outros clientes; publicações de suporte técnico de clientes para outros clientes.
4. Publicações de âmbito de assessoria cliente-empresa: sugestões de melhorias que os clientes fazem para a empresa.

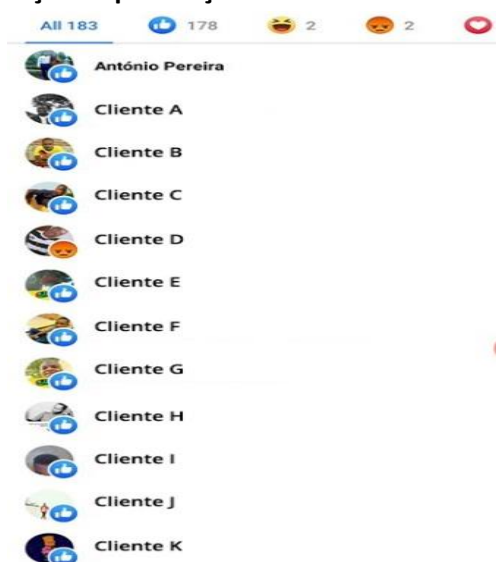
Estas actividades e outras, como as reacções, os comentários e as partilhas, geram um grande potencial de exposição da empresa e da sua marca, pois tornam-na visível para os que fazem parte das redes de contacto dos clientes, entendendo-se, contudo, que esta exposição pode ser positiva ou negativa, dependendo do tipo de acção do cliente (“gostei” ou “ira”; comentário positivo ou negativo; etc.).

As formas de publicação do tipo 1, as publicações negativas, merecem algum destaque pela potencialidade de prejudicar os esforços da empresa de criar, manter e estreitar relacionamentos com os seus clientes, mas também pela oportunidade que dão a empresa de reverter a situação a seu favor.

Por exemplo, em um dos casos encontrados no processo de observação, o cliente GF (17.11.2020; 09h47) fez uma publicação comparando a empresa “Tele A” com a selecção nacional de Moçambique, no momento com uma conotação negativa pelas sucessivas derrotas que acumulava, tendo um potencial de difusão negativa através do recurso de rede do cliente e dos outros membros da comunidade que a encontrassem e comentassem, partilhassem ou reagissem a ela. Contudo, a empresa transformou-a ao seu favor ao defender a selecção nacional e associar-se ao valor de patriotismo e, assim, conseguiu obter “gostei” de outros clientes e aparente mudança de atitude do cliente que publicou o comentário.

Por fim, passando para o terceiro âmbito de exploração de engajamento pela empresa e pelos clientes, isto é, o âmbito das estratégias de conectividade e engajamento na plataforma, devemos informar que os resultados apontam (para além dos comentários e outras formas de publicações em texto e imagem) para o uso das reacções (*emojis*) para transmitir os seus sentimentos.

Figura 10: Reacções à publicação Movimento de Consciencialização



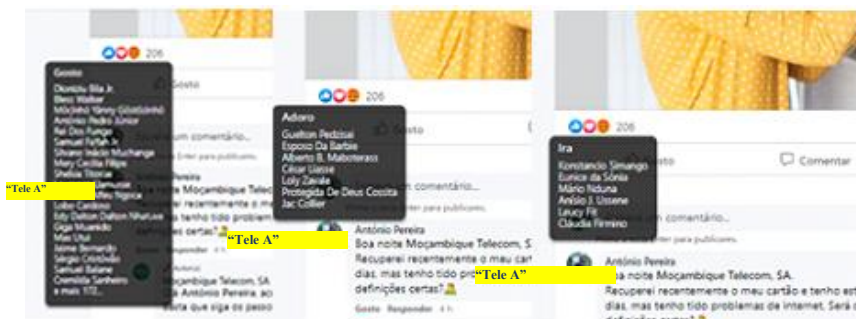
Fonte: Página de Facebook da “Tele A”

No contexto do uso das reacções pelos clientes, como estratégia para se expressarem, há, no Facebook da “Tele A”, o uso predominante de “gostei”, mas também de “amei”, “cuidar”, “ira”, “haha”, “triste” e “surpresa”. As sessões de observação referentes às publicações da “Tele A” ligadas ao movimento de consciencialização sobre o cancro da próstata (16.11.2020, 18h17min; 17.11.2020, 09h00min) e do dia internacional dos estudantes (17.11.2020, 09h47min) caracterizam este cenário típico encontrado nas sessões de observação (ver figuras 10, 11, 12 e 13).

Nas sessões de observação referentes ao movimento de consciencialização sobre o cancro da próstata, o pesquisador percebeu que, dez horas após a publicação, esta tinha 183 reacções, sendo 178 “gostei”, 2 “haha”, 2 “ira” e 1 “amei”. Tinha também 165 comentários e uma partilha. Seguindo esta prática de interacção, o pesquisador reagiu também com “gostei” (ver figura 9). No caso da observação da publicação do dia internacional dos estudantes, esta começou por ter 94 reacções na primeira hora, das quais 90 “gostei”, 2 “amei” e 2 “ira”. Seis horas depois, havia 214 reacções (apesar

de o sistema do *Facebook* apenas indicar 206), dentre as quais, 201 “gostei”, 7 “amei” e 6 “ira” (ver figuras 11, 12 e 13). Nessas 6 horas, a publicação teve também 144 comentários e 6 partilhas.

Figuras 11, 12 e 13: Diferentes reacções à publicação do Dia Internacional dos Estudantes



Fonte: Página de Facebook da “Tele A”

Ora, estas reacções “gostei”, “amei”, “cuidar”, “ira”, “haha”, “tristeza” e “surpresa”, à partida, podem parecer referir-se estritamente aos conteúdos, mas o contexto sugere-nos que, mais provavelmente, referem-se à empresa e aos seus serviços e produtos, pois, por exemplo, as reacções “ira” podem ser encontradas nos diferentes tipos de publicações da empresa, inclusive em publicações promocionais e de datas comemorativas, como o dia dos estudantes, nas publicações referentes ao movimento do cancro da próstata e outros. Isto sugere uma estratégia de contestação dos clientes com relação aos serviços e produtos da empresa, que transcende o conteúdo específico da publicação, usando-a como motivo para se expressarem e tentarem gerar alguma influência.

Discussão dos resultados: O papel da página para o relacionamento

Os resultados obtidos indicam-nos que a página de *Facebook* da “Tele A” tem tido um papel activo no desenvolvimento de relacionamentos entre a empresa e os seus clientes, abrindo espaço para práticas do campo de referência dos processos de comunicação planeada e de interacção (Grönroos, 2004, 2017), no contexto do marketing de relacionamento, bem como disponibilizando diversas possibilidades de engajamento que têm sido exploradas para gerar valor e desenvolver relacionamentos.

De facto, no âmbito da comunicação planeada, a “Tele A” tem feito diversos tipos de publicações, principalmente em imagens combinadas com texto, para promoções e para reforçar a sua identidade e posicionamento, o que denota a prática da comunicação integrada como proposto por Grönroos (2004). Como sugerido por Grönroos (2004), a partir desta comunicação planeada, através da qual a empresa busca gerar expectativas favoráveis sobre os seus serviços e produtos, cria-se a interacção entre as partes.

Entretanto, os resultados indicam-nos que as principais actividades e assuntos desenvolvidos no *Facebook* da “Tele A” são do âmbito da interacção, contudo as interacções desencadeadas pelos clientes (mas também as suas publicações iniciadas) tipicamente não são referentes aos conteúdos das publicações de comunicação planeada da empresa, mas sim são principalmente concernentes a reclamações e a pedidos de suporte técnico. Ademais, no âmbito das estratégias e formas de conectividade e engajamento na plataforma, sugere-se que as reacções de *Facebook* usadas pelos clientes não têm relação com o conteúdo das publicações da empresa, mas denotam uma estratégia de contestação aos serviços e produtos da empresa, o que reforça o que foi acima adiantado. Isto

sugere-nos que os clientes usam as diversas publicações da empresa como pretexto para introduzirem as suas próprias necessidades e preocupações referentes aos serviços e produtos da empresa.

A estrutura típica de comunicação iniciada e interacção encontrada na página reforça este entendimento e indica-nos que a empresa, quando responde às tentativas de interacção dos clientes, só o faz uma só vez, tipicamente não respondendo a insistências, deixando os clientes a interagirem entre si no âmbito da discussão dos seus problemas. Esta estrutura de interacção também mostra que os clientes estão a pressionar o uso do *Facebook* da empresa mais para as actividades de manutenção e aprimoramento de relações, previstas no *marketing* de relacionamento (Agariya & Singh, 2011), do que para as de atracção de clientes. De resto, pressionam que esta manutenção de relações seja no contexto das suas próprias necessidades e interesses.

Estas práticas culturais específicas impulsionadas pelos clientes da “Tele A” remetem-nos à teoria do CRM-Social, no quadro da teoria do marketing de engajamento, que aponta para o uso dos *media* sociais para gerir as interacções entre empresa e clientes, solucionar problemas (Kotler et al., 2017) e gerar valor através das plataformas, mas implicando um processo desenvolvido de forma planificada e intencional pela empresa. Neste contexto, como os resultados demonstram no quadro da exploração das possibilidades de engajamento, especificamente o âmbito da exploração do ambiente do *Facebook*, é notório algum uso dos recursos desta plataforma pela empresa para fazer com que o cliente interaja ou entre em conversação com ela, incentivando a passagem destes, no *continuum* relacional, de contactos raros ou simplesmente transacionais consigo para contactos mais próximos, interpessoais, interactivos (Barnes, 2000). Em alguns casos, a empresa faz uso eficaz destes recursos inclusive em tentativas de resgate de clientes, como é o caso do cliente MdN (16.11.2020; 19h30min), no qual a empresa tentou mudar a percepção deste cliente em relação à empresa de negativa para positiva recorrendo a factores históricos (passados), no campo dos processos de criação de significados deste cliente (Finne & Grönroos, 2009); é o caso também do cliente GF (17.11.2020; 09h47), cuja atitude negativa com relação à empresa parece ter sido alterada por uma resposta positiva da empresa a uma publicação negativa do cliente sobre a empresa. Estes casos revelam a centralidade do diálogo, como factor de co-criação de novos entendimentos, ideias, percepções e acções (Allen, 2016) e na recuperação do cliente.

Contudo, os resultados obtidos sugerem que, de forma geral e na prática diária, a empresa não se envolve em interacções que de facto promovam contactos mais próximos com os clientes, mas parecem ser principalmente uma reacção à acção daqueles, com uma estrutura de interacção tipicamente em nível um (responde uma só vez), nem sempre satisfatória. Consequentemente, a empresa pode estar a criar inconsistência e instabilidade na geração de valor para o relacionamento com os clientes através da página e a promover estados de ansiedade, expectativa não atendida, frustração e insatisfação.

Há que lembrar que a interacção entre a empresa e os clientes é importante para criar maior aproximação entre as partes e tentar prevenir esses sentimentos negativos, pois o processo de interacção é o coração ou o processo central do marketing de relacionamento e os relacionamentos só desenvolvem através da interacção, manifestada por diversos tipos de contactos entre a empresa e os clientes (Grönroos, 2004).

É, assim, indispensável que a empresa promova o uso combinado dos processos de comunicação planeada e de interacção, com o intuito de sempre promover o diálogo com os clientes, um melhor entendimento mútuo (Grönroos, 2004) e o reconhecimento de um *status* especial (Czepiel, 1990) como parceiros confiáveis e presentes. E isto não é possível com o silêncio, até porque, não respondendo aos clientes, a empresa também está a enviar uma mensagem (Duncan & Moriarty, 1998) negativa a eles, pois é impossível não comunicar (Watzlawick et al., 1993).

Devemos reconhecer que, no actual contexto digital, a página de *Facebook* já gera valor relacional, todavia, para que esta produza maior valor ao cliente deve-se planejar e alinhar cuidadosamente os processos de comunicação planeada e interacção efectiva para promover diálogos contantes com os clientes, enquanto se incentiva a conectividade e o engajamento, canalizando os activos do cliente a favor do relacionamento e da empresa.

Olhando especificamente para o engajamento na página, os resultados indicam-nos que emergem quatro tipos de publicações: (1) negativas para empresa; (2) positivas para a empresa; (3) de assessoria cliente-cliente; e (4) de assessoria cliente-empresa. Estas podem ser relacionadas aos quatro recursos dos clientes que as empresas procuram capitalizar (Harmeling et al.; 2017): (1) os activos de redes de relacionamento dos clientes; (2) o capital de persuasão dos clientes (publicações do tipo 2); (3) as reservas de conhecimento (publicações do tipo 3); e (4) a criatividade dos clientes (publicações do tipo 4). Este paralelismo indica existirem para a empresa grandes potencialidades no quadro da exploração das actividades de engajamento.

Todavia, os resultados indicam que nem sempre é assim. Os activos de redes de relacionamento, particularmente, são apresentados como recursos que geram um grande potencial de exposição positiva para a empresa e a sua marca para os que fazem parte das redes de contacto dos clientes. Contudo, as publicações do tipo 1 levam-nos a compreender que a exposição que a empresa e a marca podem obter a partir dos activos de rede de relacionamento dos clientes pode ser também negativa. Isto indica-nos que se deve ter o cuidado de considerar os recursos acima apontados sob um prisma também negativo, pois podem ser usados contra a empresa, principalmente os de tipo 1 e 2, os quais se constituem em mensagens não planeadas no conjunto das fontes de mensagens sobre a empresa (Finne & Grönroos, 2009; Grönroos, 2004; ver também Duncan & Moriarty, 1998, 1999; Lindberg-repo & Grönroos, 2004; Lindberg-repo & Grönroos, 1999).

Assim, exige-se actualmente que as empresas estejam atentas às publicações dos clientes e que desenvolvam interacções constantes com eles para: capitalizar os seus activos e recursos a favor da empresa; recuperar os que eventualmente demonstrem frustração ou percepção negativa sobre a empresa; e, ainda, reduzir o impacto de publicações de âmbito negativo, com potencialidade de ganhar impulso através dos recursos de outros clientes, ou ainda transformá-las em situações positivas para a empresa.

De forma resumida, devemos-nos recordar que os *media* sociais e o *Facebook* apresentam diversas potencialidades no quadro das acções de *marketing*, mas, como Torres (2009) referiu, as suas maiores potencialidades estão na promoção de relacionamentos. Todavia, as acções desenvolvidas nos *media* sociais e no *Facebook* devem ser cuidadosamente planeadas, consistentes e sustentáveis, não apenas reacções esporádicas às acções dos clientes ou usuários.

5. Conclusão

Conclui-se que o *Facebook*, no quadro dos *media* sociais, tem tido um papel activo no desenvolvimento dos relacionamentos entre a “Tele A” e os seus clientes, abrindo espaço para práticas de comunicação planeada ou iniciada e de interacção e para diversas possibilidades de engajamento, que têm sido exploradas para gerar valor e desenvolver relacionamentos, apesar das questões referentes à estabilidade e consistência na entrega de valor para os clientes através desta plataforma.

A “Tele A” tem feito publicações de comunicação planeada, procurando gerar expectativas favoráveis sobre a empresa, os seus serviços e produtos. Estas têm desencadeado interacções entre a empresa e os clientes, contudo, parcialmente diferente do proposto por Grönroos (2004), as interacções desenvolvidas pelos clientes tipicamente não são referentes aos conteúdos das publicações de comunicação planeada da empresa. Os clientes usam as diversas publicações como pretexto para introduzirem as suas próprias necessidades e preocupações referentes aos serviços e produtos da empresa, principalmente para apresentarem reclamações e pedidos de suporte técnico.

Ademais, no âmbito das estratégias e formas de conectividade e engajamento na plataforma, sugere-se que as “reacções” do *Facebook*, são usadas pelos clientes não para reagirem ao conteúdo das publicações da empresa, mas como estratégia de contestação dos clientes com relação aos serviços e produtos da empresa. Entende-se, assim, que os clientes estão a pressionar o uso do *Facebook* da empresa para que as actividades de manutenção ou aprimoramento de relações, previstas no *marketing* de relacionamento (Agariya & Singh, 2011), tenham em conta as suas próprias necessidades e interesses.

Estas práticas culturais remetem-nos à teoria do CRM-Social, na teoria do marketing de engajamento, que aponta para o uso dos *media* sociais para gerir as interacções entre empresa e clientes e solucionar problemas (Kotler et al., 2017), mas implicando um processo desenvolvido de forma planificada e intencional pela empresa. Contudo, neste caso, sugere-se que as suas práticas de gestão das interacções não são contínuas e consistentes, mas constituem uma reacção da empresa à acção dos clientes, estando assim a gerar inconsistências e instabilidades na geração de valor para o relacionamento através do *Facebook*.

Referências bibliográficas

- Adnews (2016). *Reactions: os usuários estão reagindo e as marcas precisam responder à altura*. Recuperado em <https://adnews.com.br/reactions-os-usuarios-estao-reagindo-e-as-marcas-precisam-responder-a-altura/>.
- Agariya, A. K., & Singh, D. (2011). What Really Defines Relationship Marketing? A Review of Definitions and General and Sector-Specific Defining Constructs. *Journal of Relationship Marketing, 10*, 203-237.
- Allen, M. (2016). *Strategic Communication for Sustainable Organizations*. Cham, Switzerland: Springer International Publishing.
- Barnes, J. G. (2000). Closeness in Customer Relationships: Examining the Payback from Getting Closer to the Customer. In T., Hennig-Thurau & U. Hansen (Eds.) *Relationship Marketing. Gaining competitive advantage through customer satisfaction and customer retention*. Berlin, Germany: Springer-Verlag, pp. 89-105.

- Cresswell, J. W. (2009). *Research design. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (3rd Ed.). London, UK: SAGE.
- Czepiel, J. A. (1990). Service encounters and service relationships: Implications for research. *Journal of Business Research*, 20, 13-21.
- Duncan, T., & Moriarty, S. (1999). Commentary on Relationship-Based Marketing Communication. *Australasian Marketing Journal*, 7, 118–120.
- Duncan, T., & Moriarty, S. (1998). A Communication-Based Marketing Model for Managing Relationships. *Journal of Marketing*, 62, 1–13.
- Edmonds, W. A. & Kennedy, T. D. (2017). *An applied guide to research designs. Quantitative, qualitative, and mixed methods* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Inc.
- Estevam, G. (2020). Facebook nos dá a oportunidade do abraço virtual em sua nova reação. *Adnews*. Recuperado em <https://adnews.com.br/facebook-nos-da-a-oportunidade-do-abraco-virtual-em-sua-nova-reação/>.
- Finne, Å., & Grönroos, C. (2009). Rethinking marketing communication: From integrated marketing communication to relationship communication. *Journal of Marketing Communications*, 15, 179–195.
- Grönroos, C. (2017). Relationship marketing and service: An update. *Journal of Global Scholars of Marketing Science*, 27, 201–208.
- Grönroos, C. (2004). The relationship marketing process: communication, interaction, dialogue, value. *Journal of Business & Industrial Marketing*, 19, 99–113.
- Harmeling, C. M., Moffett, J. W. & Palmatier, R. W. (2018). Conclusion: informing customer engagement marketing and future research, in R. W. Palmatier, V. Kumar & C. M. Harmeling (Eds). *Customer engagement marketing*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Harmeling, C. M., Moffett, J. W., Arnold, M. J., & Carlson, B. D. (2017). Toward a theory of customer engagement marketing. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 45, 312–335.
- Hollensen, S. (2010). *Marketing management: a relationship approach* (2nd ed.). Harlow, England: Pearson Education.
- Kaplan, A. M. & Haenlein, M. (2010). Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. *Business Horizons*, 53, 59-68.
- Kingsnorth, S. (2016). *Digital marketing strategy: an integrated approach to online marketing*. Philadelphia, PA: Kogan Page.
- Kotler, P., Kartajaya, H. & Setiawan, I. (2017). *Marketing 4.0. Moving from traditional to digital*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre, Brasil: Penso.
- Kozinets, R. V. (2010). *Netnography. Doing ethnographic research online*. London, England: Sage.
- Lendrevie, J., Baynast, A., Emprin, C., Rodrigues, J. V. & Dionísio, P. (2010). *Publicitor* (7^a. ed.). Alfragide, Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Lindberg-repo, K., & Gronroos, C. (2004). Conceptualising communications strategy from a relational perspective. *Industrial Marketing Management*, 33, 229–239.
- Lindberg-repo, K., & Grönroos, C. (1999). Word-of-Mouth referrals in the domain of Relationship Marketing. *Australasian Marketing Journal*, 7, 109–117.
- Malthouse, E. C., Haenlein, M., Skiera, B., Wege, E. & Zhang, M. (2013). Managing customer relationships in the social media era: introducing the social CRM house, *Journal of Interactive Marketing*, 27, 270–280.

- Ogden, J. R. & Crescitelli, E. (2007). *Comunicação integrada de marketing* (2ª. ed.). São Paulo, Brasil: Pearson Prentice Hall.
- Pansari, A. & Kumar, V. (2017). Customer Engagement: the construct, antecedents, and consequences. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 45, 294-311.
- Ravald, A., & Grönroos, C. (1996). The value concept and relationship marketing. *European Journal of Marketing*, 30 (2), 12.
- Souza, E. (2016). Grr, Uau, Haha... Entenda significados dos botões do Facebook Reactions. TechTudo. Recuperado em <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2016/02/grr-uau-haha-entenda-significados-dos-botoes-do-facebook-reactions.html>.
- Torres, C. (2009). *A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na Internet e não tinha a quem perguntar*. São Paulo, Brasil: Novatec Editora.
- Varey, R. J. (2002a). *Marketing Communication: Principles and practice*. London, England: Routledge.
- Varey, R. J. (2002b). *Relationship Marketing: Dialogue and networks in the e-commerce era*. West Sussex, England: John Wiley & Sons Ltd.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, J. D. (1993). *Pragmática da Comunicação Humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação* (9ª Ed.). São Paulo, Brasil: Editora Cultrix.

Resposta do algodão consociado com diferentes culturas da família Fabaceae

Response of cotton interplanted with different Fabaceae crops

Mussa Juma Joaquim

Universidade Católica de Moçambique
mjoaquim@ucm.ac.mz

Samuel Nito Mussava

Universidade Católica de Moçambique
snmussava@ucm.ac.mz

Gregory Saxon

Universidade Católica de Moçambique
gsaxon@ucm.ac.mz

Resumo

Com o propósito de avaliar a resposta do algodão consorciado com diferentes culturas da família Fabaceae, conduziu-se no campo experimental da Faculdade de Ciências Agronómicas, na campanha 2019/2020, um estudo experimental com quatro tratamentos (algodão puro; algodão + feijão namba; algodão + soja e algodão + feijão bóer). Para tal efeito, utilizou-se o delineamento de blocos completos casualizados, com quatro repetições e um esquema uni factorial (consórcio). As principais variáveis do estudo foram, níveis de incidência de doenças e pragas e a produtividade que posteriormente foram submetidas ao teste de normalidade e à análise de variância a 5% de erro, no pacote estatístico Sisvar. A praga *Aphis gossypii* foi a que teve maior incidência nos sistemas de cultivo não consorciados. A doença *Cotton leafroll dwarf virus* teve mais destaque nos sistemas de cultivo algodão + feijão namba. Houve diferença de rendimento do algodão nos sistemas de cultivo, com destaque positivo para o algodão + soja. Diante disto, pode-se recomendar aos produtores, a consociação entre o algodão + soja ou algodão + feijão bóer, por terem sido os melhores neste estudo.

Palavras-chave: Algodão (*Gossypium hirsutum* L.), sistemas de cultivos, Fabaceas.

Abstract

With the aim of evaluating the response of cotton interplanted with diferente Fabaceae crops, a trial was conducted at the Experimental Farm of the UCM-FCA during the 2019-2020 cropping season with four treatments (pure cotton, cotton and black-eyed peas, cotton and soybeans, and cotton and pigeon pea). A layout of complete casualized blocks was used with four repetitions and a mono-factorial scheme (intercropping). The principal variables of the study were: disease and pest levels; and productivity; which were then tested using ANOVA and with a means test at 5% error, in the statistics program SISVAR. The pest *Aphis gossypii* was the most frequent. The disease "Cotton Leaf Roll Virus" was the most frequent, especially in the cotton –black-eyed pea intercrop. The cotton yield differed in the different intercrops, with the highest in the cotton – soybean intercrop. Thus it can be recommended that producers use the intercrop between cotton and soybean and cotton and pigeon pea for having been the best in this study.

Key Words: Cotton, cultivation systems, Fabaceaes.

1. Introdução

Em Moçambique é notório observar-se que a maior parte da população se dedica à produção agrícola e 90% da produção é oriunda das zonas rurais, produzindo-se para a subsistência das respectivas famílias. Também se produzem culturas de rendimento para colmatar as necessidades de bens e serviços. Das culturas produzidas nesse âmbito destacam-se o feijão bóer (*Cajanus cajan*), milho (*Zea mays* L.) e algodão (*Gossypium hirsutum* L.) (Dias, 2012).

A cultura de algodão é uma das mais importantes culturas de exportação e de rendimento em Moçambique. Constitui, também, importante fonte de geração de divisas para Moçambique através da sua exportação para alimentação das indústrias farmacêutica e têxtil e contribui com cerca de 17% nas exportações do País (Instituto de Algodão de Moçambique - IAM, 2012).

O IAM (2018) sustenta que, apesar de haver maior representatividade em termos de áreas de produção desta cultura em Moçambique, o rendimento do algodão obtido no País na campanha agrícola 2017/2018 foi menor que 600 Kg/ha.

Em Moçambique algodão é produzido em sequeiro e como uma cultura pura. Esta técnica tem vantagens por facilitar o manejo da cultura no campo, ou seja, permitir que os amanhos culturais sejam feitos de forma simplificada. Entretanto, problemas com as pragas, doenças e falta de diversidade de culturas contribuem para algumas perdas em cerca de 50 a 70%. Contudo, os sistemas tradicionais dependem do uso e restabelecimento natural das propriedades ligadas a fertilidade, e quando há um uso intensivo degrada-se completamente e como consequência, chega a afectar a produtividade agrícola (Dias, 2012).

Vários sistemas de produção do algodão são extremamente dependentes do emprego de insumos de produção, particularmente de pesticidas para alcançar altos rendimentos. Esta total dependência e desconhecimento dos problemas causados pelos pesticidas, como a eliminação dos inimigos naturais da população de pragas e aumento da resistência dessas pragas aos pesticidas, pode até certo ponto condicionar negativamente o aumento da produtividade. Olhando por tal situação, tem-se realizado inúmeros estudos para responder aos desafios que os sistemas de produção enfrentam, por forma a procurar as melhores alternativas que se adaptem as condições do produtor familiar e que permitam minimizar os possíveis riscos da produção agrícola.

Na província do Niassa, é notória a prática que consiste em associar algodão com outras culturas alimentares. Contudo, pouco trabalho tem sido feito no sentido de estudar a relevância deste tipo de cultivo e em particular a consorciação entre o algodão e as diversas leguminosas (IIAM, 2018). É neste contexto que surge este trabalho de modo a estudar o mecanismo da resposta do algodão quando submetido à associação com diferentes culturas da família Fabaceae no que concerne a doenças, ataque de pragas, e influência para o rendimento do mesmo, como forma de contribuir para o contorno dos problemas resultantes do cultivo intensivo do Algodão na região de Cuamba/Niassa.

O conhecimento sobre a resposta do algodão consorciado com diferentes culturas da família Fabaceae, poderá ser de grande importância na medida em que construirá uma nova tecnologia para o aumento da produtividade do algodão caroço mediante o processo de redução de incidência das doenças, pragas, diversidade cultural e possível incremento da produção.

Portanto, diante do exposto fica evidente que o rendimento na cultura de algodão pode ser condicionado pelo sistema de cultivo empregue, o que faz com que seja ainda um tema de investigação, e, portanto, o estudo pretende determinar a resposta do algodão consorciado com diferentes culturas da família Fabaceae, na modalidade experimental, nas condições agro-climáticas do distrito de Cuamba.

O estudo tem como objectivo avaliar a resposta do algodão consorciado com diferentes culturas da família Fabaceae e parte do pressuposto que, há uma resposta positiva do algodão quando submetido ao consórcio com as diferentes culturas da família Fabaceae.

2. Contextualização teórica

2.1. Subsector do algodão

O algodão é importante cultura para a economia do país. Ocupando o 3º lugar no ranking dos produtos agrícolas que gera fonte de divisas para o País e sendo importante fonte de geração de renda directa para mais de 1 milhão de produtores que se dedicam ao seu cultivo. Desta feita, o subsector do algodão constitui uma das prioridades para o Governo tanto em termos de investimentos públicos bem como em termos de políticas de incentivo para investidores (IAM, 2012).

2.2. Sistemas de produção/cultivo

Dado os efeitos adversos das práticas agrícolas que vem sendo usadas, existe uma extrema preocupação na busca de métodos e sistemas de cultivo, que para além de garantirem o uso sustentável dos recursos, possam ajudar a melhorar os níveis de receita dos agricultores. Visto que na natureza animais e plantas interagem de forma a criar um ambiente diversificado, a agricultura sustentável procura usar este modelo da natureza para aplicar em sistemas de produção agrícola (Bastos, Galvão, Picanço, Cecon & Gomes, 2003; Oad, Siddique & Buriro, 2007).

Consociação

O foco da agricultura sustentável é criar e manter a diversidade, e a consociação de culturas oferece aos produtores a oportunidade de aplicar o princípio da natureza de diversidade nos seus campos. A consociação de culturas, consiste no cultivo de duas ou mais espécies próximas uma da outra por forma a criar interacção entre elas (Montezano & Peil, 2006).

A consociação não é um conceito novo, mas sim uma técnica de cultivo que evoluiu ao longo dos anos, que permite o uso eficiente da terra para maximizar a produtividade por unidade de área. A grande importância deste tipo de cultivo reside no facto de criar uma eficiente interacção ecológica entre as culturas que se traduz na melhoria dos níveis de produção e produtividade; melhor uso dos recursos disponíveis tais como terra, força de trabalho, tempo, água, luz e nutrientes; contribui na redução de perdas de produção causadas por pragas, doenças e infestantes e pelas vantagens socioeconómicas como melhor estabilidade, nutrição e aspectos biológicos (Oad et al, 2007). Distinguem-se 4 tipos de consociação, a saber: (i) cultivo misto (*Mixed intercropping*) – é um sistema de cultivo que permite a produção de duas ou mais culturas simultaneamente em um distinto arranjo espacial (estrutural); (ii) consociação em linha (*Row intercropping*) - este sistema permite o cultivo de duas, ou ainda mais de duas culturas simultaneamente, onde uma ou mais culturas são plantadas em linhas; (iii) - consociação em faixa (*Strip intercropping*) - é o cultivo de duas ou mais

culturas crescendo ao mesmo tempo em faixas diferentes, bem largas para permitir a efectuação de operações culturais independentes, mas suficientemente confinadas para permitir a interacção das culturas de maneira agronómica; (iv) sobressementeira (*Relay intercropping*) - é o processo de cultivo de duas, ou mais culturas, crescendo simultaneamente durante parte do ciclo de vida de cada uma das culturas. As culturas estão simultaneamente no mesmo campo durante menos que um terço do ciclo.

Uma das razões mais importantes da consorciação de culturas é o ganho da produtividade por unidade de área. Entretanto, é de vital importância a escolha das culturas a serem consorciadas por forma a explorar de melhor forma a vantagem do sistema. Quando bem seleccionadas as culturas a serem consorciadas pode-se reduzir o efeito da competição intra-específica, favorecendo os processos de facilitação ou compensação. O resultado final é um ganho para as culturas e por conseguinte para o produtor. O mais importante a ter em conta é o arranjo espacial entre as plantas, densidade de cultivo e as fases de desenvolvimento das culturas associadas (Sullivan, 2003; Oad et al., 2007).

Albuquerque e Sousa Silva (2011), avaliando o desempenho agronómico do algodão em consórcio com culturas alimentares e oleaginosas observaram que na variável produtividade/hectare, o algodão puro foi o sistema que apresentou maior produtividade quando comparado com os sistemas consorciados de algodão com guandu, milho, feijão e gergelim. E nesses sistemas consorciados não houve diferenças entre si.

Pragas

A cultura de algodão, durante o ciclo completo está sujeita ao ataque de inúmeras pragas, sendo as mais comuns: os afídios (*Aphis gossypii*), a mosca branca (*Bemisia tabaci*), as lagartas (Americana-*Helicoverpa armígera*, Vermelha-*Diparopsis castânea* e rosada *Pectinophra gossypiella*), os Jassídios (*Empoasca fascialis*), o percevejo manchador da fibra (*Dydercus spp.*), que quando não controladas causam danos, e como consequência obtém-se elevadíssimas perdas de produção (Sidumo et al., 2005). Dentre as inúmeras pragas, as lagartas são consideradas as mais importantes, por causarem danos ao órgão de maior valor económico na cultura (Cápsulas). Entretanto, as variedades em uso actualmente, por serem pubescentes, toleram o ataque dos Jassídios, que são tidas como as segundas pragas de maior importância económica, por fazerem parte do grupo de pragas sugadoras mais severas afectando a capacidade fotossintética da planta (DFA, 2012).

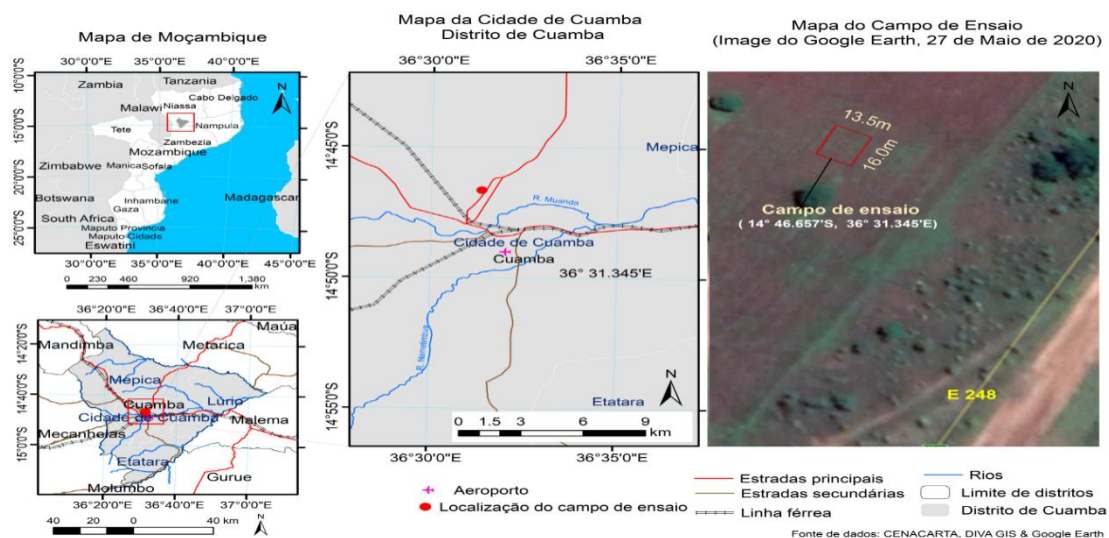
Doenças

Actualmente, na cultura de algodoeiro um dos maiores desafios enfrentados é a correcta identificação das principais doenças que incidem sobre a cultura. Nesta óptica, as principais doenças do algodoeiro são: ferrugem tropical (*Phakospora gossypii*); mancha de alternaria (*Alternária spp*); mancha de Stemphylium (*Stemphylium solani*); murcha de fusarium (*Fusarium oxysporum*); mancha da Ramulária ou Falso oídio ou ainda mancha branca (*Ramularia areola*); mancha angular/bacteriose (*Xanthomonas axonopodis*); mosaico das nervuras do algodoeiro (*Cotton leafroll dwarf virus*); tombamento ou *damping off* (*Rhizoctonia solani*) (Chitara, 2014).

3. Metodologia

Materiais e Métodos

O estudo experimental foi instalado no campo experimental da Faculdade de Ciências Agrónomas, sediada em Cuamba/Niassa, que conforme Cipriano e Silva (2017), localiza-se geograficamente entre os paralelos 14º 47' 38" latitude Sul e 36º 31' 22" longitude Este, apresentando uma altitude de aproximadamente 590 metros do nível médio do mar. O clima desta região do distrito de Cuamba é tropical húmido com duas estações, a chuvosa e seca, a temperatura anual ronda nos 26ºC e as precipitações mínima e máxima situam-se entre 800 mm e 1400 mm respectivamente (MAE, 2005). O mapa a seguir apresenta o Campo de Ensaio na Área Experimental da Faculdade de Ciências Agrónomas.



Fonte: CENACARTA, DIVA GIS & Google Earth

A preparação do solo da área de implantação do experimento, foi feita mecanicamente, seguida com a delimitação das parcelas manualmente. A sementeira do algodão e das culturas consociadas (feijão nhemba, soja e feijão bóer), foi feita no dia 3 de Fevereiro, sem necessariamente ter-se feito a análise do solo.

Devido à falta de homogeneidade do solo no local de realização do estudo, optou-se pela utilização do delineamento de blocos completos Casualizados (DBCC), no acto da instalação do estudo experimental, num esquema factorial, com um único factor de estudo (sistemas de cultivos), com três (4) repetições e quatro (4) tratamentos (sistema de cultivo). Ao total foram doze (12) parcelas na área experimental, sendo que cada unidade experimental possuía uma área de 12 m² (4m x 3m) comprimento e largura respectivamente; a distância entre as parcelas dentro dos blocos foi de 0,5 m. Os blocos foram separados a 2 m um do outro. A área útil do experimento foi de 192 m² e a total foi de 297 m².

No ensaio experimental, foram obtidos dados de percentagem de infestação, através da razão entre o número de plantas infestadas e o número de plantas observadas, multiplicado por cem por cento (100%); incidência de doenças nos sistemas de cultivo, através de uma escala de classificação de 1-5, sendo 1 = Sem nenhuma infestação, 2 = pouca infestação com sintomas ocasionais (25 % das plantas

infestadas), 3 = infestação moderada, com sintomas em (50 % das plantas), 4 = infestação severa, sintomas severos e espalhados (75% das plantas infestadas), e 5 = infestação muito severa (mais de 75% de plantas infestadas); a altura média das plantas, entre o nó cotilenodar a nível do solo, e a extremidade da gema apical em determinado número de plantas sorteadas para amostras, correspondendo em cerca de 30 % das plantas da unidade experimental, sendo (22 plantas) seleccionadas por um processo de amostragem sistemática; número médio de cápsulas, mediante uma contagem do número total de cápsulas em cada unidade experimental, dividido pelo stand final; peso médio de algodão caroço, através da selecção de 10 cápsulas e pesadas com auxílio de uma balança digital; e por fim o rendimento em toneladas por hectare.

Todas as variáveis do estudo foram observadas e medidas unicamente na cultura principal, ou seja, na cultura de algodão.

Os dados referentes às medições, observações ou pesagens, colhidos em cada repetição e para cada sistema de cultivo, foram analisados estatisticamente com ajuda do pacote estatístico Sisvar, onde se recorreu ao teste de homogeneidade dos resíduos de *Shapiro-Wilk* ($pr > 0,05$) de modo a legitimar a análise de variância.

Os dados não normais foram submetidos a uma conversão através da raiz quadrada da soma de cada um dos valores observados por um meio $[(x+1/2)^{0,5}]$. Os parâmetros foram submetidos a ANOVA (análise de variância), a 5% de diferença significativa mínima ($LSD=0,05$). Todos os parâmetros julgados estatisticamente como tendo diferenças significativas, foram submetidos ao teste de *Tukey*, para comparação das médias.

4. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Parâmetros entomológicos

Os parâmetros entomológicos do presente estudo, estão relacionadas com o grau de incidência das diferentes pragas na cultura de algodão. Contudo, cingiu-se na determinação da percentagem de infestação apenas na cultura principal.

A tabela abaixo, ilustra a percentagem de infestação das pragas decorrentes no estudo.

Tabela 1: Percentagem de infestação por pragas

Sistema de cultivo	Pragas				
	<i>Emposca fascialis</i>	<i>Aphis gossypii</i>	<i>Helicoverpa armigera</i>	<i>Dysdercus spp.</i>	<i>Diaropsis castanea</i>
Algodão puro	0.63	0.80 c	0.38	0.53	0.54 b
Algodão e Feijão nhemba	0.54	0.91 c	0.30	0.44	0.31 ab
Algodão e Feijão bóer	0.35	0.41 b	0.18	0.23	0.32 ab
Algodão e Soja	0.37	0.25 a	0.17	0.31	0.27 a
Pr.	0.31	0.00	0.06	0.05	0.02
CV (%)	48.68	8.87	42.85	35.29	28.97
DMS	0.51	0.11	0.24	0.29	0.23

Pr. > 0.05, demonstra a não existência de diferenças significativas entre os sistemas de cultivo.

Jassídios (Emposca fascialis)

A análise de variância para a percentagem de infestação da *Emposca fascialis*, ao nível de 5% de erro mostrou que os sistemas de cultivo não influenciaram significativamente nesta variável. Entretanto, em termos de valores absolutos ou numéricos o cultivo de algodão puro teve maior percentagem de infestação da *Emposca fascialis* com cerca de 63% de plantas infestadas, enquanto os sistemas de Algodão e Feijão bóer obteve o menor valor deste parâmetro com cerca de 35 % de plantas infestadas. Na generalidade, observou-se que em todos sistemas de cultivos impostos no estudo, houve aparição da *Emposca fascialis*, porém com incidências ligeiramente diferentes.

O facto do sistema de cultivo Algodão e Feijão bóer ter tido valor numero baixo em termos de percentagem de infestação, poderá estar ligado ao facto do pólen da cultura do feijão bóer servir em determinados momentos como fonte de alimento para os inimigos naturais das pragas como por exemplo a *Chrysoperla externa* Hagen, que tem como vantagem ao contribuir na diminuição ou redução da população de pragas, e daí a sua importância na utilização em manejos de pragas nos sistemas de produção (Venzon et al., 2006).

De acordo com Bastos, Galvão, Picanço, Cecon e Gomes (2003), a consociação é extremamente importante no controle de pragas, visto que esta proporciona um ambiente mais bio diversificado, favorecendo a ocorrência de inimigos naturais.

Há evidências de que o ataque de pragas e doenças é menor em consociação do que em cultivo puro, teoria que pode ser explicada por duas vertentes. A primeira, pela existência de uma maior concentração de inimigos naturais em campos consociados, dado pela existência de maior concentração de alimento. A segunda, argumenta de que os insectos têm maior facilidade de encontrar a cultura ou planta hospedeira em cultivo puro através da capacidade de assimilação de cheiro a partir dos órgãos sensitivos, caso que não ocorre na consociação pela confusão existente da mistura de cheiros diferentes (Sullivan, 2003; Bastos et al., 2003).

Estas duas evidências, podem ter ocorrido no estudo, aquando da análise na percentagem de incidência da *Emposca fascialis*, pelo facto de se observar maior percentagem de incidência no sistema de cultivo puro.

Afídios (Aphis gossypii)

A percentagem de incidência de *Aphis gossypii* quando submetida a análise de variância ao nível de 5 % de significância mostrou que os sistemas de cultivo tiveram um efeito altamente significativo no grau de incidência desta praga na cultura principal. Desta feita, o teste de Tukey na comparação das médias elucidou que o sistema de cultivo algodão + soja e o sistema de cultivo algodão + feijão nhemba apresentaram a menor e maior percentagem de incidência de *Aphis gossypii* com cerca de 25 e 91 % respectivamente.

A interacção benéfica existente no cultivo de algodão e soja para o controlo ou redução da percentagem de incidência de *Aphis gossypii*, poderá estar ligada ao grau de adesão ou preferência dos inimigos naturais neste tipo de cultivo, do que em outros sistemas de cultivos. Outra análise que poderá explicar a baixa taxa de incidência de *Aphis gossypii* é o tipo de cultura consociada ao algodão, isto porque dependendo da cultura consociada ao algodão e sua respectiva interacção, a praga poderá não ter condições de criar danos elevados, daí que ao se observar detalhadamente

percebe-se que esta praga também incide sobre as culturas consociadas com o algodão, no entanto a presença da pubescência na cultura da soja dificulta o processo de perfuração e sugagem, e consequentemente um ambiente inadequado para o *Aphis gossypii* no sistema em que envolve esta cultura.

Outro facto a considerar e de extrema relevância, é a presença de *Aphis gossypii* em todos sistemas de cultivo, demonstrando que para as culturas estudadas e consociadas com o algodão, a aparição desta praga é certa.

A razão do cultivo de algodão puro apresentar percentagens estatísticas altas e similares ao sistema de algodão e feijão nhemba, pode ser explicitada por Deste (2000, citado em Macuacua, 2015), ao salientar que em ambientes pouco diversificados, o recurso alimentar encontra-se em abundância, facilitando desta feita que a praga encontre sua cultura hospedeira, daí que as infestações tem sido geralmente maiores em cultivos puros ou onde a diversificação de culturas é menor, ou ainda, onde as culturas consociadas tendem a ter palatabilidades similares.

A diversificação de culturas pela consociação, pode manter as populações de pragas em equilíbrio e facilitar o controlo natural das mesmas. No sistema de cultivo algodão e soja, esta vantagem mencionada pode ser bem explicada pela diversificação do ambiente criado pelas duas culturas favorecendo a diversificação biológica de espécies de insectos.

Outro facto a ser analisado, é a evolução na aparição dos *Aphis gossypii*, cujo pico ocorreu na 8ª semana após a emergência, facto que pode estar associado ao pico das chuvas, visto que condições de humidade e tempos quentes favorecem a ocorrência desta praga.

Lagarta Americana (*Helicoverpa armigera*)

Para a variável percentagem de incidência da *Helicoverpa armigera*, a análise de variância ao nível de 5 % de significância, assim como ilustra o valor de probabilidade na tabela 5, dá a entender que os sistemas de cultivo não tiveram efeito significativo para a incidência da *Helicoverpa armigera* no estudo. Entretanto, em termos de percentagem numérica os sistemas de cultivo apresentaram taxas de 17 a 35% de incidência de *Helicoverpa armigera* no estudo.

Os resultados obtidos no presente estudo, em relação a falta de efeito significativo para a variável percentagem de incidência da *Helicoverpa armigera* nos diferentes sistemas de cultivo, não corroboram com os resultados obtidos por Chamuene (2007) quando este, avaliava o efeito da Consociação de Culturas em Faixas no Meneio da Lagarta Americana *Helicoverpa spp*, e detectou que o sistema de cultivo afectou significativamente as densidades populacionais da lagarta americana.

Esta discrepância em termos de resultados, poderá estar associada a diferentes culturas estabelecidas nos dois estudos e pelas condições climáticas diferentes. Esta diferença de culturas nos dois estudos poderá ter sido crucial para a incidência massiva desta praga no estudo do Chamuene (2007), por conta de consociar o algodão e Mapira, sendo esta última também uma cultura hospedeira desta praga.

Em termos gerais, houve incidência da *Helicoverpa armigera* nos diferentes sistemas de cultivo impostos no estudo. As incidências da *Helicoverpa armigera* nos diferentes sistemas de cultivo foram verificadas a partir da 8ª semana mas sem que as culturas apresentassem maiores percentagens de incidência, isto poderá ter ocorrido por conta da precipitação que incidiu nos sistemas de cultivo

nesse período, relevando a concordar com o facto de Neto et al, (1976) sustentar que as chuvas no período de incidência da *Helicoverpa armigera* podem ter acção mecânica no controlo das pragas afectando o seu comportamento, uma vez que chuvas prolongadas fazem com que os insectos não consigam obter a postura e conseqüentemente a redução da sua população.

Percevejo manchador da fibra (Dysdercus spp.)

A análise de variância ao nível de 5 % de erro para a variável percentagem de incidência do *Dysdercus* spp, mostrou que os sistemas de cultivos não tiveram efeito significativo para a ocorrência desta praga. De forma geral, em todos os sistemas de cultivo houve ocorrência do *Dysdercus* spp.

Entretanto, em termos de valores absolutos a percentagem de incidência do *Dysdercus* spp variou de 53 % a 31 % de plantas infestadas nos sistemas de cultivo relacionado ao algodão puro e algodão + soja respectivamente, assim constituindo, a maior e menor percentagem de infestação desta praga nos sistemas de cultivo.

Bastos et al. (2003) destaca que das inúmeras vantagens da consociação, a mais destacada é a redução de incidência das pragas em cultivos múltiplos, visto que os insectos (pragas) geralmente alcançam maiores densidades em cultivos puros, facto este que se verificou no presente estudo, embora não de forma significativa.

Lagarta vermelha (Diaropsis castanea)

A variável percentagem de incidência da *Diaropsis castânea*, quando submetida à análise de variância ao nível de 5% de significância, detectou-se que os diferentes sistemas de cultivos tiveram efeito altamente significativo na incidência desta lagarta.

O teste de *Tukey* na comparação das médias ilustra que o sistema de cultivo algodão + soja foi estatisticamente superior apenas quando comparado com o cultivo de algodão puro. Em termos gerais, a percentagem de incidência da *Diaropsis castânea* variou de 27 a 54%, sendo o mínimo e máximo desta variável, nos sistemas de cultivo algodão + soja e algodão puro respectivamente.

O sistema de cultivo algodão e soja, mostrou melhores resultados, na redução da percentagem de incidência da *Diaropsis castânea*, assim sendo, de forma ligeira os sistemas de cultivos consociados apresentaram semelhanças no comportamento desta variável. Demonstrando que em sistemas de cultivo consociados, as pragas (*Diaropsis castânea*) encontra dificuldades para encontrar a cultura hospedeira, por conta da diversificação de odores das folhas dentro dos sistemas.

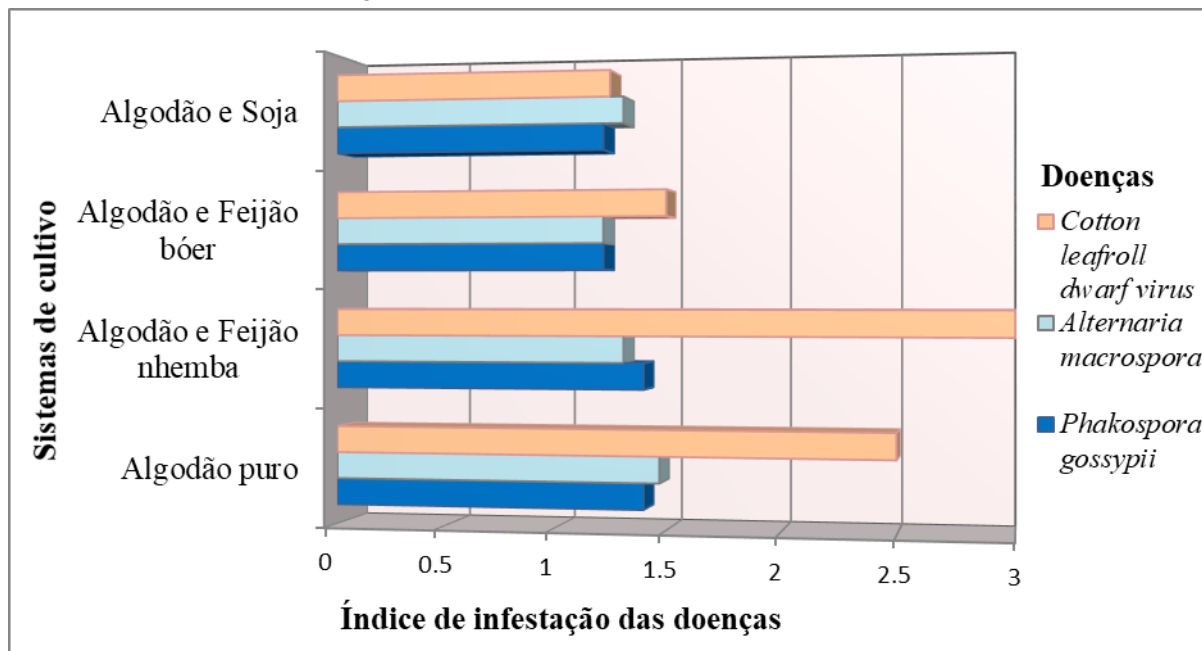
Os resultados da baixa percentagem de incidência da *Diaropsis castânea* nos sistemas de cultivo consociados, poderão estar relacionados ao facto da presença de um ambiente bio diversificado, o que favorece a ocorrência de inimigos naturais, como constatado por Bastos et al., (2003).

Outro aspecto relacionado com a redução da percentagem de incidência da *Diaropsis castânea* em sistemas de cultivo consociados que em cultivo puro, poderá ser pelo facto dos insectos terem maior facilidade de encontrar a cultura ou planta hospedeira em cultivo puro através da capacidade de assimilação de cheiro pelos dos órgãos sensitivos, caso que não ocorreu na consociação pela confusão que houve por causa da mistura de cheiros das diferentes culturas, facto observado também por Sullivan (2003); Bastos et al., (2003).

4.7 Parâmetros Fitopatológicos

Os parâmetros fitopatológicos no presente estudo, estão relacionadas com o nível de incidência das diferentes doenças na cultura principal.

Gráfico 1: Incidência de doenças no estudo



Conforme o gráfico acima, no decorrer do estudo foram observadas e registadas três doenças na cultura principal, nomeadamente: mosaico das nervuras do algodoeiro (*Cotton leafroll dwarf vírus*), mancha de alternária (*Alternaria macrospora*) e Ferrugem tropical (*Phakospora gossypii*).

No geral, em todos os sistemas de cultivo foram observadas as três doenças, com diferenças no nível de incidência apenas para a *Cotton leafroll dwarf vírus*, que apresentou infestação moderada com sintomas em 50 % das plantas no sistema de cultivo algodão e feijão nhemba. O sistema de cultivo algodão puro, apresentou pouca infestação com sintomas ocasionais, com aproximadamente 25 % das plantas infestadas.

Os sistemas de cultivo algodão + soja e Algodão + feijão bóer, obtiveram níveis mais baixos de incidência das três doenças, constatando-se a aparição das mesmas de maneira esporádica (estando abaixo de 10 % de plantas infestadas).

Contudo, os altos níveis de incidência da *Cotton leafroll dwarf vírus* nos sistemas de cultivo de algodão + feijão nhemba e algodão puro, poderá estar associado a alta percentagem de incidência dos *Aphis gossypii* nesses sistemas, pois Chitara (2014) salienta que esta doença é causada etiológicamente pelo Vírus, sendo a sua disseminação de planta para planta feita por *Aphis gossypii*, e é considerada uma das doenças mais agressivas do algodoeiro, causando elevadíssimos danos económico, caso medidas de controlo não sejam empregues em tempo oportuno.

Chitara (2014) sustenta que os sintomas desta doença são, o encurtamento dos entrenós acarretando redução do porte das plantas. As plantas atacadas apresentam folhas com uma

coloração verde-escura a azulada com amarelecimento em torno das nervuras, assim como enrolamento dos bordos.

Entretanto, a utilização de variedades de algodão resistentes à virose da nervura (doença azul) transmitida pelos afídios podem tolerar até 70% de infestação. Para culturas susceptíveis à infestação, o nível de controlo não deve ultrapassar 10% de plantas com colónias de afídios (Chitara, 2014).

A consociação pelo mecanismo de alternância das linhas ou faixas, pode reduzir o nível de incidência das doenças nas culturas. Existem várias evidências comprovadas desta teoria como por exemplo, o estudo realizado em campos de produção de arroz, na qual houve uma ligeira modificação no sistema tradicional de monocultura, onde alternaram-se as linhas de arroz com as do trigo como forma de reduzir a incidência de uma praga da cultura do arroz (Rice blast). Esta doença propaga-se de uma planta para outra através dos esporos, cujo movimento pode ser impedido ou imobilizado por uma linha de variedade resistente. A técnica mostrou-se ser eficiente que os produtores foram capazes de deixar a aplicação de fungicidas (Altieri & Leibman, 1994).

Altieri e Leibman (1994) sustentaram que o efeito da biodiversidade foi bastante aparente no seu estudo realizado, isto na medida em que mostra claramente que quando uma variedade é susceptível a doença e a densidade populacional é maior, também maior será a probabilidade de propagação da doença. No entanto, se a cultura susceptível for separada por linhas de uma cultura não susceptível que actue como barreira física para a doença, a cultura susceptível padecerá menos.

Parâmetros Agronómicos

O parâmetro agronómico destacado no estudo, é o rendimento em tonelada por hectare.

Tabela 2: Rendimento em função do sistema de cultivo

	Variáveis
Sistema de cultivo	Rendimento (Ton/ha)
Algodão puro	1.28 ab
Algodão e Feijão nhemba	1.16 a
Algodão e Feijão bóer	1.60 bc
Algodão e Soja	1.68 c
Pr.	0.00
CV (%)	6.39
DMS	0.35

Pr.> 0.05, elucida a não existência de diferenças significativas entre os sistemas de cultivo na variável.

A análise de variância ao nível de 5 % de probabilidade para a variável Rendimento em Ton/ha, demonstrou a existência de diferenças altamente significativas, elucidando que os sistemas de cultivo imposto no estudo influenciaram na produtividade. Entretanto, o teste de Tukey na comparação das médias indicou que o sistema de cultivo Algodão e Soja apresentou o maior rendimento, rondando em cerca de 1.68 ton/ha, enquanto o sistema de cultivo algodão e feijão nhemba apresentou o menor rendimento com cerca de 1.16 ton/ha.

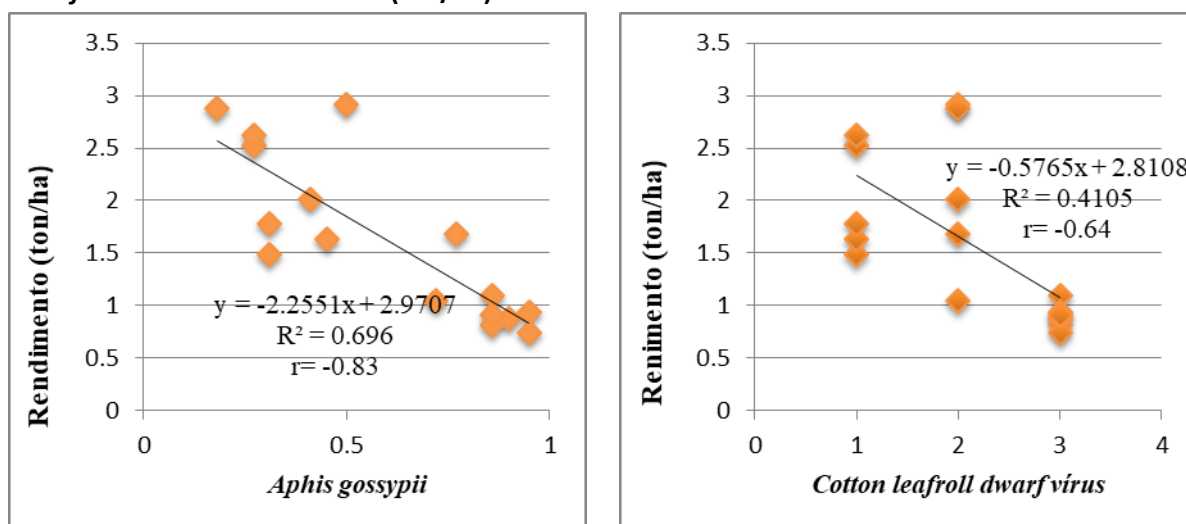
Oad et al (2007), destacam a vital importância da escolha das culturas a serem consociadas por forma a explorar de melhor forma a vantagem do sistema. Quando bem seleccionadas as culturas a

serem consociadas pode-se reduzir o efeito da competição intra-específica, favorecendo os processos de facilitação ou compensação. O resultado final é um ganho para as culturas e por conseguinte para o produtor. Estes factos apontados pelos autores, poderá ter sido o que ocorreu com os sistemas de cultivo algodão + Soja e Algodão + feijão bóer.

Albuquerque, De Sousa e Da Silva (2011), avaliando o desempenho agronómico do algodão em consórcio com culturas alimentares e oleaginosas observaram que na variável produtividade/hectare, o algodão puro foi o sistema que apresentou maior produtividade quando comparado com os sistemas consociados de algodão com guandu, milho, feijão e gergelim. E nesses sistemas consociados não houve diferenças entre si.

Os resultados obtidos no presente estudo, corroboram com os obtidos por Chamuene (2007) ao avaliar o efeito da consociação em faixa no manejo da Lagarta Americana, onde detectou efeito significativo dos sistemas de cultivo para a variável rendimento, na qual o rendimento mais baixo foi obtido no sistema de cultivo algodão puro.

Gráfico 2: Correlação entre Percentagem de incidência de *Aphis gossypii*, nível de *Cotton leafroll dwarf vírus* com o Rendimento (ton/ha)



De acordo com a correlação linear de Pearson, a relação entre a percentagem de incidência de *Aphis gossypii* com o rendimento do algodão nos sistemas de cultivo foi forte negativa, mostrando que o aumento da percentagem de incidência desta praga (*Aphis gossypii*), proporciona uma alta redução do rendimento dos sistemas de cultivo, situação que pode se observar nas tabelas 1 e 2 deste estudo, diante a qual os sistemas onde houve um aumento da percentagem de incidência culminou com a redução do rendimento. A ocorrência deste facto, poderá estar ligado ao tipo de cultura consociada com o algodão nos sistemas de cultivo, que pode ou não criar uma boa interacção para a ocorrência desta praga.

Em relação ao grão ou magnitude de associação entre as variáveis *Cotton leafroll dwarf vírus* com o rendimento do algodão nos sistemas de cultivo, esta mostra-se forte negativa ($r = -0.64$), dando a percepção de que o aumento desta doença proporciona uma redução no rendimento do algodão nos sistemas de cultivo. Entretanto, esta situação pode ser explicada pelo facto de que a doença seja causada pelo agente Vírus, e que a sua disseminação ocorre através do *Aphis gossypii*, como Chitara

(2014) explica. Também o facto de esta praga ter aparecido com maior incidência nos sistemas de cultivo.

5. Conclusões

A percentagem de incidência de pragas foi relativamente menor em sistemas de cultivo consorciados em relação ao cultivo de algodão puro, com excepção do sistema de cultivo algodão + feijão nhemba. A doença que apresentou maior destaque foi *Cotton leafroll dwarf virus*, com níveis altos de incidência nos sistemas de cultivo algodão puro e algodão + feijão nhemba.

Houve diferença de rendimento entre os sistemas de cultivo, sendo o algodão + soja, o sistema com maior rendimento em toneladas por hectare.

Notou-se uma correlação linear negativa forte entre *Aphis gossypii*, *Cotton leafroll dwarf virus* com o rendimento, e uma relação moderada positiva entre o peso médio de algodão caroço com o rendimento. Tendo em conta os resultados obtidos, é viável aceitar, que há uma resposta positiva do algodão quando submetido ao consórcio com as diferentes culturas da família Fabaceae.

Em função dos factos obtidos, pode-se recomendar a prática do consórcio entre algodão e soja, com vista a alcançar bons rendimentos e contornar a incidência de pragas e doenças. Contudo, deve-se fazer estudos similares sobre o comportamento do algodão quando consorciado com outras culturas do grupo das leguminosas, de modo a confrontar com os resultados obtidos.

Referências bibliográficas

Albuquerque, F.A., De Sousa, S.L., & Da Silva, V.A. (2011). *Desempenho agronómico do Algodão em consórcio com culturas alimentares e oleaginosas*. 8º Congresso Brasileiro de Algodão. São Paulo, SP, Brasil.

Altieri, M.A. & Leibman, M. (1994). Insect, weed and plant diseases management in multiple cropping systems. In Francis, CA (ed). *Multiple cropping Systems*.

Bastos, C.S., Galvão, J.C.C., Picanço, M.C., Cecon, P.R & Gomes, P.R.P. (2003). *Incidência de insectos fitófagos e de predadores no milho e no feijão cultivados em sistemas exclusivos e consorciados*. Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Cienc. Rural vol. 33. No.3.

Cipriano, S.A. & Silva, J. (2017). Relação entre o rendimento de grão do milho (*Zea mays* L.), nitrogénio e fósforo aplicados no solo. *Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 8-16. Obtido em: <http://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/View>.

Chamuene, A. (2007). *Efeito da Consociação de Culturas em Faixas no Meneio da Lagarta Americana Helicoverpa spp.* (Lepdoptera: Noctuidae) na cultura de Algodão (*Gossypium spp.*) no distrito de Morrumbala. Tese de dissertação de Mestrado, Maputo, Moçambique.

Chitara, L.G. (2014). *Identificação e Controlo das principais Doenças do Algodoeiro*. (3ª ed.). Campina Grande, PB, Brasil.

Dias, P. (2012). *Analysis of incentives and disincentives for cotton in Mozambique*. Technical note series, MAFAP, FAO. Recuperado em <https://www.fao.org/mafap>.

Elobu, P., Orwanga, J.F., Ocan, J. & Oplolot, G.W. (1994). *Recovery of cotton (Gossypium hirsutum) from intercropping suppression by beans (Phaseolus vulgaris)*. Challenging the future: Proceedings of world cotton research conference-1, Brisbane-Australia.

IAM. (2012). *Relatório sobre ponto de situação do subsector do algodão (IAM). I semestre 2012, campanha 2010/2011; 2011/2012.*

IAM. (2018). *Relatório do ponto de Situação do subsector do Algodão e Outras Fibras Têxteis. IV Trimestre de 2018, (Campanhas 2016/17 e 2017/2018).* Maputo, Moçambique.

Macuácuá, R.C.F. (2015). *Potencial do Cultivo em Faixas do Algodão e Feijão bóer no Maneio Integrado de Pragas do Algodão no Distrito de Morrumbala.* Tese de Mestrado, Maputo, Moçambique.

Valenzuela, H. & Smith, J. (2002). *Sustainable Agriculture green manure crops: Pigeonpea, college of tropical agriculture and human resources.* University of Hawaii-Manoa. Acessado em <http://ctahr.hawaii.edu/sustaning/>>.

Oad, F.C., Siddiqui, M.H & Buriro, U.A. (2007). Agronomic and Economic interference between cotton *Gossypium hirsutum* L., and Pigeon pea *Cajanus cajan* L. *Jornal of agronomy.* Asian Network for Scientific information.

Kamanga, B.C.G., Kayama-Phiri, G.Y. & Minae, S. (1999). *Intercropping perennial legums for green manure addition to maize in Southern Malawi.* Disponível em [www. Bioline.org.br](http://www.Bioline.org.br).

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO V CONGRESSO INTERNACIONAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

- ✓ Sua Excelência Secretária do Estado na Província de Sofala;
- ✓ Sua Excelência Presidente do Conselho Municipal da Beira;
- ✓ Magníficos Reitores das Universidade Públicas e Privadas aqui presentes;
- ✓ Excelentíssimos Senhores Vice-Reitores da Universidade Católica de Moçambique;
- ✓ Excelentíssimos Senhores Vice-Reitores das Universidades Públicas e Privadas aqui presentes;
- ✓ Digníssimos Dirigentes do Estado e do Governo da Província de Sofala;
- ✓ Ilustre congressistas;
- ✓ Distintas Autoridades Militares, Eclesiásticas e da Sociedade Civil;
- ✓ Excelentíssimos Senhores Membros dos Órgãos Colegiais e de Direcção da Universidade Católica de Moçambique;
- ✓ Excelentíssimos Senhores Professores, Funcionários e Estudantes da Universidade Católica de Moçambique;
- ✓ Caros Parceiros de cooperação nacionais e internacionais;
- ✓ Ilustres parceiros da comunicação social;
- ✓ Distintos Convidados;
- ✓ Minhas Senhoras e meus Senhores;
- ✓ Todo o protocolo observado;

Excelências,

Chegámos ao fim de mais um Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, desta vez o Quinto. Com alegria desejo neste momento deixar aqui bem vincada a expressão da minha gratidão a quantos se dedicaram ao Quinto Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, para que ele fosse o que foi. Momento de graças e luz para a sociedade moçambicana e para o mundo.

Quero agradecer a todos em vosso nome e quero agradecer a todos vós porque trabalhastes para este congresso de forma admirável.

Quero reconhecer com muita satisfação o grande mérito dos oradores e moderadores que deixaram de lado os seus afazeres, para estarem presentes nestes três dias, para juntos reflectirmos e debatermos sobre questões prementes e novos desafios com que actualmente nos deparamos.

Ressalvo, um justo reconhecimento e elogio a toda a comunidade científica, ao Corpo Técnico Administrativo da Universidade Católica de Moçambique, pela forma abnegada como se entregou à nobre missão de procurar todas as soluções possíveis para criar as melhores condições para a realização deste evento. Agradeço, ainda, a todas as entidades públicas e privadas que nos acompanharam neste evento.

Endereço uma palavra de apreço e agradecimento aos estudantes pela participação activa neste congresso. Por último, agradeço a todos os internautas que nos acompanharam durante estes três dias através das plataformas virtuais.

Nada disto seria possível, sem o trabalho árduo de todos os que, uma vez mais, colaboraram de forma voluntária na organização e desenvolvimento deste Quinto Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Tenho fortes convicções que saímos deste congresso, com o sentido de cumprimento do nosso dever, também temos consciência que existe um longo caminho a percorrer no processo de edificação da universidade que queremos e do contributo que queremos dar à nossa sociedade.

O lema que escolhemos para este Quinto Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, “Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”, assinala a consciência e reconhecimento de um momento de crise, mas também de enorme oportunidade para a nossa “pátria amada”.

Temos a consciência e reconhecimento de um momento de crise da nossa “pátria amada” porque, enquanto Universidade Católica, assumimos que *Nada deste mundo nos é*

*indiferente e Unidos por uma preocupação comum*²⁹, devido o momento conturbado imposto pela COVID-19 e a prevalência de acções terroristas na província de Cabo Delgado.

Constitui uma enorme oportunidade, desde que, como referiu o Papa Francisco, na Basílica de São Pedro, antes da bênção “Urbi et Orbi” (4 de Abril de 2021), que se busque sempre soluções pacíficas para os conflitos (e passo a citar) “no respeito pelos direitos humanos e a sacralidade da vida, através do diálogo fraterno e construtivo em espírito de reconciliação e operosa solidariedade”. Por esta razão, creio que a combinação dos objectivos que enumerei conduzem à necessidade de encontrar alternativas de modo a contribuir para a solução de problemas candentes da nossa sociedade, dentro desta estratégia “dialogante”.

Caros Congressistas

Para o Quinto Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique que termina hoje, definimos áreas estratégicas de carácter interdisciplinar capazes de responder aos desafios da sociedade, **reconhecendo que**, no Ensino Superior, a investigação científica constitui a base legitimadora do que se ensina e pilar estruturador que sustenta as práticas pedagógicas e a qualidade dos serviços educativos prestados às pessoas e às comunidades.

Reconhecendo que, em pleno século XXI, a humanidade e o povo moçambicano em particular, vivem com amargura, o recrudescimento da violência armada que se caracteriza pela prática de actos bárbaros, onde milhares de pessoas indefesas, a maioria das quais, mulheres e crianças, são mortas e decapitadas, as suas habitações são incendiadas e/ou destruídas. Os seus bens são pilhados, centenas de milhares de pessoas são forçadas a abandonar as terras, que os viram nascer e onde os seus entes queridos estão sepultados;

Reconhecendo que, a prevalência deste estado de coisas, sem indicações claras de que a breve trecho haverá superação das causas que alimentam os conflitos. Isto motivou à Universidade Católica de Moçambique a convidar os cientistas, académicos, políticos, estratégias militares e às forças vivas da sociedade, a reflectirem sobre as causas dos conflitos a fim de encontrar possíveis soluções que possam conduzir à paz verdadeira.

²⁹ “Carta Encíclica Laudato Si’ do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum”.

De um modo geral, temos a ânsia sem descurar a modéstia que, a visão do primeiro Magno Chanceler da Universidade Católica de Moçambique, Dom Jaime Pedro Gonçalves, sobre o projecto educativo e formativo, assente na tríade indissociável: (a) Diálogo, (b) Justiça e (c) Paz, é um grande contributo e força motriz para o alcance da sociedade que pretendemos na medida que:

- O Diálogo não só como uma ferramenta cognitiva, mas como uma capacidade de advocacia extraordinária, estabelecendo pontes de ligação entre as partes e convocando, com arte e sensibilidade, uma estratégia comunicativa, onde a razão e os argumentos ganhavam sentido e significado pelo facto de estarem inscritos no contexto das literacias cívicas e das narrativas culturais locais.
- A Justiça como instrumento de construção de equidade social, para que os que “não têm voz” pudessem ser ouvidos, escutados e reconhecidos enquanto pessoas que têm um rosto, uma história pessoal e uma dignidade indivisível.
- A Paz como um processo que nos implica a todos (políticos, líderes religiosos, sociedade civil, numa palavra, todos os cidadãos). A Paz, na visão e sensibilidade de Dom Jaime, só será uma realidade efectiva e duradoura, quando todos tomarem parte no processo e quando todos se comprometerem, tanto em termos políticos e éticos, como em termos democráticos e cívicos.

Julgo que, o presente Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique que termina hoje, reafirma a nossa missão enquanto Universidade Católica, de desenvolver e difundir o conhecimento científico e a cultura; e promover, nos vários domínios do saber, a formação integral de qualidade e permanente de cidadãos e profissionais, comprometidos com a vida e com o desenvolvimento sustentável da sociedade moçambicana, bem como do mundo em geral, isto é: *condição sine qua non para a estabilidade, progresso e bem-estar dos nossos povos.*

Caros Membros da Comunidade Académica

Com a realização Quinto Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, sob lema “Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”, demos o nosso contributo para divulgação da produção técnico-científica da comunidade académica e as práticas de transferência do conhecimento para sociedade.

Aqui, assumimos e acolhemos os apelos deixados neste Quinto Congresso Internacional, na perspectiva de que a “Universidade Católica se deve transformar num lugar de memória do que foi a guerra que devastou a nossa “pátria amada” por 16 anos. Mas, também um espaço para pensar sobre a paz e educar para a paz”, de modo a preparar o futuro, aliado ao Projecto “Cátedra Dom Jaime Pedre Gonçalves” aprovado no Conselho Universitário da Universidade Católica de Moçambique em 2017.

Constituímos este espaço para a socialização do conhecimento e de incentivo à produção de novos saberes, na medida em que estimula os académicos ao envolvimento com a prática da pesquisa.

Acreditamos e encorajamos aos nossos oradores para continuarem a trabalhar, e a partilhar os seus conhecimentos com a sociedade. E, nós, enquanto instituição de Ensino Superior, continuaremos a criar espaço e oportunidades para debates desta natureza.

As conclusões deste congresso vão ser postas à disposição de todos, como habitualmente na página *web* da Universidade Católica de Moçambique, para que cada um de nós possa fazer uma reflexão mais profunda sobre cada um dos temas que estiveram aqui em debate.

É nosso desejo que as conclusões e sugestões deixadas pelos oradores, pelos participantes se transformem de facto em acções, com resultados positivos para a pesquisa, para os problemas da nossa sociedade e para o progresso do país.

Apesar das incertezas, diante da pandemia da COVID-19, e os desafios que ela nos impõe, este congresso nos fez sentir mais comprometidos na reflexão aberta sobre os desafios, que a sociedade moçambicana nos apresenta hoje, aos mais diversos níveis: na justiça e paz, na saúde, na economia, na política etc.

Conscientes de representarmos o pensamento inovador, trabalhamos e reflectimos buscando e propondo soluções, na diversidade de sensibilidades e de pontos de vista, mas sempre buscando os caminhos de formação de cidadãos honestos.

A construção da nação moçambicana, implica conciliar profundas diferenças, superar antigos ressentimentos de diversa natureza e integrar-se numa nova ordem mundial complexa.

Para isso, é necessário promover pesquisas científicas que apontem os verdadeiros caminhos da paz, onde haja sã convivência e boa governação. Na produção científica não há

lugar para medo e covardia. O engajamento político é também um dos sectores onde a produção científica deve ter lugar, tendo em vista a formação de futura classe dirigente responsável, honesta, íntegra que ame profundamente o seu próprio povo, que saiba servir que servir-se.

Caros colegas e irmãos, espero que sinceramente que este Quinto Congresso, tenha sido mais um contributo para ajudar o desenvolvimento sustentável e promoção de paz em Moçambique. Faço Votos para que em 2023 estejamos juntos para o Sexto Congresso Internacional.

Com estas breves considerações, declaro, oficialmente, encerrado o Quinto Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, sob lema “Universidade Católica de Moçambique, Incentivando a Produção Científica para a Promoção da Paz, Justiça Social e Desenvolvimento Sustentável”.

Pela atenção dispensada, o meu muito obrigado.

.

Beira, 19 de Novembro de 2021
Padre Filipe Sungo
O Reitor da UCM